Comissão Europeia

Educação para o Empreendedorismo nas escolas europeias

Relatório Eurydice



Educação e Formação



Educação para o Empreendedorismo nas Escolas Europeias

Relatório Eurydice

Educação e Formação

O presente documento é uma publicação da Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA, Análise das Políticas de Educação e de Juventude).

Cite esta publicação como:

Comissão Europeia/EACEA/Eurydice, 2016. *Educação para o Empreendedorismo nas Escolas Europeias*. Relatório Eurydice. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia.

PDF ISBN 978-92-9492-216-8 doi:10.2797/5984 EC-02-16-104-PT-N

Este documento também está disponível na Internet: (http://ec.europa.eu/eurydice).

Texto concluído em fevereiro de 2016.

© Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura, 2016.

É permitida a reprodução desta publicação, desde que seja identificada a fonte.

Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura

Análise das Políticas de Educação e de Juventude

Avenue du Bourget 1 (BOU 2 – Unit A7)

B-1049 Brussels

Tel. +32 2 299 50 58

Fax +32 2 292 19 71

Correio eletrónico: eacea-eurydice@ec.europa.eu

Sítio de Internet: http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/

EURYDICE

Unidade Portuguesa

Av. 24 de Julho, n.º134

1399-054 Lisboa

Tel.: +(351)213 949 314

Faxe: +(351)213 957 610

Correio Eletrónico: eury@dgeec.mec.pt

Sítio de Internet: http://www.dgeec.mec.pt/np4/54/

Editor da versão portuguesa: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

DGEEC

DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS
DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Tradução da responsabilidade da Unidade Portuguesa da Rede Eurydice

ISBN (versão online) 978-972-614-630-8Lisboa, dezembro de 2016

ÍNDICE

Índice de Figuras 5

Códigos e Abreviaturas 7

Principais Conclusões 9

Introdução 17

Capítulo 1: Definições e Contexto da Educação para o Empreendedorismo 21

1.1. Definições de educação para o empreendedorismo 21
1.2. Contexto da educação para o empreendedorismo 23

Capítulo 2: Estratégias e Regimes de Financiamento 35

2.1. Estratégias ligadas à educação para o empreendedorismo na Europa 35
2.2. Regimes de financiamento 56

Capítulo 3: Currículo Escolar 65

3.1. Abordagens à educação para o empreendedorismo no currículo 65
3.2. Experiências práticas de empreendedorismo 65
3.3. Resultados de aprendizagem ligados à educação para o empreendedorismo 80

Capítulo 4: Formação de Professores e Tipos de Apoio 93

4.1. Formação inicial de professores 93
4.2. Desenvolvimento profissional contínuo para professores 101
4.3. Apoio para professores 104

Capítulo 5: Educação para o Empreendedorismo em Quatro Áreas Chave 105

5.1. Estratégia 107
5.2. Financiamento 108
5.3. Currículo 108
5.4. Professores 110
5.5. Conclusão 110

Anexo: Hiperligações para Estruturas de Apoio a Professores 111

Referências 115

Glossário 119

I. Classificação 119
II. Definições 127

Fichas de Informação Nacionais 127

Agradecimentos 231

ÍNDICE DE FIGURAS

Capítulo 1: Definições e Contexto da Educação para o Empreendedorismo **21**

Figura 1.1: Definições de educação para o empreendedorismo usadas, partilhadas e aceites pela maioria das partes interessadas a nível central, 2014/15 22

Figura 1.2: Percentagem de inquiridos que participaram num curso ou atividade escolar relacionada com o empreendedorismo, 2012 25

Figura 1.3: Perceções dos peritos relativamente ao grau de integração da formação sobre a criação e gestão de PMEs no sistema de educação e formação, nos níveis primário e secundário, 2014 27

Figura 1.4: Proporção de professores no ensino secundário inferior (CITE 2) que declaram que as suas atividades de desenvolvimento profissional cobriram o tópico do "ensino de competências transversais ao currículo" nos 12 meses que precederam o inquérito, e a proporção de professores que expressaram níveis moderados e/ou elevados de necessidade de desenvolvimento profissional no mesmo tópico, 2013 28

Figura 1.5: Jovens (15-29 anos) que gostariam de criar o seu próprio negócio, média da UE-28, 2014 30

Figura 1.6: Empreendedorismo como uma opção de carreira desejável e intenção empreendedora (% da população com 18-64 anos), 2014 30

Figura 1.7: Perceção dos indivíduos relativamente às suas capacidades e oportunidades e o total de atividade empreendedora *early-stage* (TEA) (% da população com 18-64 anos), 2014 31

Figura 1.8: Jovens que trabalham por conta própria, como percentagem do total de jovens empregados, por idades, 2014 32

Capítulo 2: Estratégias e Regimes de Financiamento **35**

Figura 2.1: Documentos políticos europeus fundamentais que influenciam as estratégias de desenvolvimento relacionadas com a educação para o empreendedorismo 36

Figura 2.2: Implementação de estratégias específicas de educação para o empreendedorismo a nível central, 2000-2015 38

Figura 2.3: Estratégias mais relevantes, a nível central, relacionadas com a educação para o empreendedorismo, 2014/15 39

Figura 2.4: Tipo de estratégia, a nível central, relacionada com a educação para o empreendedorismo, 2014/15 42

Figura 2.5: Tópicos estratégicos e ações correspondentes relacionados com a educação para o empreendedorismo, 2014/15 46

Figura 2.6: Visão geral dos objetivos estratégicos mais amplos relacionados com a educação para o empreendedorismo, 2014/15 50

Figura 2.7: Apoio estratégico a parcerias relacionadas com a educação para o empreendedorismo, 2014/15 52

Figura 2.8: Abordagens de monitorização previstas nas ações estratégicas relacionadas com a educação para o empreendedorismo, 2014/15 54

Figura 2.9: Fontes de financiamento (nacional e da UE) para a educação para o empreendedorismo e tipo de estratégia em funcionamento, 2014/15 57

Figura 2.10: Financiamento nacional da educação para o empreendedorismo em 2014 60

Figura 2.11: Utilização do financiamento da UE para divulgar a educação para o empreendedorismo no decurso dos períodos 2007-2013 e 2014-2020 62

Capítulo 3: Currículo Escolar **65**

Figura 3.1: Abordagens curriculares à educação para o empreendedorismo, ensino primário e secundário inferior, 2014/15 67

Figura 3.2: Disciplinas que integram a educação para o empreendedorismo (CITE 1 e 2), 2014/15 70

Figura 3.3: Abordagens curriculares à educação para o empreendedorismo, 2014/15 ensino secundário superior geral e EFPI em meio escolar 71

Figura 3.4: Disciplinas que integram a educação para o empreendedorismo (CITE 3 e EFPI em meio escolar), 2014/15 70

Figura 3.5: Orientações centrais sobre métodos de ensino e de aprendizagem referentes à educação para o empreendedorismo, 2014/15 73

Figura 3.6: Experiências práticas de empreendedorismo no currículo, 2014/15, ensino primário e secundário inferior; ensino secundário superior geral e EFPI em meio escolar 76

Figura 3.7: Resultados de aprendizagem relativos à educação para o empreendedorismo no ensino primário e secundário inferior, 2014/15 85

Figura 3.8: Resultados de aprendizagem relativos à educação para o empreendedorismo no ensino secundário superior geral e no EFPI em meio escolar, 2014/15 91

Figura 3.9: Avaliação dos resultados de aprendizagem ligados à educação para o empreendedorismo, 2014/ 90

Capítulo 4: Formação de Professores e Tipos de Apoio **93**

Figura 4.1: Educação para o empreendedorismo como um tópico obrigatório na formação inicial de professores do ensino primário e secundário, de acordo com recomendações/orientações a nível central, 2014/15 94

Figura 4.2: Competências essenciais para uma pedagogia empreendedora na formação inicial de professores do ensino primário e secundário, de acordo com recomendações/orientações a nível central, 2014/15 99

Figura 4.3: Envolvimento de agentes externos na formação inicial de professores do ensino primário e secundário, de acordo com as recomendações/orientações a nível central, 2014/15 101

Figura 4.4: Disponibilidade de cursos de DPC especificamente ligados à educação para o empreendedorismo para professores no ensino primário e ensino secundário, 2014/15 98

Figura 4.5: Apoio para professores no ensino primário e no ensino secundário oferecido (ou financiado) pelas autoridades de nível central, 2014/15 104

Capítulo 5: Educação para o Empreendedorismo em Quatro Áreas Chave **105**

Figura 5.1: Modelo de progressão para analisar as fases de desenvolvimento da educação para o empreendedorismo (2010) 105

Figura 5.2: Síntese do estado da educação para o empreendedorismo em quatro áreas chave, 2014/15 106

CÓDIGOS E ABREVIATURAS

Códigos de países

UE/UE-28	União Europeia	**NL**	Países Baixos
		AT	Áustria
BE	Bélgica	**PL**	Polónia
BE fr	Bélgica – Comunidade francófona	**PT**	Portugal
BE de	Bélgica – Comunidade germanófona	**RO**	Roménia
BE nl	Bélgica – Comunidade flamenga	**SI**	Eslovénia
BG	Bulgária	**SK**	Eslováquia
CZ	República Checa	**FI**	Finlândia
DK	Dinamarca	**SE**	Suécia
DE	Alemanha	**UK**	Reino Unido
EE	Estónia	**UK-ENG**	Inglaterra
IE	Irlanda	**UK-WLS**	País de Gales
EL	Grécia	**UK-NIR**	Irlanda do Norte
ES	Espanha	**UK-SCT**	Escócia
FR	França	**EEE/EFTA e países candidatos**	
HR	Croácia	**BA**	Bósnia e Herzegovina
IT	Itália	**IS**	Islândia
CY	Chipre	**LI**	Listenstaine
LV	Letónia	**ME**	Montenegro
LT	Lituânia	**MK***	Antiga República Jugoslava da Macedónia
LU	Luxemburgo	**NO**	Noruega
HU	Hungria	**RS**	Sérvia
MT	Malta	**TR**	Turquia

MK*: código ISO 3166. http://www.iso.org/iso/country_codes/iso_3166_code_lists.htm

Códigos estatísticos

:	Informação não disponível	(–)	Não aplicável

Abreviaturas e acrónimos

DPC	Desenvolvimento Profissional Contínuo	**GEM**	Global Entrepreneurship Monitor
EE	Educação para o Empreendedorismo	**PISA**	Programme for International Student Assessment
EFPI	Ensino e Formação Profissionais Iniciais	**TALIS**	Teaching and Learning International Survey
FIP	Formação Inicial de Professores		

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

O desenvolvimento e a promoção da educação para o empreendedorismo é, desde há muitos anos, um dos principais objetivos estratégicos da União Europeia e dos Estados Membros. Há uma crescente consciencialização do potencial dos jovens para lançar e desenvolver os seus próprios projetos comerciais ou sociais, assumindo desse modo o papel de inovadores nas regiões onde vivem e trabalham. Neste contexto, a educação para o empreendedorismo é essencial, não só para moldar a mentalidade dos jovens, mas também para dotá-los das competências, conhecimentos e atitudes que são indispensáveis para o desenvolvimento da cultura empreendedora.

O presente relatório capta os mais recentes desenvolvimentos nesta matéria nos diferentes países europeus, dando continuidade a relatórios prévios da Rede Eurydice (2006, 2012). Abrange a educação escolar (ensino primário, secundário geral e ensino e formação profissionais iniciais (EFPI) em meio escolar) em todos os países e regiões da Rede Eurydice, exceto a Alemanha, Irlanda e Listenstaine. As secções infra sintetizam as principais conclusões do relatório, focando-se particularmente nas definições nacionais e nos indicadores contextuais (ver Capítulo 1), bem como nas medidas estratégicas e mecanismos de financiamento que apoiam a educação para o empreendedorismo (ver Capítulo 2). O relatório analisa igualmente a integração da educação para o empreendedorismo nos currículos escolares nacionais e os respetivos resultados de aprendizagem (ver Capítulo 3), bem como os programas de formação inicial e contínua de professores (ver Capítulo 4). O último Capítulo (Capítulo 5) oferece uma perspetiva dos elementos já implementados pelos diferentes países europeus e outros que exigem uma atenção acrescida a fim de obter novos avanços neste domínio.

A maioria das definições nacionais reflete um conceito geral de educação para o empreendedorismo idêntico à definição europeia de competências essenciais

Cerca de metade dos países adota a definição europeia de competências essenciais de educação para o empreendedorismo, e aproximadamente um terço dos países usa a sua própria definição nacional (ver Secção 1.1). Na maioria das definições (europeia e nacionais), o papel e a finalidade da educação para o empreendedorismo não refletem somente o contexto profissional e empresarial, mas também o contexto mais geral da vida de um indivíduo. Cerca de dez países não adotam uma definição comum de educação para o empreendedorismo no contexto nacional.

Em geral, os estudos revelam baixos níveis de participação na aprendizagem prática de empreendedorismo nas escolas e evidenciam a necessidade de desenvolver as competências empreendedoras dos jovens

Segundo o inquérito especial Eurobarómetro, *Entrepreneurship in the EU and beyond,* publicado em 2012, pouco menos de um quarto (23 %) dos inquiridos da UE afirmaram já ter participado em cursos ou atividades na escola relacionados com o empreendedorismo, definido neste contexto como a capacidade para transformar ideias em ações e desenvolver um projeto próprio (ver Secção 1.2.1). A probabilidade de inquiridos mais jovens terem participado num curso de empreendedorismo foi duas vezes mais elevada.

Os resultados do Estudo PISA 2012 revelam que uma larga percentagem de jovens de 15 anos carece de competências básicas de resolução de problemas (ver Secção 1.2.2). No entanto, uma das conclusões deste estudo é que os currículos escolares e os professores podem efetivamente fazer a diferença na transmissão de competências básicas de resolução de problemas.

Uma análise realizada pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) comprova uma forte correlação entre as capacidades (competências) empreendedoras percecionadas e a atividade empreendedora em fase inicial total (TEA - *Total Early Stage Entrepreneurial Activity*), o que indica a importância da educação no desenvolvimento das competências empreendedoras (ver Secção 1.2.5).

Em geral, as estratégias específicas de educação para o empreendedorismo são mais detalhadas e contêm um leque mais amplo de ações

Uma análise a diferentes áreas sugere que o desenvolvimento de estratégias específicas centradas exclusivamente na educação para o empreendedorismo oferece uma abordagem mais coerente e abrangente relativamente a este domínio (ver Secção 2.1). As estratégias específicas contêm um conjunto mais vasto de temas prioritários do que as estratégias gerais e incluem frequentemente as condições indispensáveis para apoiar a sua implementação, como seja uma abordagem interministerial, parcerias relevantes e participação das partes interessadas e ainda procedimentos sólidos de monitorização. Entre os diferentes tipos de estratégias gerais, as estratégias de inovação também são mais completas no domínio da educação para o empreendedorismo quando comparadas com outros tipos de estratégias. Determinadas estratégias gerais contêm poucas (por vezes uma única) ações relativas à educação para o empreendedorismo.

Há indícios de uma tendência emergente para a implementação de estratégias mais amplas no domínio da inovação

Nos países que adotaram no passado uma estratégia específica, há indícios de uma evolução no sentido de incluir os objetivos da educação para o empreendedorismo em estratégias mais amplas ligadas à inovação (ver Secção 2.1). A OCDE identificou uma tendência para estratégias de inovação mais gerais, com melhores perspetivas de coordenação entre a educação e a política de inovação, garantindo que o setor da educação constitui um parceiro ativo nos esforços para uma maior inovação ([1]). Quando os países/regiões concluírem a sua política estratégica atual, será interessante constatar qual a opção estratégica mais favorável à obtenção de progressos neste domínio político e prático.

As estratégias específicas de educação para o empreendedorismo concentram-se na Europa do Norte e na região dos Balcãs Ocidentais

A preponderância das estratégias específicas de educação para o empreendedorismo nos países nórdicos pode estar associada ao compromisso que estes países assumem com a inovação, evidenciado pelos seus índices de inovação consistentemente elevados nas classificações internacionais (ver Secção 2.1). A Suécia, Finlândia e Dinamarca assumem as posições de topo no *European Innovation Scorecard 2015* ([2]) e estão colocados no Top 10 a nível mundial, como mostra o Índice de Inovação Global ([3]); por sua vez, a Noruega encontra-se no Top 20 a nível mundial.

Na região dos Balcãs Ocidentais, esta tendência é apoiada por um enfoque na educação para o empreendedorismo visível no processo de avaliação da Lei das Pequenas Empresas (*Small Business Act*) ([4]) e nos resultados das Conclusões de Riga em matéria de ensino e formação profissional (EFP) ([5]). Em ambos os exemplos, trata-se de requisitos estratégicos nacionais em todos os países em fase de pré-adesão, que são monitorizados a nível nacional e europeu como elemento integral do processo de pré-adesão.

([1]) Estratégia de Inovação da OCDE 2010.

([2]) http://ec.europa.eu/growth/industry/innovation/facts-figures/scoreboards/index_en.htm

([3]) https://www.globalinnovationindex.org/content/page/data-analysis/

([4]) http://ec.europa.eu/growth/smes/business-friendly-environment/small-business-act/index_en.htm

([5]) Com as Conclusões de Riga de 22 de Junho de 2015, o Conselho da União Europeia acorda um novo conjunto de elementos a médio prazo na área do EFP para 2015-2020, como sejam o reforço das competências chave que incluem o empreendedorismo. http://ec.europa.eu/education/policy/vocational-policy/doc/2015-riga-conclusions_en.pdf

A empregabilidade é um objetivo comum a todos os tipos de estratégia

Em comparação com as estratégias mais gerais, as estratégias específicas de educação para o empreendedorismo abordam, em geral, o conjunto dos objetivos estudados, incluindo a cidadania ativa, o empreendedorismo social, a criação de empresas e a empregabilidade (ver Secção 2.1). Contudo, ambos os tipos de estratégia colocam uma forte ênfase na empregabilidade, o que pode estar associado à crise económica que a Europa enfrenta.

A definição de resultados de aprendizagem raramente representa uma prioridade nas estratégias adotadas

A definição de resultados de aprendizagem não é uma medida prioritária no âmbito das estratégias ligadas à educação para o empreendedorismo, pois somente oito países/regiões (Dinamarca, Estónia, Áustria, Polónia, Reino Unido (País de Gales), Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Antiga República Jugoslava da Macedónia) a incluem como tal (ver Secção 2.1.4). A ausência atual de resultados de aprendizagem relacionados com a educação para o empreendedorismo pode considerar-se como um dos principais entraves ao desenvolvimento de uma oferta educativa eficaz e de qualidade neste domínio. É necessário dar mais relevo à introdução de resultados de aprendizagem nos processos de avaliação em matéria de educação para o empreendedorismo. Trata-se de um elemento essencial para a qualidade da oferta de educação para o empreendedorismo, sendo destacada como uma medida estratégica por apenas dois países (Dinamarca e Estónia).

Poucas estratégias apresentam abordagens detalhadas de monitorização dos progressos e impactos

A maioria das estratégias evidencia uma boa colaboração e parcerias interministeriais (ver Secção 2.1.5). Todavia, pode ser necessário intensificar os esforços no sentido de apoiar os países no desenvolvimento e implementação de sistemas de monitorização mais sólidos. São poucos os países que dispõem de informação detalhada sobre o tipo de monitorização adotada; algumas estratégias gerais não estão ligadas concretamente aos resultados ou ao impacto da educação para o empreendedorismo e muitas vezes não há qualquer vínculo ao ciclo de desenvolvimento das políticas neste domínio. Considerando que, por toda a Europa, os fundos públicos e outros são cada vez mais apertados, é importante incentivar uma sólida reflexão sobre os progressos e o impacto das estratégias e respetivas ações.

Mais de metade dos países europeus atribuem fundos nacionais e europeus à educação para o empreendedorismo, mas é necessário desenvolver fontes de financiamento estáveis e abrangentes

Por toda a Europa, o desenvolvimento e a implementação da educação para o empreendedorismo são financiados por fontes nacionais e/ou europeias (ver Secção 2.2). O financiamento nacional é muitas vezes assegurado pelo ministério que tutela a educação, juntamente com outros ministérios competentes. Vinte e sete países/regiões europeus destinam fundos nacionais à educação para o empreendedorismo, a maior parte dos quais direcionados para a implementação da respetiva estratégia, tanto específica como geral.

Os fundos são atribuídos sob a forma de um orçamento específico destinado à educação para o empreendedorismo ou, mais frequentemente, como parte de uma dotação nacional global. Entre os países que adotam uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo, só a Suécia lhe atribui um orçamento nacional específico; os restantes países financiam a respetiva estratégia específica através de uma dotação nacional global. Luxemburgo, Malta e Países Baixos, por outro lado, não possuem uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo, mas

consagram um fundo nacional para o desenvolvimento e a implementação da educação para o empreendedorismo no âmbito de uma abordagem mais geral.

Para além do financiamento nacional, 24 países/regiões europeus beneficiam de fundos da UE direcionados para a educação para o empreendedorismo (ver Secção 2.2.3). Alguns países – Croácia, Hungria, Bósnia e Herzegovina e Turquia – dependem exclusivamente do financiamento da UE para promoverem a educação para o empreendedorismo em geral ou para a implementação da sua estratégia específica ou geral nesta área.

Por conseguinte, ambos os tipos de financiamento europeu, direto e indireto ([6]), são instrumentos cruciais para o desenvolvimento e implementação da educação para o empreendedorismo. Todavia, o financiamento europeu indireto pode produzir resultados mais sustentáveis na medida em que apoia programas operacionais com prioridades nacionais de investimento, objetivos específicos e medidas concretas durante um prazo mais alargado, em contraste com a abordagem baseada em projetos (a curto prazo) de financiamento direto da UE. A maioria dos países que utiliza o financiamento da UE para a implementação das suas estratégias específicas ou mais vastas relativamente à educação para o empreendedorismo é apoiada por financiamento indireto.

Mais de metade dos países europeus atribuem fundos nacionais e europeus ao desenvolvimento e implementação da educação para o empreendedorismo. No entanto, por toda a Europa é necessário desenvolver fontes de financiamento estáveis e a longo prazo, que assegurem uma abordagem global do financiamento da educação para o empreendedorismo, incluindo a implementação da estratégia, o currículo, a formação e apoio aos professores, a construção de parcerias com as partes interessadas, etc.

A educação para o empreendedorismo é cada vez mais reconhecida como um objetivo transversal ao currículo no ensino primário, mas é mais comummente ensinada no ensino secundário superior por via de diferentes abordagens

Podem identificar-se algumas tendências na forma como os países integraram a educação para o empreendedorismo nos programas escolares (ver Secção 3.1). No ensino primário, é incluída sobretudo sob a forma de objetivos transdisciplinares, comuns a todos os níveis de ensino.

A educação para o empreendedorismo é mais comum no nível secundário superior, onde apresenta mais variedade em termos de abordagens. Pode ser uma disciplina autónoma ou uma matéria integrada noutras disciplinas, sobretudo em ciências sociais, estudos económicos e empresariais. Por outro lado, neste nível de ensino, é muitas vezes integrada em disciplinas opcionais, o que não deixa de estar em consonância com o facto de os alunos terem, em geral, mais liberdade de escolha no ensino secundário superior do que em níveis de ensino inferiores. No entanto, é menos provável que a educação para o empreendedorismo alcance todos os alunos nos países onde é integrada em disciplinas opcionais em vez de obrigatórias, e onde não constitui um tema transversal ao currículo.

Mais de metade dos países dispõe de poucas ou nenhumas orientações pedagógicas

As orientações pedagógicas para a educação para o empreendedorismo são mais frequentes no nível secundário superior geral e no EFPI em meio escolar do que em níveis de ensino inferiores (ver Secção 3.1.3). Não existe muita diferença entre os países quanto ao tipo de atividade que é recomendada nas orientações pedagógicas. Se a aprendizagem ativa e fora da sala de aula são as mais comuns, já a aprendizagem experiencial é a menos difundida.

A investigação sugere que os métodos que envolvem as experiências dos alunos fora da sala de aula e que os relacionam com o mundo exterior são centrais no ensino do empreendedorismo. É

([6]) O financiamento da UE consiste em apoio financeiro direto, que é atribuído diretamente pelas instituições europeias aos beneficiários finais (por exemplo, Erasmus+), ou por financiamento indireto, como sucede no caso dos Fundos Estruturais (no caso da educação para o empreendedorismo em especial, é o Fundo Social Europeu).

importante contar com orientações claras que promovam um entendimento comum entre os professores relativamente aos métodos adequados à educação para o empreendedorismo e que contribuem para um ensino mais eficaz. O presente relatório sugere que, ainda que a maioria dos países confirme a integração da educação para o empreendedorismo nos seus currículos nacionais, muitas vezes não recomenda a utilização de qualquer método especial de ensino e de aprendizagem e deixa os professores com grande autonomia neste domínio.

Poucos países incluem as experiências práticas de empreendedorismo como componente regular e obrigatória no currículo

Os exemplos mais disseminados de experiências práticas de empreendedorismo são a criação de mini-empresas ou de empresas estudantis e atividades baseadas em projetos que comportam um claro processo de criação de ideias e um produto final tangível (ver Secção 3.2).

Muitas experiências práticas de empreendedorismo são geridas no âmbito de iniciativas em que o envolvimento de parceiros externos, como o programa *Junior Achievement*, é um elemento chave. Se na maior parte dos países esta questão se limita à oferta extracurricular, noutros países (Comunidade flamenga da Bélgica, Bulgária, Estónia, Grécia e Letónia) estes programas já estão integrados no currículo normal.

Na maioria dos países europeus, os resultados da aprendizagem ligados à educação para o empreendedorismo estão fragmentados; não são exaustivos nem refletem a progressão entre os níveis de ensino

A introdução de diferentes tipos de resultados de aprendizagem nos currículos escolares para a área da educação para o empreendedorismo é desigual entre os países da Europa (ver Secção 3.3). Alguns desses resultados, nomeadamente a autoconfiança, a capacidade de planear e de trabalhar em equipa, também constituem objetivos educativos gerais, não específicos da educação para o empreendedorismo, e são bastante generalizados. A criatividade é por vezes apresentada como um objetivo geral, sendo raro encontrá-la entre os resultados de aprendizagem explicitamente definidos para a educação para o empreendedorismo. A "gestão de recursos", a "gestão da incerteza/risco", "o papel dos empreendedores na sociedade" e "opções profissionais na área do empreendedorismo" são aspetos bastante específicos e por conseguinte muito menos comuns enquanto resultados de aprendizagem claramente definidos nos currículos europeus. A literacia financeira é um resultado de aprendizagem tradicionalmente associado à educação para o empreendedorismo, até porque é mais facilmente identificável e mensurável. Este relatório confirma que é um dos resultados de aprendizagem da educação para o empreendedorismo mais difundidos, transversal a todos os níveis de ensino.

No conjunto, apenas cerca de 15 países/regiões incluem uma ampla gama de resultados de aprendizagem no domínio do empreendedorismo (definidos em pelo menos seis categorias) em disciplinas obrigatórias e/ou áreas transversais ao currículo num nível de ensino, no mínimo. Nos programas de ensino dos níveis superiores, os resultados de aprendizagem não são significativamente mais elevados do que em níveis mais baixos. No entanto, assinalam-se diferenças na prevalência relativa dos resultados identificados. Nos níveis de ensino primário e secundário inferior, relacionam-se sobretudo com as categorias das atitudes e capacidades empreendedoras em termos de criatividade, planeamento, literacia financeira e trabalho de equipa. A nível do ensino secundário superior geral e do EFPI em meio escolar, há menos resultados de aprendizagem associados às atitudes empreendedoras e à capacidade para trabalhar em equipa, e mais para "gestão dos recursos", "gestão da incerteza/risco" e, na categoria dos conhecimentos, a "avaliação das oportunidades".

Falta uma avaliação específica dos resultados de aprendizagem em educação para o empreendedorismo, o que é ilustrativo da sua limitada integração

Só alguns países/regiões aplicam uma abordagem mais estruturada relativamente à progressão e à abrangência dos resultados de aprendizagem no domínio do empreendedorismo (Estónia, Espanha, Reino Unido (Escócia) e Noruega) (ver Secção 3.3.3). Vários países contam já com uma abordagem abrangente e estratégica, especialmente através do desenvolvimento de um referencial de competências. É o caso da Comunidade flamenga da Bélgica, Dinamarca, Áustria e Reino Unido (País de Gales).

Todavia, não existe ainda uma avaliação específica dos resultados de aprendizagem associada à educação para o empreendedorismo (ver Secção 3.3.4). Quando muito, são avaliados alguns resultados de aprendizagem em relação a disciplinas específicas, incluindo o empreendedorismo. Esta questão limita significativamente o ensino e a aprendizagem efetivos da educação para o empreendedorismo, na medida em que tanto os professores como os alunos tendem a focar-se mais nos aspetos do currículo que são objeto de avaliação.

Quase metade dos países europeus atribui autonomia às instituições de formação inicial de professores para introduzir a educação para o empreendedorismo

A avaliação da educação para o empreendedorismo na formação inicial dos professores (FIP) é uma tarefa complexa, na medida em que mais de três quartos dos países/regiões europeias atribuem autonomia às instituições de formação em matéria curricular ou não dispõem de regulações ou recomendações sobre a educação para o empreendedorismo no âmbito da FIP (ver Secção 4.1). Só uma análise de cada programa individualmente ou um inquérito sobre a situação efetiva nas instituições de formação inicial de professores pode esclarecer este assunto.

Apenas duas autoridades centrais recomendam que todos os futuros professores no ensino primário e secundário geral passem por uma introdução à educação para o empreendedorismo durante a sua formação inicial. Este é o caso da Estónia e Letónia. Na Dinamarca, a mesma recomendação diz respeito apenas aos futuros professores no ensino primário e secundário inferior. Noutros quatro países, as autoridades centrais fazem essa recomendação mas somente para alguns professores, dependendo da disciplina e do nível de ensino (Áustria, Eslováquia e Montenegro), ou do tipo de FIP seguida (Turquia).

Treze países/regiões mencionam nas suas recomendações centrais a relevância dos futuros professores adquirirem algumas das competências consideradas como essenciais para a educação para o empreendedorismo, sejam ela explícitas no contexto desta matéria ou não. Pelo menos quatro das cinco competências consideradas no relatório devem ser ensinadas a todos os futuros professores na Dinamarca, Estónia, Espanha, Letónia, Malta, Polónia e Noruega.

A oferta de cursos de educação para o empreendedorismo no âmbito do desenvolvimento profissional contínuo está mais desenvolvida do que na formação inicial de professores

Em 28 países/regiões, existe uma oferta de desenvolvimento profissional contínuo (DPC) para alguns professores especialistas de determinados níveis de ensino (ver Secção 4.2). Em 17 países/regiões, tal verifica-se para todos os professores do ensino primário e secundário geral. Estes cursos podem ser organizados pelas instituições normalmente encarregues do DPC ou pode ser delegada a organismos/associações especificamente centrados em educação para o empreendedorismo.

Apesar de ser muito difícil ter uma visão completa do que se passa na formação de professores, parece evidente que podem ser envidados esforços para melhorar, quer a formação inicial de professores, quer a oferta de cursos de DPC no domínio da educação para o empreendedorismo, a fim de ajudar os professores a familiarizarem-se com o tópico e as abordagens pedagógicas necessárias para o desenvolvimento das competências e atitudes empreendedoras dos seus alunos.

O material didático é a forma de apoio mais corrente disponibilizada pelas autoridades centrais

O principal tipo de apoio oferecido pelas autoridades centrais aos professores é o financiamento ou o desenvolvimento de material didático (17 países/regiões; ver Secção 4.3). Em 12 países/regiões, as autoridades centrais elaboram linhas de orientação sobre a educação para o empreendedorismo, por vezes em cooperação com outras partes interessadas. Existem centros especializados apoiados pelas autoridades centrais em 11 países/regiões (nas três Comunidades da Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Croácia, Áustria, Roménia, Finlândia e Montenegro).

A criação de redes de professores é outro método que se pode revelar útil para desenvolver um entendimento comum e partilhar boas práticas. Tem potencial para ser mais explorado, pois só a Dinamarca, Estónia, Espanha e França dispõem de redes de professores dedicadas à educação para o empreendedorismo.

Em alguns países/regiões, os setores privado e sem fins lucrativos já estão envolvidos no desenvolvimento de materiais didáticos e centros de recursos *online* para professores. Porém, a situação pode melhorar com um compromisso mais forte das autoridades centrais.

Por enquanto, nenhum dos países abrangidos por este relatório integra plenamente a educação para o empreendedorismo nos programas de ensino

A integração completa da educação para o empreendedorismo nos currículos do ensino regular implicaria que existe uma estratégia em vigor há alguns anos, que a sua monitorização é sistemática, que existem mecanismos de financiamento sólidos, que os resultados da aprendizagem são avaliados e que este tópico está plenamente integrado na FIP e no DPC para todos os professores (ver Capítulo 5). Distinguem-se duas áreas onde os progressos são imprescindíveis – os resultados de aprendizagem e a formação de professores. O desenvolvimento de resultados de aprendizagem detalhados e consistentes, aplicados em diversos níveis de ensino e especificamente avaliados é um fator essencial. Além do mais, a integração da educação para o empreendedorismo na FIP e no DPC para todos os professores, independentemente da disciplina e do nível de ensino lecionado é crucial para que os alunos possam beneficiar de uma oferta de elevada qualidade.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e a promoção da educação para o empreendedorismo representam, desde há muitos anos, objetivos estratégicos prioritários da UE e dos Estados-Membros. Tendo em conta o desemprego elevado entre os jovens, as crises económicas e as mudanças aceleradas associadas a uma economia e sociedade complexas e baseadas no conhecimento, é de prever que as competências transversais, nomeadamente o espírito empreendedor, sejam essenciais para que os jovens se tornem cidadãos ativos, criativos e empreendedores. Não obstante o facto de se tratar de uma área de investigação relativamente recente, já existe um conjunto bastante sólido de dados ([7]) que comprovam as vantagens da educação para o empreendedorismo para o indivíduo e para a sociedade. A nível nacional, verificam-se diferentes níveis de envolvimento, tendo alguns países assumido esse compromisso há mais de uma década, enquanto outros começam agora a dar os primeiros passos para integrar a educação para o empreendedorismo nas suas políticas educativas ([8]).

Há muito que a Comissão Europeia apoia o desenvolvimento da educação para o empreendedorismo. Na sua Comunicação de 2012 *Repensar a educação - Investir nas competências para melhores resultados socioeconómicos*, a Comissão enfatiza as competências transversais e particularmente as competências empreendedoras e recomenda que:

> «Os Estados-Membros devem promover as competências empreendedoras por meio de formas novas e criativas de ensino e aprendizagem a partir da escola primária, associando a esse esforço uma ênfase, desde o ensino secundário ao ensino superior, na oportunidade de criação de empresas como uma opção de carreira. A experiência do mundo real, adquirida pela aprendizagem baseada na resolução de problemas e em ligações às empresas, deveria ser incorporada em todas as disciplinas e adaptada a todos os níveis de ensino. Todos os jovens deveriam poder beneficiar de pelo menos uma experiência prática em empresa antes do final da escolaridade obrigatória» ([9]).

O Plano de Ação "Empreendedorismo 2020", publicado em 2013, identificou a educação para o empreendedorismo como uma das três áreas a exigir uma intervenção imediata ([10]).

Em dezembro de 2014, o Concelho adotou as conclusões sobre o empreendedorismo na educação e formação, enfatizando que o «desenvolvimento de uma mentalidade empreendedora pode trazer benefícios consideráveis para os cidadãos, tanto no âmbito da sua vida profissional como da sua vida privada». Convida os Estados-Membros a «promoverem o desenvolvimento de uma abordagem coordenada para a educação para o empreendedorismo em todo o sistema de educação e formação» ([11]).

Em 2015, o Parlamento Europeu adotou uma resolução sobre a promoção do empreendedorismo jovem através da educação e formação. Reconhece que:

> «alguns Estados-Membros ainda não desenvolveram uma política transversal ou uma abordagem estratégica à educação para o empreendedorismo ou currículos e métodos de ensino no domínio empresarial; considerando que nem todos os professores e responsáveis pela educação na Europa possuem formação suficiente em matéria de educação para o empreendedorismo»; e «salienta a necessidade de uma ampla abordagem do

([7]) Ver Referências no final do Relatório.

([8]) EACEA/Comissão Europeia (2012); McCoshan, A. et al. (2010).

([9]) Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões "Repensar a educação - Investir nas competências para melhores resultados socioeconómicos", COM/2012/0669 final.

([10]) Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre o Plano de Ação "Empreendedorismo 2020": Relançar o espírito empresarial na Europa. COM/2012/0795 final.

([11]) Conclusões do Conselho sobre o empreendedorismo na educação e formação, OJ C 17, 20.01.2015, p.2.

empreendedorismo como um conjunto de competências chave transversais para fins pessoais e profissionais» ([12]).

Objetivos e conteúdo do relatório

O presente relatório dá resposta à necessidade expressa nas conclusões do Conselho de enriquecer a base factual em matéria de educação para o empreendedorismo. As prioridades expressas nas conclusões do Conselho, e em várias outras orientações políticas europeias, têm sido tomadas em consideração na definição das questões a investigar e no âmbito do presente relatório.

A investigação comparativa e o desenvolvimento de indicadores neste domínio são ainda escassos. É, portanto, necessário desenvolver o conhecimento e a compreensão sobre como melhor reforçar as competências empreendedoras a fim de contribuir para o intercâmbio de práticas e a formulação de políticas.

Por conseguinte, tendo em conta a experiência proporcionada pelos dois relatórios precedentes da Unidade Eurydice sobre a educação para o empreendedorismo ([13]), esta nova análise pretende atualizar as informações relevantes sobre as estratégias, os currículos e os resultados de aprendizagem. Pretende igualmente preencher as lacunas na investigação e informação identificadas pelo Grupo de Peritos em Dados e Indicadores sobre a Aprendizagem e a Competência do Empreendedorismo ([14]) dando cobertura a temas como: parcerias, avaliação dos resultados de aprendizagem, formação e professores e regimes de financiamento.

O relatório consiste em cinco Capítulos, cada qual focado num aspeto diferente da educação para o empreendedorismo nas escolas europeias, sendo que o último elabora uma síntese dos aspetos abordados.

- O Capítulo 1 centra-se nas definições de “educação para o empreendedorismo” e respetivo contexto, analisando os indicadores estatísticos existentes.
- O Capítulo 2 oferece uma síntese geral das estratégias adotadas pelas autoridades de nível central para promover a educação para o empreendedorismo e as fontes de financiamento disponíveis.
- O Capítulo 3 analisa se, e de que maneira, a educação para o empreendedorismo está incorporada nos currículos escolares e nos resultados da aprendizagem.
- O Capítulo 4 debruça-se sobre a formação de professores e outros mecanismos de apoio a nível central dirigidos a professores, no quadro da implementação da educação para o empreendedorismo.
- O Capítulo 5 analisa o atual estado da educação para o empreendedorismo nos países europeus e os progressos da sua implementação.

O anexo inclui uma tabela com hiperligações (*links*) para as principais organizações, programas e publicações relacionadas com o apoio aos professores a nível de cada país.

([12]) Proposta de resolução do Parlamento Europeu de 8 de setembro 2015 sobre a promoção do empreendedorismo jovem através da educação e da formação. (2015/2006 (INI)).

([13]) EACEA/Eurydice (2012). O primeiro foi uma síntese dos dados das Unidades Nacionais da Rede Eurydice: *Entrepreneurship in Education in Europe. Explicitly recognised in curricula of upper secondary general education*. Outubro de 2006.

([14]) O grupo foi criado em dezembro de 2012 pela Comissão Europeia com a missão de avaliar as fontes de informação que podem apoiar os indicadores da educação para o empreendedorismo e definir o sistema de monitorização dos indicadores que permitirá uma avaliação da extensão atual da atividade da educação para o empreendedorismo na Europa. O Grupo inclui uma dúzia de membros de diferentes instituições, incluindo a Comissão Europeia (DG EAC e DG ENTR), EACEA (Unit A7), o Centro da Europa do Sudeste para a Aprendizagem do Empreendedorismo (SEECEL), *Junior Achievement Europe* (JA), Fundação Europeia para a Formação (FEF), *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) e OCDE.

Este relatório é complementado com sínteses informativas nacionais que fornecem informação de base sobre a educação para o empreendedorismo em cada sistema educativo.

Âmbito e metodologia

O relatório abrange a maioria dos membros da Rede Eurydice, exceto a Alemanha, a Irlanda e Listenstaine. Ainda assim, estes três países não participantes na recolha de dados da Eurydice podem ser mencionados na análise de outras fontes de informação.

É abrangida a educação escolar: ensino primário e ensino secundário geral, assim como o ensino e formação profissionais iniciais (EFPI) em meio escolar (níveis CITE 1, 2 e 3). Em consonância com os objetivos definidos para a educação para o empreendedorismo enquanto competência chave transversal a todos os alunos, a cobertura do EFPI em meio escolar limita-se ao tronco comum a TODOS os alunos (currículo de base) e às disciplinas opcionais disponíveis a TODOS os alunos, independentemente da via profissional escolhida. As áreas que são essencialmente dedicadas ao empreendedorismo enquanto percurso profissional, como sejam os estudos empresariais, não são contempladas neste estudo, na medida em que a presente análise se baseia na compreensão do empreendedorismo como competência chave transversal.

O relatório assenta numa definição comum de educação para o empreendedorismo. À semelhança do que sucedeu no relatório Eurydice 2012 (EACEA/Eurydice, 2012), esta definição é retirada da Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida de 2006, que identificou um "espírito de iniciativa e espírito empresarial" como uma das oito competências chave:

> «O espírito de iniciativa e o espírito empresarial referem-se à capacidade de os indivíduos passarem das ideias aos atos. Compreendem a criatividade, a inovação e a assunção de riscos, bem como, a capacidade de planear e gerir projetos para alcançar objetivos. Esta competência é útil aos indivíduos, não só na vida de todos os dias, em casa e na sociedade, mas também no local de trabalho, porque os torna conscientes do contexto do seu trabalho e capazes de aproveitar as oportunidades, e serve de base à aquisição de outras aptidões e conhecimentos mais específicos de que necessitam os que estabelecem uma atividade social ou comercial ou para ela contribuem. Tal deveria incluir a sensibilização para os valores éticos e o fomento da boa governação» ([15]).

O trabalho realizado desde 2006 conduziu a uma compreensão mais precisa do empreendedorismo como competência essencial. Por outro lado, não é possível estabelecer uma comparação direta com as conclusões do relatório de 2012 da Eurydice, na medida em que os conceitos, definições e metodologia foram aprimorados, concretamente em relação aos resultados de aprendizagem. A definição usada pelo anterior Grupo de Trabalho Temático para a Educação para o Empreendedorismo, que se baseia numa definição-quadro acordada por um grupo de trabalho internacional sobre a aprendizagem empresarial, foi adotada pelo presente relatório como uma definição comum:

> «Educação para o empreendedorismo refere-se à capacidade dos aprendentes desenvolverem as competências e o estado de espírito para transformar ideias criativas em ações empreendedoras. Trata-se de uma competência essencial para todos os aprendentes, que apoia o desenvolvimento pessoal, a cidadania ativa, a inclusão social e a empregabilidade. É relevante para o processo de aprendizagem ao longo da vida, em todas as disciplinas e para todos os tipos de educação e de formação (formal, não formal e informal) que contribuem para um espírito ou um comportamento empreendedor, com ou sem fins comerciais» ([16]).

([15]) Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de dezembro de 2006 sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, OJ L 394, 30.12.2006, p. 10.

([16]) Esta definição-quadro assenta na mesma que foi adotada por um grupo de trabalho internacional sobre a aprendizagem

Este relatório baseia-se nas respostas fornecidas pelas Unidades Nacionais da Rede Eurydice e/ou peritos nacionais a um questionário desenvolvido pela Unidade A7 Erasmus+: Análise das Políticas de Educação e de Juventude, que coordena a rede Eurydice no âmbito da Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA). No primeiro Capítulo, de natureza contextual, foram utilizadas outras fontes de informação, tais como o Eurostat, Eurobarómetro, OCDE e *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), para debater os indicadores disponíveis relacionados com a educação para o empreendedorismo. Em geral, os dados e indicadores disponibilizados pela Eurydice são qualitativos e apoiam-se sobretudo em informação oficial em matéria de legislação, regulamentação e políticas desenvolvidas pelas autoridades de nível central/superior que tutelam a educação. Na vasta maioria dos países, tais autoridades situam-se a nível nacional (estatal). Em alguns países, as regiões (Comunidades, *Länder*, etc.) são responsáveis por todas as questões em matéria de educação. Na Bélgica, Alemanha e Reino Unido, cada jurisdição dispõe do seu próprio Ministério da Educação.

Os dados Eurydice estão confinados às escolas do setor público com a exceção das três Comunidades da Bélgica e Países Baixos. Nestes países, as instituições privadas subvencionadas pelo Estado representam uma parcela significativa das matrículas escolares e obedecem às mesmas regras das escolas públicas. Consequentemente, estão incluídas neste estudo.

A preparação e elaboração do relatório foram coordenadas pela Unidade A7 (EACEA), tendo o seu conteúdo sido verificado por todas as Unidades Nacionais participantes. As principais conclusões são da responsabilidade exclusiva da Unidade Eurydice no seio da EACEA. Todos os participantes são mencionados na secção final do relatório.

no domínio do empreendedorismo em Genebra, a 18 de janeiro de 2012. O grupo de trabalho incluiu representantes da FEF, GIZ, ILO, UNESCO e UNEVOC.

CAPÍTULO 1: DEFINIÇÕES E CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO

As abordagens e objetivos da educação para o empreendedorismo podem variar em função do contexto nacional e da forma como é interpretado o conceito. Num dos extremos encontra-se uma interpretação estreita centrada no desenvolvimento das atitudes e competências que os jovens necessitam para criar e gerir os seus próprios empreendimentos ou para criar o seu próprio emprego. No extremo oposto, o empreendedorismo é visto como uma competência essencial que visa capacitar os jovens e dotá-los de competências transversais necessárias à cidadania ativa, à empregabilidade e se possível, mas não necessariamente, ao empreendedorismo e intraempreendedorismo.

1.1. Definições de educação para o empreendedorismo

O presente relatório apoia-se na Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 2006 sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, que identificou o "espírito de iniciativa e espírito empresarial" como uma das oito competências essenciais ([17]).

Esta conceptualização do empreendedorismo como competência chave foi aprofundada pelo Grupo de Trabalho Temático da Comissão Europeia para a Educação para o Empreendedorismo ([18]), sendo a sua definição utilizada no presente relatório:

> «A educação para o empreendedorismo refere-se ao desenvolvimento das competências dos aprendentes e à sua capacidade para transformar ideias criativas em ações empreendedoras. Trata-se de uma competência essencial para todos os aprendentes, que contribui para o desenvolvimento pessoal, cidadania ativa, inclusão social e empregabilidade. É relevante para o processo de aprendizagem ao longo da vida, em todas as disciplinas e para todos os tipos de educação e de formação (formal, não formal e informal) que contribuem para um espírito ou comportamento empreendedores, com ou sem finalidades comerciais».

Esta definição europeia comum sobre o empreendedorismo como competência chave revela uma perspetiva dupla ([19]). Em primeiro lugar, o desenvolvimento de atitudes, competências e conhecimentos empreendedores deverá permitir ao indivíduo transformar as ideias em ação. Em segundo lugar, o empreendedorismo está associado não só a atividades económicas e à criação de empresas mas, de um modo mais lato, a todas as áreas da vida e da sociedade ([20]). Uma ação inovadora e criativa pode ser empreendida no âmbito da criação de uma nova empresa, ou no seio de organizações já existentes, ou seja, como uma "atividade intraempreendedora".

Investigações prévias no domínio da educação para o empreendedorismo revelaram uma variação significativa nas práticas implementadas entre os países europeus e no seio destes, que são o produto de um entendimento e interpretação diferentes relativamente à noção de educação para o empreendedorismo ([21]). Num domínio em que a intervenção dos governos é com frequência limitada e carece de uma interpretação comum e/ou oficial, torna-se especialmente difícil para as partes interessadas obter uma perspetiva consensual.

Por conseguinte, importa determinar como se entende e define educação para o empreendedorismo nos diferentes países europeus e desse modo reconhecer e considerar as diferentes abordagens existentes. A compreensão do papel e da finalidade da educação para o empreendedorismo reflete-se igualmente nos respetivos resultados de aprendizagem.

([17]) Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de dezembro de 2006 sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida. OJ L 394.

([18]) Acordado em Genebra a 18 de janeiro de 2012 por um grupo de trabalho que incluiu representantes da ETF, GIZ, ILO, UNESCO e UNEVOC.

([19]) ICF GHK, 2014, p. 6.

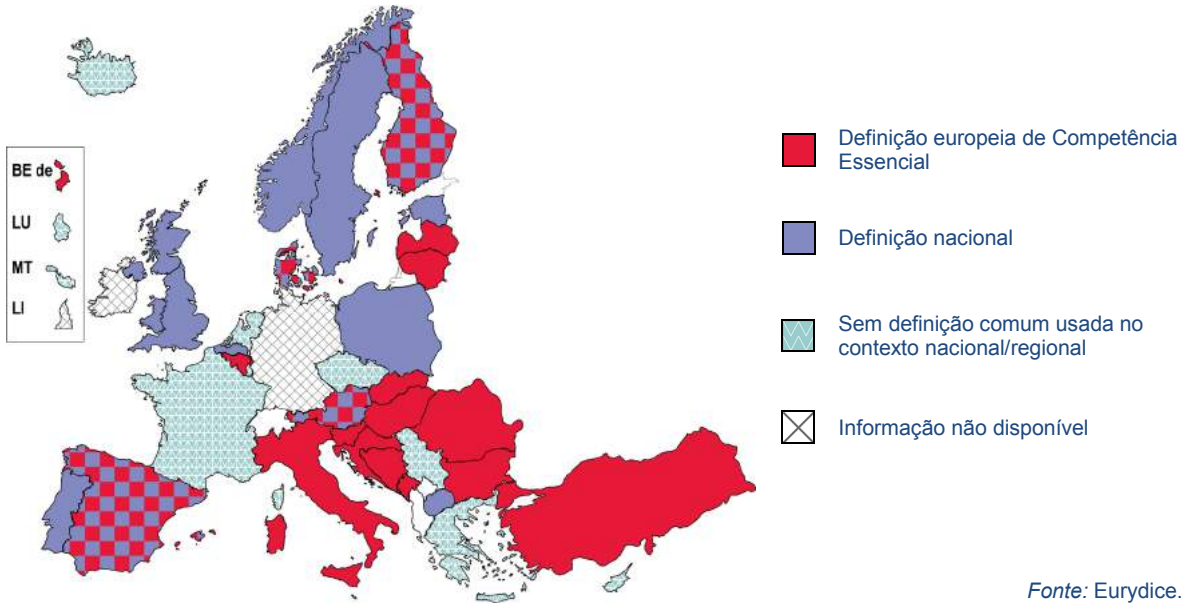
([20]) Ver ainda a recente definição de empreendedorismo na educação como "aprender para criar valor" em Lackéus 2015.

([21]) McCoshan, 2010, p. 14.

Um inquérito específico sobre esta matéria ([22]) ressaltou duas abordagens principais. A primeira envolve uma compreensão lata do empreendedorismo, similar à definição europeia de competência chave, que incide sobre os resultados de aprendizagem ligados à empregabilidade, cidadania ativa e competências empreendedoras para a vida pessoal e o trabalho. A segunda é de âmbito mais estreito e centra-se nos resultados de aprendizagem diretamente ligados à atividade empreendedora e empresarial, ou seja, como criar e gerir uma empresa.

A Figura 1.1 mostra quais são os países que perfilham a definição europeia supra mencionada de "Competência Essencial" e quais os que, ao invés ou por acréscimo, utilizam uma definição nacional nos respetivos documentos oficiais, partilhada e consensual entre a maioria das partes interessadas (*stakeholders*).

Figura 1.1: Definições de educação para o empreendedorismo usadas, partilhadas e aceites pela maioria das partes interessadas a nível central, 2014/15



Fonte: Eurydice.

Notas específicas por país

República Checa: Não existem documentos oficiais sobre a educação para o empreendedorismo. Por conseguinte, não é utilizada uma definição oficial. No entanto, alguns peritos utilizam a definição europeia de Competência Essencial.
Grécia: Apesar de não existir uma definição comum, as disciplinas no currículo escolar contribuem para o desenvolvimento da educação para o empreendedorismo e refletem a definição europeia de Competência Essencial.
França e **Países Baixos**: Há um entendimento comum de educação para o empreendedorismo em vez de uma definição comummente aceite. No contexto do ensino geral, refere-se ao desenvolvimento do sentido de responsabilidade, autonomia, criatividade, curiosidade e iniciativa dos alunos.
Chipre: Está atualmente em curso o desenvolvimento de uma definição nacional baseada na definição do Parlamento Europeu e do Conselho sobre as Competências Essenciais.
Malta: Apesar de não existir uma definição comum, a maioria das partes interessadas partilha a que é dada no documento "Matriz Curricular Nacional para Todos" (2012), que menciona que "o empreendedorismo permite às crianças e jovens desenvolver competências para a vida, permite-lhes lidar com a incerteza, reagir à mudança e ser criativos".

Cerca de metade dos países utiliza a definição europeia e aproximadamente um terço dos países aplicam a sua própria definição nacional de educação para o empreendedorismo. Em aproximadamente dez países não existe uma definição consensual de educação para o empreendedorismo no contexto nacional.

A maioria das definições nacionais reflete a mesma compreensão abrangente de educação para o empreendedorismo contida na definição europeia de Competência Essencial. O papel e a finalidade da educação para o empreendedorismo traduzem, não só o contexto profissional e empresarial, mas também o contexto mais genérico da vida de um indivíduo.

([22]) Comissão Europeia, 2014b, p. 41.

Um número limitado de definições nacionais enfatiza um entendimento mais restrito, concretamente as que são utilizadas em Espanha, Reino Unido (Irlanda do Norte) e Noruega. A definição espanhola insiste nos conhecimentos e competências relativas às oportunidades de carreira e de emprego, mas também menciona a educação financeira e os princípios da atividade empresarial, assim como o desenvolvimento de atitudes que conduzem a uma mudança de mentalidade e contribuem para o desenvolvimento de atitudes empreendedoras e capacidade para pensar de forma criativa e gerir o risco e a incerteza. A definição do Reino Unido (Irlanda do Norte) refere-se às competências que permitem aos indivíduos dar um "contributo único, inovador e criativo para o mundo do trabalho, seja no emprego ou no trabalho por conta própria", enquanto na Noruega, a definição sublinha a relevância do empreendedorismo em todos os domínios da vida profissional e da atividade empresarial.

Entre as definições nacionais com uma interpretação mais lata, observam-se diferenças na forma como é expressa a finalidade da educação para o empreendedorismo.

A Comunidade flamenga da Bélgica menciona o valor acrescentado "a cada indivíduo na sua vida quotidiana em casa ou na sociedade"; em Malta são referidas as "competências para a vida". O "Modelo Trio" de educação para o empreendedorismo na Áustria (ver Secção 3.3.3) determina que o "objetivo final é criar uma sociedade civil sustentável e dinâmica de cidadãos". Segundo a definição finlandesa, as qualidades (relacionadas com o empreendedorismo) "são úteis no quotidiano em termos de educação, trabalho, atividades lúdicas e outras atividades sociais", enquanto na Suécia se referem as atividades em contextos sociais, culturais ou económicos. A definição da Antiga República Jugoslava da Macedónia indica "os princípios básicos de eficiência na vida quotidiana sem uma ênfase particular na criação de empresas".

O Reino Unido (Inglaterra) usa um termo diferente, designadamente *enterprise education* ([23]) em vez de educação para o empreendedorismo. Este conceito engloba um leque alargado de competências e atributos que formam o empreendedorismo individual em vez de se focar na necessidade óbvia de criar mais *start-ups* e de uma economia mais empreendedora. Os elementos chave da *enterprise education* ("educação empreendedora") são a intenção e a capacidade de empreender. No Reino Unido (País de Gales), ambos os termos são usados, "educação empreendedora" e "educação para o empreendedorismo". O último termo visa "dar aos jovens a possibilidade de serem positivos, proativos e bem-sucedidos na sua abordagem à vida e ao trabalho".

1.2. Contexto da educação para o empreendedorismo

Esta Secção debruça-se sobre o contexto mais amplo da educação para o empreendedorismo, incluindo os aspetos sociais e culturais, como por exemplo as atitudes em relação ao empreendedorismo; analisa os indicadores disponíveis que revelam como os europeus se vêm a si próprios em termos de competências empreendedoras. Observa igualmente o modo como os peritos avaliam um aspeto concreto da educação para o empreendedorismo no seu país, nomeadamente a formação na área da criação e gestão de pequenas e médias empresas (PMEs). Em seguida, a Secção explora até que ponto os professores se consideram bem preparados para ensinar temas transversais ao currículo, como o empreendedorismo, por exemplo. Por último, são debatidos alguns indicadores relativos aos eventuais resultados da educação para o empreendedorismo, isto é, a intenção e atividade empreendedoras e o autoemprego entre os jovens.

Estes últimos indicadores apontam obviamente para alguns dos resultados possíveis – aqueles que estão relacionados com a definição mais restrita de educação para o empreendedorismo já aqui descrita (ver Secção 1.1). Efetivamente, a partir de uma ótica orientada para a empresa ou o negócio,

([23]) *Enterprise education* é definida como a «aplicação de ideias criativas a situações práticas». Destina-se a sensibilizar para a mentalidade e as competências necessárias para responder a oportunidades, necessidades e desafios tais como a resolução de problemas, trabalho de equipa, comunicação, criatividade e resiliência. Pode aplicar-se a todo o currículo, ultrapassar o âmbito empresarial e estender-se a um vasto leque de competências práticas e sociais. (*Young enterprise: Outcomes map: Enterprise education and employability* (2015)).

o primeiro objetivo da educação para o empreendedorismo consiste em incutir nos jovens a noção de que podem tornar-se empreendedores e criar o seu próprio negócio; o próximo passo será equipá-los com as competências necessárias para concretizar este objetivo. Neste contexto, menciona-se com frequência que, na Europa, o nível de empreendedorismo e mais especificamente, de autoemprego, é mais baixo em comparação com outras partes do mundo, como os Estados Unidos da América. No atual clima económico caracterizado por um elevado desemprego, especialmente entre os jovens, os governos nacionais e a União Europeia procuram reforçar as competências de empreendedorismo como um meio para criar riqueza e emprego. Ao olhar concretamente para os potenciais jovens empreendedores, reconhece-se que estes ainda enfrentam barreiras significativas nos seus esforços para transformar ideias em ação com vista à criação de negócios. Estas barreiras incluem: atitudes sociais, falta de competências e uma inadequada educação para o empreendedorismo ([24]).

1.2.1. Atitudes sobre o empreendedorismo e perceções dos indivíduos sobre as suas competências empreendedoras

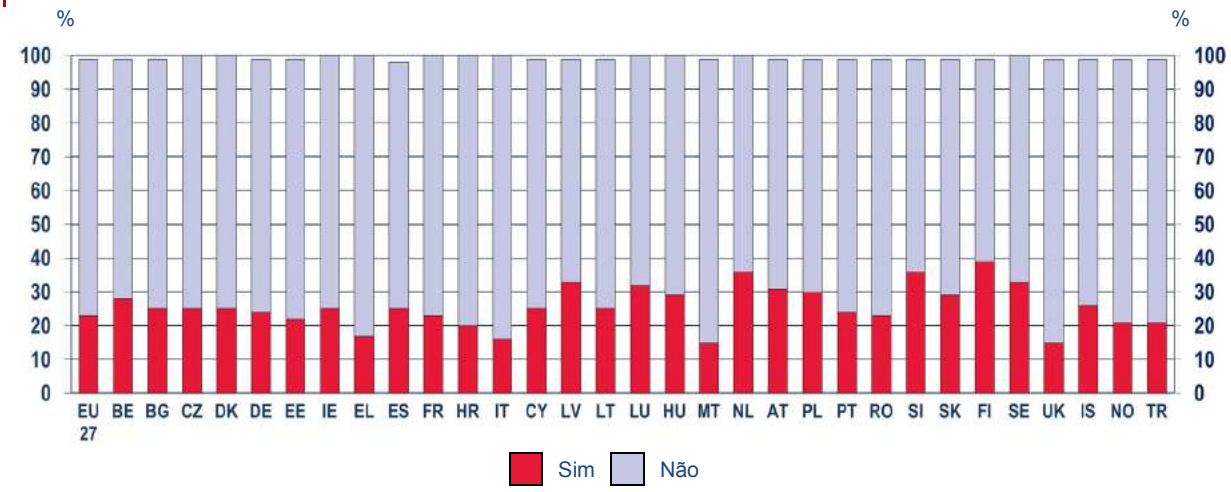
Uma das áreas em que a educação para o empreendedorismo pode exercer influência é nas atitudes e perceções a respeito do empreendedorismo. O Eurobarómetro especial sobre *Entrepreneurship in the EU and beyond,* publicado em 2012, lança algumas luzes sobre as perceções e opiniões a respeito do empreendedorismo e dos empreendedores na Europa. Foi perguntado aos inquiridos se concordavam com uma série de declarações acerca do empreendedorismo. As respostas mostram que um número considerável de inquiridos (EU 27, com 15 anos e superior) concorda que os "empreendedores são criadores de emprego" (87 % concordaram totalmente) e "criam novos produtos e serviços que beneficiam toda a população" (79 % concordaram totalmente). Por outro lado, a maioria dos inquiridos expressou igualmente uma perceção negativa sobre os empreendedores, concordando que estes "se aproveitam do trabalho dos outros" (57 % concordaram totalmente) e "têm motivações egoístas" (52 % concordaram totalmente). Olhando para os resultados individuais de cada país, observam-se naturalmente algumas diferenças. Na Dinamarca e Áustria, por exemplo, poucos inquiridos concordaram com a afirmação de que os "empreendedores se aproveitam do trabalho dos outros" (20 % e 33 % respetivamente), mas nos restantes países, a percentagem que concorda com a afirmação é especialmente elevada – na Polónia (91 %), Letónia (80 %) e Eslováquia (80 %). Quanto à afirmação de que os "empreendedores têm motivações egoístas", uma vez mais, na Dinamarca a percentagem que concorda é relativamente baixa (26 %) mas o valor na Irlanda (36 %) e na Finlândia (38 %) foi mais alto. Em contraste, uma maioria bastante significativa concordou com esta afirmação em Chipre (70 %), Grécia (67 %) e Lituânia (67 %). Estas perceções complexas e por vezes fragmentadas relativamente aos empreendedores também podem explicar parcialmente as diferentes atitudes em relação à educação para o empreendedorismo, não só entre decisores políticos e outras partes interessadas, mas também entre professores e alunos.

O mesmo inquérito inquiriu também acerca do papel da educação na atividade empreendedora. Foi perguntado aos inquiridos se já tinham participado em algum curso ou atividade na escola relacionada com o empreendedorismo, definido como a capacidade de transformar ideias em ações e de desenvolver o seu próprio projeto ([25]) (ver Figura 1.2). Pouco menos de um quarto (23 %) dos inquiridos da UE responderam afirmativamente, enquanto pouco mais de três quartos (76 %) responderam negativamente. É curioso, mas não surpreendente, que os inquiridos jovens tenham mostrado mais probabilidade de ter participado num curso sobre empreendedorismo: 34 % dos inquiridos entre os 15-24 anos já tinham participado num curso, mas a percentagem baixou gradualmente para 17 % entre os inquiridos com idades superiores a 55 anos. Os países com a parcela mais elevada de inquiridos que afirmaram ter participado num curso ou atividade de empreendedorismo são a Finlândia (39 %), Países Baixos (36 %), Eslovénia (36 %), Letónia (33 %), Suécia (33 %), Luxemburgo (32 %), Áustria (31 %) e Polónia (30 %). As respostas menos positivas encontraram-se em Malta e no Reino Unido (15 % respetivamente), Itália (16 %) e Grécia (17 %).

([24]) OCDE, 2012.

([25]) Flash Eurobarometer 354, 2012, p. 117.

Figura 1.2: Percentagem de inquiridos que participaram num curso ou atividade escolar relacionada com o empreendedorismo, 2012



%	UE-27	BE	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	HR	IT	CY	LV	LT	LU
Sim	23	28	25	25	25	24	22	25	17	25	23	20	16	25	33	25	32
Não	76	71	74	75	75	75	77	75	83	73	77	80	84	74	66	74	68
%	HU	MT	NL	AT	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK		IS	LI	NO	TR
Sim	29	15	36	31	30	24	23	36	29	39	33	15		26	:	21	21
Não	71	84	64	68	69	75	76	63	70	60	67	84		73	:	78	78

Fonte: Flash Eurobarometer 354: Entrepreneurship in the EU and beyond.

O inquérito também continha algumas questões mais detalhadas sobre o papel e os resultados da educação para o empreendedorismo na escola, nomeadamente:

- "A minha formação escolar ajuda-me/ajudou-me a desenvolver um sentido próprio de iniciativa e uma espécie de atitude empreendedora;
- "A minha formação escolar ajuda-me/ajudou-me a compreender melhor o papel dos empreendedores na sociedade";
- "A minha formação escolar transmite-me/transmitiu-me as competências e o *know-how* que me permitem gerir um negócio";
- "A minha formação escolar está a despertar/despertou o meu interesse em tornar-me um empreendedor".

Denota-se uma espécie de progressão neste questionário. Senão, veja-se: a primeira foca-se em atitudes e competências transversais, a segunda no conhecimento sobre os empreendedores, a terceira nas competências empreendedoras propriamente ditas e a última na intenção ou aspiração de vir a tornar-se num empreendedor. Metade dos inquiridos na UE respondeu positivamente à primeira pergunta, concordando que a sua formação escolar os ajudou a desenvolver um espírito de iniciativa e uma espécie de atitude empreendedora. Pouco menos de metade dos inquiridos da UE (47 %) concordou que os ajudou a compreender melhor o papel dos empreendedores na sociedade; 41 % concordou que lhes transmitiu as competências para gerir um negócio; mas menos de um terço (28 %) concordou que lhes despertou o interesse para se tornarem empreendedores. Uma vez mais, os inquiridos entre os 15-24 anos mostraram maior probabilidade de concordar com as quatro afirmações do que os inquiridos mais velhos.

Obviamente, ao analisar-se estes dados, deve ter-se em conta que o inquérito foi concluído há alguns anos (2012). Além disso, relativamente aos inquiridos mais velhos, deve recordar-se que, como já decorreu muito tempo desde que concluíram os estudos, as suas respostas não refletem o impacto das recentes políticas e transformações nos sistemas educativos mencionados ao longo deste relatório (ano de referência 2014/15). Acresce que o inquérito do Eurobarómetro tenta captar as perceções e opiniões dos inquiridos e retratar a avaliação de cada um a respeito das suas próprias capacidades, em vez de apresentar uma avaliação objetiva. Não obstante, consegue dar alguma

ideia sobre o ponto de partida para uma avaliação do progresso obtido a partir dos atuais esforços para promover a educação para o empreendedorismo na escola.

1.2.2. Literacia financeira e resolução criativa de problemas

A literacia financeira é tradicionalmente associada à educação para o empreendedorismo. Em alguns casos, tem inclusivamente sido equiparada à mesma. De qualquer forma, a literacia financeira é comummente aceite como uma das competências ou um dos resultados de aprendizagem transmitidos pela educação para o empreendedorismo. É igualmente uma das raras competências de empreendedorismo que tem sido objeto de uma avaliação sistemática.

Em 2012, o PISA incluiu, pela primeira vez, uma avaliação da literacia financeira dos alunos. O PISA define literacia financeira como o «conhecimento e a compreensão de conceitos e riscos financeiros, e as capacidades, motivação e confiança para aplicar esse conhecimento a fim de tomar decisões eficazes numa variedade de contextos financeiros com o objetivo de melhorar o bem-estar financeiro dos indivíduos, da sociedade e da vida económica». Os resultados dos 18 países europeus participantes mostram que os alunos da Comunidade flamenga da Bélgica, Estónia, República Checa, Polónia e Letónia obtiveram uma classificação mais alta do que a média da OCDE. No extremo oposto, encontram-se a Itália, República Eslovaca, Croácia, Espanha, Eslovénia e França com classificações abaixo da média.

Uma conclusão interessante extraída deste primeiro inquérito PISA sobre a literacia financeira é que a cidade com um desempenho mais elevado (Xangai) não se situa num país que tenha introduzido efetivamente qualquer tipo de educação financeira no seu currículo escolar ([26]). Isto revela que muito pouco se sabe sobre como desenvolver competências transversais como a literacia financeira.

A resolução criativa de problemas também foi integrada na avaliação de 2012 do PISA, como a primeira competência transversal a ser testada. A próxima avaliação (a ser publicada em 2018) irá incluir a resolução colaborativa de problemas. Ambas as dimensões estão intrinsecamente associadas às competências empreendedoras, na medida em que contêm elementos comuns, tais como lidar com a incerteza, desenvolver um espírito de iniciativa e procurar oportunidades inovadoras. Na sua definição de resolução de problemas, o PISA considera que esta é a «chave para o sucesso em qualquer situação e pode ser desenvolvida na escola através das disciplinas do currículo».

Os resultados da avaliação de 2012 mostram que uma larga proporção de jovens de 15 anos carece de competências básicas de resolução de problemas. Olhando para os resultados nacionais, a Finlândia lidera os países europeus participantes, enquanto o Reino Unido (Inglaterra), Estónia, França, Países Baixos, Itália, República Checa, Alemanha, as três comunidades da Bélgica, Áustria e a Noruega também ficam acima da média da OCDE. Uma das conclusões desta avaliação é que os currículos escolares e os professores marcam efetivamente a diferença na aquisição de competências de resolução de problemas ([27]).

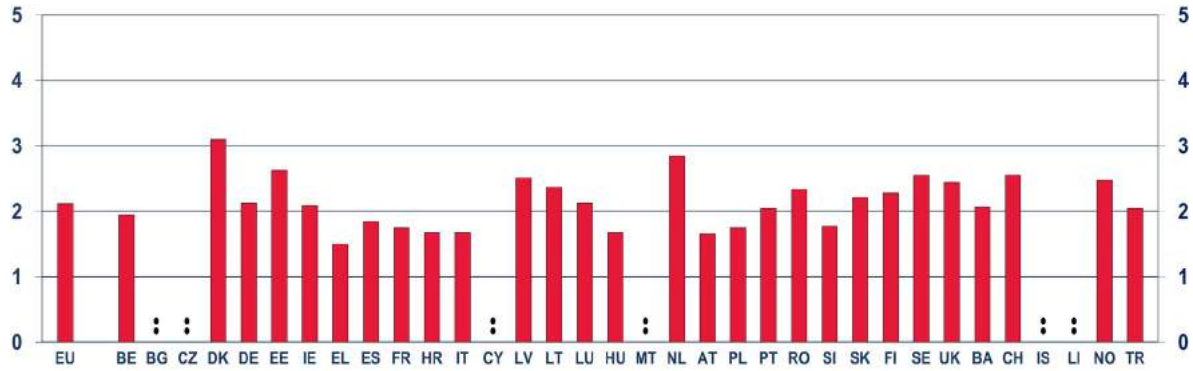
1.2.3. Perceções dos peritos sobre o contributo da educação para a criação de uma cultura empreendedora

O *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) é o mais importante estudo a nível mundial sobre o empreendedorismo. Este estudo debruça-se sobre dois elementos: os comportamentos e atitudes empreendedoras dos indivíduos, e o contexto nacional, explicando a sua influência sobre o empreendedorismo. O inquérito GEM inclui uma parte específica que deve ser tratada por um conjunto de peritos em cada país participante. Estes peritos devem avaliar o papel da educação na promoção de uma cultura empreendedora no seu país.

([26]) *PISA in Focus*, 2014/07, p. 3.

([27]) *PISA in Focus*, 2014/04, p. 4.

Figura 1.3: Perceções dos peritos relativamente ao grau de integração da formação sobre a criação e gestão de PMEs no sistema de educação e formação, nos níveis primário e secundário, 2014



5 = muito positivo ("absolutamente verdadeiro") 1 = muito negativo ("absolutamente falso")

UE	BE	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	HR	IT	CY	LV	LT	LU	HU
2,12	1,95	:	:	3,1	2,13	2,63	2,09	1,5	1,84	1,75	1,68	1,68	:	2,51	2,37	2,13	1,68
MT	**NL**	**AT**	**PL**	**PT**	**RO**	**SI**	**SK**	**FI**	**SE**	**UK**		**BA**	**CH**	**IS**	**LI**	**NO**	**TR**
:	2,85	1,66	1,75	2,04	2,34	1,77	2,21	2,28	2,55	2,44		2,06	2,56	:	:	2,48	2,04

Fonte: *Global Entrepreneurship Monitor: National Expert Survey Measures,* 2014.

Nota explicativa

O Inquérito aos Peritos Nacionais do GEM controla os fatores que se pensa terem um impacto significativo sobre o empreendedorismo, conhecidos como "Condições Estruturais do Empreendedorismo". O inquérito aos peritos nacionais é realizado anualmente, durante o mesmo período de tempo, pelas equipas nacionais do GEM, compostas por um mínimo de 36 peritos (quatro para cada uma das nove componentes das Condições Estruturais do Empreendedorismo), usando o questionário do GEM.

A maioria dos países europeus obteve classificações baixas. Os que obtiveram resultados ligeiramente acima da média (2,5 pontos) são a Dinamarca (o único país europeu que obteve mais de 3 pontos), Estónia, Letónia, Países Baixos, Suécia e Suíça. A Lituânia, Roménia, Eslováquia, Finlândia e Noruega também alcançaram perto de 2,5 pontos. O relatório conclui que, se um país pretende ser mais proativo no desenvolvimento de uma cultura empreendedora, «deve implementar políticas e programas consistentes a fim de restruturar a capacidade dos sistemas educativos para transmitir competências de empreendedorismo como [...] competências transversais para todos» ([28]).

1.2.4. Desenvolvimento profissional contínuo para o ensino de competências transversais ao currículo

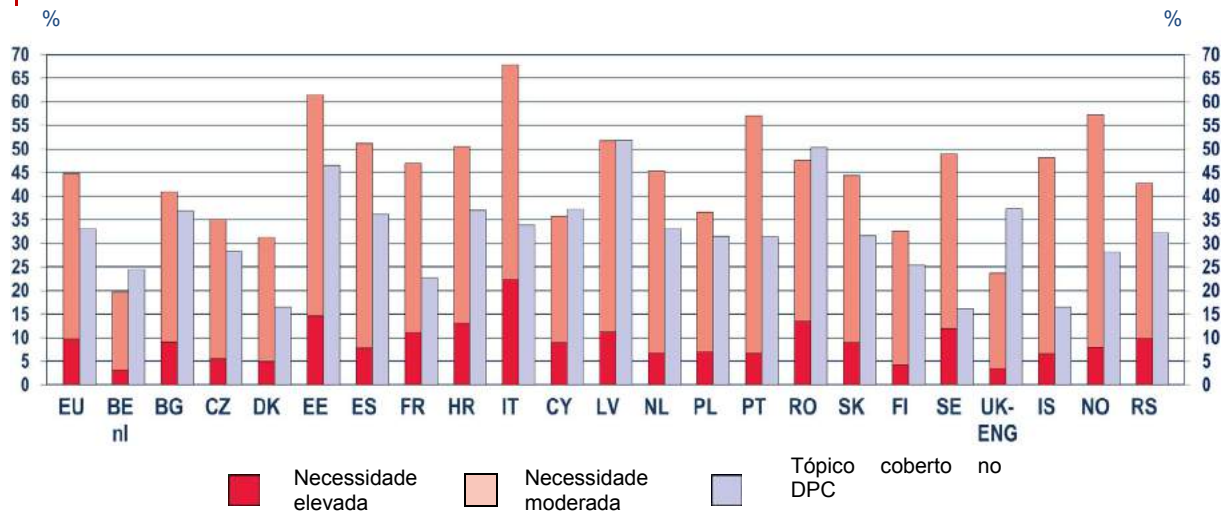
O recente relatório Eurydice, *The teaching profession in Europe: Practices, perceptions, and policies* (Comissão Europeia/EACEA/Eurydice, 2015b), constata que pode existir um desfasamento entre os tópicos cobertos pelas atividades de desenvolvimento profissional contínuo (DPC) e as necessidades reais dos professores. Uma análise secundária do inquérito TALIS de 2013 (OCDE) *Teaching and Learning International Survey* revela que esse desfasamento também diz respeito ao ensino de competências transversais ao currículo, onde se encaixa a competência chave do "empreendedorismo". Em geral, uma vasta proporção de professores no ensino secundário inferior expressa necessidades moderadas ou elevadas de desenvolvimento profissional em competências transversais ao currículo quando confrontados com a proporção de docentes que afirma que as suas atividades de DPC abrangeram este tópico. A nível da UE, 44,8 % dos professores expressam uma necessidade moderada ou elevada nesta área, enquanto somente 33,2 % consideram que as atividades de DPC em que participaram cobriram este tópico.

([28]) GEM, 2014, p. 31.

A Figura 1.4 mostra os resultados nacionais para os países que participaram no inquérito. Na maioria deles, o padrão é similar ao nível da UE, com uma proporção mais baixa de professores a declarar que o tópico foi coberto por atividades de DPC em confronto com os que expressam uma necessidade moderada ou elevada de DPC.

Em alguns países o desfasamento é maior, como no caso da França, Itália, Portugal, Suécia, Islândia e Noruega. Em contraste, e com a devida consideração por erros padrão (E.P.), dois países apresentam uma percentagem mais elevada de professores que declaram que o tópico "ensino de competências transversais ao currículo" foi coberto nas suas atividades de DPC quando comparados com os que expressaram necessidades moderadas ou elevadas nesta área. Trata-se da Comunidade flamenga da Bélgica e do Reino Unido (Inglaterra). Noutros, as necessidades e a cobertura são praticamente equivalentes, como sucede em Chipre, Letónia e Roménia. Por último, o TALIS mede as perceções dos professores e não as taxas reais de participação. A perceção dos professores, conforme a medição do TALIS, é um indicador importante para o que se passa efetivamente, ou pelo menos para aquilo que os professores consideram que é a realidade. A necessidade expressa indicaria pelo menos que os professores não se sentem preparados ou confortáveis para ensinar as competências transversais ao currículo, e ao mesmo tempo que as atividades de DPC não cobrem suficientemente essa necessidade. Se os professores são considerados como um veículo importante para o ensino do empreendedorismo, será benéfico resolver essas discrepâncias.

Figura 1.4: Proporção de professores no ensino secundário inferior (CITE 2) que declaram que as suas atividades de desenvolvimento profissional cobriram o tópico do "ensino de competências transversais ao currículo" nos 12 meses que precederam o inquérito, e a proporção de professores que expressaram níveis moderados e/ou elevados de necessidades de desenvolvimento profissional no mesmo tópico, 2013



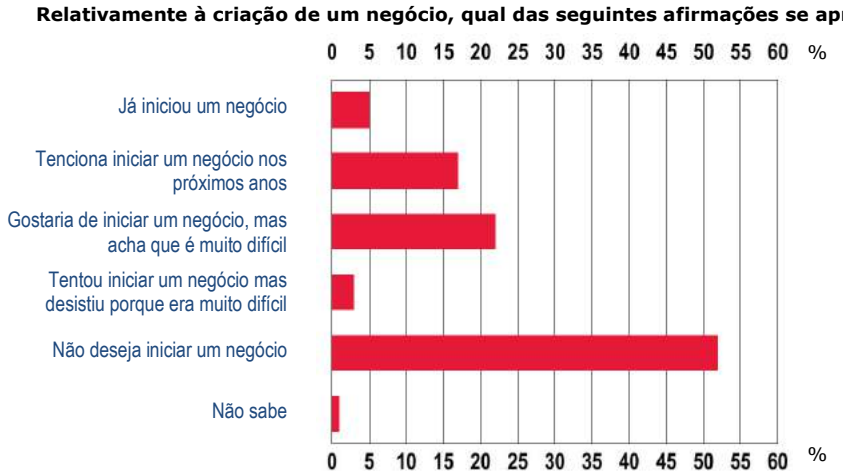
%	UE	BE nl	BG	CZ	DK	EE	ES	FR	HR	IT	CY	LV	NL	PL	PT	RO	SK	FI	SE	UK-ENG	IS	NO	RS
Necessidade elevada	9,8	3,2	9,1	5,6	5,1	14,7	7,9	11,2	13,1	22,3	9,0	11,3	6,8	7,2	6,8	13,7	9,0	4,3	12,0	3,6	6,6	8,0	10,0
E.P.	*0,20*	*0,34*	*0,72*	*0,46*	*0,62*	*0,78*	*0,52*	*0,66*	*0,72*	*0,75*	*0,72*	*0,88*	*0,88*	*0,64*	*0,52*	*0,79*	*0,55*	*0,48*	*0,65*	*0,52*	*0,74*	*0,90*	*0,47*
Necessidade moderada	35,0	16,5	31,9	29,5	26,3	46,8	43,3	35,9	37,5	45,6	26,7	40,5	38,6	29,5	50,3	34,0	35,4	28,3	37,1	20,2	41,6	49,3	32,9
E.P.	*0,37*	*0,70*	*1,27*	*1,01*	*1,41*	*1,08*	*0,99*	*1,00*	*0,87*	*1,02*	*1,21*	*1,24*	*1,31*	*1,09*	*1,21*	*1,15*	*0,86*	*1,17*	*1,03*	*0,89*	*1,45*	*1,52*	*0,87*
Participação	33,2	24,5	37,0	28,3	16,6	46,6	36,3	22,8	37,1	34,0	37,3	51,9	33,2	31,6	31,5	50,4	31,7	25,4	16,2	37,4	16,6	28,2	32,3
E.P.	*0,48*	*1,02*	*1,59*	*1,32*	*0,93*	*1,32*	*1,32*	*1,17*	*1,06*	*1,21*	*1,60*	*1,38*	*1,40*	*1,03*	*1,02*	*1,16*	*1,37*	*1,04*	*0,94*	*1,75*	*1,19*	*1,44*	*1,14*

Fonte: Eurydice, com base no TALIS 2013.

1.2.5. Intenções empreendedoras

Um recente inquérito do Eurobarómetro ([29]) indica que, na perspetiva de muitos jovens europeus, o empreendedorismo não parece oferecer uma solução alternativa à atual crise do emprego. Efetivamente, conforme revela o inquérito (ver Figura 1.5), mais de metade dos inquiridos declararam não ter qualquer desejo de iniciar o seu próprio negócio (52 %). Apenas um em cinco (22 %) gostaria de iniciar um negócio mas considera tratar-se de algo muito difícil.

Figura 1.5: Jovens (15-29 anos) que gostariam de criar o seu próprio negócio, média da UE-28, 2014



Base: todos os inquiridos.

Fonte: *Flash Eurobarometer* do Parlamento Europeu (EP EB395) sobre "European Youth in 2014".

Apenas um quarto dos jovens europeus são mais proativos quanto à criação de um negócio/empresa (5 % já o fizeram, 17 % têm a intenção de o fazer brevemente e 3 % tentaram iniciar um negócio mas desistiram porque era demasiado difícil) ([30]).

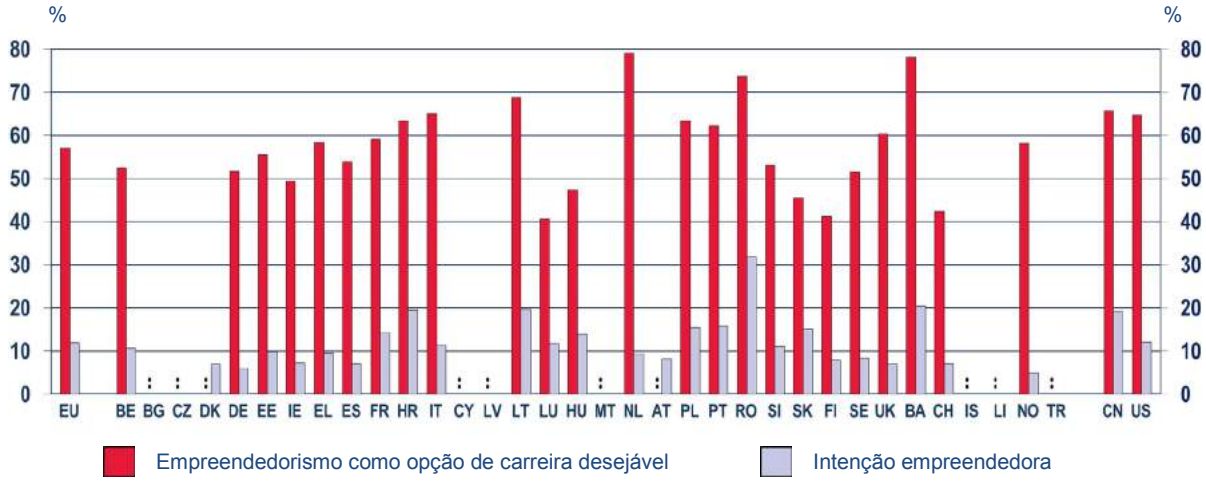
A percentagem mais elevada de inquiridos com motivação para se tornarem empreendedores regista-se na Lituânia (32 % "tencionam iniciar um negócio nos próximos anos") e na Roménia (33 %). Inversamente, os valores mais baixos registam-se na Alemanha (11 %) e na Grécia (11 %). O país com a percentagem mais baixa de jovens que começaram um negócio é a Irlanda (apenas 2 %).

Os dados relativos às perceções e atitudes perante o empreendedorismo também provêm do projeto *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) ([31]). Este inquérito avalia as atitudes sociais em relação ao empreendedorismo, perguntando, por exemplo, se os inquiridos encaram o empreendedorismo como uma boa opção de carreira. Apesar de mais de metade dos inquiridos da UE concordarem que o empreendedorismo é uma opção de carreira desejável, a percentagem continua a ser mais baixa do que em todas as restantes regiões do globo (a taxa mais elevada regista-se nas economia africanas de Angola, Botswana e África do Sul). Isto também mostra que o desejo do empreendedorismo como opção de carreira está ligado ao desenvolvimento económico de um país e à disponibilidade de oportunidades de emprego. O relatório GEM sublinha o facto de as pessoas que vivem em economias orientadas por fatores de produção e para a eficiência valorizam o empreendedorismo muito mais do que as pessoas que vivem em economias orientadas para a inovação ([32]). As taxas

([29]) Parlamento Europeu, 2014.
([30]) Ibid.
([31]) GEM, 2014: http://www.gemconsortium.org/data/sets
([32]) O projeto GEM classificou os países de acordo com o seu nível de desenvolvimento económico. Numa primeira fase, a economia é *orientada por fatores de produção* e os países competem com base nas suas dotações de fatores, essencialmente trabalho não qualificado e recursos naturais. Na segunda fase, à medida que um país se torna mais competitivo, a produtividade aumenta e os salários sobem ao ritmo do desenvolvimento, transferindo o país para a fase *orientada para a eficiência*. Por último, à medida que os países avançam para a fase *orientada para a inovação*, os salários terão subido tanto que só conseguirão sustentar salários ainda mais elevados e o nível de vida associado se os seus negócios estiverem aptos a competir com produtos novos e originais (ver http://reports.weforum.org/global-competitiveness-report-2014-2015/methodology/#hide/fn-19). A maioria dos países da UE tem economias orientadas para a inovação, exceto a Croácia, Hungria, Lituânia, Polónia e Roménia, com economias orientadas para a eficiência (RO) ou em transição para a economia orientada para a inovação. Quanto aos países externos à UE, a Suíça e Noruega são economias orientadas para a inovação e Bósnia e Herzegovina e Turquia são economias orientadas para a eficiência.

relativamente elevadas nas economias orientadas para a inovação dos Países Baixos e Itália constituem uma exceção.

Figura 1.6: Empreendedorismo como uma opção de carreira desejável e intenção empreendedora (% da população com 18-64 anos), 2014



%	UE	BE	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	HR	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT
Opção de carreira desejável	57	52	:	:	:	52	56	49	58	54	59	63	65	:	:	69	41	47	:
Intenção empreendedora	12	11	:	:	7	6	10	7	10	7	14	19	11	:	:	20	12	14	:
%	**NL**	**AT**	**PL**	**PT**	**RO**	**SI**	**SK**	**FI**	**SE**	**UK**	**BA**	**CH**	**IS**	**LI**	**NO**	**TR**		**CN**	**US**
Opção de carreira desejável	79	:	63	62	74	53	45	41	52	60	78	42	:	:	58	:		66	65
Intenção empreendedora		9	8	16	16	11	15	15	8	8	7	20	7	:	:	5		19	12

Fonte: Global Entrepreneurship Monitor: Key indicators 2014.

Nota explicativa

Intenção empreendedora define-se pela percentagem de indivíduos que têm a expectativa de iniciar um negócio no prazo de três anos (as pessoas que já são empreendedoras ativas são excluídas desta medição), faixa etária dos 18-64 anos.

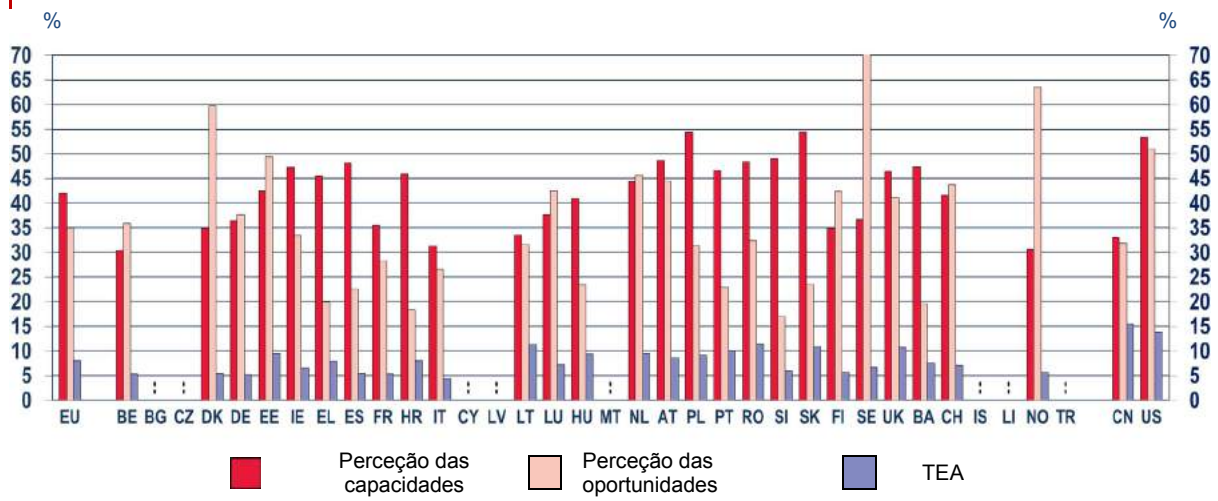
O estudo GEM avalia igualmente alguns atributos individuais como a intenção empreendedora e a perceção das oportunidades e das capacidades pessoais. Estes atributos foram confrontados, em primeiro lugar, na Figura 1.6, com o valor social do empreendedorismo (carreira de empreendedor como opção de carreira desejável), e, em segundo lugar, na Figura 1.7, com a atividade empreendedora total *early-stage* (TEA) num país.

Quanto ao valor social do empreendedorismo, é crucial ter em conta o contexto quando se comparam dados sobre os atributos individuais. De facto, indivíduos pertencentes a diferentes economias expressam as suas perceções de modo diferente. As intenções ou aspirações empreendedoras são mais elevadas entre as economias orientadas para fatores de produção e mais baixas entre as economias orientadas para a inovação, confirmando que os indivíduos iniciam o seu próprio negócio quando outras formas de obter rendimentos são limitadas. No entanto, as atitudes sociais em relação ao empreendedorismo e a qualidade das condições estruturais de empreendedorismo tanto podem encorajar como constituir um obstáculo aos futuros empreendedores ([33]).

[33] GEM, 2014, p. 34.

Como ilustra a Figura 1.7, a perceção das capacidades é frequentemente mais elevada do que a perceção das oportunidades. Na Europa emerge um padrão que é, concretamente, o seguinte: os países que passam por dificuldades económicas a longo prazo (por exemplo, a Grécia, Espanha, Croácia, Portugal, Eslovénia e Bósnia e Herzegovina) mostram um fosso maior entre a perceção das capacidades e a perceção das oportunidades, sendo a primeira mais elevada que a segunda. Ao invés, na Dinamarca, Finlândia, Suécia e Noruega, a perceção das oportunidades é significativamente mais elevada do que a perceção das capacidades.

Figura 1.7: Perceção dos indivíduos relativamente às suas capacidades e oportunidades e o total de atividade empreendedora *early-stage* (TEA) (% da população com 18-64 anos), 2014



%	UE	BE	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	HR	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT
Perceção das capacidades	42	30	:	:	35	36	42	47	46	48	35	46	31	:	:	33	38	41	:
Perceção das oportunidades	35	36	:	:	60	38	49	33	20	23	28	18	27	:	:	32	43	23	:
TEA	8	5	:	:	5	5	9	7	8	5	5	8	4	:	:	11	7	9	:
%	NL	AT	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK	BA	CH	IS	LI	NO	TR		CN	US
Perceção das capacidades	44	49	54	47	48	49	54	35	37	46	47	42	:	:	31	:		33	53
Perceção das oportunidades	46	44	31	23	32	17	24	42	70	41	20	44	:	:	63	:		32	51
TEA	9	9	9	10	11	6	11	6	7	11	7	7	:	:	6	:		16	14

Fonte: *Global Entrepreneurship Monitor: Key indicators 2014.*

Nota explicativa

Perceção das capacidades reflete a percentagem de inquiridos que consideram possuir as competências, conhecimentos e experiência necessários para iniciar um novo negócio.

Perceção das oportunidades reflete a percentagem de inquiridos que consideram existir a possibilidade de iniciar um negócio nos seis meses seguintes ao seu contexto imediato.

A Taxa de Atividade Empreendedora *Early-Stage* (TEA) mostra a percentagem de indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos numa dada economia, em processo de iniciarem um negócio ou que já estão envolvidos num novo negócio, criado nos últimos 42 meses.

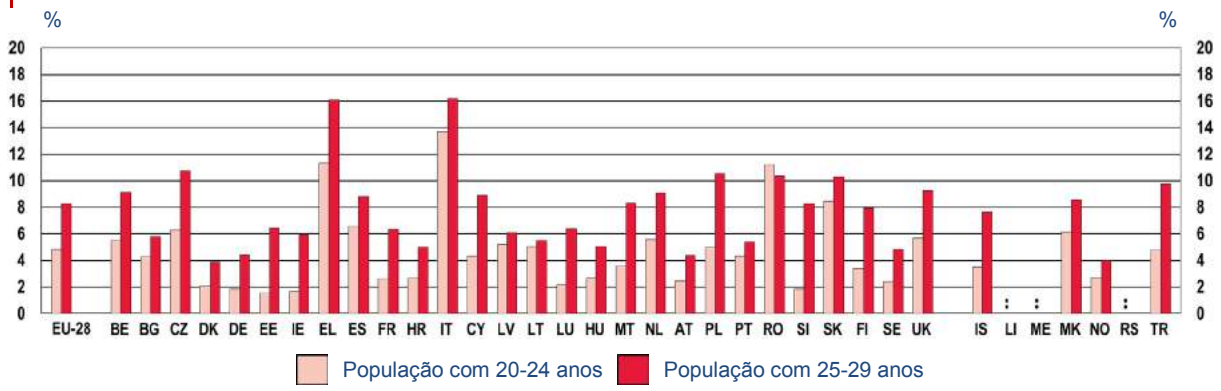
No respeitante às atitudes sociais relativamente ao empreendedorismo, uma comparação entre os países na Europa e outras regiões do mundo mostra que, quer a perceção das oportunidades quer a perceção das capacidades, são menos positivas nas economias orientadas para a inovação do que nas economias que estão na fase de desenvolvimento, orientadas para a eficiência ou para fatores de produção. Uma vez mais, por comparação, os países europeus revelam os níveis mais baixos de atividade empreendedora.

A análise do GEM também abordou as correlações entre os elementos que indicam que as oportunidades e as capacidades percecionadas estão positivamente associadas ao nível de "Atividade Empreendedora Total *Early-Stage*" (TEA). Curiosamente, mas sem surpresa, pode observar-se uma forte correlação entre as capacidades percecionadas (competências) e a TEA, o que «indica como todas as formas de educação (formal, informal e não formal) são importantes para o desenvolvimento de competências empreendedoras» ([34]).

1.2.6. Taxa de emprego por conta própria entre os jovens

Os dados do Eurostat mostram que as mais baixas taxas de jovens que trabalham por conta própria (ver Figura 1.8) entre a população empregada na faixa etária dos 20-24 anos registam-se na Estónia (1,5 %) e na Irlanda (1,7 %). No extremo oposto encontram-se a Itália (13,7 %), a Grécia (11,3 %) e a Roménia (11,2 %) com as mais altas percentagens. Quanto à Itália e à Roménia, o estudo GEM (Figura 1.7) também mostra que a taxa de perceção de oportunidades de empreendedorismo encontra-se dentro da média da UE, enquanto na Grécia a taxa é muito mais baixa apesar de o emprego por conta própria ser, ainda assim, significativamente mais elevado do que a média da UE.

Figura 1.8: Jovens que trabalham por conta própria, como percentagem do total de jovens empregados, por idades, 2014



	UE	BE	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	HR	IT	CY	LV	LT	LU	HU
20-24	4,8	5,5	4,3	6,3	2,0	1,8	1,5	1,7	11,3	6,6	2,6	2,7	13,7	4,3	5,2	5,1	2,2	2,7
25-29	8,3	9,1	5,8	10,7	3,9	4,4	6,5	5,9	16,1	8,8	6,4	5,0	16,2	8,9	6,1	5,5	6,4	5,1
%	**MT**	**NL**	**AT**	**PL**	**PT**	**RO**	**SI**	**SK**	**FI**	**SE**	**UK**	**IS**	**LI**	**ME**	**MK**	**NO**	**RS**	**TR**
20-24	3,6	5,6	2,4	5,0	4,3	11,2	1,9	8,4	3,4	2,4	5,7	3,5	:	:	6,1	2,7	:	4,8
25-29	8,3	9,1	4,4	10,5	5,4	10,4	8,3	10,3	7,9	4,8	9,3	7,7	:	:	8,6	4,0	:	9,8

Fonte: Cálculos da Eurydice sobre os dados do Eurostat (Inquérito às Forças de Trabalho) relativamente aos jovens empregados por conta própria [yth_empl_040].

Nota explicativa

As pessoas empregadas por conta própria são aquelas que exercem a respetiva atividade em empresas, explorações agrícolas ou consultórios próprios. Um trabalhador por conta própria é considerado como ativo se cumprir um dos seguintes critérios: trabalha com o propósito de auferir lucro; dedica o seu tempo a uma atividade profissional ou a um negócio; ou encontra-se atualmente a lançar uma empresa (definição do Eurostat).

Na faixa etária com idades compreendidas entre os 25-29 anos, a Dinamarca (3,9 %) e a Noruega (4,0 %) apresentam os valores mais baixos, enquanto a Itália (16,2 %) e a Grécia (16,1 %) registam as percentagens mais elevadas de jovens a trabalhar por conta própria entre os jovens ativos. Esta situação deve certamente ser vista num contexto mais amplo, tendo em conta a situação económica de cada país, a dimensão dos setores público e privado, as taxas de desemprego a nível nacional, etc. Neste sentido, a Itália e a Grécia estão numa situação económica mais difícil, o que pode explicar parcialmente a razão pela qual mais pessoas optam por trabalhar por conta própria – ou seja, escolhem esta solução por necessidade, na ausência de outras oportunidades de emprego. Segundo

([34]) GEM, 2014, p. 38.

o Eurofound ([35]), existem formas de falso trabalho por conta própria em alguns países que podem desse modo adulterar os dados. De facto, o nível de autoemprego é mais elevado no setor da construção, o que sugere um trabalho independente fictício. Revela ainda que o desejo ou a necessidade de autoemprego difere consideravelmente entre os países. Por conseguinte, a educação para o empreendedorismo parece ser apenas um dos elementos que, ao contribuir para o desenvolvimento das competências e por conseguinte para a criação de uma cultura empreendedora, pode em última instância conduzir a um aumento do número de empresas emergentes e do nível de emprego por conta própria.

([35]) Eurofound, 2015.

CAPÍTULO 2: ESTRATÉGIAS E REGIMES DE FINANCIAMENTO

O presente capítulo analisa o ambiente estratégico e financeiro que envolve a educação para o empreendedorismo na Europa. Começa por focar-se nas estratégias a nível central consideradas como as mais relevantes para este domínio de intervenção. Para os efeitos deste relatório, apenas foram analisadas estas estratégias. Em seguida, debruça-se sobre as fontes de financiamento da educação para o empreendedorismo e a sua utilização.

2.1. Estratégias ligadas à educação para o empreendedorismo na Europa

Foi solicitado aos países que indicassem a estratégia mais relevante explicitamente ligada a este domínio de intervenção, podendo tratar-se de uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo ou pelo contrário, de uma estratégia mais ampla relacionada com outra área, mas que incluisse alguns tópicos e/ou ações associados à educação para o empreendedorismo. Ao longo do relatório, as estratégias dividem-se nas seguintes categorias:

- estratégias específicas que se focam exclusivamente na educação para o empreendedorismo, desenvolvendo frequentemente uma visão comum a todo o governo, refletindo as prioridades políticas de um conjunto de ministérios, como o da educação, inovação e desenvolvimento económico, reagrupando ações conexas provenientes desses setores políticos;
- estratégias mais amplas ou gerais ligadas à educação, que incorporam objetivos ligados à educação para o empreendedorismo, como sejam as estratégias em matéria de educação e formação, juventude ou aprendizagem ao longo da vida;
- estratégias mais gerais ligadas à economia, que integram a educação para o empreendedorismo, como sejam as estratégias para o empreendedorismo, emprego e desenvolvimento de PME.

A primeira secção explora o desenvolvimento da educação para o empreendedorismo a nível das políticas europeias e mapeia o desenvolvimento de estratégias específicas, mostrando como a sua proliferação reflete um enfoque crescente na educação para o empreendedorismo a nível da UE. Em seguida, faz o ponto da situação, fornecendo uma visão geral dos diferentes tipos de estratégias que existem atualmente em cada país.

A segunda e a terceira secções apresentam uma análise mais detalhada de cada tipo de estratégia, começando por abordar as estratégias específicas de educação para o empreendedorismo e em segundo lugar, os diferentes tipos de estratégias mais amplas, relacionadas com as áreas da educação e da economia.

A quarta secção investiga a abordagem e o conteúdo das referidas estratégias, estabelecendo uma comparação entre os países e destacando práticas interessantes. Identifica temas e tendências comuns, explorando a forma como são abordados sete tópicos da educação para o empreendedorismo e examinando os seus objetivos estratégicos. A última secção examina em que medida as estratégias incluem fatores de sucesso tais como a cooperação interministerial, uma monitorização efetiva e estabelecimento de parcerias.

2.1.1. O panorama das políticas de educação para o empreendedorismo

Em 2003, com a publicação do Livro Verde sobre Empreendedorismo na Europa ([36]), a Europa referiu-se pela primeira vez à importância da educação para o empreendedorismo. A nível da UE, esta foi a primeira ligação política entre a educação e a formação e o desenvolvimento de uma cultura empreendedora e competências associadas. A esta publicação seguiu-se a formação de vários grupos de peritos, conferências e documentos de boas práticas, conduzidos essencialmente pela Direção Geral das Empresas e Indústria da Comissão Europeia, incluindo, em 2006, a influente

([36]) Comissão Europeia, 2003.

Agenda de Oslo ([37]). Esta Agenda ([38]) solicitou aos Estados-Membros o «lançamento de estratégias nacionais de educação para o empreendedorismo, com objetivos claros, abarcando todos os níveis de ensino». Enfatizou igualmente que estas estratégias deveriam envolver todos as partes interessadas (publicas e privadas), definir um enquadramento geral e, em paralelo, indicar as ações concretas a empreender. O conjunto de ações pode variar desde a inclusão do empreendedorismo nos currículos nacionais à prestação de apoio às escolas e professores. O objetivo global consiste em «garantir que os jovens podem adquirir [sistematicamente] competências empreendedoras, ao longo de todas as etapas do sistema educativo» ([39]).

Figura 2.1: Documentos políticos europeus fundamentais que influenciam as estratégias de desenvolvimento relacionadas com a educação para o empreendedorismo

ANO	MARCO DA POLÍTICA EUROPEIA	DESCRIÇÃO
2003	Livro Verde sobre Empreendedorismo na Europa	O primeiro plano de ação para o empreendedorismo na Europa, incluindo a educação como fator chave para alcançar o progresso
2006	Agenda de Oslo sobre a Educação para o Desenvolvimento do Empreendedorismo na Europa	Um conjunto de propostas que descrevem como apoiar o progresso na educação para o empreendedorismo, através de ações sistemáticas e eficazes a nível da UE, nacional, regional e institucional
	Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida	Uma das oito competências chave identificadas foi “o espírito de iniciativa e o espírito empresarial”
2010	A Caminho de uma maior Coerência na Educação para o Empreendedorismo	Projeto de investigação sobre a introdução de estratégias sistemáticas na educação para o empreendedorismo, incluindo a apresentação do Modelo de Progressão
2012	Plano de Ação “Empreendedorismo 2020”	Identifica a educação para o empreendedorismo como um dos três pilares para apoiar o crescimento da educação para o empreendedorismo na Europa
	Educação para o Empreendedorismo nas Escolas Europeias	Um estudo da Rede Eurydice que analisa a integração da educação para o empreendedorismo nas políticas e práticas do ensino obrigatório na Europa
2014	Relatório Final do Grupo de Trabalho Temático para a Educação para o Empreendedorismo	Orientações estratégicas para as administrações nacionais e regionais desenvolverem estratégias e práticas mais eficazes de educação para o empreendedorismo
	Conclusões do Conselho Europeu sobre o empreendedorismo na educação e na formação	Convite à Comissão Europeia e aos Estados-Membros para promoverem e incorporarem a educação para o empreendedorismo nos sistemas de educação e formação
2015	Educação Empreendedora: O Caminho do Sucesso	Compilação de evidências sobre o impacto das estratégias e medidas da educação para o empreendedorismo
	Resolução do Parlamento Europeu sobre a promoção do empreendedorismo jovem através da educação e da formação	Convite à Comissão Europeia para apoiar o desenvolvimento de competências de empreendedorismo através dos seus programas e convite aos Estados-Membros para utilizar o financiamento disponível, tais como os Fundos Estruturais da UE, com vista a promover o desenvolvimento de competências empreendedoras

Fonte: Eurydice.

Em 2009, uma iniciativa conjunta entre a DG Empresas e a DG Educação e Cultura, organizou quatro Grupos de Reflexão de Alto Nível à escala regional, em toda a Europa, que juntaram ministérios da educação e do desenvolvimento económico, com o objetivo de discutir políticas e práticas relacionadas com a educação para o empreendedorismo. O subsequente relatório de 2010 ([40]), intitulado *Towards Greater Coherence in Entrepreneurship Education*, apresenta uma lógica para a intervenção política e uma série de boas práticas, colocando a tónica em três áreas, com vista a apoiar abordagens estratégicas de sucesso. Em primeiro lugar, marca o afastamento de temas centrados nos negócios/empresas para uma competência-chave do empreendedorismo, mais

([37]) Comissão Europeia, 2006.
([38]) Ibid.
([39]) Comissão Europeia, 2006, p. 1.
([40]) McCoshan, 2010.

holística e baseada num modelo de aprendizagem orientado para as competências. Em segundo lugar, destaca a criação de uma visão partilhada entre os decisores políticos e as partes interessadas. Por último, reconhece e apoia o papel primordial dos professores, das escolas e das empresas. Para contextualizar estas questões, o relatório oferece um quadro de apoio à elaboração de abordagens estratégicas, designado como "Modelo de Progressão" ([41]). Dentro de um quadro conceptual geral, o Modelo de Progressão permite que os países estabeleçam prioridades para a sua estratégia nacional e identifiquem o seu estádio atual de desenvolvimento, num *continuum de* desenvolvimento estratégico.

Em 2012, a DG Educação e Cultura, trabalhando em estreita colaboração com a DG Empresas, fundou o Grupo de Trabalho Temático [Europeu] para a Educação para o Empreendedorismo, juntando uma equipa de peritos dos Estados-Membros, com o objetivo de desenvolver diretrizes políticas para a educação para o empreendedorismo. O relatório final ([42]) preparado por este grupo de peritos identifica os elementos de base de uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo, delineando regras claras e exemplos de boas práticas. Estes elementos de base refletem as questões-chaves e são conciliáveis com os temas explorados ao longo deste estudo, no qual se inclui o contributo de parceiros, o currículo, os métodos de ensino, os resultados de aprendizagem e ainda a formação de professores. Estes estudos demonstram o potencial impacto político de uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo, sublinhando questões como a inclusão social, a cidadania ativa, a empregabilidade e a criação de empreendimentos.

A nível europeu, os relatórios têm sido consistentes na recomendação de estratégias específicas como um caminho para uma abordagem mais coerente entre os diferentes ministérios. O relatório de 2014 do Grupo de Trabalho Temático (Europeu) para a Educação para o Empreendedorismo já tinha destacado os benefícios de utilizar uma estratégia específica e identificou as implicações de incluir a educação para o empreendedorismo em diferentes tipos de estratégias mais amplas. Contudo, o estudo mais recente a nível europeu designado *Entrepreneurship Education: A Road to Success*, ("Educação Empreendedora: o Caminho do Sucesso") tentou analisar os dados factuais sobre o impacto das estratégias específicas e das iniciativas mais abrangentes. O estudo refere que, nos casos em que essas estratégias e ações foram implementadas, o *corpus* de investigação existente constata um impacto positivo nos indivíduos, nas escolas, na economia e na sociedade ([43]).

Desenvolvimento de uma estratégia de educação para o empreendedorismo na Europa

É possível ilustrar a emergência da educação para o empreendedorismo através de uma linha cronológica indicando o lançamento de determinadas estratégias específicas. Porém, este exercício não é viável na complexa rede de estratégias mais amplas, que podem cobrir os tópicos ou ações relacionadas com este domínio. O diagrama que se segue ilustra a evolução deste domínio político.

Em 2003, o Reino Unido (Irlanda do Norte e Escócia) foi pioneiro na elaboração das primeiras estratégias específicas de educação para o empreendedorismo, espelhando o horizonte temporal das recomendações da política europeia ([44]). Em 2004, seguiram-se a Lituânia, o Reino Unido (País de Gales) e a Noruega. A Figura 2.2 apresenta o cronograma do lançamento e implementação de todas as estratégias específicas, nos casos em que existem.

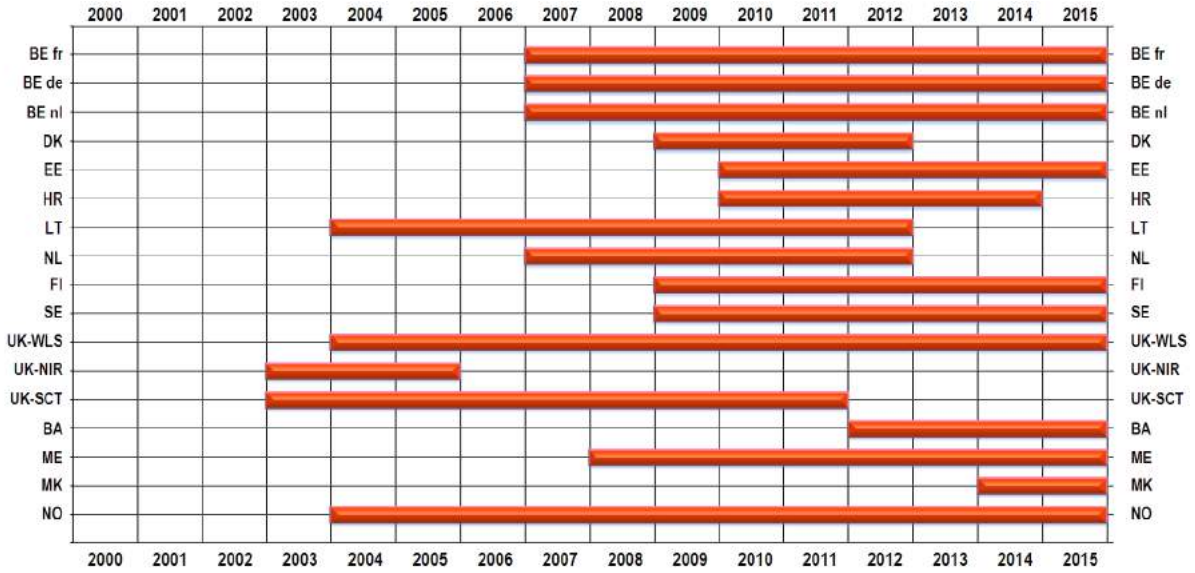
O período de 2007-2009 assistiu, em toda a Europa, a um surto de estratégias específicas. Os números subiram rapidamente, passando de oito países/regiões em 2007, para 12 países/regiões em 2009. Até 2011, os números aumentaram para 14 países/regiões. Em 2015 registou-se uma ligeira quebra, sendo que atualmente 11 países/regiões apresentam uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo. Em alguns países têm coexistido duas ou mais estratégias específicas

([41]) Ibid, p. 25-27. Ver Capítulo 5 para uma análise adicional ligada ao Modelo de Progressão.
([42]) Comissão Europeia, 2014b.
([43]) Comissão Europeia, 2015a, p. 87.
([44]) Comissão Europeia, 2003.

consecutivas, como é o caso da Bélgica (nas três Comunidades), Reino Unido (País de Gales), Montenegro e Noruega.

A Figura 2.2 menciona seis países/regiões que, muito embora tenham previamente abordado a educação para o empreendedorismo através de estratégias específicas, optaram por não desenvolver uma nova estratégia. Destes seis países/regiões, quatro abordam atualmente este tópico no âmbito do tema estratégico mais amplo do empreendedorismo e inovação (Dinamarca, Lituânia e Reino Unido (Irlanda do Norte e Escócia)). Os Países Baixos dispõem de uma estratégia geral de empreendedorismo e inovação, e a necessidade de melhorar a educação e a formação é explicitamente mencionada através de um aumento da colaboração entre o setor da educação e o setor empresarial. A Croácia não possui atualmente qualquer estratégia ligada a este domínio de intervenção.

Figura 2.2: Implementação de estratégias específicas de educação para o empreendedorismo a nível central, 2000-2015



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

A Figura ilustra a introdução e duração das estratégias específicas de educação para o empreendedorismo nos países da Europa onde foram implementadas. Por conseguinte, não inclui todos os países contemplados neste estudo.

Notas específicas por país

Bélgica (BE nl): A primeira das duas estratégias na Comunidade flamenga da Bélgica teve início em 2007; os horizontes temporais fixados para as duas estratégias foram 2007-2009 e 2011-2014. A 11 de dezembro de 2015, foi apresentado ao Governo flamengo o plano de ação atualizado "Educação para o Empreendedorismo 2015-2019" (*Ondernemend onderwijs 2015-2019*).
Reino Unido (NIR): O *Entrepreneurship and Education Action Plan* (2003) foi associado a uma prioridade específica do "Programa para o Governo (PfG) 2002-2005". Como os PfG posteriores não incluíram o mesmo compromisso explícito, o plano de ação não foi renovado.
Noruega: O "Plano de Ação para o Empreendedorismo na Educação e Formação" abarca o período 2009-2014. Contudo, os dados atuais indicam que esta estratégia continua em vigor.

Tanto na Croácia como no Reino Unido (Irlanda do Norte), a estratégia não foi renovada porque a educação para o empreendedorismo deixou de ser um tema prioritário para os respetivos governos. O Reino Unido (Irlanda do Norte) foi a primeira região a descontinuar a sua estratégia específica quando esta terminou em 2005, embora tenha prosseguido recentemente com a "Estratégia de Inovação para a Irlanda do Norte 2014-2015", que inclui um pequeno número de ações de apoio à educação para o empreendedorismo.

Tanto a Lituânia como o Reino Unido (Escócia) incorporaram o resultado destas estratégias noutras abordagens governamentais estratégicas. Quando a estratégia específica da Lituânia terminou em 2012, o país incorporou uma série de ações relevantes numa estratégia de empreendedorismo mais

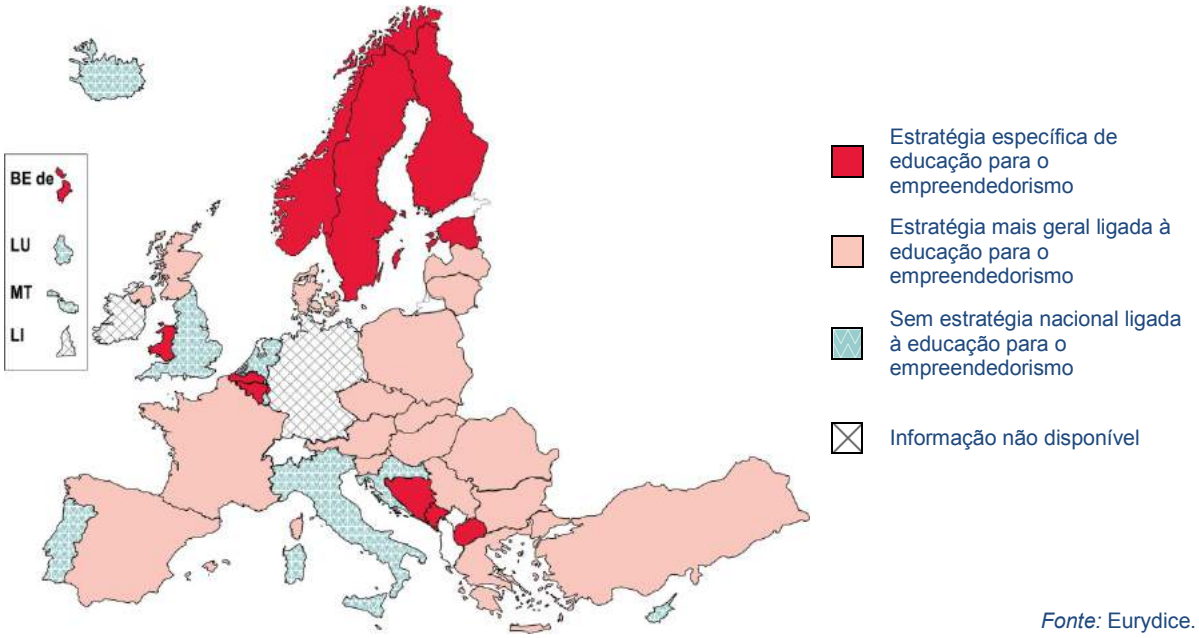
ampla, refletindo de perto as prioridades do Plano de Ação "Empreendedorismo 2020" da UE, lançado em 2013.

Em 2011, passados oito anos, o Reino Unido (Escócia) ([45]) descontinuou a sua estratégia, no quadro de uma reforma geral das relações e mecanismos de financiamento entre o governo central e o governo local. Uma vez que a educação para o empreendedorismo continuou a ser considerada uma questão importante, foi integrada no "Currículo de Excelência" (*Curriculum for Excellence*) escocês, para a faixa etária dos 3-18 anos. Atualmente, a Escócia agrupou este domínio de intervenção com outros temas no quadro de uma estratégia mais ampla de empreendedorismo e de inovação, designada *Scotland Can Do*. Na Dinamarca, a estratégia específica precedente anunciou a criação da Fundação Dinamarquesa para o Empreendedorismo (FFE), uma infraestrutura integrada e sustentável que apoia a educação para o empreendedorismo, através da coordenação e apoio a nível nacional, sendo financiada pelo governo e partes interessadas. A estratégia de educação para o empreendedorismo ainda é considerada válida e deve ser vista conjuntamente com a estratégia de inovação mais ampla de 2012, "Dinamarca – uma Nação de Soluções", que posiciona a FFE como um ator central na educação para o empreendedorismo.

Situação atual

Em 2014/15, 29 países/regiões entre os 38 que foram estudados possuíam estratégias específicas ou outras mais gerais, mas com ligações específicas ao domínio da educação para o empreendedorismo. O mapa da Figura 2.3 ilustra as diferentes abordagens estratégicas que existem em toda a Europa.

Figura 2.3: Estratégias mais relevantes, a nível central, relacionadas com a educação para o empreendedorismo, 2014/15



Fonte: Eurydice.

Para além dos 11 países/regiões com uma estratégia específica, outros 18 dispõem de uma estratégia mais ampla ligada à educação para o empreendedorismo. Em nove países/regiões (Croácia, Itália, Chipre, Luxemburgo, Países Baixos, Malta, Portugal, Reino Unido (Inglaterra) e Islândia), não existem estratégias nacionais relevantes nesta matéria. Chipre, muito embora não disponha atualmente de nenhuma estratégia, está em processo de desenvolver uma de tipo específico, enquanto a Eslovénia, que já possui uma estratégia geral relacionada com a educação para o empreendedorismo, está atualmente a desenvolver uma estratégia específica.

([45]) http://www.gov.scot/resource/doc/920/0118640.pdf

2.1.2. Países com estratégias específicas de educação para o empreendedorismo

Na Figura 2.3 pode observar-se claramente que onze das estratégias específicas se concentram em duas áreas geográficas: norte da Europa (sendo a Bélgica o país mais a sul) e a região dos Balcãs Ocidentais que está em fase de pré-adesão. Esta predominância geográfica do norte da Europa é igualmente consistente com os resultados do anterior relatório de 2012 da rede Eurydice ([46]) sobre esta temática, conforme ilustrado na Figura 1.2 referente à implementação destas estratégias desde o ano 2000.

As três Comunidades da Bélgica têm desenvolvido estratégias específicas desde 2007:

Um desenvolvimento recente nas **Comunidades francófona** e **germanófona da Bélgica** deu origem a uma estratégia intitulada "EMPREENDEDORISMO 3.15: 3 eixos e 15 Alavancas para uma Geração Empreendedora" lançada em 2014. A estratégia desta região é liderada pela Agência para o Incentivo Económico da Valónia – atualmente denominada Agência para o Empreendedorismo e a Inovação (AEI), que segue os seguintes três eixos de ação: apoio à educação para o empreendedorismo, investimento em futuros empreendedores e incentivo às empresas em fase de arranque (*start-ups*). Estas ações são apresentadas em detalhe e cobrem experiências práticas de empreendedorismo, orientação profissional e apoio aos professores. É enfatizada a participação e o envolvimento do setor empresarial na educação e na formação, paralelamente ao desenvolvimento de escolas mais empreendedoras que promovam o ecossistema mais amplo de suporte a estes objetivos.

A primeira estratégia desenvolvida na **Comunidade flamenga da Bélgica** remonta a 2007 e a segunda estratégia consiste no programa para 2011-2014 designado como "Plano de Ação para a Divulgação do Espírito Empresarial e do Empreendedorismo". O governo confirmou que esta estratégia continua a decorrer, não obstante o prazo final de 2014, ao mesmo tempo que foi lançada, em dezembro de 2015, uma terceira estratégia específica. A segunda estratégia específica, que está em foco no presente relatório, identifica e centra-se em quatro prioridades: o apoio ao desenvolvimento do espírito empresarial, a criação de oportunidades de aprendizagem prática de empreendedorismo, o reforço da motivação para se tornar empreendedor e por último, garantir que os professores revelam um espírito empreendedor e demonstram uma perspetiva equilibrada em relação ao empreendedorismo. Estas ações expõem a necessidade de adotar uma terminologia comum e apoio aos professores (incluindo métodos, redes e estágios em empresas), comunicando com todos os parceiros e garantindo que a progressão na aprendizagem ocorre em todos os níveis de ensino e etapas da formação de professores.

A Estónia dispõe de uma estratégia específica, que é suportada por ligações à estratégia nacional de aprendizagem ao longo da vida. O documento estratégico "Plano de Desenvolvimento de Educação para o Empreendedorismo: Seja Empreendedor!" coloca a tónica numa abordagem mais ampla e que abarca vários tópicos fundamentais. Os resultados de aprendizagem, o currículo e os professores, são considerados de particular importância. Este plano destaca os desafios que a educação para o empreendedorismo enfrenta na Estónia e cita a estratégia escocesa intitulada *Determined to Succeed* para demonstrar a importância de integrar abordagens no domínio do empreendedorismo em todo o ensino e aprendizagem. Trata-se de um exemplo interessante de aprendizagem entre pares, que transparece em toda a estratégia e reflete o esforço realizado pela Comissão Europeia para promover, entre os países, a aprendizagem entre pares, de que são exemplo os Painéis de Reflexão de Alto Nível ([47]) de 2009-2010 e o Grupo de Trabalho Temático para a Educação para o Empreendedorismo ([48]) de 2012-2014.

No **Reino Unido (País de Gales)**, o documento "Estratégia para o Empreendedorismo Juvenil: Plano de Ação 2010-2015 (YES)" (*Youth Entrepreneurship Strategy* (YES): *Action Plan 2010-2015*) contém três temas: envolver os jovens no intuito de os sensibilizar, capacitá-los através de oportunidades de aprendizagem empreendedora e dotá-los das competências necessárias para criar e fazer crescer os seus negócios. Este documento apresenta uma análise interessante dos progressos alcançados a nível da mudança de atitude nos jovens perante as *start-ups* e as taxas de criação deste tipo de empresa entre os jovens, refletindo um duplo foco na abordagem galesa, que incide tanto nas competências como na criação de *start-ups*.

Três países nórdicos adotaram estratégias específicas:

A **Finlândia** publicou em 2009 a sua estratégia "Orientações para a Educação para o Empreendedorismo", a qual é apoiada pela rede YES que conta com 19 centros de recursos regionais de educação para o empreendedorismo. A estratégia procura apoiar uma cultura mais empreendedora, a cidadania ativa, bem como empresas em fase de arranque (*start-ups*). Por sua vez, os centros YES colocam a ênfase no *networking*, apoio e formação para e com os professores. Estas ações estratégicas conduziram a projetos de larga escala, como "Eu & a Minha Cidade", o qual conseguiu envolver elevadas proporções de alunos ([49]). Não existe ligação direta a outras políticas, mas a introdução da estratégia valorizou o crescimento económico, a inovação e as empresas em fase de arranque (*start-ups*) criadas por jovens, destacando a taxa comparativamente baixa de *start-ups* entre menores de 35 anos, na Finlândia.

([46]) EACEA/Eurydice, 2012.
([47]) Comissão Europeia, 2010.
([48]) Comissão Europeia, 2014b.
([49]) http://yrityskyla.fi/en/. "Eu & a Minha Cidade" envolve aproximadamente 80 % dos alunos do 6º ano (CITE 2) em experiências práticas de empreendedorismo todos os anos.

A **Suécia** desenvolveu a "Estratégia para o Empreendedorismo na educação e na formação", lançada em 2009 e sem data de finalização. Esta estratégia apresenta um duplo foco: por um lado desenvolver a abordagem da competência chave na educação e por outro, incentivar mais pessoas a criar a sua própria empresa. Há uma lista relativamente curta de onze ações, incluindo compromissos para valorizar as competências empreendedoras nas escolas primárias e secundárias, através de: a) uma revisão, por parte do governo, dos documentos orientadores para a elaboração dos currículos; b) uma melhor cooperação e ligação com o mundo do trabalho/negócios; c) a oferta de experiências práticas de empreendedorismo e ainda um levantamento da oferta já existente.

A **Noruega** está atualmente a implementar a sua segunda estratégia, com o objetivo de colocar o país na liderança da educação para o empreendedorismo e formação, tornando o "empreendedorismo uma escolha tão natural como o emprego por conta de outrem" ([50]). Muito embora ambas as estratégias norueguesas abordem a globalidade dos níveis de ensino, desde o ensino primário ao ensino superior (CITE 1-8), a primeira inclui um leque de ações mais alargado, relacionado com as escolas e o EFPI em meio escolar, sendo que a segunda se foca principalmente no ensino superior.

A prevalência de estratégias específicas de educação para o empreendedorismo nos países nórdicos poderá estar relacionada com o seu compromisso para com a inovação, evidenciado pelos consistentemente elevados índices internacionais de inovação. A Suécia, Finlândia e Dinamarca, ocupam os lugares de topo no Painel Europeu de Inovação 2015 (*European Innovation Scorecard 2015*) ([51]), e detêm as 10 melhores posições a nível mundial no Índice Global de Inovação (*Global Innovation Index*) ([52]), com a Noruega a situar-se nos 20 melhores lugares.

Entre os países em pré-adesão dos Balcãs Ocidentais, a Bósnia e Herzegovina, Montenegro e a Antiga República Jugoslava da Macedónia desenvolvem estratégias específicas de educação para o empreendedorismo. As negociações relativas à pré-adesão à UE incluem uma ênfase no desenvolvimento de políticas e práticas que estejam em harmonia com a "Lei das Pequenas Empresas" (*Small Business Act* (SBA)), dirigida pela Comissão Europeia, que inclui um pilar sobre o ensino do empreendedorismo. A Fundação Europeia para a Formação ([53]), uma agência da Comissão Europeia, assume a função de apoiar e monitorizar o progresso em relação à "Lei das Pequenas Empresas", tanto nos países em processo de pré-adesão, como em regiões que ficam na vizinhança da UE. O Centro da Europa do Sudeste para a Aprendizagem do Empreendedorismo (SEECEL) ([54]), fundado em 2009 como uma iniciativa regional apoiada pela Comissão Europeia, desempenha um papel importante no trabalho que tem sido desenvolvido na região a nível da educação para o empreendedorismo, incluindo o apoio ao desenvolvimento de estratégias e às prioridades políticas mais abrangentes da SBA.

Entre as estratégias específicas, poucas estabelecem ligações explícitas a uma política governamental mais ampla. Na Estónia, Reino Unido (País de Gales) e Noruega, as estratégias estabelecem ligações explícitas, quer à política de educação, quer à política de inovação; o Reino Unido (País de Gales) é um caso singular, pois faz a ponte entre este trabalho, a eficácia das escolas e a política de orientação profissional. De facto, o País de Gales apresenta um mapa detalhado que demonstra como a estratégia de educação para o empreendedorismo pode funcionar como uma ponte entre o mundo da educação, os jovens, o emprego e as políticas de inclusão e de competitividade ([55]). A Comunidade flamenga da Bélgica e a Suécia fazem uma breve referência ao desenvolvimento económico e às estratégias no domínio da educação, ao passo que a Finlândia refere o impacto mais alargado da educação para o empreendedorismo, mas não menciona outras políticas governamentais.

Dos 11 países/regiões com uma estratégia específica, oito afirmam que alocaram recursos financeiros para a implementação da respetiva estratégia. A Secção 2.2 contém mais informação sobre este assunto.

([50]) http://www.regeringen.se/contentassets/0f6c0164196e4071a9cb27eaada1cb41/strategi-for-entreprenorskap-inom-utbildningsomradet
([51]) http://ec.europa.eu/growth/industry/innovation/facts-figures/scoreboards/index_en.htm
([52]) https://www.globalinnovationindex.org/content/page/data-analysis/
([53]) http://www.etf.europa.eu/web.nsf/pages/Education_and_business
([54]) O SEECEL trabalha com a política e a prática da aprendizagem empreendedora em parceria com oito países (AL, BA, HR, ME, MK, RS, TR e XK). Ver www.seecel.hr
([55]) Governo galês 2010, p. 6.

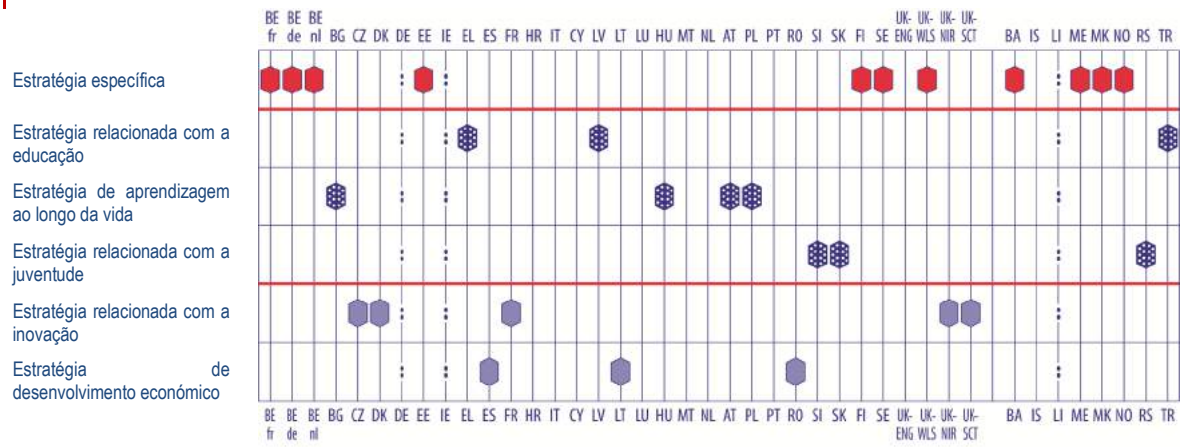
Dois países afirmam que possuem uma estratégia em fase de desenvolvimento. No caso de Chipre, esta é a única abordagem estratégica relacionada com a educação para o empreendedorismo, enquanto na Eslovénia, para além de uma estratégia dirigida aos jovens relacionada com este domínio de intervenção, está ainda a ser planeada uma nova estratégia específica.

2.1.3. Países com estratégias mais amplas relacionadas com a educação para o empreendedorismo

Foi pedido aos países que identificassem a estratégia nacional mais relevante relacionada com a educação para o empreendedorismo para os níveis CITE 1 a 3, tendo-se constatado que muitas das estratégoas indicadas não eram específicas à educação para o empreendedorismo. A Figura infra identifica uma única estratégia mais relevante para cada país/região e comprova a existência de diferentes tipos de estratégias na Europa.

Dezoito países/regiões estabelecem uma ligação explícita entre a educação para o empreendedorismo e estratégias mais amplas ou gerais. Dez países dispõem de estratégias relacionadas com áreas afetas à educação, formação e juventude, dos quais: três desenvolvem estratégias de educação (Grécia, Letónia e Turquia), quatro possuem estratégias de aprendizagem ao longo da vida (Bulgária, Hungria, Áustria e Polónia) e três desenvolvem estratégias para jovens (Eslovénia, Eslováquia e Sérvia).

Figura 2.4: Tipo de estratégia, a nível central, relacionada com a educação para o empreendedorismo, 2014/15



- Estratégia mais relevante relacionada especificamente com a educação para o empreendedorismo
- Estratégia mais relevante relacionada com áreas afetas à educação, formação e/ou juventude
- Estratégia mais relevante relacionada com áreas para além da educação e formação

Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

Foi solicitado aos países que identificassem a estratégia mais relevante relacionada com a educação para o empreendedorismo nos níveis CITE 1 a 3.

Esta Figura utiliza a abordagem *best-fit*, o que significa que um documento político que poderia ser potencialmente colocado em diferentes categorias, foi colocado na categoria que melhor se adequa ao seu conteúdo, objetivos e metas.

Não foi incluída informação para os países/regiões sem uma estratégia relacionada com a educação para o empreendedorismo.

Notas específicas por país

República Checa: A "Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020" foi identificada como a mais relevante. Para efeitos deste estudo, foi classificada como uma estratégia relacionada com a inovação.
Espanha: Existem algumas estratégias específicas a nível das Comunidades Autónomas, como por exemplo, na Andaluzia, nas Astúrias e na Galiza. Existem outras Comunidades Autónomas como as Astúrias, a Estremadura, Navarra, o País Basco e Múrcia, em que a educação para o empreendedorismo está ligada a uma estratégia mais ampla. Para mais informações consulte a ficha de informação nacional.

Espanha, Lituânia e **Roménia**: As estratégias nestes países foram identificadas como estando estreitamente relacionadas com o desenvolvimento económico (Espanha: empreendedorismo e emprego dos jovens; Lituânia: estratégia de empreendedorismo; Roménia: estratégia de desenvolvimento económico).
Chipre e **Eslovénia**: Estes países estão em processo de desenvolver uma estratégia específica. Como ainda não foi implementada para o ano de referência 2014/15, esta informação não foi incluída na Figura. A Eslovénia foi incluída, uma vez que a sua estratégia para os jovens já contempla a educação para o empreendedorismo.
Sérvia: A educação para o empreendedorismo é abordada em três documentos estratégicos. No seguimento de uma pesquisa adicional, a estratégia para a juventude foi identificada como a mais relevante, constando na Figura e no capítulo.

O número de países que desenvolveram uma estratégia fora do domínio de intervenção da educação e da formação é ligeiramente menor. No total, oito países/regiões apontaram estratégias relacionadas com a economia como as mais relevantes, incluindo as cinco estratégias relacionadas com a inovação (na República Checa, Dinamarca, França e Reino Unido (Irlanda do Norte e Escócia)) e as três estratégias relacionadas com o desenvolvimento económico (Espanha, Lituânia e Roménia).

Estratégias relacionadas com áreas afetas à educação e formação

Estratégias de educação e formação

Três países identificaram as estratégias de educação e formação como as mais relevantes:

Na **Grécia**, o documento estratégico designado "Nova Escola" ressalta a importância da educação para o empreendedorismo como uma competência fundamental, mas não inclui quaisquer ações explicitamente ligadas à educação para o empreendedorismo.

A **Turquia** identifica um número de estratégias relacionadas com a educação para o empreendedorismo, sendo a mais relevante o "Plano Estratégico do Ministério da Educação Nacional 2010-2014". Este texto faz uma breve referência ao objetivo de organizar atividades de apoio à educação para o empreendedorismo e inclui uma ação para incentivar a participação de empreendedores de sucesso na educação para o empreendedorismo.

A abordagem estratégica da **Letónia** é mais ampla do que a da Grécia e da Turquia. O documento estratégico da Letónia intitulado "Orientações para o Desenvolvimento da Educação" menciona a competência-chave do empreendedorismo e inclui ações de apoio ao desenvolvimento das competências profissionais dos professores (incluindo o empreendedorismo), disseminação de informações acerca das profissões ligadas ao empreendedorismo e ainda a avaliação das medidas de desenvolvimento da educação para o empreendedorismo resultantes da estratégia prévia.

Estratégias de aprendizagem ao longo da vida

Quatro países consideram que o documento estratégico nacional relacionado com a aprendizagem ao longo da vida é o mais relevante:

A **Bulgária** inclui a educação para o empreendedorismo no seu documento estratégico designado "Estratégia Nacional para a Aprendizagem ao Longo da Vida 2014-2020". Este plano possui o mais extenso leque de ações, centrando-se no fomento de uma cultura empreendedora entre os jovens, com medidas que vão desde a oferta de empresas simuladas através da *Junior Achievement Bulgaria* ([56]), informação sobre propriedade intelectual, formação de professores e ainda atualização dos currículos.

A estratégia da **Hungria** realça a importância da educação para o empreendedorismo como uma competência chave para todos, cujos resultados de aprendizagem se baseiam em competências. O plano de ação nacional está ainda em desenvolvimento.

A **Polónia** dispõe de uma estratégia intitulada "Perspetiva de Aprendizagem ao Longo da Vida", que inclui, como parte de dois objetivos estratégicos, o desenvolvimento de competências e a aprendizagem prática, tendo em vista apoiar a empregabilidade. Nesta estratégia, a criatividade e a inovação recebem um maior destaque.

Dos quatro países que identificaram estratégias de aprendizagem ao longo da vida, a **Áustria** possui a abordagem mais ampla. O documento estratégico *LLL 2020* enfatiza a educação para o empreendedorismo como um objetivo transversal, o que significa que, embora não esteja explícito nas ações individuais, está implícito em todas as ações. Por outro lado, dá particular importância à educação para o empreendedorismo em ações relacionadas com os currículos, resultados de aprendizagem e orientação profissional.

Estratégias para os jovens

Três países identificam as estratégias para a juventude como as mais relevantes a nível nacional:

O plano estratégico da **Sérvia** para esta área, designado como "Estratégia Nacional para a Juventude 2015-2020" aborda um vasto leque de ações concernentes aos currículos, desenvolvimento de novos programas, experiências práticas de empreendedorismo, inclusão do Passaporte de Competências de Empreendedorismo a nível nacional ([57]), bem como a formação de professores e a aprendizagem não formal.

([56]) *Junior Achievement Bulgaria* faz parte da *JA Europe*: www.jaeurope.org
([57]) http://entrepreneurialskillspass.eu

O "Programa Nacional para a Juventude 2013-2022" da **Eslovénia**, inclui o empreendedorismo numa das seis áreas fundamentais da sua estratégia, dando ênfase a uma compreensão mais abrangente da educação para o empreendedorismo e insiste na importância de ser socialmente responsável e de desenvolver empresas sociais. Em termos de objetivos específicos, é referenciada a importância de estimular a educação para o empreendedorismo através dos currículos escolares, embora não existam ações associadas.

A estratégia mais detalhada é a da **Eslováquia**, intitulada "Estratégia Nacional para a Juventude 2014-2020", embora não cubra tantos tópicos como a estratégia da Sérvia. Esta estratégia promove a criatividade e o empreendedorismo como uma das nove prioridades estratégicas, com treze ações associadas. Estas ações são vastas mas quantificáveis e podem variar entre programas de mentoria na educação formal e não formal, dinamização de concursos de empreendedorismo nos meios de comunicação social, com ênfase especial nos currículos e a participação de empreendedores nos contextos educativos.

Estratégias relacionadas com outros domínios para além da educação e da formação

Estratégias de inovação

Cinco países/regiões incluem atualmente a educação para o empreendedorismo como uma prioridade política no quadro das suas estratégias de inovação. Em média, as estratégias de inovação são as mais abrangentes entre as estratégias gerais, cobrindo um leque mais vasto de temas e ações do que todas as outras.

A **República Checa** tem promovido diferentes estratégias, incluindo as relacionadas com a aprendizagem ao longo da vida e a juventude. Contudo, a mais relevante é a "Estratégia de Investigação e de Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020", fortemente ligada à "Estratégia Internacional para a Competitividade 2012-2020". A primeira destas estratégias tem como objetivo o financiamento de atividades destinadas a reforçar a investigação e a inovação. As ligações à educação para o empreendedorismo são estabelecidas através da introdução de ferramentas para avaliar e desenvolver competências empreendedoras, apoiadas pela formação de professores e em paralelo com a implementação de atividades para estimular a aprendizagem prática.

A estratégia de inovação da **Dinamarca** denominada "Dinamarca: uma Nação de Soluções" possui três áreas de ação, tendo a terceira o seguinte conteúdo: «A Educação deve melhorar a capacidade de inovação: uma mudança cultural no sistema educativo para um maior foco na inovação». Esta área inclui oito ações relacionadas com a educação para o empreendedorismo, muito embora a estratégia não seja apoiada por objetivos específicos. Em particular, procura fortalecer o papel da Fundação Dinamarquesa para o Empreendedorismo (FFE) (um centro de conhecimento nacional, que lidera e apoia a política, a prática e o trabalho de avaliação no domínio da educação para o empreendedorismo, seja na Dinamarca ou no resto da Europa) e também alargar a sua esfera de ação com vista a abranger tanto a educação para o empreendedorismo como a inovação.

Em **França**, o documento estratégico "Um Novo Pacto para a Inovação" define a ambição do país em transformar-se num território da inovação. O documento estabelece quatro áreas de ação: desenvolver uma cultura de empreendedorismo e inovação, políticas públicas, aumentar o impacto económico da transferência de investigação pública e apoiar o crescimento das empresas. Na área da cultura, existe um número de ações que visam apoiar a educação para o empreendedorismo, onde se inclui uma iniciativa de financiamento ([58]) de 20 milhões de euros, com vista a melhorar a cultura de inovação e promover o empreendedorismo entre os jovens, em todos os níveis da educação e formação (para mais informação, ver Secção 2.2).

O documento estratégico intitulado "Estratégia de Inovação para a Irlanda do Norte 2014-2025" identifica a importância do espírito de empreendedorismo nos jovens, com vista ao desenvolvimento de uma região inovadora. Esta estratégia reconhece o valor dos programas de mini-empresas, como os que são geridos pela *Young Enterprise Northern Ireland* ([59]) e financiados pelo Ministério da Educação, mas reconhece que é preciso fazer mais. Esta estratégia inclui uma única ação relacionada com a educação para o empreendedorismo que pretende estudar como aumentar o apoio aos jovens para que se envolvam em atividades empreendedoras; o relatório de acompanhamento do progresso desta estratégia ([60]) comprova que é dada uma atenção especial ao aumento do número de jovens participantes no programa *Young Enterprise Northern Ireland*.

Scotland Can Do é o novo quadro para o empreendedorismo e inovação no **Reino Unido (Escócia)** e tem como objetivo promover um sistema educativo centrado no empreendedorismo e na inovação. Trata-se de uma estratégia mais ampla, com objetivos que se inter-relacionam explicitamente com a educação para o empreendedorismo, e em que o quadro de ação ([61]) que a acompanha, descreve ações específicas para desenvolver os recursos didáticos em sala de aula e fornecer apoio a nível nacional às atividades de educação para o empreendedorismo. Esta estratégia tem sido implementada através de *Education Scotland*, em colaboração

([58]) http://www.caissedesdepots.fr/activite/domaines-daction/investissements-davenir/culture-de-linnovation-et-de-lentrepreneuriat.html
([59]) http://www.yeni.co.uk/company-suite/
([60]) Ministério da Empresa, Comércio e Investimento, 2015, p. 25.
([61]) Governo escocês, 2010, pp. 9-10.

com parceiros do setor terciário com vista a desenvolver o programa *Enterprising Schools*. O objetivo é ampliar o impacto de todos os parceiros envolvidos na concretização deste trabalho, formular um sistema de reconhecimento para escolas e aprendentes, e ainda fornecer uma plataforma que sirva de base a um maior envolvimento e apoio do setor privado a esta iniciativa. Este trabalho está também estreitamente ligado ao quadro *Curriculum for Excellence*, que inclui o tema "Empreendedorismo na educação" como um dos cinco temas transversais. Este facto sugere que a educação para o empreendedorismo está efetivamente integrada na conceção e implementação da política nacional de educação na Escócia.

O nível de detalhe das cinco estratégias é pronunciado, na medida em que as ações são descritas em pormenor e refletem um amplo entendimento da educação para o empreendedorismo. A Dinamarca, a França e o Reino Unido (Escócia) apresentam as abordagens mais exaustivas, com um conjunto de ações mais alargado**,** abordando áreas essenciais como o currículo, a formação de professores e os resultados de aprendizagem. Destes países, a Dinamarca é o que fornece a abordagem mais ampla, com ações que abrangem todos os tópicos fundamentais das diferentes áreas temáticas, bem como um forte compromisso de reforçar o papel da Fundação Dinamarquesa para o Empreendedorismo no apoio, investigação e monitorização deste trabalho. A Dinamarca inclui igualmente ações no domínio do desenvolvimento e avaliação dos resultados de aprendizagem, o que é invulgar em qualquer tipo de estratégia. As ações estratégicas da França incluem uma importante iniciativa de financiamento, juntamente com um compromisso a nível da formação de professores no ensino secundário. No Reino Unido, a estratégia da Escócia inclui ações que se focam no desenvolvimento de materiais e atividades curriculares, e existe uma abordagem integrada muito sólida que aproxima esta política do quadro *Curriculum for Excellence*. Esta abordagem integrada fornece uma base sólida para a inclusão da educação para o empreendedorismo diretamente na educação, apoiada por redes de trabalho que ajudam na implementação e partilha de práticas, tais como o *Council's Enterprise in Education Network* escocês.

As estratégias dos cinco países em destaque nesta secção incluem um foco no sistema educativo como prioridade horizontal e visam melhorar as condições de base para a inovação, que são as competências, a criação de conhecimento e a inovação empresarial. Este facto reflete uma tendência crescente, no sentido de abordagens mais integradas à política de inovação ([62]). De facto, a Dinamarca já reconhece estas tendências na sua estratégia nacional para a inovação ([63]).

Estratégias relacionadas com o desenvolvimento económico

Três países incluem a educação para o empreendedorismo nas suas estratégias para o desenvolvimento económico, empreendedorismo e/ou emprego.

A **Lituânia** tem feito acompanhar a sua estratégia específica, com uma outra mais ampla em matéria de empreendedorismo, a qual reflete a estrutura e os compromissos assumidos a nível europeu no Plano de Ação "Empreendedorismo 2020". Trata-se de uma abordagem abrangente, com compromissos de melhoria global da educação para o empreendedorismo, experiências práticas de empreendedorismo, promoção da colaboração e *networking* e estímulo de iniciativas criativas entre as crianças e os jovens.

A abordagem nacional da **Roménia** estabelece a ligação entre a educação para o empreendedorismo e o desenvolvimento económico, através dos documentos estratégicos "Estratégia para o Desenvolvimento do Setor de Pequenas e Médias Empresas" e "Plano de Melhoria do Ambiente Empresarial Romeno no Horizonte 2020". Muito embora a educação para o empreendedorismo seja descrita com menor detalhe nesta estratégia, a mesma contém ações que visam apoiar empresas virtuais, formação de professores e plataformas eletrónicas, no sentido de promover oportunidades de aprendizagem, onde se inclui a educação para o empreendedorismo.

Por último, em **Espanha**, o documento estratégico "Estratégia para o Empreendedorismo e Emprego dos Jovens 2013-2016" visa reduzir a taxa de desemprego juvenil e lidar com as suas causas estruturais. Neste caso, entre as 15 medidas de emergência ou medidas de elevado impacto com efeito a curto prazo, foi dada especial ênfase às medidas económicas, embora também tenham sido incluídas medidas relativas à melhoria da educação, formação e mediação no mercado de trabalho. Das restantes 85 medidas desta estratégia, pelo menos 50 % do seu financiamento tem sido canalizado para ações relacionadas com a educação e a formação. As ações especificamente relacionadas com a educação para o empreendedorismo incluem compromissos para expandir os conteúdos curriculares associados ao empreendedorismo e às oportunidades de carreira, implementar programas de formação neste domínio, e promover uma imagem positiva do empreendedorismo juvenil. Esta abordagem encontra-se fortemente ligada à

([62]) Comissão Europeia, 2011.
([63]) Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior da Dinamarca, 2012, p. 6.

criação de emprego e à empregabilidade, complementando a legislação educacional que fornece um quadro legal para a inclusão da educação para o empreendedorismo como uma competência chave no currículo. Em segundo lugar, está claramente ligada aos desafios imediatos e atuais que a Espanha enfrenta, nomeadamente em relação ao elevado desemprego juvenil. Este ecossistema político nacional, que serve de apoio à educação para o empreendedorismo, é complementado no plano regional, onde várias Comunidades Autónomas também desenvolvem algumas iniciativas bem planeadas, incluindo três estratégias específicas sobre educação para o empreendedorismo e cinco estratégias mais amplas ([64]).

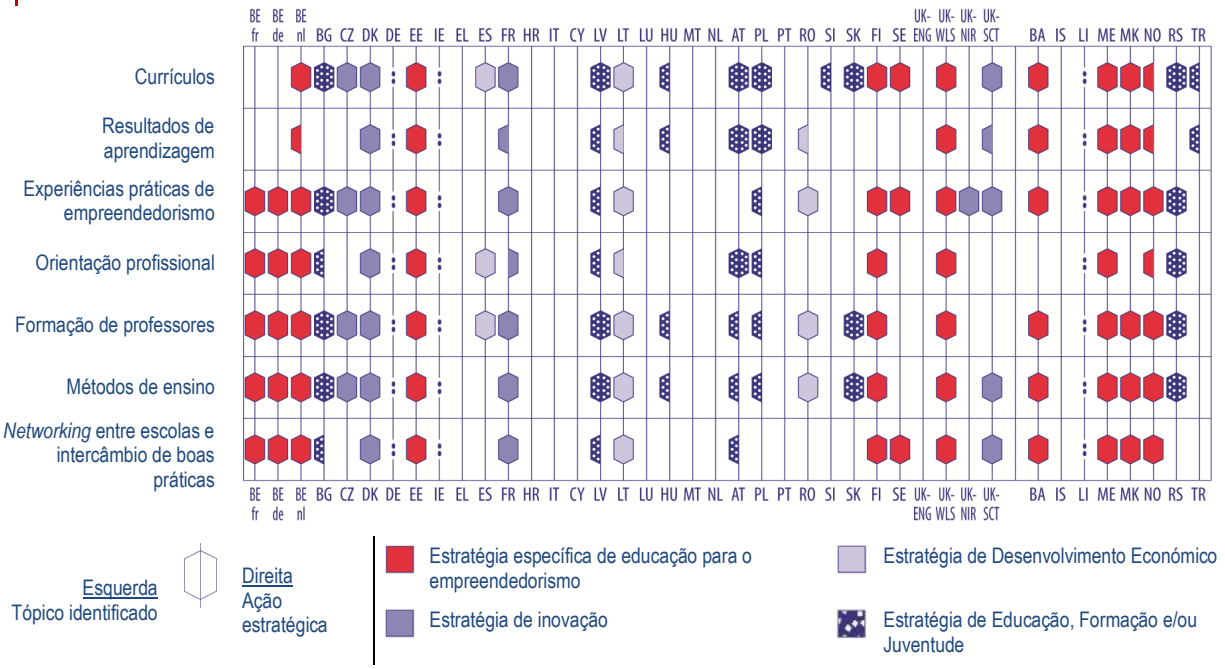
2.1.4. Abordagem da educação para o empreendedorismo nas estratégias nacionais

Esta secção fornece uma perspetiva sobre o modo como a educação para o empreendedorismo é abordada nas diferentes estratégias, ilustrando o conteúdo e os objetivos de cada abordagem. Para este efeito, a primeira parte da secção analisa se os tópicos chave são abordados nas diferentes estratégias e de que maneira. Determina, antes de mais, se esses tópicos são mencionados no texto principal da estratégia e se são abordados em alguma ação específica. A segunda parte da secção prende-se com os objetivos mais amplos de cada estratégia relacionados com a educação para o empreendedorismo.

Tópicos e ações estratégicos

O estudo preliminar para este relatório permitiu identificar sete tópicos que devem ser abordados pelas diferentes estratégias ligadas à educação para o empreendedorismo. Estes sete domínios constituem os alicerces para desenvolver e sustentar uma educação para o empreendedorismo eficaz, fundamentada por estudos e relatórios europeus ([65]) recentes e em estreita concordância com o "Modelo de Progressão de 2010" ([66]). Estes sete domínios são enumerados na Figura 2.5. Ressalte-se que, relativamente à avaliação dos resultados de aprendizagem a informação era limitada, tendo este facto sido referido no âmbito da discussão mais alargada sobre os resultados de aprendizagem que insiste na importância da avaliação para uma implementação bem-sucedida e significativa da educação para o empreendedorismo a nível curricular.

Figura 2.5: Tópicos estratégicos e ações correspondentes relacionados com a educação para o empreendedorismo, 2014/15



Fonte: Eurydice.

(64) Para mais informação, ver ficha de informação nacional de Espanha.

(65) Comissão Europeia 2014, Comissão Europeia 2014b, Comissão Europeia 2015a.

(66) McCoshan, 2010.

Nota explicativa

O lado esquerdo de cada ponto indica que o tópico é referido no texto da estratégia.
O lado direito de cada ponto indica que existe uma ação estratégica específica explicitamente ligada ao tópico.
Não foi incluída nenhuma informação para os países/regiões sem uma estratégia relacionada com a educação para o empreendedorismo.

Notas específicas por país

Espanha: A tutela da educação é partilhada entre o Ministério da Educação, Cultura e Desporto e as Comunidades Autónomas. Existem estratégias específicas das Comunidades Autónomas que se referem concretamente aos tópicos e que incluem ações relacionadas.
Malta: Embora não exista uma estratégia nacional relacionada com a educação para o empreendedorismo, a Matriz Curricular Nacional apresenta ações que visam os currículos, os resultados de aprendizagem e os métodos de ensino.
Reino Unido (ENG): Embora não exista uma estratégia nacional relacionada com a educação para o empreendedorismo, há uma declaração de política governamental sobre *enterprise education* ("educação empreendedora") que se compromete com ações de apoio a experiências práticas de empreendedorismo.

Por definição, uma ação estratégica traduz um compromisso governamental, sendo por isso considerada como mais significativa do que um tópico identificado no texto de uma estratégia, que não implica o compromisso de passar à ação.

Existem quatro países na Europa que, para além de cobrirem os sete tópicos, também incluem as correspondentes ações. Três destes países dispõem de estratégias específicas (Estónia, Reino Unido (País de Gales) e Montenegro) e o outro conta com uma estratégia mais ampla, relacionada com a inovação (Dinamarca). Este grupo de países distingue-se pela sua abordagem estratégica exaustiva em relação à educação para o empreendedorismo, em todos os domínios analisados. Dos restantes países, a Bósnia e Herzegovina e a Antiga República Jugoslava da Macedónia destacam-se igualmente por incluírem todos os tópicos e ações, à exceção da orientação profissional.

No conjunto, as estratégias específicas cobrem provavelmente o leque mais variado de tópicos, com a melhor cobertura de ações sobre as experiências práticas de empreendedorismo e as redes de escolas. Quanto às estratégias mais amplas, as que estão ligadas à inovação apresentam-se como as mais completas, com a Dinamarca e a França a assumirem um lugar de destaque. Em contrapartida, as estratégias relativas à educação abordam o menor número de tópicos e incluem significativamente menos ações do que qualquer outro tipo de estratégia.

Igualmente importante é o facto de que apenas seis países cobrem os tópicos e as ações nas quatro áreas prioritárias identificadas, ao longo deste relatório, como as mais pertinentes para o desenvolvimento da educação para o empreendedorismo, a saber, o currículo, os resultados de aprendizagem, as experiências práticas de empreendedorismo e a formação de professores. Estes seis países são também os que apresentam uma abordagem mais exaustiva. Trata-se da Dinamarca, Estónia, Reino Unido (País de Gales), Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Antiga República Jugoslava da Macedónia. As quatro áreas prioritárias apresentadas no "Modelo de Progressão de 2010" como indicadores de boas práticas em termos de abordagem estratégica, oferecem as melhores probabilidades de desenvolver uma educação para o empreendedorismo eficaz e com um impacto positivo (ver o Capítulo 5 para uma informação mais completa).

Quanto às ações estratégicas específicas, os resultados de aprendizagem são o tópico menos abordado no total dos países/regiões. Embora 17 países indiquem os resultados da aprendizagem como um tópico, apenas oito deles se comprometem com uma ação específica, o que traduz a mais baixa taxa de conversão de um tópico em ação. Todavia, os resultados de aprendizagem são de particular importância para o empreendedorismo, uma vez que abrem o caminho para a avaliação. Sem eles, o ensino do empreendedorismo pode não ser reconhecido pelo processo de validação como um aspeto importante da educação ([67]).

Entre os países que dispõem de uma ação estratégia sobre os resultados de aprendizagem, cinco deles desenvolvem estratégias específicas: Estónia, Reino Unido (País de Gales), Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Antiga República Jugoslava da Macedónia. Na Dinamarca, os resultados

([67]) Para um debate sobre o desenvolvimento e avaliação dos resultados de aprendizagem no domínio do empreendedorismo, pode consultar-se Comissão Europeia 2014b, pp. 34-41, e Penaluna et al., 2014.

de aprendizagem são abordados através da estratégia de inovação e na Áustria e Polónia, através das estratégias de aprendizagem ao longo da vida. São poucos os países (Estónia, Bósnia e Herzegovina e Montenegro) que mencionam explicitamente a avaliação dos resultados de aprendizagem no quadro das suas estratégias. A Dinamarca e o Reino Unido (País de Gales) estabelecem uma ligação com documentos mais abrangentes que apoiam a avaliação no âmbito de um compromisso geral com os resultados de aprendizagem em matéria de empreendedorismo. As estratégias da Dinamarca e Estónia são as que apresentam uma abordagem mais detalhada, com dados factuais sobre os progressos realizados.

A estratégia de inovação da **Dinamarca** apresenta uma ação específica, quer para o desenvolvimento, quer para a avaliação dos resultados de aprendizagem relacionados com o empreendedorismo e a inovação, o que representa um caso único entre os países com estratégias mais amplas. Na Dinamarca existem ainda outros documentos orientadores, que enfatizam esta matéria no âmbito da sua estratégia ([68]).

A estratégia da **Estónia** chega ao ponto de apresentar o seu quadro de resultados da aprendizagem como parte integrante do documento, com um claro compromisso de incluir os resultados de aprendizagem e a sua avaliação no sistema educativo.

A estratégia da **Bósnia e Herzegovina** deverá ser igualmente destacada por fornecer uma explicação detalhada, embora esteja ainda na fase inicial de desenvolvimento. Esta estratégia delineia uma série de ações que visam desenvolver, introduzir e avaliar os resultados de aprendizagem como parte do currículo, associando-os à necessidade de uma formação de professores direcionada para apoiar este processo.

Este relatório vem confirmar que os resultados de aprendizagem são ainda uma questão emergente nas estratégias de educação para o empreendedorismo na Europa. As estratégias que estão em processo de elaboração abordam tanto o tópico do currículo como dos resultados de aprendizagem, uma vez que ambos estão naturalmente alinhados. Abordagens estratégias mais avançadas colocam maior ênfase na avaliação dos resultados de aprendizagem (ver igualmente a Secção 3.3).

As ações estratégias mais frequentes ocorrem no domínio das experiências práticas de empreendedorismo, formação de professores e métodos de ensino, num total de 20 estratégias. Todos os países com uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo incluem uma ação relacionada com experiências práticas de empreendedorismo através de diferentes meios, como a *Junior Achievement* (salientado pela Estónia, Finlândia, Noruega e Sérvia) ou desafios práticos de empreendedorismo baseados no currículo (que é o caso na Comunidade flamenga da Bélgica e Reino Unido (País de Gales)). Esta questão é muito significativa, na medida em que uma das prioridades elevadas a nível da UE para todos os Estados-Membros é a inclusão de, pelo menos, uma experiência prática de empreendedorismo durante a escolaridade obrigatória. Esta prioridade decorre do recente Plano de Ação "Empreendedorismo 2020" ([69]) e da Comunicação da Comissão Europeia "Repensar a Educação" ([70]), sendo também evidenciada na prioridade de financiamento do programa Erasmus+ para iniciativas futuras em 2014 ([71]). Para mais informação sobre a implementação de experiências práticas de empreendedorismo, pode consultar-se a Secção 3.2.

Tanto a formação de professores como os métodos de ensino estão bem representados em todos os tipos de estratégias. Relativamente à formação de professores, 20 países/regiões incluíram-na como uma ação e outros três, como um tópico. Quanto aos métodos de aprendizagem, 20 países/regiões incluíram-nos como uma ação e outros três como um tópico. Apesar de a estratégia de inovação da República Checa conter poucas ações relevantes, uma delas destaca a importância da formação de professores no apoio à introdução de novas ferramentas para a educação para o empreendedorismo. Depreende-se que há um reconhecimento do papel primordial que os professores desempenham na oferta de educação para o empreendedorismo e o relevo significativo que é dado à sua formação e apoio. A formação e apoio aos professores podem ser concretizados mais eficazmente através da

([68]) Consultar ainda os seguintes *links* para informações sobre o modelo de progressão dinamarquês http://eng.ffe-ye.dk/media/44723/Progression-model-English.pdf e a taxonomia dinamarquesa da educação para o empreendedorismo http://eng.ffe-ye.dk/media/555477/taksonomi-eng-2.pdf
([69]) Comissão Europeia, 2013a.
([70]) Comissão Europeia, 2012a.
([71]) Dois projetos de experimentação de políticas públicas foram atribuídos em 2014 para a iniciativas piloto nacionais de larga escala sobre experiências práticas de empreendedorismo (ver Secções 2.2.3 e 3.2.2 para mais informação sobre *Youthstart Challenges* e ICEE).

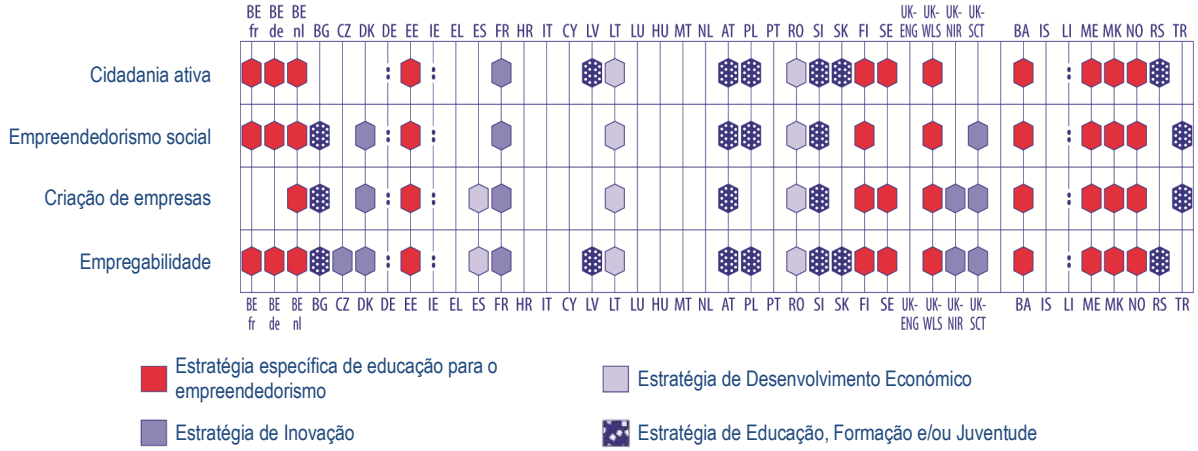
combinação entre formação inicial de professores (FIP) e desenvolvimento profissional contínuo (DPC), conforme ilustrado pelos compromissos estratégicos das Comunidades francófona e germanófona da Bélgica, Finlândia e Bósnia e Herzegovina (consultar também o Capítulo 4).

O domínio de "redes de escolas e intercâmbio de boas práticas" confirma uma diferença marcante entre estratégias específicas e outras mais amplas ou gerais, qualquer que seja o tipo. Enquanto todas as estratégias específicas abordaram este tópico e associaram-lhe ações concretas de apoio, somente quatro estratégias gerais o incluíram como uma ação. Entre estas encontram-se a estratégia de empreendedorismo na Lituânia e três estratégias de inovação na Dinamarca, França e Reino Unido (Escócia). Em alguns países (Comunidade flamenga da Bélgica, Finlândia e Reino Unido (País de Gales)) já existem abordagens diferentes que são descritas nas respetivas estratégias. A Finlândia coloca em destaque a sua rede nacional de centros de recursos regionais e o Reino Unido (País de Gales) dispõe de uma campanha de comunicação na Internet designada *Big Ideas Wales*, que visa apoiar o *networking* e o compromisso com jovens, parceiros e partes interessadas ([72]). Por último, em vez de confirmarem uma implementação em curso, outras estratégias nacionais identificam planos (Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Antiga República Jugoslava da Macedónia).

Objetivos estratégicos

Para efeitos do presente relatório, os objetivos para a educação para o empreendedorismo foram agrupados em quatro domínios: cidadania ativa, empreendedorismo social, criação de empresas e empregabilidade. Estes objetivos foram retirados da definição europeia de competência chave, conforme salientado no Capítulo 1 e são confirmados por uma análise complementar dos relatórios da UE ([73]). Esta subsecção analisa em que medida estes quatro objetivos se encontram evidenciados no conteúdo de cada estratégia e se relacionam com a educação para o empreendedorismo. Vinte e seis países abordaram o objetivo da empregabilidade; os outros três objetivos foram abordados nas estratégias de 20 países/regiões.

Figura 2.6: Visão geral dos objetivos estratégicos mais amplos relacionados com a educação para o empreendedorismo, 2014/15



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

A Figura 2.6 prende-se com temas ou impactos mais vastos da educação para o empreendedorismo.
Não foi incluída nenhuma informação para países/regiões sem uma estratégia relacionada com a educação para o empreendedorismo.

Nota específica por país

Espanha: A tutela da educação é partilhada entre o Ministério da Educação, Cultura e Desporto e as Comunidades Autónomas. Existem estratégias específicas das Comunidades Autónomas que se referem a alguns ou a todos os temas mais vastos mencionados acima.

([72]) www.bigideaswales.com

([73]) Comissão Europeia, 2014b, p. 8; Comissão Europeia, 2015a.

De um modo geral, estes objetivos encontram-se amplamente descritos dentro das respetivas estratégias (ver Figura 2.6), sendo que 20 países/regiões abordam, pelo menos, três ou quatro desses objetivos. Existe um elevado número de países/regiões que reconhece os quatro objetivos dentro da sua estratégia. Estão nesta situação oito países/regiões com estratégias específicas e ainda a França através da sua estratégia de inovação, a Lituânia e a Roménia através das suas estratégias de desenvolvimento económico, a Eslovénia com a estratégia para a juventude e ainda a Áustria, com a estratégia de aprendizagem ao longo da vida.

Quanto às estratégias específicas, seria previsível que os objetivos identificados estivessem estreitamente ligados aos da competência chave europeia. No entanto, existem algumas exceções, como é o caso da Suécia, que não menciona o empreendedorismo social e as Comunidades francófona e germanófona da Bélgica, que não incluem a criação de empresas como um objetivo estratégico.

O tema universalmente mais incluído é o da empregabilidade, referido por todos os países/regiões, exceto nas estratégias da Grécia, Hungria e Turquia ligadas à educação. Esta situação é coerente com o desenvolvimento de uma estratégia que apoia os esforços para combater as elevadas taxas de desemprego juvenil, observadas em muitos Estados-Membros da UE. Com efeito, em Espanha, a estratégia foca-se no empreendedorismo e na empregabilidade, o que reflete os consideráveis esforços do país para reduzir o desemprego juvenil. No caso da República Checa, trata-se do único objetivo identificado em relação à educação para o empreendedorismo, através de uma estratégia ligada à inovação que contém objetivos mais amplos a nível de competitividade e redução do desemprego.

Entre as estratégias mais amplas, é mais provável que a cidadania ativa seja referida no tipo de estratégia ligada à educação. No conjunto, existem 20 estratégias que destacam este objetivo, incluindo todas de natureza específica. A Estónia e a Finlândia enquadram a cidadania ativa concretamente na fundamentação e no texto principal de apresentação da estratégia. Na estratégia austríaca de aprendizagem ao longo da vida, tanto a cidadania ativa como o empreendedorismo social são destacados como objetivos ligados à educação comunitária.

Em contrapartida, a criação de empresas é mais suscetível de aparecer em estratégias relacionadas com a economia e em estratégias específicas. É no Reino Unido (País de Gales) que o objetivo da criação de empresas encontra a expressão mais forte no quadro de uma estratégia específica. Neste país, um dos três pilares estratégicos é precisamente o apoio a aspirantes a empresários. A estratégia específica da Noruega também refere a importância de apoiar jovens empresários e compromete-se a apoiar um certo número de programas a elevar os índices de criação de empresas. Entre as estratégias mais amplas que destacam este objetivo, o caso mais proeminente é o da Espanha, onde a “Estratégia para o Empreendedorismo e Emprego dos Jovens 2013-2016” propõe um conjunto muito específico de 100 ações de curto e de longo prazo.

Entre os 20 países que chamam a atenção para a importância do empreendedorismo social no texto da sua estratégia, encontram-se 10 países com estratégias específicas, e outros 10 países com estratégias mais amplas. Entre os diferentes tipos de estratégias mais amplas, é mais provável que este objetivo seja encontrado nas estratégias ligadas à economia. O Reino Unido (Escócia) salienta os benefícios sociais e económicos do empreendedorismo ao longo de toda a sua estratégia de inovação *Scotland Can Do*, através de estudos de caso e de ações específicas relacionadas com o empreendedorismo social.

2.1.5. Fatores de sucesso em estratégias relacionadas com a educação para o empreendedorismo

Para além do conteúdo temático das estratégias, existe igualmente uma grande diversidade de fatores que afetam o seu sucesso. Conforme esclarece a própria definição de competência chave, a educação para o empreendedorismo oferece uma abordagem que atravessa as habituais divisões

políticas e exige que diferentes áreas governamentais e diferentes partes interessadas trabalhem em conjunto, no sentido de concretizar e monitorizar ações que sejam relevantes e importantes para diferentes prioridades estratégicas. A presente secção analisa se as estratégias de cada país/região possuem esta natureza transversal, verificando se e como tais estratégias cobrem todos os níveis de ensino, se contêm compromissos interministeriais, se preveem diferentes tipos de parcerias e estabelecem mecanismos sólidos de monitorização da respetiva estratégia.

Intervir em todos os níveis de ensino

Desde 2006 que os estudos da Comissão Europeia sobre educação para o empreendedorismo enfatizam a importância de abranger todos os níveis de ensino.

Investigações recentes ([74]) apoiam esta orientação, demonstrando o impacto significativo de incluir a educação para o empreendedorismo desde o nível de ensino mais baixo, ou seja, o ensino primário.

Desse modo, é um dado positivo que 26 entre os 29 países/regiões com uma estratégia relacionada com a educação para o empreendedorismo abordem todos os níveis de ensino (CITE 1 a 8). As três exceções são a estratégia específica da Estónia, que não inclui o ensino superior; a Eslovénia, onde apenas se aborda o ensino secundário superior e etapas posteriores e ainda a Grécia, cuja estratégia educativa aborda o ensino primário e secundário, mas não inclui o EFPI em meio escolar.

Incluir a cooperação interministerial

A natureza interministerial de uma estratégia relacionada com a educação para o empreendedorismo é um fator de sucesso, na medida em que esta área apoia objetivos que atravessam vários domínios de intervenção, designadamente a educação, a inovação e o desenvolvimento económico. Para o conseguir, deverá envolver de forma eficaz um alargado leque de partes interessadas, provenientes de diferentes ministérios. Os resultados deste relatório mostram que a esmagadora maioria das estratégias é desenvolvida a partir de uma abordagem interministerial, uma vez que 27 entre 29 estratégias indicam o envolvimento de mais do que um ministério. As duas exceções são a estratégia "Nova Escola" na Grécia e o "Plano Estratégico" do Ministério da Educação Nacional, na Turquia. Na Polónia, pode observar-se um compromisso mais alargado que envolve seis ministérios e ainda a Chancelaria do Primeiro Ministro; outro exemplo é o desenvolvimento de uma estratégia regional de educação para o empreendedorismo que envolve representantes dos ministérios das respetivas Comunidades francófona e germanófona da Bélgica. Na Dinamarca, existe uma Parceria Ministerial para a Educação para o Empreendedorismo que agrega quatro ministérios. Este grupo criou, financia parcialmente e supervisiona o trabalho da Fundação Dinamarquesa para o Empreendedorismo, no âmbito de uma estrutura de gestão mais alargada ([75]).

Criar parcerias

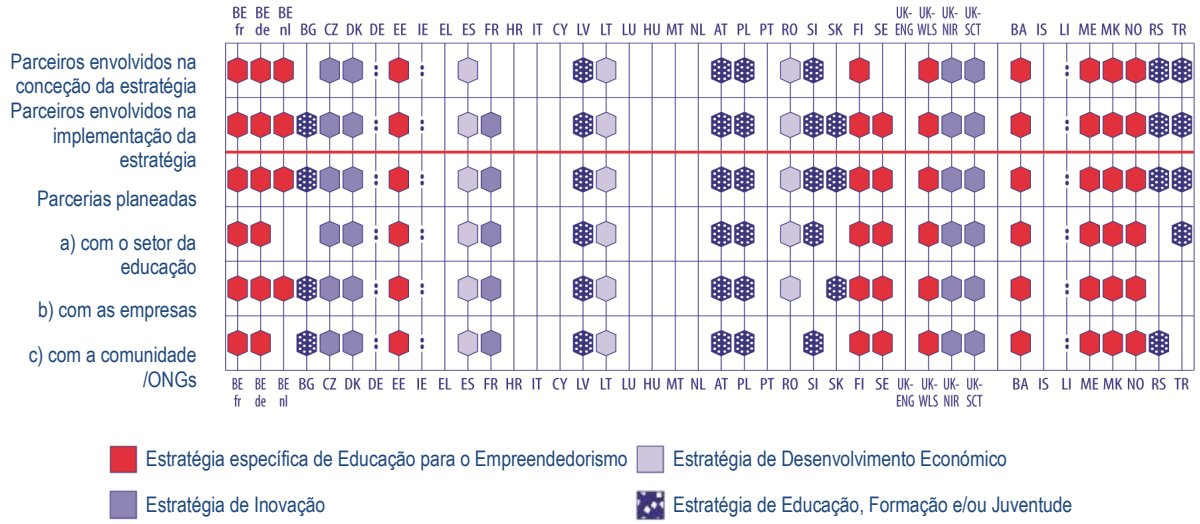
O estabelecimento de parcerias e o envolvimento das partes interessadas são encarados como pré-requisitos para a estratégia de educação para o empreendedorismo, devido à ligação com a vida real que se pretende alcançar e à prioridade dada à aprendizagem empírica ou experiencial. Este relatório proporciona uma perspetiva sobre se essas parcerias estão previstas na estratégia, e analisa a relação com diferentes tipos de parceiros e o envolvimento destes na conceção e/ou implementação da estratégia.

Observa-se que quase todos os países/regiões incluem as parcerias como um elemento integral da sua abordagem estratégica (27 de um total de 29 estratégias). À exceção da Grécia e da Hungria, todos os países/regiões referem que as suas estratégias incluem o planeamento de uma parceria e consideram que as parcerias estarão envolvidas na implementação das ações estratégicas.

([74]) Rosendahl Huber et al, 2014, pp. 76-97.

([75]) http://eng.ffe-ye.dk/media/536328/partnerskab20nyversion.pdf

Figura 2.7: Apoio estratégico a parcerias relacionadas com a educação para o empreendedorismo, 2014/15



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

Não foi incluída nenhuma informação para os países/regiões sem uma estratégia relacionada com a educação para o empreendedorismo.

É mais provável que os países/regiões (27 indicaram esta tendência) envolvam as parcerias na fase de implementação da estratégia. Em 23 desses países/regiões, o envolvimento dar-se-á numa fase inicial, sendo o seu *input* incluído na conceção da própria estratégia. Vinte e três países/regiões contam com parceiros envolvidos na conceção da sua estratégia, o que representa o total das estratégias específicas (exceto a da Suécia) e das estratégias gerais (com exceção da Bulgária, Grécia, França, Hungria e Eslováquia).

As parcerias com empresas são mencionadas por 24 países/regiões, logo seguidas das parcerias com o setor educativo mais alargado e com a comunidade/ONGs, referidas por 23 países/regiões. É menos provável que as estratégias relativas à educação sigam uma abordagem abrangente, com um envolvimento menos frequente dos parceiros nas fases de conceção e implementação da estratégia e, proporcionalmente, com menos parcerias planeadas com o setor da educação, empresarial e com a comunidade/ONGs.

No norte da Europa encontram-se mais evidências de parcerias e envolvimento com as partes interessadas:

Na **Dinamarca**, a Fundação Dinamarquesa para o Empreendedorismo (FFE)] é gerida por um conselho de parceria do governo e apoiada por partes interessadas externas do setor empresarial, da comunidade e do setor da educação.

Na **Estónia**, a abordagem de parceria que apoia a estratégia específica, incentiva a cooperação a múltiplos níveis, desde escolas e centros de desenvolvimento concelhios a iniciativas nacionais como a *Junior Achievement*. A nível nacional, existe um "Grupo de Reflexão (*think tank*) sobre Educação para o Empreendedorismo" formado por profissionais que trabalham em diversas organizações, no campo da educação para o empreendedorismo e cujo objetivo é dar uma maior visibilidade a esta área e garantir que o sistema educativo está interligado e informado.

A **Finlândia** tem envolvido um leque significativo de partes interessadas (como o governo, a educação, autoridades regionais, organizações empresariais, organizações setoriais, sindicatos e organizações da juventude) numa cooperação mais ampla, com vista à conceção, desenvolvimento e implementação de orientações nacionais em matéria de educação para o empreendedorismo.

Nos Balcãs Ocidentais, os países que possuem uma estratégia específica são os que apresentam abordagens mais detalhadas relativamente a parcerias.

A **Bósnia e Herzegovina** constituiu grupos de trabalho com vista a envolver um vasto leque de partes interessadas na conceção e implementação da sua estratégia específica.

Montenegro possui uma "Parceria Nacional para a Aprendizagem Empreendedora" que inclui representantes do governo, das empresas, da educação e da comunidade. A parceria assume o papel de gerir e coordenar a implementação da estratégia e inclui os parceiros que estiveram diretamente envolvidos na conceção e desenvolvimento da atual estratégia.

A Antiga República Jugoslava da Macedónia possui um "Conselho Interagências para a Implementação da Estratégia de Aprendizagem em Empreendedorismo", o qual inclui um variado leque de serviços do Governo e partes interessadas a nível externo, provenientes do setor empresarial, educativo e da comunidade e que é responsável por acompanhar e apoiar uma implementação eficaz da respetiva estratégia específica.

Monitorizar o progresso e o impacto

As orientações de política europeia têm salientado a importância de avaliar o progresso das estratégias e de identificar indicadores nacionais para a educação para o empreendedorismo ([76]). Um recente grupo europeu de peritos em indicadores para a educação para o empreendedorismo apresentou um conjunto de recomendações para a monitorização da educação para o empreendedorismo a nível nacional, incluindo a recomendação de integrar claramente este tópico no sistema educativo e numa estratégia ou plano de ação específicos ([77]). Nos casos em que as estratégias não são regularmente monitorizadas, ou pelo menos avaliadas após a sua conclusão, não existe possibilidade de avaliar ou de aprender com o seu progresso, de informar novos desenvolvimentos a nível de política ou de identificar realizações e sucessos.

Contudo, as estratégias estudadas nem sempre proporcionam informação detalhada. Embora seja mais provável identificar quadros de monitorização em países com estratégias específicas, estes podem não ser acompanhados por informação específica sobre a medição e a avaliação do progresso, ou por uma abordagem clara para incorporar os resultados na elaboração das políticas nacionais. Estes quadros podem incluir medidas qualitativas ou quantitativas ou uma mistura de ambas e os dados recolhidos podem ser específicos das ações que estão a ser implementadas, ou ligados a indicadores macroeconómicos como as taxas de emprego ou de autoemprego. A Figura 2.8 ilustra em que países/regiões as abordagens de monitorização são planeadas e as diferentes características que apresentam.

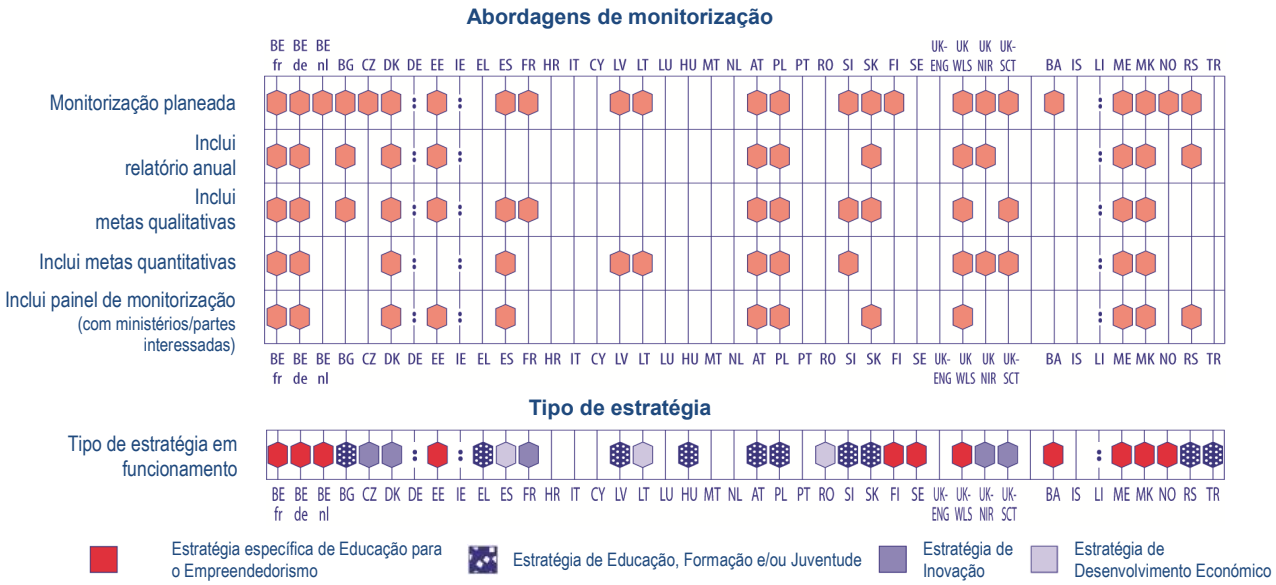
As abordagens de monitorização variam significativamente nos países da UE. Na Grécia, Hungria, Roménia, Suécia e Turquia não está prevista qualquer monitorização. Em três países (Comunidade flamenga da Bélgica, República Checa e Bósnia e Herzegovina), o quadro de monitorização ainda não foi estabelecido. Quatro países (Letónia, Eslovénia, Finlândia e Noruega) afirmam que estão a planear relatórios de avaliação estratégica intercalares e *ex post.* Na Sérvia, alguns ministérios são responsáveis pela monitorização das ações relevantes para o seu domínio de intervenção, não existindo contudo um acompanhamento das ações estratégicas, a nível central.

Um número significativo de países/regiões inclui um painel interministerial ou constituído por partes interessadas na monitorização do processo, como um meio de envolver parceiros no apoio e orientação da implementação, bem como na recolha ou análise da informação, contribuindo geralmente para um relatório anual do progresso da estratégia. Estes países incluem a Estónia (Grupo de Reflexão nacional constituído por um conjunto de peritos), Espanha (Comissão de Acompanhamento Interministerial), Áustria (Grupo de Trabalho ALV:2020), Polónia (equipa interdepartamental para a aprendizagem ao longo da vida), Eslováquia, Reino Unido (País de Gales) (Comissão do Plano de Ação para o Empreendedorismo que envolve empreendedores), Bósnia e Herzegovina (está previsto um painel de parcerias, mas ainda não está implementado), Montenegro (parceria nacional envolvendo ministérios, agências e partes interessadas) e Antiga República Jugoslava da Macedónia (comité de gestão nacional que envolve ministérios, agências e partes interessadas).

([76]) Comissão Europeia, 2014a.

([77]) Ibid., pp. vii-ix.

Figura 2.8: Abordagens de monitorização previstas nas ações estratégicas relacionadas com a educação para o empreendedorismo, 2014/15



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

Não foi incluída nenhuma informação para os países/regiões sem uma estratégia relacionada com a educação para o empreendedorismo.

Notas específicas por país

Espanha: Para além da estratégia nacional, que se encontra destacada na Figura, existe nas Comunidades Autónomas um número de estratégias específicas e mais amplas que também incluem abordagens de monitorização e avaliação.
Letónia: Está planeado um relatório intercalar e um relatório de avaliação *ex post*.
Polónia: As metas quantitativas dizem respeito ao abandono escolar precoce, aos jovens que não frequentam o ensino pós-secundário ou com baixos níveis de competências básicas. Os parâmetros de referência foram definidos em paralelo com os parâmetros europeus, mas são em geral mais ambiciosos.
Eslovénia: De três em três anos, o governo irá apresentar um relatório do progresso e implementação do seu "Programa Nacional para a Juventude 2013-2022", seguido de um relatório final no final da estratégia.

Dos países que possuem um painel estratégico, todos referem explicitamente a importância dos relatórios anuais para o progresso da estratégia. Outros países referiram igualmente a utilização de um relatório anual (Comunidades francófona e germanófona da Bélgica, Bulgária e Reino Unido (Irlanda do Norte)). De facto, a recente estratégia de inovação da Irlanda do Norte já emitiu um relatório de progresso dos primeiros seis meses, com vista a demonstrar o progresso em relação às ações ([78]).

Alguns países adicionam a utilização de dados qualitativos e/ou quantitativos ao processo de monitorização, analisando o progresso das ações e efetuando estudos com vista a obter informações adicionais, medindo o progresso em relação a indicadores estatísticos ou estabelecendo metas.

Nas **Comunidades francófona e germanófona da Bélgica**, a estratégia que cobre estas áreas irá acompanhar dois conjuntos de indicadores: o primeiro foca-se na implementação das ações e o segundo no acompanhamento de uma mudança de atitude mais abrangente entre os profissionais de educação e os jovens que utilizam esses estudos. As metas quantitativas utilizadas são relativamente amplas, incluindo a medição dos estudantes que estão envolvidos em atividades de educação para o empreendedorismo ou o número de jovens que estão envolvidos na criação da sua própria empresa.

A **Espanha** inclui objetivos baseados no emprego e atividades empreendedoras entre os jovens.

A **Polónia** utiliza objetivos a nível macro, como por exemplo, o abandono escolar precoce, o número de jovens que não prosseguem estudos pós-secundários ou jovens com baixos níveis de competências básicas.

O **Reino Unido (Escócia)** foca-se em indicadores económicos "de elevado nível", incluindo o número de empresas, as despesas com investigação e o desenvolvimento e intercâmbio de conhecimentos entre as universidades.

([78]) https://www.detini.gov.uk/sites/default/files/publications/deti/innovation_strategy_-_6_month_update_report_to_31_march_2015.pdf

Em matéria de especialização e conhecimentos, a Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Antiga República Jugoslava da Macedónia, juntamente com a Sérvia e a Turquia, são apoiados pelo Centro da Europa do Sudeste para a Aprendizagem do Empreendedorismo (SEECEL). Este Centro conduziu a assinatura da "Carta para a Educação para o Empreendedorismo" (*Charter for Entrepreneurial Learning*) ([79]) pelos ministros da educação e da economia dos oito países parceiros do SEECEL. Enquanto países candidatos à pré-adesão à UE, a implementação da estratégia relacionada com a educação para o empreendedorismo contribui e é monitorizada no âmbito do processo de avaliação da Lei das Pequenas Empresas (*Small Business Act*) ([80]) e do cumprimento dos resultados previstos no *Riga 2015*.

Algumas estratégias fornecem uma quantidade significativa de detalhes sobre o processo de monitorização e indicadores utilizados.

Dos países/regiões com estratégias específicas, o **Reino Unido (País de Gales)** é o país que fornece mais informação, especificando os resultados imediatos das atividades, os impactos medidos através de estudos nacionais e internacionais e identificando os marcos fundamentais e respetivas datas. Desde 2010 que os relatórios anuais são publicados no sítio de Internet da estratégia, o qual ilustra os progressos alcançados e os diferentes meios utilizados na recolha de dados ([81]). As medidas incluem as ligações com parceiros internacionais, o envolvimento dos jovens e a formação de professores. O País de Gales pretende ainda ser uma referência relativamente às metas internacionais ou de outros países e é o único país que realça esta situação.

Entre as estratégias mais amplas, a estratégia de inovação **Dinamarquesa** compromete-se com um papel continuado e reforçado da Fundação Dinamarquesa para o Empreendedorismo (FFE), com a permanente responsabilidade de monitorizar e avaliar a implementação da educação para o empreendedorismo na Dinamarca. Embora não seja fornecido detalhe adicional sobre a estratégia, são estabelecidas ligações com o trabalho mais abrangente da FFE, o qual demonstra a profundidade da abordagem seguida a partir de estudos de impacto anuais, baseados em dados longitudinais ([82]).

Para a estratégia *LLL: 2020* da **Áustria**, existe uma abordagem de monitorização global, acordada pelo Conselho de Ministros e implementada por institutos externos. A implementação e os resultados das 10 linhas de ação previstas na estratégia são objeto de controlo, sendo que a educação para o empreendedorismo como competência chave está implícita como um tema transversal em todas essas linhas de ação.

2.1.6. Situação nos países sem uma estratégia atual

Em nove países/regiões (Croácia, Itália, Chipre, Luxemburgo, Países Baixos, Malta, Portugal, Reino Unido (Inglaterra) e Islândia) não existe uma estratégia com uma ligação explícita à educação para o empreendedorismo.

Entre estes países, **Chipre** indica que está a ser planeada uma estratégia específica. Trata-se de um desenvolvimento recente e que se destina a fazer parte do novo quadro estratégico do Ministério da Educação e Cultura.

Apesar de não possuir uma estratégia relacionada com a educação para o empreendedorismo, **Malta** lançou em 2012 uma "Matriz Curricular Nacional" que propõe uma abordagem holística da escola, com vista a apoiar o espírito empreendedor. As ações concretas previstas incluem: uma maior orientação sobre o tema transversal ao currículo "Educação para o Empreendedorismo, Criatividade e Inovação", encorajando estratégias de reconhecimento de atividades informais e não formais ligadas à educação para o empreendedorismo, bem como o desenvolvimento reforçado das competências empreendedoras desde o ensino primário ao secundário superior CITE 1- 3). A intenção de Malta é que os resultados de aprendizagem no domínio do empreendedorismo sejam incorporados em todas as disciplinas e níveis de ensino.

Portugal não possui uma estratégia atual relevante, embora no relatório de 2012 o país tenha indicado que estava em processo de elaboração de uma estratégia. Contudo, existe uma rede de departamentos governamentais bem consolidada e de organizações externas que trabalham em colaboração neste domínio de intervenção, para além de liderar experiências políticas a nível europeu de grande visibilidade, como é o caso do projeto *Youth Start – Entrepreneurial Challenges*, coordenado pela Plataforma para a Educação do Empreendedorismo em Portugal (PEEP) ([83]). Existe ainda uma iniciativa conduzida pelo governo intitulada "Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação (+e+i)" ([84]), um programa de apoio com um foco no mundo empresarial e nas empresas em fase de arranque (*start-ups*), mas que não apresenta ações no setor da educação.

([79]) SEECEL, 2012.
([80]) http://www.oecd.org/globalrelations/smallandmedium-sizedenterprisessmepolicyindex.htm
([81]) http://business.wales.gov.uk/bigideas/youth-entrepreneurship-strategy
([82]) http://eng.ffe-ye.dk/knowledge-centre/knowledge-analysis/impact
([83]) *Youthstart Entrepreneurial Challenges*: www.youthstartproject.eu
([84]) http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=7992

Outros dois países contaram no passado com estratégias específicas, entretanto finalizadas:

Na **Croácia**, o governo criou recentemente um grupo de trabalho com vista a desenvolver os resultados de aprendizagem do empreendedorismo, para os níveis CITE 0 a 3, incluindo o EFPI. Os resultados da aprendizagem serão mapeados em três domínios: pensar de maneira empreendedora, agir de maneira empreendedora e literacia económica e financeira, sendo este trabalho apoiado pelo Centro da Europa do Sudeste para a Aprendizagem do Empreendedorismo (SEECEL), que está sediado neste país.

Nos **Países Baixos**, a estratégia foi finalizada e está neste momento descontinuada. A prática local tem sido integrada e existem iniciativas nacionais que apoiam este trabalho. Por exemplo, a "Organização de Cooperação para a Formação Profissional, Formação e Mercado de Trabalho" (SBB – *Stichting Samenwerking Beroepsonderwijs Bedrijfsleven*) ([85]), uma fundação de cooperação para o EFP e para a indústria, está legalmente incumbida de se focar no desenvolvimento e manutenção da estrutura de qualificações para o EFP. Neste processo, a educação e o mundo empresarial trabalham em conjunto para a conceção de qualificações para o EFP, integrando as empresas.

Os restantes quatro países/regiões ilustram níveis de desenvolvimento muito diferentes no que respeita a educação para o empreendedorismo. Em Itália e Luxemburgo existem baixos níveis de atividade, apesar de este último país participar atualmente no projeto europeu de experimentação de políticas públicas *Youth Start – Entrepreneurial Challenges*, liderado por Portugal. No caso do Reino Unido (Inglaterra) e Islândia ainda vigoram abordagens nacionais prévias.

No **Reino Unido (Inglaterra),** o governo emitiu uma declaração política sobre a educação para o empreendedorismo em 2012 e também publicou relatórios ([86]) onde explorava a eficácia desta abordagem. Apesar de ainda prevalecerem compromissos e ações do anterior governo de coligação (que se manteve em funções até 2015) relativamente a esta matéria, tais ações não foram integradas na política educativa nem a competência chave está refletida ao nível curricular. As ações que foram prosseguidas posteriormente incluem a criação, em fevereiro de 2015, da organização *Careers and Enterprise Company* ([87]), a qual visa inspirar os jovens e ajudá-los a prepararem-se e a assumir o controlo sobre o seu futuro, colmatando, em parte, as lacunas nas possibilidades de carreira e nas atividades empresariais no país e aumentando o envolvimento das entidades patronais.

Na **Islândia**, a situação é mais complexa, não existindo uma estratégia específica ligada à educação para o empreendedorismo, nem qualquer menção significativa a esse tema nos programas de estudo, apesar de existir um anterior compromisso que favorece a educação para a inovação, que lhe está estreitamente ligada. Contudo, as "Orientações Curriculares Nacionais" na Islândia articulam-se em torno de seis pilares e o seu conteúdo fundamental está alinhado com as competências empreendedoras mais gerais, como a criatividade e o pensamento crítico.

2.2. Regimes de financiamento

Esta secção investiga o financiamento da educação para o empreendedorismo nos países europeus e contempla as fontes de financiamento nacionais e europeias. Tal como descrito na secção anterior, a maioria dos países/regiões possui uma estratégia específica ou mais ampla relacionada com a educação para o empreendedorismo. Esta secção irá examinar em que medida o financiamento está ligado a estas estratégias ou se é providenciado de outras maneiras.

É apresentada uma panorâmica geral das fontes de financiamento afetas à educação para o empreendedorismo, juntamente com o tipo de estratégia em funcionamento, caso exista. Segue-se uma análise mais detalhada das fontes de financiamento, em primeiro lugar a nível nacional e depois a nível da União Europeia.

2.2.1. Fontes de financiamento da educação para o empreendedorismo

Os países financiam a educação para o empreendedorismo de diferentes maneiras. Poderá ser alocado um orçamento separado para a implementação de uma estratégia específica ou mais ampla no domínio da educação para o empreendedorismo, e sendo este o caso, é um bom indicador da

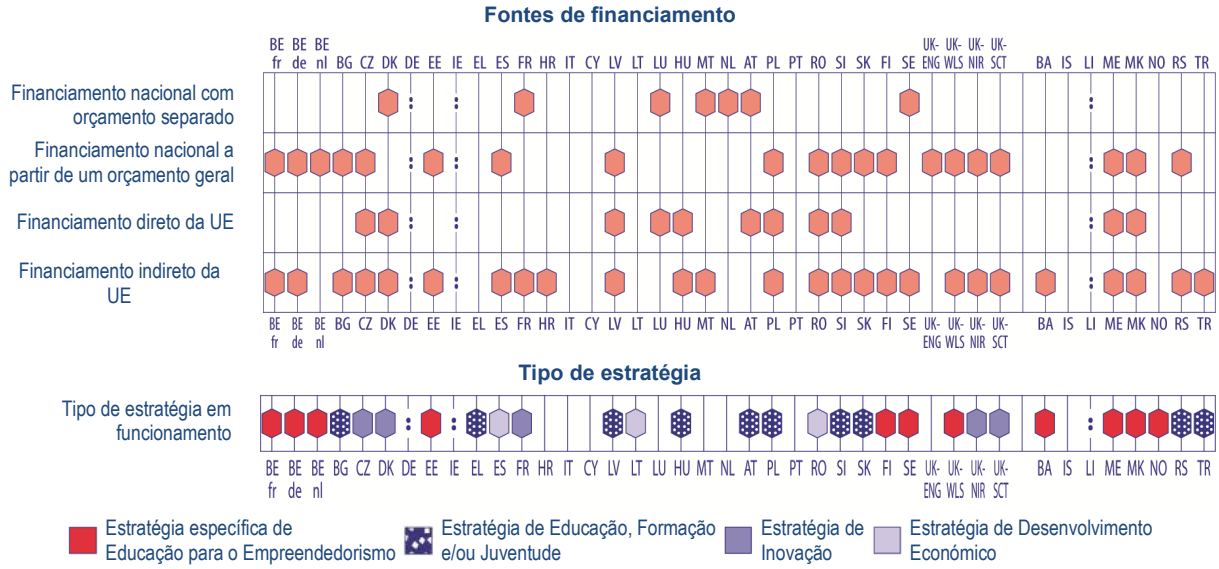
([85]) https://www.s-bb.nl/en
([86]) Estes incluem um relatório sobre a avaliação https://www.gov.uk/government/publications/evaluation-of-enterprise-education-in-england, um relatório sobre a relevância do empreendedorismo na educação (*enterprise education*) https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/338749/EnterpriseforAll-lowres-200614.pdf, e "Education fit for an Entrepreneur" http://www.enterprise.ac.uk/index.php/news/item/402-entrepreneurs-and-educators-agree-new-report-calls-for-better-integration-of-entrepreneur-skills-at-all-levels-of-education
([87]) https://www.careersandenterprise.co.uk

importância atribuída por um dado país a essa estratégia. Além disso, os países podem atribuir um orçamento separado para a educação para o empreendedorismo, mesmo nos casos em que não existe uma estratégia.

Em contrapartida, independentemente de existir ou não uma estratégia específica ou mais ampla de educação para o empreendedorismo num determinado país, o financiamento nacional para este domínio poderá ser fornecido a partir de uma dotação geral, por exemplo, o orçamento global de um ministério. Neste caso, os fundos não se destinam especificamente a esta finalidade.

Em alguns países, para além do financiamento nacional, poderão igualmente ser disponibilizados fundos europeus para apoiar a educação para o empreendedorismo. O financiamento da UE poderá ser direto ou indireto. No primeiro caso, o apoio financeiro é fornecido diretamente pelas instituições europeias aos beneficiários finais. No segundo caso, existe uma autoridade intermediária entre as instituições da UE e os beneficiários finais, a qual é responsável por gerir a alocação dos fundos.

Figura 2.9: Fontes de financiamento (nacional e da UE) para a educação para o empreendedorismo e tipo de estratégia em funcionamento, 2014/15



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

A Figura mostra os países que utilizam o financiamento nacional ou da UE para apoiar a implementação da educação para o empreendedorismo, e a sua estratégia mais relevante relacionada com a educação para o empreendedorismo.

Nota específica por país

Espanha: A informação contida nesta Figura reflete a situação nacional. Adicionalmente, as Comunidades Autónomas de Espanha possuem diferentes mecanismos de financiamento da educação para o empreendedorismo, que incluem, em alguns casos, a existência de um orçamento separado.

A Figura 2.9 ilustra quais foram os países que, em 2014/15, forneceram fundos nacionais para a educação para o empreendedorismo, fosse por intermédio de um orçamento separado ou por via de um orçamento geral. A fgura destaca ainda quais foram os países que utilizaram financiamento da UE (direto ou indireto) e indica qual o tipo de estratégia de educação para o empreendedorismo atualmente em vigor em cada país/região.

Vinte e sete países/regiões afetam parte do seu orçamento nacional à educação para o empreendedorismo (seja por intermédio de um orçamento específico ou de um orçamento geral). Entre estes, 24 países/regiões também afetam fundos da UE (diretos ou indiretos) à educação para o empreendedorismo. Por outro lado, num pequeno número de países (Croácia, Hungria, Bósnia e Herzegovina e Turquia), só existe financiamento da UE para a educação para o empreendedorismo.

Praticamente todos os países com uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo (exceto a Noruega) fornecem algum financiamento para a sua implementação, o qual provém

normalmente de fontes nacionais ou da UE. Só a Suécia acusa a afetação de fundos nacionais, através de um orçamento separado, para a sua estratégia específica. Entre os restantes países, cinco deles utilizam parte de um orçamento geral a nível nacional, bem como financiamento indireto da UE (Comunidades francófona e germanófona da Bélgica, Estónia, Finlândia e Reino Unido (País de Gales)); dois países utilizam o financiamento nacional por via de um orçamento geral, conjuntamente com o financiamento direto e indireto da UE (Montenegro e Antiga República Jugoslava da Macedónia); por último, a Comunidade flamenga da Bélgica apenas utiliza fundos nacionais, a partir de um orçamento geral. Bósnia e Herzegovina não afeta quaisquer fundos nacionais para a sua estratégia específica de educação para o empreendedorismo, contando exclusivamente com o financiamento indireto da UE.

Curiosamente, três dos países que consagram um orçamento separado para a educação para o empreendedorismo – Luxemburgo, Malta e Países Baixos – não possuem nenhuma estratégia nesta área e pretendem financiar estas iniciativas com fundos nacionais.

Vários outros países, embora contem atualmente uma estratégia relacionada com a educação para o empreendedorismo, não lhe consagram qualquer financiamento. Este é o caso da Noruega, apesar de ter uma estratégia específica, Grécia (estratégia de educação) e Lituânia (estratégia de desenvolvimento económico).

2.2.2. Financiamento nacional

Uma análise mais aprofundada mostra que apenas sete países/regiões possuem um orçamento separado consagrado ao desenvolvimento e implementação da educação para o empreendedorismo, enquanto noutros 20 países/regiões o financiamento da educação para o empreendedorismo está incluído num orçamento mais geral. Por outro lado, constata-se que 11 países não atribuem financiamento nacional à educação para o empreendedorismo.

A maioria dos países/regiões com financiamento nacional para a educação para o empreendedorismo (como orçamento separado ou como parte de um orçamento geral) consagra esse financiamento à implementação de uma estratégia específica, ou mais ampla, ligada a este domínio. A Dinamarca, França, Áustria e Suécia, são exemplos de países que reservam um orçamento separado para a implementação das suas estratégias específicas ou amplas de educação para o empreendedorismo.

Na **Dinamarca**, a Fundação Dinamarquesa para o Empreendedorismo (FFE) recebe todos os anos, 20-25 milhões de coroas dinamarquesas do Ministério do Ensino Superior e Ciência e do Ministério das Empresas e do Crescimento para investir na educação para o empreendedorismo, adicionalmente ao financiamento externo. A "Iniciativa de Inovação Estratégica" promove a cooperação com empresas, numa perspetiva de inovação orientada para a prática. Esta iniciativa foi financiada com 20 milhões de coroas dinamarquesas em 2013 e 20 milhões de coroas dinamarquesas em 2014. Embora não seja mencionado na sua estratégia de inovação, foram disponibilizados 10 milhões de coroas dinamarquesas em 2015 para manter o financiamento.

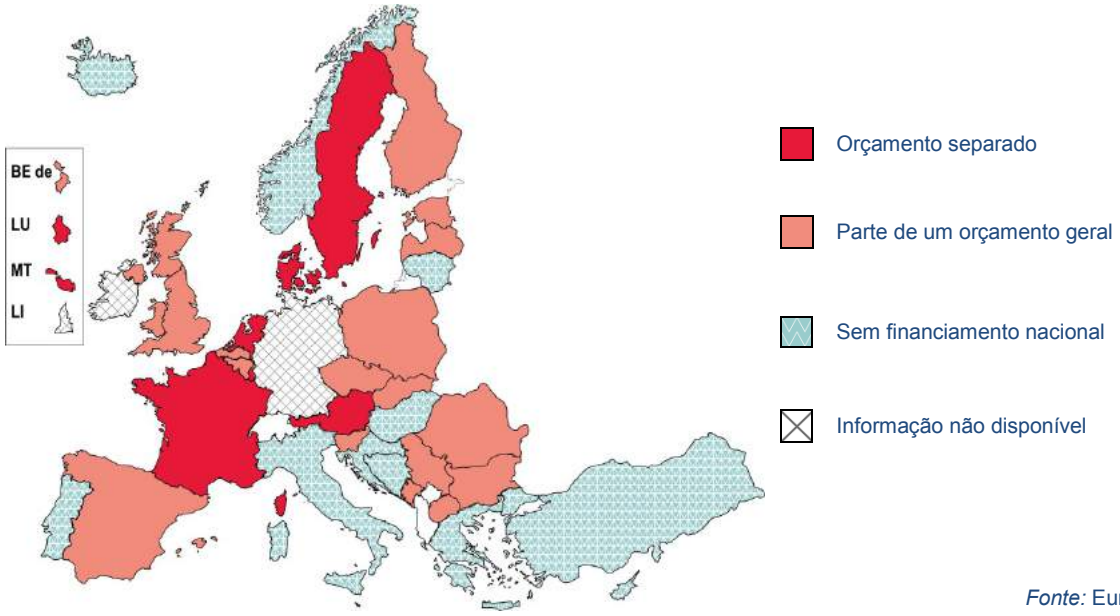
A **França** inclui a educação para o empreendedorismo como uma ação no quadro da sua estratégia de inovação, tendo-lhe alocado 20 milhões de euros para o período entre 2014 e 2019, financiados até 50 % pela "*Caisse des dépots et Consignation*" e cofinanciados por parceiros empresariais, instituições públicas (incluindo fundos do Ministério da Educação Nacional, Ensino Superior e Investigação), e/ou programas da UE. Desde julho de 2015 que esta fonte de financiamento apoia projetos que decorrem durante três ou cinco anos. O objetivo é identificar e apoiar as iniciativas mais estratégicas a fim de reforçar a cultura de inovação e de empreendedorismo entre os jovens, a todos os níveis, aumentando significativamente o número de estudantes que experienciam a educação para o empreendedorismo. Esta posição de liderança é assumida pelo Comissário Geral para a Inovação, sob a autoridade do Primeiro-Ministro, em colaboração com o Ministério da Educação Nacional, Ensino Superior e Investigação e com o Ministério da Economia.

Na **Áustria**, o financiamento nacional cobre diferentes atividades inscritas na estratégia austríaca de aprendizagem ao longo da vida, incluindo um misto de custos salariais e de orçamentos para a educação para o empreendedorismo, tais como o Centro EESI-*Impulse* (Empreendedorismo para a Inovação Escolar), com polos regionais para promover o seu conceito de empreendedorismo em cada província federal. De referir a iniciativa *Jugend Innovati* ([88]), um concurso de ideias inovadoras no campo dos negócios, *design*, engenharias, ciências, TIC e proteção climática dirigido a alunos e estudantes. Por último, importa referir o plano de negócios "Próxima Geração".

([88]) www.jugendinnovativ.at

Na **Suécia**, a educação para o empreendedorismo é abordada através de uma estratégia específica. O orçamento para a implementação da "Estratégia para o Empreendedorismo na educação" ascende a 33,5 milhões de coroas suecas. Este orçamento divide-se da seguinte forma: níveis CITE 1 a 3 e EFPI em meio escolar (29,5 milhões de coroas suecas); níveis CITE 5 a 8 (4 milhões de coroas suecas). Para além do orçamento específico nacional, o financiamento da educação para o empreendedorismo a nível do ensino superior, (CITE 5 a 8) é fornecido indiretamente através de fundações e autoridades públicas.

Figura 2.10: Financiamento nacional da educação para o empreendedorismo em 2014



Fonte: Eurydice.

Nota específica por país

Espanha: A estratégia nacional relacionada com a educação para o empreendedorismo é financiada como parte de um orçamento geral nacional. A nível regional, as Comunidades Autónomas possuem diferentes mecanismos de financiamento para as suas estratégias relacionadas com a educação para o empreendedorismo, incluindo, em alguns casos, um orçamento separado.

Os restantes 19 países afetam os fundos nacionais à sua estratégia de educação para o empreendedorismo, seja ela específica ou mais ampla, e a sua implementação é feita através de um orçamento geral, ao invés de existir um orçamento separado ([89]).

Na **Bélgica (Comunidades francófona e germanófona),** por exemplo, onde vigora uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo, foram alocados cerca de 1,5 milhões de euros em 2014 para a Agência para o Incentivo Económico da Valónia – atualmente Agência para o Empreendedorismo e a Inovação (AEI) ([90]), com vista à promoção de um espírito empreendedor.

No **Reino Unido (País de Gales)**, onde foi igualmente estabelecida uma estratégia específica, a atividade empresarial e empreendedora está incorporada em três grandes eixos da política educativa e da oferta educativa (A Carreira e o Mundo do Trabalho; Percursos de vida; e *Baccalaureate*) e está disponível nas escolas, para todos os jovens. A responsabilidade primordial pela concretização destes eixos reside nas escolas e está incluída no seu financiamento de base. O governo do País de Gales também fornece subvenções hipotecadas (subvenções específicas para apoiar as prioridades do Governo galês) para a aprendizagem do empreendedorismo, de que é exemplo o *Young Enterprise Bursary (*parte do *Jobs Growth Wales* ([91])).

Em **Espanha**, um país com uma das estratégias mais amplas em matéria de educação para o empreendedorismo, o Estado – através do Ministério da Educação, Cultura e Desporto e com a colaboração de outros ministérios (Indústria, Energia e Turismo, Emprego e Segurança Social, Economia e Competitividade) – oferece financiamento para algumas ações educativas na área do empreendedorismo. Além disso, na maioria das Comunidades Autónomas que implementam estratégias e/ou ações de educação para o empreendedorismo e/ou ações, as mesmas são financiadas a nível regional, ao abrigo das rubricas orçamentais específicas alocadas para esse fim. As Comunidades Autónomas possuem rubricas orçamentais específicas que vão desde 0,1 a 0,5 milhões de euros por ano.

([89]) Bélgica (as três Comunidades), Bulgária, República Checa, Estónia, Espanha, Letónia, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Reino Unido (País de Gales, Irlanda do Norte e Escócia), Montenegro, Antiga República Jugoslávia da Macedónia e Sérvia
([90]) http://as-e.be/
([91]) http://gov.wales/topics/educationandskills/skillsandtraining/jobsgrowthwales/?lang=en

No **Reino Unido (Escócia)**, o empreendedorismo está incorporado no currículo escocês ("Construir o Currículo 4: Competências para aprender, competências para a vida e competências para o trabalho") como parte das competências de empreendedorismo e de empregabilidade mais amplas. Adicionalmente, o programa *Education Scotland*, através do quadro estratégico *Scotland Can Do* ([92]), apoia parceiros do setor terciário com vista ao desenvolvimento do "Programa para Escolas Empreendedoras" (*Enterprising Schools Programme*). Esta situação visa potenciar o impacto de todos os parceiros envolvidos na concretização do programa, formular um sistema de reconhecimento para escolas e aprendentes e fornecer uma plataforma que sirva de base a um maior envolvimento do setor privado. Foi atribuído um financiamento de 0,327 milhões de libras esterlinas a esta iniciativa. Previamente, e como parte da estratégia *Determined to Succeed* ([93]), foi alocado um financiamento às autoridades locais de aproximadamente 20 milhões de libras esterlinas por ano para desenvolver a educação para o empreendedorismo – este financiamento já não está circunscrito a fins específicos e faz parte, atualmente, da despesa geral das autoridades locais.

Na **Antiga República Jugoslava da Macedónia** é incluído nos orçamentos mais gerais dos ministérios, agências e municípios um fundo destinado à implementação da educação para o empreendedorismo, para o período 2014-2020.

Por outro lado, distinguem-se três países com orçamentos separados para a educação para o empreendedorismo mas sem uma estratégia nacional relacionada com este domínio:

No **Luxemburgo**, o governo financia *Jonk Entrepreneuren Asbl* ([94]), uma associação encarregue da promoção da educação para o empreendedorismo. O financiamento totaliza 0,165 milhões de euros, sendo que a maior fatia provém do orçamento do Ministério da Educação, da Infância e Juventude.

De igual modo, embora **Malta** não possua uma estratégia de educação para o empreendedorismo, está atualmente a desenvolver a sua "Matriz Curricular Nacional", que inclui este tópico. Em Malta está alocado um financiamento de 0,05 milhões de euros para apoiar a educação para o empreendedorismo. Tanto as faculdades como as escolas podem utilizar esta verba (até 5 000 euros por estabelecimento) para financiar projetos educativos. O plano visa abordar a promoção do empreendedorismo e das qualidades empreendedoras através da educação, patrocinando projetos submetidos por instituições educativas, através de apresentação de propostas em regime de concurso. O Ministério da Economia, Investimento e Pequenas Empresas, em colaboração com o Ministério da Educação e do Emprego, disponibilizam esta subvenção a todas as instituições de ensino maltesas, tanto de ensino primário como de secundário (incluindo escolas privadas, confessionais e independentes), no sentido de financiar projetos relacionados com a educação para o empreendedorismo.

Por último, nos **Países Baixos**, embora não exista uma estratégia nacional de educação para o empreendedorismo, há um orçamento disponível para promover o empreendedorismo no setor da educação. A organização *Young Enterprise* ([95]), membro da *Junior Achievement Europe*, recebe um orçamento de 0,9 milhões de euros do Ministério dos Assuntos Económicos (para um período de três anos, com um máximo de 300 000 EUR por ano, para os anos letivos de 2013/14, 2014/15 e 2015/16).

O financiamento privado também representa uma importante componente do financiamento da educação para o empreendedorismo. Todavia, dadas as dificuldades em recolher dados fiáveis e exatos, este tópico não foi incluído na presente análise.

2.2.3. Financiamento da União Europeia

Para além dos orçamentos nacionais, o financiamento da educação para o empreendedorismo poderá igualmente ser disponibilizado por fontes da União Europeia, seja por via do financiamento direto (gerido diretamente por programas da UE, como o Erasmus+), ou do financiamento indireto (gestão partilhada entre autoridades nacionais/regionais e instituições da UE). A principal fonte de financiamento indireto é o Fundo Social Europeu (FSE), que é um dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ([96]).

O FSE é o principal instrumento da UE para apoiar o emprego, ajudar as pessoas a conseguir melhores empregos e garantir oportunidades de emprego mais justas para todos os cidadãos da UE. O seu funcionamento passa por investir no capital humano da Europa – os seus trabalhadores, os seus jovens e todos os candidatos a emprego. A Comissão Europeia e os países da UE, trabalhando em parceria, definem as prioridades do FSE e determinam como repartir os seus recursos. Uma das prioridades consiste em reforçar a capacidade de adaptação dos trabalhadores com a aquisição de novas competências, e apoiar empresas com novas metodologias de trabalho. Outras prioridades

([92]) http://www.cando.scot/
([93]) http://www.educationscotland.gov.uk/Images/CommunicationsLAGuidancephase2_tcm4-492583.pdf
([94]) http://jonk-entrepreneuren.lu/
([95]) http://www.jongondernemen.nl/
([96]) http://ec.europa.eu/contracts_grants/funds_en.htm

focam-se na melhoria do acesso ao emprego, ajudando os jovens a fazer a transição da escola para o mercado de trabalho, ou investindo na formação para os trabalhadores menos qualificados à procura de emprego, com vista a melhorar as suas perspetivas de emprego ([97]). Os países da UE gerem os fundos de forma descentralizada, através de uma gestão partilhada.

Os programas operacionais (PO) decompõem-se em objetivos estratégicos centrais, acordados entre a Comissão e os países da UE, em prioridades de investimento, objetivos específicos e ainda em ações concretas.

Financiamento da UE para o período 2007-2013

Dois terços dos países/regiões da UE confirmam a utilização do FSE para o financiamento da educação para o empreendedorismo ao longo do período 2007-2013.

É, por exemplo, o caso da **Bélgica (Comunidades francófona e germanófona)**, onde foi alocado, pelo FSE, um orçamento de 292 423 euros, para a educação para o empreendedorismo. Este financiamento precedeu a atual estratégia específica de educação para o empreendedorismo, lançada em 2014 e o seu apoio terá continuidade para o próximo período de financiamento, 2014-2020.

Na **República Checa**, a educação para o empreendedorismo tem sido desenvolvida, entre outras, através das atividades do PO intitulado "Educação para a Competitividade". Uma das áreas prioritárias do PO foi a melhoria da qualidade do ensino básico, e através deste objetivo as escolas recebem apoio para o desenvolvimento e implementação de programas de educação inovadores, a nível da escola, com ênfase no desenvolvimento das competências essenciais dos alunos.

Em **Espanha**, e abarcando quase metade das Comunidades Autónomas, a utilização do financiamento europeu tem sido efetuada sobretudo através do FSE.

Em **França**, o FSE contribui para as atividades do *Pôle Étudiant pour l'Innovation, le Transfert et l'Entrepreneuriat* (PEPITE).

Na **Hungria**, a educação para o empreendedorismo faz parte da estratégia geral para os jovens e está parcialmente contida no seu "Programa Operacional de Renovação Social" ([98]) para o período 2007-2013, financiado através do FSE.

Em **Malta**, o projeto financiado pelo FSE "Conceção de um Quadro de Resultados de Aprendizagem" (*Design of Learning Outcomes Framework*) visa conceber um quadro de resultados de aprendizagem para as oito áreas de aprendizagem e os seis temas transversais ao currículo descritos como tal na Matriz Curricular Nacional ([99]) (2012). Como parte desse quadro, é disponibilizado às escolas estatais e não estatais o programa "Empreendedorismo através de um Programa Educativo" que estimula os diretores das escolas a apresentar projetos destinados a divulgar as qualidades do empreendedorismo entre os alunos e a oferecer experiências práticas de empreendedorismo.

Na **Polónia**, a educação para o empreendedorismo foi incluída no PO "Capital Humano" para o período 2007-2013 ([100]). Um dos seus objetivos estratégicos consistia em reforçar a ligação entre a oferta de educação e formação e as necessidades do mercado de trabalho, em particular, ajustando os programas educativos aos materiais didáticos (incluindo os manuais escolares) e introduzindo novas formas de formação em serviço para professores nas empresas.

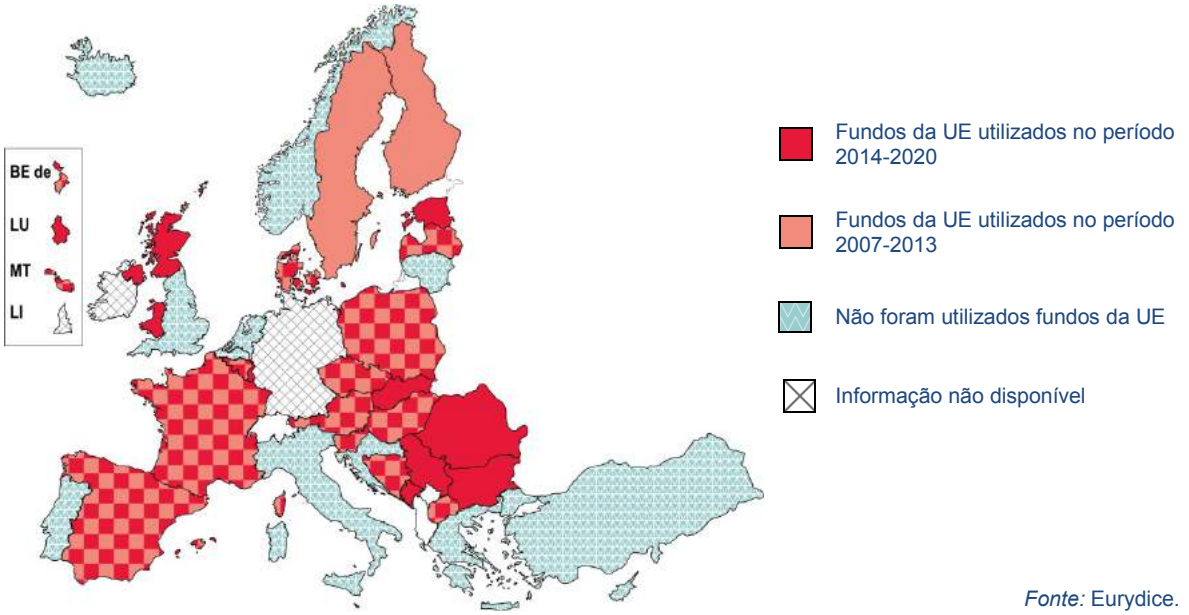
Na **Eslovénia**, o Instituto de Ensino e Formação Profissionais está a liderar o projeto "Abrindo Portas" (*Vrata odpiram Sam*) ([101]), financiado pelo FSE, que resulta da continuação de esforços anteriores e visa facilitar a parceria social e a implementação da competência chave do sentido de iniciativa e empreendedorismo. Ao estabelecer um contacto entre estudantes, professores e empresários, foi dada uma oportunidade aos estudantes para testarem as suas ideias num processo de trabalho real, estabelecendo ligações entre as necessidades de emprego e a educação.

Na **Finlândia**, os dois projetos que estão atualmente a receber financiamento do FSE foram implementados basicamente no período que terminou em 2013, mas prosseguem em 2014. O primeiro "YVI - Serviço de Formação em Empreendedorismo para Professores 2010-2014" ([102]) foi um projeto nacional destinado a promover a educação para o empreendedorismo, em particular no âmbito da formação profissional e académica dos professores finlandeses. O segundo projeto, intitulado *"YES goes to lukio"* ([103]) teve como objetivo fomentar a cultura empreendedora das escolas do ensino secundário superior geral, construindo e modelando ligações práticas e a cooperação entre escolas do nível secundário superior e o mundo do trabalho. Este projeto proporciona formação em educação para o empreendedorismo, serviços para o desenvolvimento do empreendedorismo nas escolas e o estabelecimento de redes entre escolas e empresas.

Na **Suécia** que, tal como a Finlândia, também dispõe de uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo, foram apoiados vários projetos neste domínio, durante o período de financiamento 2007-2013 ([104]).

([97]) http://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=35&langId=en
([98]) http://palyazat.gov.hu/new_hungary_development_plan
([99]) https://www.gov.mt/en/Government/Publications/Documents/Annual%20Reports/2013/MEDE.pdf
([100]) http://www.efs.2007-2013.gov.pl/english/Strony/Introduction.aspx
([101]) http://www.vrataodpiramsam.si/
([102]) http://www.yvi.fi/intro-english
([103]) http://www.yes-keskus.fi/yes/?lang=en
([104]) http://unilink.se/Content/41062/SyntesRapport-Tillvaxtverket-mars-2012.pdf

Figura 2.11: Utilização do financiamento da UE para divulgar a educação para o empreendedorismo no decurso dos períodos 2007-2013 e 2014-2020



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

São ilustrados dois períodos de financiamento europeu: 2007-2013 e 2014-2020. Esta distinção está em conformidade com o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) do orçamento da UE. O QFP define montantes máximos para cada categoria de despesa mais ampla, para um número de anos claramente definido. O QFP atual cobre o período 2014-2020, quando o anterior cobria o período 2007-2013. Os países/regiões podem ter recebido financiamento durante o anterior período do QFP (2007-2013), ou podem recebê-lo durante o atual período (2014-2020) ou em ambos os períodos.

O Centro da Europa do Sudeste para a Aprendizagem do Empreendedorismo (SEECEL) ([105]) fornece apoio à educação para o empreendedorismo em oito países na região da Europa do Sudeste, incluindo a Croácia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Sérvia e Turquia (e noutros países na região). É financiado por via do financiamento da UE, agências doadoras e contribuições dos países membros da SEECEL. O objetivo global do SEECEL é a condução de novos trabalhos, segundo uma abordagem sistemática, com vista a desenvolver sociedades empreendedoras na região. Simultaneamente, pretende apoiar a aproximação das políticas nacionais às recomendações da UE e aos eixos fundamentais da política de aprendizagem ao longo da vida. O SEECEL coordena três projetos cofinanciados pelo Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IAP) da UE, o qual envolve todos os países a seguir enumerados:

Entre 2009 e 2013, a **Croácia**, **Bósnia e Herzegovina**, **Montenegro**, **Antiga República Jugoslava da Macedónia**, **Sérvia** e **Turquia** participaram no projeto "Apoio ao Centro da Europa do Sudeste para a Aprendizagem do Empreendedorismo (SEECEL)", com um orçamento total de 2 milhões de euros. O projeto envolveu, em cada país, quatro escolas de ensino secundário inferior e duas instituições de ensino superior, com o objetivo de desenvolver e implementar a abordagem de competências chave em matéria de aprendizagem do empreendedorismo nos sistemas educativos nacionais. Cada instituição recebeu 3 000 euros, para implementar o quadro e 2 000 euros para atividades de aprendizagem entre pares.

Entre 2013 e 2016, decorreram dois projetos adicionais, com os mesmos países; basearam-se no primeiro projeto, mas alargaram-no a mais atividades e níveis de ensino. Estes projetos pretendem adaptar a sua estrutura às necessidades do ensino primário e do ensino secundário superior, permitindo a aprendizagem entre pares a nível regional, bem como programas de mentoria para professores. Estes projetos envolvem quatro escolas primárias, quatro escolas de ensino secundário inferior – cinco para a Sérvia – quatro escolas de ensino secundário superior, duas instituições de ensino superior e uma entidade de formação de professores por país participante, com um orçamento total de 4 milhões de euros.

Na **Sérvia**, as atividades de educação para o empreendedorismo inicialmente desenvolvidas no contexto dos projetos SEECEL, receberam financiamento do Programa de Inovação para Empresas (BIP), financiado pelo governo da Noruega e pela União Europeia, com o principal objetivo de melhorar o empreendedorismo estudantil e dos jovens na Sérvia e promover um espírito empreendedor entre professores, estudantes, jovens e outras partes interessadas consideradas relevantes. De 2006-2014, o BIP

([105]) http://www.seecel.hr/

implementou o "Programa de Empreendedorismo para Alunos" na Sérvia, com um orçamento total de 0,6 milhões de euros. Ao longo de oito anos, um total de 212 escolas secundárias de toda a Sérvia participaram neste programa, envolvendo 441 professores e 6 456 estudantes que criaram 1 387 empresas estudantis. Ao longo do programa, foram lançadas várias iniciativas na área da defesa dos interesses, com vista a melhorar o enquadramento legal da educação para o empreendedorismo.

Vários países europeus estão igualmente a desenvolver a educação para o empreendedorismo nas escolas através do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (atualmente Programa ERASMUS+) destinado a permitir às pessoas, em qualquer fase da sua vida, a participação em experiências de aprendizagem estimulantes.

Na **Dinamarca**, por exemplo, a Fundação Dinamarquesa para o Empreendedorismo esteve envolvida no Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida/Leonardo da Vinci 2013-2016.

Na **Polónia**, os projetos de educação para o empreendedorismo foram financiados através dos eixos *Comenius* e *Leonardo da Vinci*, no âmbito do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (2007-2013), incluindo a promoção de um espírito empreendedor como um dos seus objetivos específicos.

Financiamento da UE para o período 2014-2020

Os fundos da UE continuam a estar disponíveis através dos Fundos Estruturais e do Programa Erasmus+ para o período 2014-2020. Os acordos de parceria entre a Comissão Europeia e cada país da UE definem os planos das autoridades nacionais quanto à utilização do financiamento dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) entre 2014 e 2020. Estes planos delineiam os objetivos estratégicos de cada país, bem como as prioridades de investimento, estabelecendo a ligação entre os mesmos e os objetivos globais da estratégia Europa 2020 ([106]) para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Também para o período 2014-2020, o principal contributo para a educação para o empreendedorismo está ligado ao FSE. No entanto, não existe muita informação disponível sobre os projetos no período de financiamento 2014-2020, já que muitos deles ainda não arrancaram. Da informação disponível, 24 países/regiões, muitos dos quais possuem uma estratégia específica ou mais ampla para a educação para o empreendedorismo, planeiam utilizar este financiamento na área da educação para o empreendedorismo. Esta situação representa uma proporção significativa dos países que deram uma elevada prioridade estratégica à educação para o empreendedorismo, a qual será agora apoiada pelo FSE.

Na **Bélgica (Comunidades francófona e germanófona)**, por exemplo, espera-se uma contribuição do FSE para o período 2014-2020.

Na **Bélgica (Comunidade flamenga da Bélgica)**, o objetivo "Promoção do Empreendedorismo" está incluído nos Programas Operacionais do FSE e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Estes contêm objetivos específicos e prioridades de investimento destinados a promover e apoiar o empreendedorismo, estimular uma mentalidade empreendedora e criar uma cultura de empreendedorismo. É possível financiar ações sobre esses temas com fundos do FSE e do FEDER.

Na **Bulgária**, o Programa Operacional "Ciência e Educação para um Crescimento Inteligente" ([107]) 2014-2020 definiu como objetivo específico «fornecer oportunidades de aprendizagem à medida das necessidades individuais das crianças e dos estudantes, estimulando a inovação e o empreendedorismo».

Na **Letónia**, o financiamento do FSE está disponível para apoiar medidas planeadas pela "'Estratégia para o Desenvolvimento da Educação", incluindo a promoção das competências empreendedoras dos estudantes. As atividades de educação não formal fazem parte da mesma estratégia, focando-se no desenvolvimento das competências empreendedoras dos jovens, pesquisa de futuras profissões, aquisição de primeiras experiências no mundo do trabalho, envolvimento em atividades de ONGs e centros de jovens, desenvolvimento de ideias para futuras empresas estudantis, motivação para continuar a aprender e experiências de voluntariado. Adicionalmente, existem vários projetos Erasmus+ relacionados com a educação para o empreendedorismo que beneficiam de financiamento direto da UE como, por exemplo, os projetos "Desenvolvimento do Empreendedorismo Social na região do Mar Báltico" ([108]), "Erasmus para Jovens Empresários" e "Laboratórios de inovação para estudantes – via para um crescimento sustentável e socialmente responsável".

([106]) http://ec.europa.eu/europe2020/index_en.htm

([107]) http://ec.europa.eu/regional_policy/en/atlas/programmes/2014-2020/bulgaria/2014bg05m2op001

([108]) http://socialinnovation.lv/en/project-social-entrepreneurship-development-in-baltic-sea-region-granted/

Na **Polónia**, uma das fontes de financiamento da educação para o empreendedorismo no período 2014-2020 é o Programa Operacional do FSE designado "Desenvolvimento do Conhecimento e Educação". Este programa tem como objetivo tornar novamente ativos os jovens desempregados com menos de 30 anos, apoiar o ensino superior, desenvolver inovações sociais, a mobilidade e a cooperação transnacional, assim como as reformas na área do emprego, inclusão social, educação, saúde e boa governança. A Polónia também participa no "Erasmus para Jovens Empresários", um programa de intercâmbio transfronteiriço que proporciona a novos empreendedores ou aspirantes a empreendedores, a oportunidade para aprenderem com empreendedores experientes que gerem pequenos negócios noutros países participantes.

A educação para o empreendedorismo faz parte do Programa Operacional "Implementação da Política de Coesão da UE" ([109]) da **Eslovénia,** no período 2014-2020. Ao abrigo do Eixo prioritário 10 – "Conhecimento, competências e aprendizagem ao longo da vida para melhorar a empregabilidade", destaca-se o Objetivo Específico 3 – "Promover percursos de aprendizagem flexíveis e apoiar a orientação de carreira de elevada qualidade para jovens em idades escolar e em todos os níveis de ensino", que está diretamente ligado à educação para o empreendedorismo.

Do mesmo modo, na **Eslováquia**, a educação para o empreendedorismo é financiada através da Estratégia para a Juventude 2014-2020, a qual é subsidiada através do PO "Recursos Humanos", ao abrigo do Eixo prioritário 1 "Educação".

Adicionalmente, na **Finlândia**, a educação para o empreendedorismo está incluída na medida nacional "Competências Criativas para a Finlândia"; o Acordo de Parceria do **Reino Unido** ([110]) inclui o objetivo de aumentar a competitividade das PME e apoiar o empreendedorismo.

Por último, foi lançado um convite à apresentação de propostas específicas ([111]) do programa da UE Erasmus+, lançado em 2014 no âmbito da Ação-Chave 3 – "Iniciativas Prospetivas", a fim de apoiar parcerias europeias na experimentação e intensificação de práticas. Uma das prioridades do convite à apresentação de propostas foi a «inclusão de experiências práticas de empreendedorismo nas escolas». Foram selecionados dois projetos sobre este tópico (ver Secção 3.2 para mais informação sobre os objetivos dos projetos):

O projeto *Youth Start – Entrepreneurial Challenges* ([112]), conduzido pela Plataforma para a Educação do Empreendedorismo em Portugal (PEEP), envolve parceiros de cinco países – Dinamarca, Luxemburgo, Áustria, Portugal e Eslovénia –, incluindo diversos ministérios da educação. Este projeto recebeu uma subvenção de cerca de 2 milhões de euros ao longo de três anos.

O projeto *Innovation Cluster for Entrepreneurship Education* ([113]), coordenado pela iniciativa europeia *Junior Achievement – Young Enterprise Europe* – envolve igualmente alguns ministérios da educação – reunindo parceiros de oito países (Bélgica, Dinamarca, Estónia, Croácia, Itália, Letónia, Finlândia e Noruega). Este projeto recebeu uma subvenção de cerca de 1,8 milhões de euros ao longo de três anos.

([109]) http://ec.europa.eu/regional_policy/en/atlas/programmes/2014-2020/ slovenia /2014si16maop001

([110]) https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/368808/bis-14-1179-united-kingdom-partnership-agreement-part-one.pdf

([111]) http://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/TXT/PDF/?uri=OJ:JOC_2014_051_R_0017_01&from=EN

([112]) http://www.youthstartproject.eu

([113]) http://icee-eu.eu/about.html

CAPÍTULO 3: CURRÍCULO ESCOLAR

O presente capítulo detém-se em três aspetos relacionados com a incorporação da educação para o empreendedorismo no currículo escolar. Primeiro, examina os documentos emitidos a nível central para determinar até que ponto a educação para o empreendedorismo é reconhecida no currículo. Verifica se a abordagem é transversal, se a temática é lecionada como uma disciplina autónoma ou inserida noutras disciplinas e se é uma disciplina obrigatória ou facultativa nos currículos escolares. Um escrutínio mais rigoroso da forma como a educação para o empreendedorismo é ministrada, permite explorar as diretrizes emitidas pelas autoridades centrais no que concerne aos métodos de ensino e aprendizagem que devem ser aplicados na educação para o empreendedorismo.

São investigados diferentes tipos de experiências práticas de empreendedorismo, um dos métodos de aprendizagem específicos, com o intuito de avaliar a sua expressão no currículo, ou seja, em que medida este método é incorporado nos programas de estudo. Estas experiências contemplam o trabalho baseado em projetos, desafios práticos, desafios a nível da comunidade e a constituição de pequenas empresas ou iniciativas de micro financiamento.

Finalmente, este capítulo olha para os resultados de aprendizagem específicos da educação para o empreendedorismo em três domínios:

- Atitudes (autoconfiança e sentido de iniciativa);
- Competências (criatividade, planeamento, literacia financeira, gestão de recursos, gestão da incerteza/risco, trabalho de equipa); e
- Conhecimentos (saber avaliar oportunidades, entender o papel dos empreendedores na sociedade e ter consciência das opções de carreira).

3.1. Abordagens à educação para o empreendedorismo no currículo

O relatório Eurydice 2012 ([114]) já tinha examinado ao detalhe a questão do reconhecimento explícito da educação para o empreendedorismo nos documentos orientadores emitidos a nível central para o ensino primário e secundário inferior e superior geral. Os documentos orientadores têm um caráter oficial e compreendem currículos, diretrizes, obrigações e/ou recomendações. O atual relatório cobre novamente estes níveis de ensino, assim como o currículo nuclear do ensino e formação profissionais iniciais (EFPI) em meio escolar, mas não é extensível aos cursos especializados, como é o caso dos estudos empresariais, já que o destaque vai para os conteúdos de aprendizagem do universo dos alunos integrados no EFPI.

Para cada nível do ensino geral e etapa da formação profissional inicial, foi analisado até que ponto, e de que maneira, a educação para o empreendedorismo se encontra integrada nos currículos. Foram identificadas três abordagens:

- uma abordagem transversal, em que os objetivos da educação para o empreendedorismo são formulados como transversais e horizontais através de diferentes disciplinas;
- a educação para o empreendedorismo é lecionada como disciplina autónoma obrigatória, ou como parte de uma/várias disciplina(s) obrigatórias(s);
- a educação para o empreendedorismo é lecionada como disciplina opcional, ou como parte de uma/várias disciplinas(s) opcional(is).

As abordagens não se excluem mutuamente, pelo que um mesmo país pode seguir o conjunto das três.

Um relatório da Comissão Europeia propõe um modelo de progressão que prevê: «uma mudança na educação para o empreendedorismo, que deixará de ser um mero complemento ao currículo,

([114]) EACEA/Eurydice, 2012.

normalmente mais disponível nas etapas finais da escolaridade obrigatória, para passar a integrar o currículo em todos os níveis de ensino. Perante este cenário, a educação para o empreendedorismo nos primeiros anos do ensino – desde o nível primário até ao final do secundário inferior – proporciona aos alunos as bases necessárias para escolherem o empreendedorismo como uma disciplina autónoma nos anos seguintes, por exemplo, no secundário superior e pós-secundário» (McCoshan, et al., 2010, p. 29).

3.1.1. Ensino primário e secundário inferior geral

A Figura 3.1a revela que, em relação ao ensino primário, cerca de metade dos países adota uma abordagem transversal no que concerne à educação para o empreendedorismo, com ênfase nos objetivos transversais e horizontais, sem estar vinculada a determinadas disciplinas. Em 14 sistemas educativos, a educação para o empreendedorismo está integrada em disciplinas obrigatórias e raramente tem o estatuto de disciplina opcional ou integrada em disciplinas opcionais, algo que sucede em apenas cinco países. Este cenário não surpreende, uma vez que é pouco comum existirem disciplinas opcionais no ensino primário. Ao todo, aproximadamente três quartos dos países relatam pelo menos uma das abordagens suprarreferidas.

Em quatro países (Espanha, Eslovénia, Finlândia e Noruega), os objetivos transversais ao currículo estão associados a disciplinas obrigatórias, enquanto outros quatro países (República Checa, Letónia, Malta e Roménia) recorrem às três metodologias (transversal, obrigatória e opcional).

> Na **Estónia**, país que possui uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo (ver Capítulo 2), verifica-se que a nível do ensino primário, a competência de empreendedorismo faz parte das competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo do processo de aprendizagem através de atividades interdisciplinares. Além disso, o empreendedorismo está integrado nos Currículos Nacionais para Escolas Básicas por via do tópico transversal 'Iniciativa Cívica e Empreendedorismo'.
>
> Em **Espanha**, a nova Lei sobre Educação (LOMCE) afirma que «sem prejuízo da forma específica como é ministrada em algumas áreas deste nível de ensino (…) a educação cívica, constitucional e para o empreendedorismo deve ser lecionada em todas as áreas disciplinares».
>
> Na **Eslovénia**, a Lei das Escolas Básicas de 2007 introduziu o objetivo «desenvolvimento de atitudes empresariais em termos de eficácia, inovação e criatividade» no currículo tanto no ensino primário como no secundário inferior.

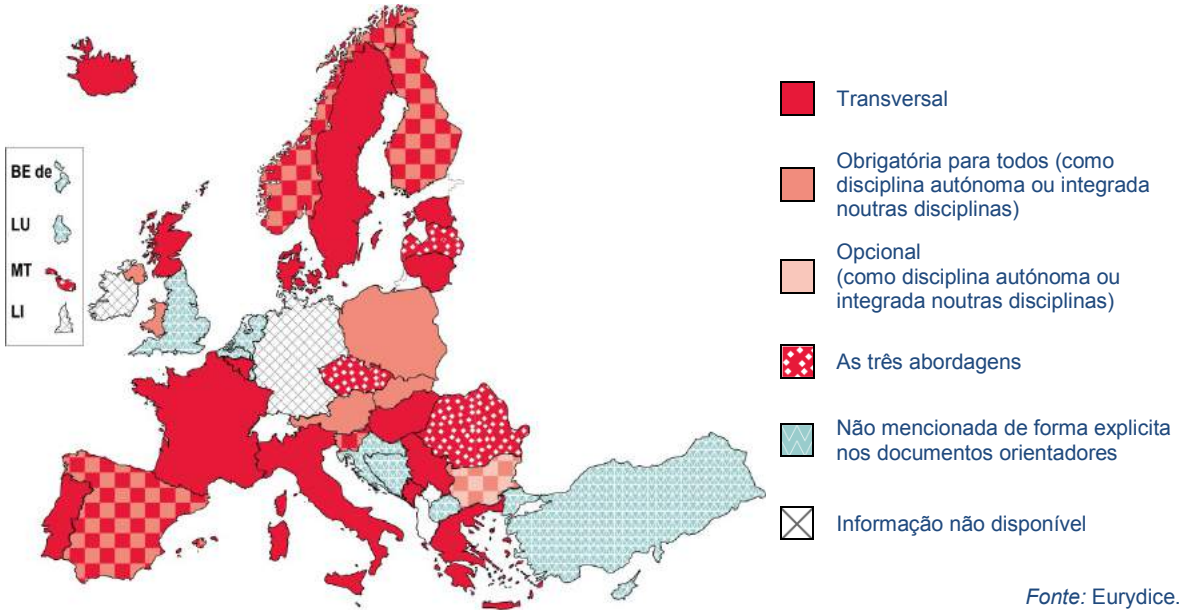
Como é constatável na Figura 3.1b, 21 países referem-se a objetivos transversais ao currículo relacionados com a educação para o empreendedorismo a nível do secundário inferior. No mesmo nível de ensino, 17 países reportam que o empreendedorismo é obrigatório, seja como disciplina autónoma ou integrado noutra disciplina. A principal diferença face ao ensino primário resulta do facto de o empreendedorismo ser mais habitual nos currículos como um elemento opcional, prática que os dados de 15 países facilmente comprovam. Contudo, impõe-se esclarecer que tal releva do facto de que as disciplinas opcionais têm uma expressão mais significativa no nível secundário. Apenas oito países não fazem qualquer referência à educação para o empreendedorismo.

> Na **Bósnia e Herzegovina**, um país com uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo, a integração da disciplina nos currículos encontra-se em fase experimental no ensino primário, enquanto em cerca de metade das escolas do ensino secundário inferior e superior já surge numa fase de implementação.
>
> Na **Lituânia**, onde a educação para o empreendedorismo é atualmente abordada como parte fulcral de uma estratégia de empreendedorismo, existe um programa nacional que visa a introdução da economia e empreendedorismo no ensino básico. O programa baseia-se em competências chave como o empreendedorismo, comunicação, aprender a aprender e cidadania.

Uma outra diferença entre estes dois níveis de ensino é que no secundário inferior observam-se mais países a combinar diferentes abordagens. São oito os países que conciliam as três abordagens mencionadas na Figura 3.1b (transversal, obrigatória e opcional) no nível secundário inferior. Em dois países (Bulgária e Noruega), verifica-se uma conjugação de disciplinas obrigatórias e opcionais, sem qualquer referência a objetivos transversais. Em quatro países/regiões (Bélgica (Comunidade francófona), Dinamarca, França e Montenegro), os objetivos transversais estão conjugados com disciplinas opcionais.

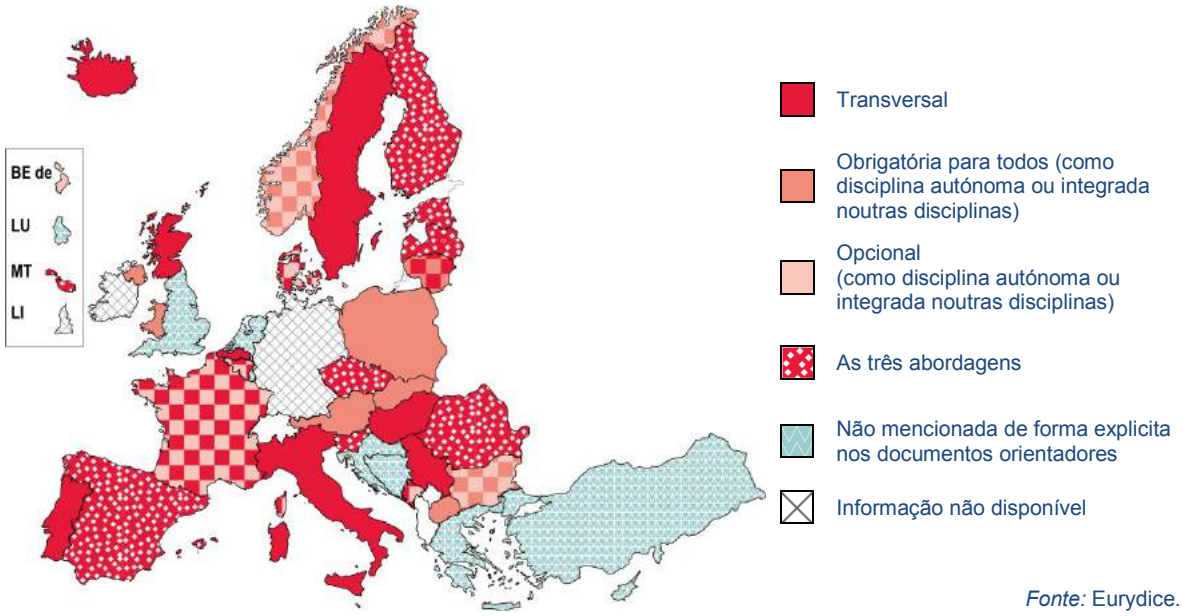
Figura 3.1: Abordagens curriculares à educação para o empreendedorismo, 2014/15

a) Ensino primário



Fonte: Eurydice.

b) Ensino secundário inferior



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

Ao contrário das disciplinas que são obrigatórias para todos os alunos, "opcional" refere-se tanto a disciplinas que os alunos podem escolher de livre vontade (não obrigatórias), como a disciplinas obrigatórias previstas apenas em alguns percursos de aprendizagem.

Notas específicas por país

Bélgica (BE de): No CITE 1-3 não se verifica uma abordagem transversal no currículo no domínio da educação para o empreendedorismo. No entanto, existe um guia de competências que inclui a educação para o empreendedorismo. O Guia de Competências para a Escolha da Carreira e Preparação para a Orientação Profissional, adotado em 2008, é um guia transversal a todas as disciplinas do CITE 1 ao CITE 3. Procura explorar o campo de ação de todas as profissões e é um elo entre a escola e o mundo do trabalho.

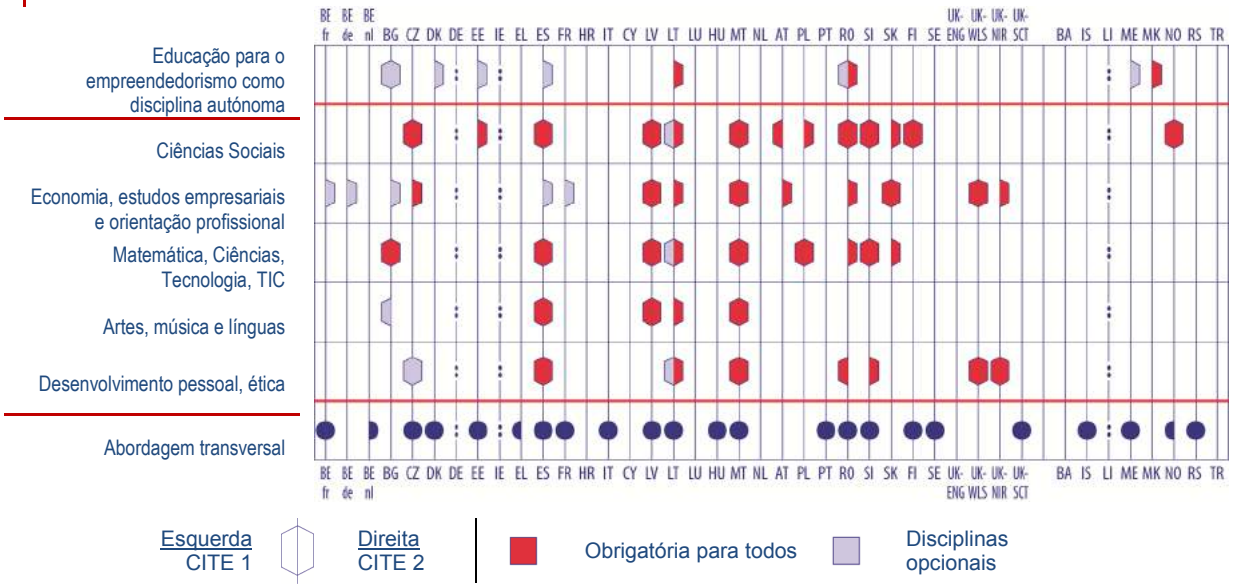
Croácia: A Matriz Curricular Nacional estipula que a educação para o empreendedorismo deve ser integrada nos currículos do CITE 0-3 como uma matéria transversal. Porém, os atuais currículos escolares ainda se encontram em fase de desenvolvimento, não tendo ainda sido implementado este requisito.

Países Baixos: As escolas são autónomas e livres para decidir sobre a inclusão da educação para o empreendedorismo e o modelo de gestão para esta matéria. Na realidade, são muitas as escolas que incluem a disciplina, embora não exista uma estratégia a nível nacional.

Bósnia e Herzegovina: A integração da educação para o empreendedorismo nos currículos é um processo que se encontra neste momento em fase de desenvolvimento, apoiado por um projeto UE-IAP e através do projeto regional SEECEL em instituições-piloto.

Em 17 países a educação para o empreendedorismo é obrigatória, seja como disciplina autónoma ou integrada em outras disciplinas obrigatórias (ver Figura 3.2).

Figura 3.2: Disciplinas que integram a educação para o empreendedorismo (CITE 1 e 2), 2014/15



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

Se existem disciplinas obrigatórias e opcionais no mesmo nível de ensino e na mesma área disciplinar, a figura apresenta apenas as disciplinas obrigatórias. Ao contrário das disciplinas que são obrigatórias para todos os alunos, "opcional" refere-se tanto a disciplinas que os alunos podem escolher de livre vontade (não obrigatórias), como a disciplinas obrigatórias previstas apenas em alguns percursos de aprendizagem.

Uma análise das disciplinas que incorporam elementos de educação para o empreendedorismo, revela certas diferenças entre os níveis primário e secundário inferior. O número de disciplinas que integram a educação para o empreendedorismo no nível secundário inferior, se comparado com o do nível primário, é mais elevado. Este cenário é consistente com o facto de, no nível primário, a ênfase ser colocada numa abordagem transversal (ver Figura 3.1a). Neste nível, o empreendedorismo é ensinado como uma disciplina opcional autónoma apenas na Bulgária e na Roménia. A nível do secundário inferior, o mesmo sucede em seis países/regiões (Bélgica (Comunidade germanófona), Bulgária, Dinamarca, Estónia, Espanha e Montenegro). Os únicos países onde o empreendedorismo é lecionado como uma disciplina obrigatória autónoma são a Lituânia, Roménia e Antiga República Jugoslava da Macedónia. Em ambos os níveis de ensino, a educação para o empreendedorismo é, regra geral, incluída nas disciplinas de ciências sociais bem como na área de economia e estudos empresariais.

Não existe homogeneidade entre os países na forma como são definidos os objetivos da educação para o empreendedorismo nos níveis primário e secundário inferior. Por vezes, é a visão mais limitada do empreendedorismo que prevalece, aquela que enfatiza as competências necessárias com vista à criação e gestão de empresas; noutros casos, predomina uma perspetiva mais ampla.

Na **Bulgária**, o principal objetivo é o desenvolvimento de uma mentalidade empreendedora através de atividades práticas que contemplam a formação direcionada para a criação de empresas.

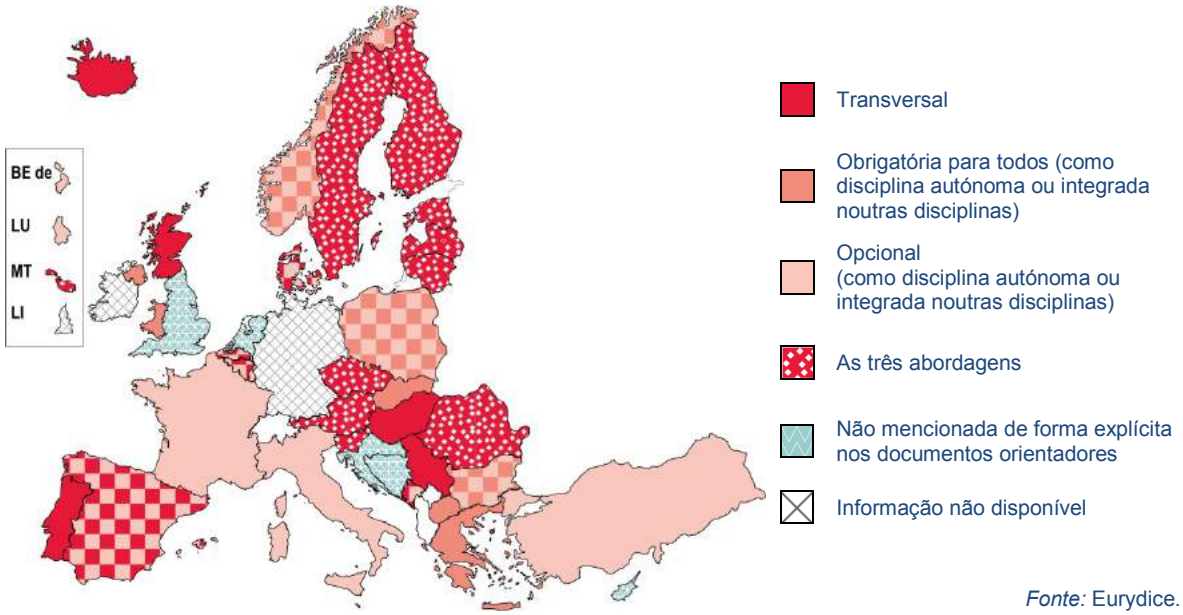
Em **Espanha**, os objetivos para as disciplinas obrigatórias que abarcam o empreendedorismo incluem o desenvolvimento da criatividade e empreendedorismo através do aperfeiçoamento das competências de informação, o desenvolvimento de ideias e a apresentação de resultados inovadores (ciências sociais), o desenvolvimento da autonomia e das competências empreendedoras com a finalidade de alcançar objetivos pessoais e assumir a responsabilidade para o bem comum (valores cívicos e sociais).

3.1.2. Ensino secundário superior geral e EFPI em meio escolar

No nível secundário superior geral, a educação para o empreendedorismo é um objetivo transversal em 20 países/regiões. Se comparado com os níveis de ensino primário e secundário inferior, é fácil reconhecer que a presença da educação para o empreendedorismo nos currículos deste nível é substancialmente mais visível. É de referir ainda que 10 países conjugam as três abordagens.

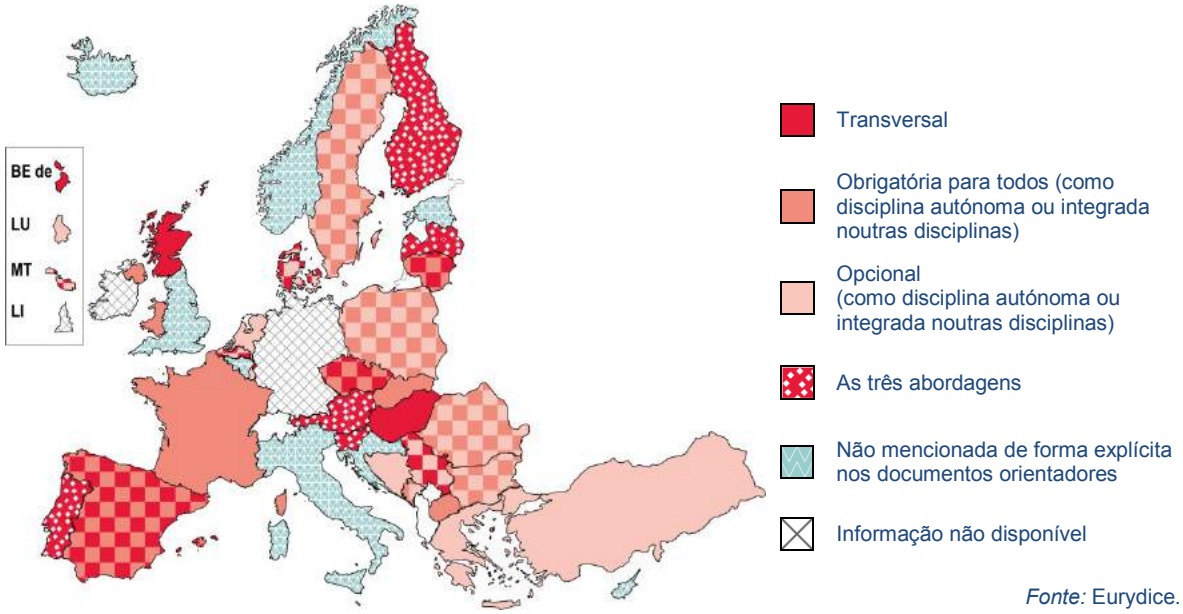
Figura 3.3: Abordagens curriculares à educação para o empreendedorismo, 2014/15

a) Ensino secundário superior geral



Fonte: Eurydice.

b) EFPI em meio escolar



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

Ao contrário das disciplinas que são obrigatórias para todos os alunos, "opcional" refere-se tanto a disciplinas que os alunos podem escolher de livre vontade (não obrigatórias), como a disciplinas obrigatórias previstas apenas em alguns percursos de aprendizagem.

Notas específicas por país

Bélgica (BE de): No CITE 1-3 não se verifica uma abordagem transversal ao currículo relativamente à educação para o empreendedorismo, no entanto existe um guia de competências que inclui este tópico. O Guia de Competências para a Escolha da Carreira e Preparação para a Orientação Profissional, adotado em 2008, é um guia transversal a todas as disciplinas do CITE 1 ao CITE 3. Procura explorar o campo de ação de todas as profissões e é um elo entre a escola e o mundo do trabalho.

Croácia: A Matriz Curricular Nacional estipula que a educação para o empreendedorismo deve ser integrada nos currículos do CITE 0-3 como uma matéria transversal. Porém, os atuais currículos escolares ainda se encontram em fase de desenvolvimento, não tendo ainda sido implementado este requisito.
Países Baixos: Países Baixos: As escolas são autónomas e livres para decidir sobre a inclusão da educação para o empreendedorismo e o modelo de gestão para esta matéria. Na realidade, são muitas as escolas que incluem a disciplina e o governo disponibiliza verbas destinadas à educação para o empreendedorismo (no EFPI em meio escolar) ainda que atualmente não exista uma estratégia a nível nacional.
Eslováquia: Qualquer escola tem autonomia para decidir se oferece o empreendedorismo como uma disciplina opcional.
Bósnia e Herzegovina: A integração da educação para o empreendedorismo nos currículos é um processo que se encontra neste momento em fase de desenvolvimento, apoiado por um projeto UE-IAP e através do projeto regional SEECEL em instituições-piloto.

Além disso, em 18 países/regiões, a educação para o empreendedorismo surge como elemento obrigatório, enquanto em 23 países/regiões esta matéria funciona como uma disciplina opcional ou integrada em disciplinas opcionais. Somente cinco países/regiões não aludem à educação para o empreendedorismo.

Os seguintes exemplos descrevem a forma como certos países formulam os objetivos das temáticas transversais relativas à educação para o empreendedorismo.

> Na **Hungria** é possível observar, em todos os níveis de ensino, que um "sentido de iniciativa e empreendedorismo" é explicitamente abordado como uma competência-chave transversal no currículo central nacional; também são visíveis algumas referências implícitas nos programas de estudo de cada disciplina. A educação para o empreendedorismo é implícita ou sucintamente mencionada em três das doze metas inscritas no currículo central nacional.
>
> Em **Malta**, o "Ensino para o Empreendedorismo, Criatividade e Inovação" é um dos seis temas transversais definidos na Matriz Curricular Nacional para o ensino primário e secundário e está integrado nas oito áreas de aprendizagem.
>
> Na **Finlândia**, a temática "Cidadania e empreendedorismo participativos" tem como objetivos ajudar os alunos a compreender a sociedade a partir de diversas perspetivas, estimular o desenvolvimento das capacidades necessárias para uma participação cívica e crias bases para os métodos empreendedores. Nas escolas, os métodos e a cultura de aprendizagem devem apoiar os alunos no seu desenvolvimento como cidadãos independentes, com espírito de iniciativa, cientes dos seus objetivos e cooperativos, e devem ainda ajudá-los a adquirir uma ideia realista das maneiras como podem influenciar a sociedade.

Tal como ficou claro na introdução, este relatório cobre o currículo central do EFPI em meio escolar, excluindo cursos especializados como o de estudos empresariais, por exemplo. A educação para o empreendedorismo é mencionada como um objetivo transversal em 15 países/regiões para o EFPI em meio escolar, um número inferior aos valores do ensino primário e secundário geral. É possível que os cursos especializados no EFPI deem mais importância ao empreendedorismo do que o currículo nuclear. Não obstante, a educação para o empreendedorismo sai-se bem no que concerne à sua posição no currículo como uma disciplina obrigatória ou como um elemento integrado em disciplinas obrigatórias (18 países) e ainda como disciplina opcional ou elemento integrado em disciplinas opcionais (19 países). Em oito países/regiões não se verifica qualquer menção ao empreendedorismo.

A Figura 3.4 mostra as disciplinas que integram a educação para o empreendedorismo no ensino secundário superior geral e no EFPI em meio escolar. A frequência com que a educação para o empreendedorismo é lecionada como disciplina autónoma, a nível do secundário superior geral (CITE 3) é significativa; esta matéria é opcional em 12 países e obrigatória em cinco. Deste modo, quase metade dos países tem a educação para o empreendedorismo como disciplina autónoma. No EFPI em meio escolar, a educação para o empreendedorismo é comum como disciplina autónoma e, enquanto nove países disponibilizam esta matéria no formato de disciplina obrigatória, dez países/regiões escolhem fazê-lo através de uma disciplina opcional. Tal como sucede no ensino primário e secundário inferior, as outras áreas disciplinares que normalmente incluem a educação para o empreendedorismo são as ciências sociais, economia e estudos empresariais.

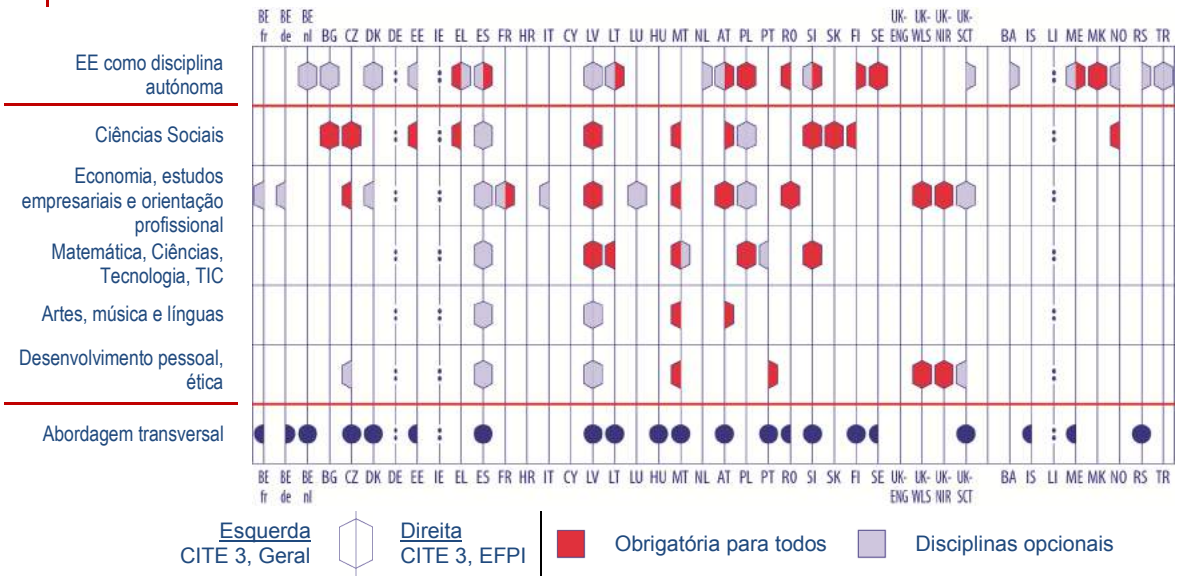
Os objetivos relacionados com a educação para o empreendedorismo variam conforme os países.

> Na **Suécia**, um país com uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo, a disciplina autónoma para esta área propõe-se alcançar seis objetivos que correspondem tanto aos objetivos específicos relacionados com as empresas, como ao amplo conjunto de competências úteis para os empreendedores. Estes incluem, entre outras coisas, a capacidade para transformar ideias em atividades práticas e orientadas para meta-a, iniciar um projeto ou uma empresa simulada, levar a cabo um projeto ou dirigir uma empresa simulada, e a capacidade para concluir e avaliar um projeto ou uma empresa simulada.
>
> Na **Sérvia,** a perspetiva de empreendedorismo é mais limitada: a disciplina "Empreendedorismo" no EFPI em meio escolar visa o desenvolvimento do conhecimento empresarial e dos negócios, de competências, comportamentos e valores bem como de

uma mentalidade direcionada para o mundo empresarial. Abrange ainda o conhecimento e as competências necessárias para o desenvolvimento profissional, procura de emprego e trabalho independente (incluindo a criação de um simples plano de negócio). A disciplina recorre a uma abordagem multidisciplinar e centra-se no trabalho prático; por último, a preservação de recursos naturais e a sustentabilidade ecológica são aspetos aos quais é dada relevância.

Na **Polónia**, os objetivos da disciplina "Introdução à Educação para o Empreendedorismo" incluem, por exemplo, a comunicação verbal e não-verbal e a tomada de decisões, a elaboração de um plano de negócio simples e a aprendizagem do modo de funcionamento das instituições.

Figura 3.4: Disciplinas que integram a educação para o empreendedorismo (CITE 3 e EFPI em meio escolar), 2014/15



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

Se existem disciplinas obrigatórias e opcionais no mesmo nível de ensino e na mesma área disciplinar, a figura apresenta apenas as disciplinas obrigatórias. Ao contrário das disciplinas que são obrigatórias para todos os alunos, "opcional" refere-se tanto a disciplinas que os alunos podem escolher de livre vontade (não obrigatórias), como a disciplinas obrigatórias previstas apenas em alguns percursos de aprendizagem.

3.1.3. Orientações sobre métodos de ensino e de aprendizagem referentes à educação para o empreendedorismo

Esta secção analisa a oferta de orientação geral sobre métodos de ensino e de aprendizagem no que concerne a educação para o empreendedorismo estabelecidas pelas autoridades centrais. O Capítulo 4 contém informações adicionais sobre o apoio aos professores.

À semelhança do que sucede com os conteúdos das disciplinas, também os métodos de ensino e de aprendizagem devem ser os mais apropriados para que a educação para o empreendedorismo seja ministrada de forma eficaz. Os estudos efetuados neste domínio não negam a pertinência desta questão. Hoffmann et al. (2012, pp. 102-103), por exemplo, explica que o empreendedorismo não pode ser ministrado de uma maneira efetiva recorrendo aos métodos pedagógicos tradicionais, isto porque as competências necessárias para o empreendedorismo mudam e são diferentes na fase das ideias se comparadas com as competências desejáveis na fase de desenvolvimento da estrutura ou na fase de projeto. Aspetos como a dimensão prática, a participação dos alunos e elementos interdisciplinares e internacionais têm todos a sua importância na atividade docente. Além do mais, é alegado que o «ensino formal não é a única atividade que influencia a capacidade dos alunos para se tornarem ótimos empreendedores» (Hoffmann et al., 2012, p. 105). As atividades não curriculares em instituições de ensino têm também um enorme impacto mas, mais uma vez, estas são muito difíceis de avaliar já que é frequente os alunos que participam em tais atividades não se encontrarem registados; consequentemente, a nossa perspetiva restringe-se ao exposto no currículo formal.

Segundo Coduras Martinez et al. (2008, pp. 11-12), novos métodos de ensino e conteúdos transversais implicam desafios tanto para os professores como para os estabelecimentos de ensino. Sorgman e

Parkison (2008) afirmam, aliás, que muitos professores não estão preparados para estes novos desafios (ver Capítulos 1 e 4) e que a formação inicial ministrada aos professores deve integrar conteúdos empresariais multidisciplinares e abordagens experimentais. Estes autores concluem que a "formação de formadores" pode constituir um esforço tão importante quanto a elaboração do currículo.

Esta análise das orientações centrais baseia-se em quatro metodologias de ensino e de aprendizagem vulgarmente, mas não exclusivamente, associadas à educação para o empreendedorismo:

- Aprendizagem ativa
- Aprendizagem baseada em projetos
- Aprendizagem experimental
- Atividades no exterior da sala de aula ou da escola, visando o contacto dos alunos com a comunidade local ou com empresas

Esta secção examina apenas as recomendações a nível central sobre métodos de ensino e de aprendizagem para a educação para o empreendedorismo. A experiências prática de empreendedorismo, como uma experiência única específica, será analisada mais à frente neste capítulo (ver Secção 3.2).

Os métodos acima referidos nem sempre se associam apenas à educação para o empreendedorismo, já que podem igualmente fazer parte da pedagogia habitual para outras disciplinas. Todavia, para serem pertinentes para este estudo, devem ser aplicados no contexto dos objetivos de aprendizagem relativos à educação para o empreendedorismo. Os professores podem eventualmente necessitar de apoio relativamente à sua utilização no ensino do empreendedorismo, um assunto que será tratado no capítulo seguinte.

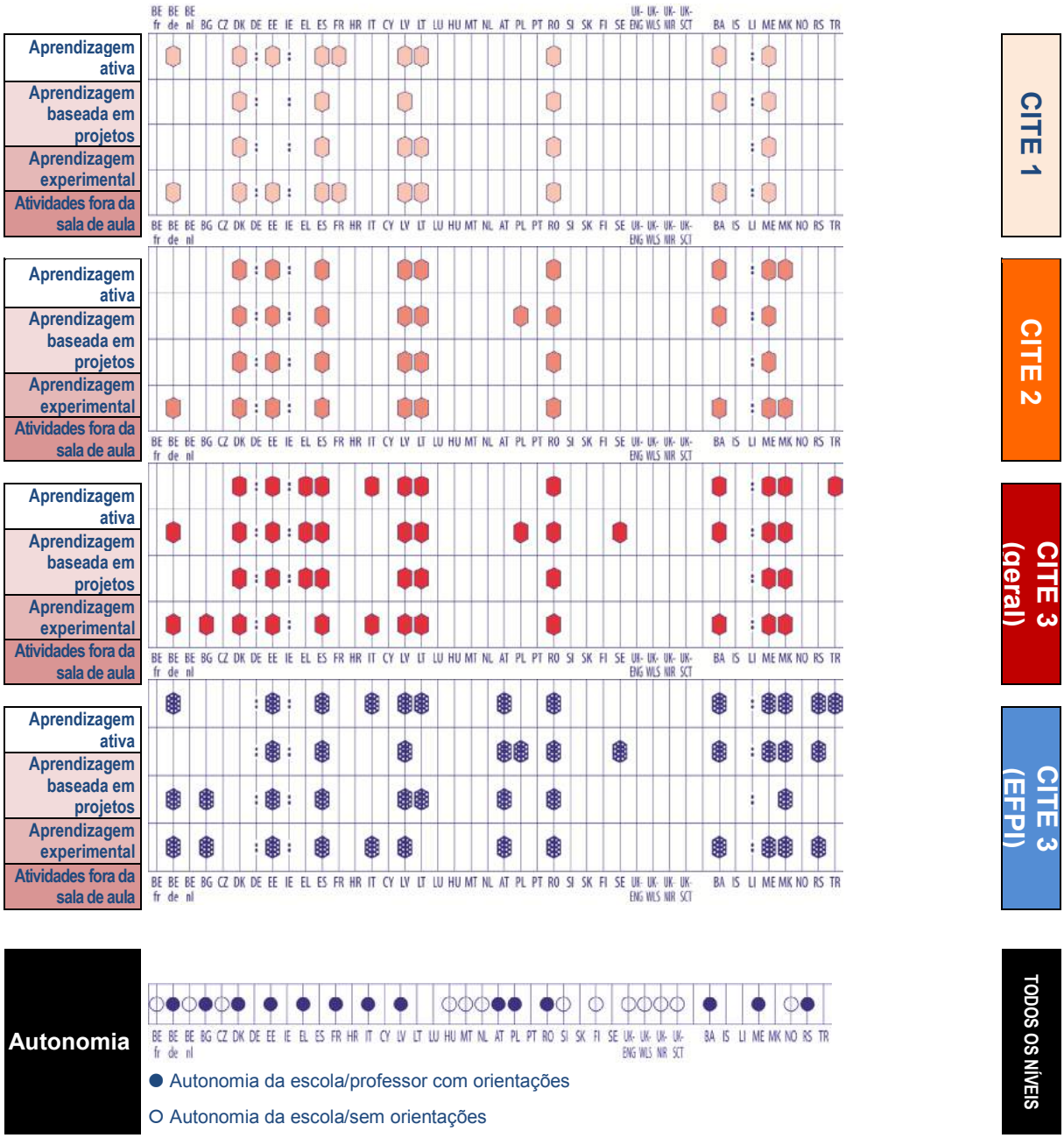
Apesar de não existirem, em alguns países, recomendações ou orientações a nível central sobre a utilização dos referidos métodos de ensino e de aprendizagem no domínio da educação para o empreendedorismo, tal não significa necessariamente que esses métodos não sejam usados, uma vez que as escolas e os professores dispõem frequentemente de uma autonomia significativa que lhes permite tomar as suas próprias decisões quanto aos métodos de ensino. Contudo, nos casos em que essas orientações realmente existem, é sinal de que o empreendedorismo se encontra bem definido e enquadrado no currículo. Em relação ao ensino primário e/ou secundário inferior, o presente relatório indica que orientações respeitantes às metodologias atrás referidas existem apenas numa dúzia de países/regiões (Bélgica (Comunidade germanófona), Dinamarca, Espanha, Estónia, França, Letónia, Lituânia, Polónia, Roménia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro e a Antiga República Jugoslava da Macedónia). Não surpreende que cinco destes países/regiões (Bélgica (Comunidade germanófona), Estónia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Antiga República Jugoslava da Macedónia) promovam a educação para o empreendedorismo através de uma estratégia específica (ver Capítulo 2).

> Na **Estónia**, as recomendações emitidas a nível central para os métodos de ensino a usar no desenvolvimento das competências gerais e aprendizagem transversal, incluindo competências empreendedoras, têm sido descritas nos currículos nacionais para escolas primárias e escolas do secundário superior geral. Os novos currículos para escolas primárias e escolas do secundário superior geral incluem temáticas relacionadas com a criação de empreendimentos, empregabilidade e empreendedorismo social. As normas profissionais dos professores descrevem as competências a utilizar no ensino do empreendedorismo. 'Seja empreendedor!', a estratégia estoniana de educação para o empreendedorismo, fornece recomendações sobre metodologia de ensino.
>
> Em **Espanha**, a Portaria ECD/65/2015 estipula que os métodos de ensino que contextualizam a aprendizagem e incluem a aprendizagem baseada em projetos, focam-se em interesses, estudo de casos ou resolução de problemas [e] contribuem para uma participação ativa, experimentação e aprendizagem funcional, que vão, por sua vez, promover o desenvolvimento de competências, e ainda [aumentar] a motivação dos alunos através da transmissão de conhecimentos. A aprendizagem baseada em projetos é particularmente relevante para a aquisição de competências. Exige a elaboração de um plano de ação a fim de alcançar um objetivo específico. Esta metodologia tem como finalidade permitir que os alunos estruturem o seu pensamento e contribuam para a investigação, reflexão, raciocínio crítico e construção de hipóteses por intermédio de um processo no qual cada indivíduo assume a responsabilidade pela sua aprendizagem, aplicando os seus conhecimentos e capacidades às tarefas da vida real.

Na **Bósnia e Herzegovina**, as orientações para a aprendizagem da educação para o empreendedorismo incluem métodos interativos em que os alunos participam ativamente no processo de aprendizagem.

As orientações são mais comuns no secundário superior geral e no EFPI em meio escolar (cerca de um terço dos países/regiões) do que em níveis de ensino inferiores. Esta constatação está em consonância com o facto de a educação para o empreendedorismo ser mais comum no ensino secundário superior geral do que nos níveis de ensino mais baixos. A aprendizagem ativa e as atividades no exterior da sala de aula são os métodos de ensino mais praticados para os quais existem orientações. O processo de ensino na sua globalidade deve basear-se na aplicação de métodos e modos de trabalho ativos. As atividades fora do contexto da sala de aula incluem frequentemente visitas a empresas (por exemplo na Letónia, Áustria e Sérvia).

Figura 3.5: Orientações centrais sobre métodos de ensino e de aprendizagem referentes à educação para o empreendedorismo, 2014/15



Fonte: Eurydice.

Notas específicas por país

Bélgica (BE de): As orientações (atualizadas regularmente) para métodos de ensino aplicados na educação para o empreendedorismo não são obrigatórias uma vez que a Constituição Belga garante a liberdade no ensino. Sendo assim, não só todas as autoridades educativas possuem liberdade para implementar os métodos pedagógicos que consideram mais adequados para as suas escolas, como todos os professores são livres para recorrer aos métodos que julguem mais apropriados para as suas aulas, no âmbito de eventuais diretrizes previamente definidas pelas autoridades educativas.
Espanha: Para além dos métodos acima referidos, há que considerar a "aprendizagem cooperativa". Segundo a Portaria ECD/65/2015, as metodologias ativas devem assentar em estruturas de aprendizagem cooperativa. Ao trabalharem em conjunto, os elementos das equipas devem ter capacidade para resolver os problemas com que se deparam, compreender as estratégias utilizadas pelos outros e aplicá-las em situações similares.
Bósnia e Herzegovina: A generalidade dos currículos baseia-se essencialmente em conteúdos e a quantidade de orientações relativas a métodos não é significativa. Os professores são obrigados a cumprir o currículo em termos de conteúdo, mas em relação aos métodos de ensino têm liberdade de escolha.

Na **Grécia**, para uma melhor compreensão de conceitos como o desemprego, inflação, leis da oferta e da procura e assim por diante, utilizam-se amplamente os estudos de casos. No caso particular em que a educação para o empreendedorismo é lecionada no âmbito da disciplina intitulada 'Projeto', os alunos aprendem a transformar uma ideia de negócio em realidade.

No **Montenegro**, a aprendizagem ativa é um ponto de partida fundamental para a implementação de todas as disciplinas em todos os níveis de ensino. Não surpreende pois que o papel da investigação e da aprendizagem experimental tenha adquirido especial relevância, e que o trabalho prático seja uma constante para aprender as matérias e adquirir conhecimentos.

Alguns dos países que afirmam ter disciplinas que integram a educação para o empreendedorismo não apresentam quaisquer orientações a nível central relativamente a métodos de ensino e de aprendizagem. Em muitos casos, a razão para tal acontecer prende-se com a autonomia atribuída às escolas e aos professores.

No **Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte)**, por exemplo, o professor decide quais os métodos de ensino e os materiais didáticos a utilizar, após consulta com o diretor da escola e o coordenador de departamento (professor responsável por uma área disciplinar particular e que proporciona ajuda e orientação a outros professores). Compete a cada professor planear as aulas e elaborar os esquemas de trabalho para garantir que o currículo cumpre os requisitos regulamentares.

No entanto, alguns países dispõem de mecanismos que facilitam o ensino da educação para o empreendedorismo.

Na **República Checa**, por exemplo, os professores podem partilhar a sua experiência, bem como os seus métodos de ensino baseados na prática, utilizando para isso um fórum especial na internet, "Portal de Metodologia", que abrange ainda outras áreas disciplinares.

3.2. Experiências práticas de empreendedorismo

A Comunicação da Comissão Europeia de 2012 *Repensar a educação - Investir nas competências para melhores resultados socioeconómicos* ([115]) exorta os Estados-Membros a proporcionar aos jovens pelo menos uma experiência prática em empresa antes de concluir a escolaridade obrigatória.

> «Uma experiência prática de empreendedorismo é uma experiência educativa em que o aprendente tem a oportunidade de produzir ideias, identificar uma boa ideia e transformar essa ideia em ações. Deve ser uma iniciativa conduzida pelos alunos, seja a título individual ou no seio de uma equipa reduzida. Esta atividade deve envolver a aprendizagem pela ação e produzir um resultado tangível. Esta possibilidade oferecida aos jovens deve permitir-lhes a aquisição de competências, a confiança e as capacidades necessárias para detetar as oportunidades, determinar as soluções e colocar as suas próprias ideias em prática» ([116]).

Para apoiar os esforços dos países na implementação desta abordagem, a Comissão Europeia lançou, em 2014, um convite à apresentação de propostas da Ação-chave 3 – "Iniciativas em perspetiva", em que a "experiência empresarial prática na escola" consta como um dos temas prioritários (ver Secção 2.2.3). O objetivo do convite é testar e reforçar estas práticas. Um dos

([115]) Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões "Repensar a educação - Investir nas competências para melhores resultados socioeconómicos", COM/2012/0669 final.
([116]) Primeiramente mencionado na Comunicação "Repensar a Educação". A definição atual foi elaborada no convite à apresentação de propostas da EACEA https://eacea.ec.europa.eu/sites/eacea-site/files/documents/ka3-14-guidelines-for-applicants-final_en.pdf

projetos selecionados, *Youth Start – Entrepreneurial Challenges*, coordenado pela associação portuguesa PEEP (Plataforma para a Educação do Empreendedorismo em Portugal), visa criar um novo método de ensino de competências de empreendedorismo, reforçá-lo e implementá-lo em escolas do ensino primário, secundário inferior e secundário superior. O segundo projeto, *Innovation Cluster for Entrepreneurship Education*, coordenado pela *Junior Achievement – Europe*, pretende analisar o impacto da educação para o empreendedorismo e compreender o que é necessário para alcançar a meta europeia de proporcionar a todos os jovens uma experiência prática em empresa antes de completar a escolaridade obrigatória.

Existem múltiplos exemplos de experiências práticas de empreendedorismo. O que têm em comum é uma abordagem genuinamente empreendedora no seu conteúdo e método, combinando assim objetivos e métodos de aprendizagem empreendedores. Nos casos em que tais experiências são incorporadas nos currículos escolares, há evidências de que a educação para o empreendedorismo se encontra genuinamente integrada, não se tratando de um mero complemento.

3.2.1. Experiências práticas de empreendedorismo no currículo escolar

Os exemplos de experiências práticas de empreendedorismo diferem no seu foco mas também na medida em que necessitam de mudança ou adaptação da abordagem educativa. Para efeitos do presente relatório, foi solicitado aos países que descrevessem se os tipos de experiências enumeradas em baixo estão incluídas nos respetivos currículos escolares e em caso afirmativo, qual o nível de ensino e se tais experiências se revestem de um caráter obrigatório ou opcional:

- desenvolver trabalhos baseados em projetos – em que há um processo claro de produção de ideias e um produto final específico;
- aceitar um desafio prático – projetos criados por empresas ou organizações na comunidade para resolver um problema que enfrentam no trabalho;
- participar num desafio a nível da comunidade – utilizar ideias inovadoras para criar soluções que permitem resolver problemas locais/na comunidade;
- criar uma mini-empresa ou empresa estudantil – ter uma ideia para um empreendimento comercial ou social, criá-lo e dirigi-lo durante um determinado período de tempo;
- iniciativas de microfinanciamento de alunos – ideias concretas e projetos financiados coletivamente (*crowd-funded*) para obter lucro e/ou produzir um impacto social.

É importante observar que, no contexto de uma experiência prática de empreendedorismo, a primeira experiência mencionada (“desenvolver trabalhos baseados em projetos”) é diferente da metodologia geral da aprendizagem baseada em projetos já debatida na Secção 3.1.3. A pedagogia baseada em projetos é, em formas e graus diversos, bastante comum na maioria dos sistemas educativos europeus. Mas o que se explora aqui é diferente, pois coloca os alunos no centro de um processo real de produção de ideias com vista à criação de um produto final específico. Métodos pedagógicos gerais da aprendizagem baseada em projetos também podem certamente ser utilizados para desenvolver as competências empreendedoras, mas não constituem uma experiência prática de empreendedorismo abrangente, como é aqui definida. Da mesma forma, a aprendizagem prática e a aprendizagem no local de trabalho no EFPI e no sistema dual não podem ser equiparados com o que se entende como um desafio prático, apesar de também desenvolverem as competências empreendedoras dos jovens.

Cerca de uma dúzia de países incluem nos currículos uma experiência prática de empreendedorismo sob a forma de um trabalho baseado em projeto. A Bulgária, Bósnia e Herzegovina e Montenegro proporcionam esta iniciativa em todos os níveis de ensino; a Estónia, Áustria, Polónia e Finlândia em três níveis; Espanha, Letónia, Roménia e Suécia em dois níveis; França, Lituânia e Noruega apenas no nível secundário inferior e a Dinamarca somente no EFPI em meio escolar. Conclui-se que, não obstante o trabalho baseado em projeto ser um dos exemplos mais comuns de experiência prática de empreendedorismo, só é aplicado em menos de um terço dos países europeus.

> Um exemplo interessante a nível do secundário inferior diz respeito à **Finlândia**: a iniciativa “Eu & a Minha Cidade” (*Me & MyCity*) aborda tópicos como a sociedade, a vida profissional e o empreendedorismo e assume a forma de uma cidade em miniatura onde os alunos matriculados no 6º ano, com idades entre os 12 e 13 anos, trabalham numa profissão e atuam como consumidores e cidadãos. Inclui igualmente a formação de professores, materiais didáticos para 10 aulas e a visita de um dia ao ambiente de

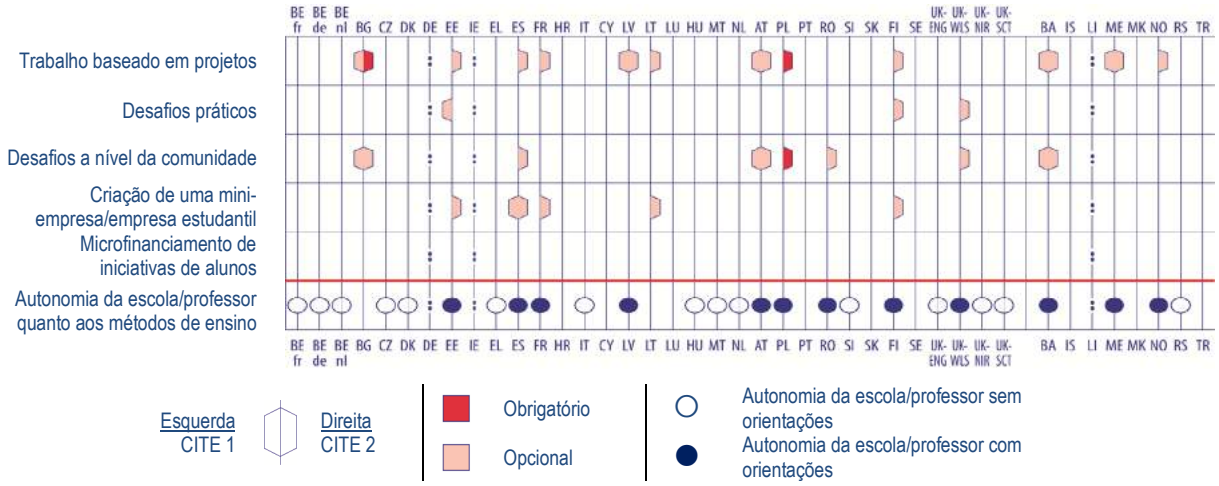
aprendizagem de *Me & MyCity*. Cada programa é implementado em estreita cooperação com os municípios e empresas da região. Não é obrigatório mas praticamente todos os alunos do 6º ano participam.

No mesmo nível de ensino, desta vez na **Noruega**, os alunos podem escolher entre disciplinas opcionais, sendo que algumas delas envolvem uma experiência de empreendedorismo. A disciplina "Competências para a Vida Profissional" envolve os alunos na criação de um produto. Outra disciplina opcional, "Conceção e reconceção", também implica a criação de um produto final específico.

Em **Montenegro**, o currículo de cada disciplina inclui dois projetos anuais em todos os níveis de ensino. Os professores recebem formação para aprender a implementar projetos ligados à educação para o empreendedorismo. Estas atividades são reconhecidas nos planos de atividade anuais das escolas e dos professores.

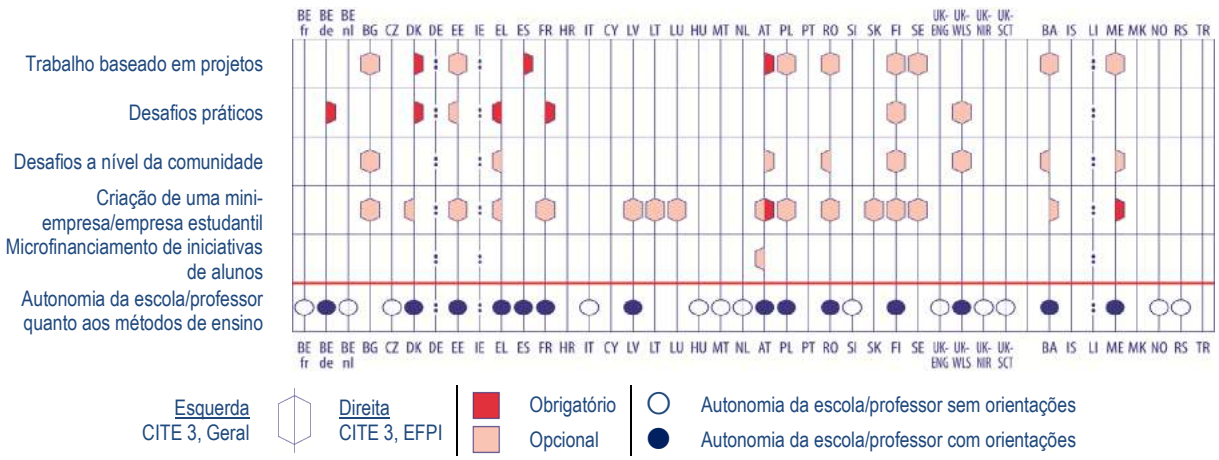
Figura 3.6: Experiências práticas de empreendedorismo no currículo, 2014/15

a) Ensino primário e secundário inferior



Fonte: Eurydice.

b) Ensino secundário superior geral e EFPI em meio escolar



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

A **experiência prática de empreendedorismo** é entendida como uma experiência educativa em que o aprendente tem a oportunidade de apresentar ideias, identificar uma boa ideia e transformá-la em ação. Deve ser uma iniciativa conduzida pelos alunos, a título individual ou como parte de uma equipa reduzida. Esta atividade deve envolver a aprendizagem pela ação e produzir um resultado tangível. Esta possibilidade visa permitir aos aprendentes a aquisição de competências, confiança e capacidades para detetar as oportunidades, identificar soluções e colocar as suas próprias ideias em prática. A Figura 3.6 mostra quais são os países onde esta experiência é incluída no currículo normal numa base obrigatória ou opcional. A informação sobre os países onde a experiência é incentivada mas não incorporada no currículo encontra-se na Secção 3.2.2.

Notas específicas por país

Dinamarca: O desenvolvimento de um projeto no 9º ano também pode ter uma abordagem empreendedora.
Espanha: O "trabalho baseado em projetos" é aplicado em algumas Comunidades Autónomas (Andaluzia, Canárias) e "desafios a nível da comunidade" aplica-se nas Astúrias, Castela e Leão, La Rioja, Catalunha e Estremadura. A "criação de mini-empresas ou empresas estudantis" diz respeito a algumas Comunidades Autónomas que têm vindo a propor disciplinas opcionais no ensino secundário inferior com designações diferentes. Em muitos casos, a parte nuclear da disciplina é a criação e a gestão de uma mini-empresa/cooperativa de alunos durante o ano letivo (por exemplo, "*Empresa Joven Europea*" (EJE)

nas Astúrias, Estremadura e La Rioja).
Itália: Uma nova lei (nº 107/2015) determinou o nível mínimo para o programa "*alternanza scuola-lavoro*" (um programa em que os aprendentes alternam a escola com experiências práticas, como é o caso dos cursos de aprendizagem, estágios ou atividades práticas de aprendizagem, oficialmente introduzidos em 2005) nos últimos três anos do ensino secundário superior: um mínimo de 200 horas nos *Licei* e um mínimo de 400 horas em escolas técnicas e profissionais. Pode também incluir "empresas de formação simuladas", especialmente em escolas técnicas de economia e finanças.
Malta: O Quadro de Resultados de Aprendizagem, que está atualmente a ser desenvolvido e se encontra ainda por publicar, irá conter sugestões de experiências práticas de empreendedorismo, mas as decisões são tomadas a nível da escola e/ou colégio de nível secundário.
Reino Unido (País de Gales): O *Baccalaureate* galês de caráter facultativo propõe experiências práticas de empreendedorismo que consistem em desafios práticos a nível da comunidade e abertos a aprendentes com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos no ensino secundário, incluindo o EFPI em meio escolar. Esta qualificação foi objeto de revisão e está a ser testada no ano letivo de 2014/15. Prevê-se que seja avaliada a partir de setembro 2015.
Bósnia e Herzegovina: As experiências práticas de empreendedorismo são aplicadas no âmbito de projetos-piloto e são mais comuns no EFPI.

O segundo exemplo mais disseminado de experiência prática de empreendedorismo é a criação de uma mini-empresa ou empresa estudantil. Dado que é uma opção mais apropriada para os alunos mais velhos, só foi possível identificar um país (Espanha) onde se prevê a sua introdução no ensino primário. No nível secundário inferior é integrado nos currículos em apenas cinco países (Estónia, Espanha, França, Lituânia e Finlândia). Porém, no ensino secundário superior geral e/ou no EFPI em meio escolar, este tipo de experiência pode encontrar-se em 16 países.

A participação dos alunos em mini-empresas é muitas vezes apoiada por organizações especializadas. Por exemplo, na Dinamarca, o governo criou em 2010 a Fundação Dinamarquesa para o Empreendedorismo com a missão de assegurar que a criatividade e a inovação se tornam uma parte fundamental da educação dos jovens em todos os níveis de ensino.

Em alguns países, as experiências práticas de empreendedorismo sob a forma de mini-empresas já são uma prática disseminada. Na Suécia, por exemplo, no ano letivo de 2014/15, 24 415 alunos (que representam mais de 20 % dos finalistas do ensino secundário) participaram no "Programa Empresa". Na Finlândia, durante 2013/14, foram criadas cerca de 1 300 empresas estudantis e cerca de 4 100 alunos participaram nos programas. Na Áustria, no setor do ensino profissional, existem mais de 1 000 mini-empresas. Em 2014/15, havia 42 mini-empresas na Estónia no nível secundário inferior, e no secundário superior esse programa foi usado em 62 escolas (200 empresas estudantis), ou seja em 32 % das escolas estonianas.

Os desafios práticos e a nível da comunidade são menos comuns. Raros são os países que lançam desafios ou concursos práticos no ensino primário ou no ensino secundário inferior e não mais de sete países/regiões propõem desafios/concursos comunitários para estes níveis de ensino. De modo semelhante, uma dúzia de países/regiões lançam desafios práticos e/ou a nível da comunidade no ensino secundário superior geral e no EFPI em meio escolar. As iniciativas de microfinanciamento dos alunos são ainda mais raras nos programas escolares europeus; o único exemplo encontrado nos currículos do ensino regular é na Áustria, no nível secundário superior geral, onde está inscrito no concurso de projetos "Juventude Inovadora" (*Jugend Innovativ*). O micro financiamento também está previsto no EFPI, mas não como parte do currículo; funciona através de plataformas de *crowd funding* especificamente centradas em projetos estudantis.

3.2.2. Experiências práticas de empreendedorismo encorajadas no âmbito de iniciativas

Nos países onde as experiências práticas de empreendedorismo ainda não estão integradas no currículo normal, são propostas através de atividades extracurriculares, programas nacionais e iniciativas que contam com a participação e o apoio de parceiros externos. Dada a natureza de uma experiência prática de empreendedorismo, os factos comprovam que o elemento chave é precisamente o envolvimento de parceiros externos na conceção e/ou prestação destas experiências, na medida em que assegura a sua pertinência e ligação com o "mundo real", fora do contexto educativo ([117]). O presente relatório confirma a importância dos prestadores externos na oferta deste tipo de experiência como atividade extracurricular.

Neste contexto, assume particular relevância o trabalho realizado pela organização internacional não-governamental *Junior Achievement* e respetivas organizações membros em vários países europeus,

([117]) TWG on EE, 2014, p. 32.

pois baseiam-se em experiências sólidas e ligações estreitas entre o setor da educação e o setor empresarial. Em alguns países, os programas da *Junior Achievement* têm a acreditação dos ministérios da educação nacionais (República Checa, França, Malta, Eslováquia e Sérvia) e/ou beneficiam de fundos públicos noutros países (Bulgária, Dinamarca, Luxemburgo, Noruega, Polónia, Suécia e Sérvia). Na Comunidade flamenga da Bélgica – no contexto da autonomia dos professores quanto aos métodos de ensino –, Bulgária, Estónia, Grécia e Letónia, os programas práticos de empreendedorismo desenvolvidos por organizações nacionais membros da *Junior Achievement* já são ministrados como parte do currículo normal (ver Figura 3.6).

Na **República Checa**, por exemplo, o Centro para as Empresas Simuladas (*Centrum fiktivních firem*), membro da rede internacional *Europen-PEN International* ([118]) e beneficiário de financiamento estatal, oferece aos alunos no ensino profissional de nível secundário superior a oportunidade de gerir uma "empresa simulada" com o fim de desenvolver as suas competências de empreendedorismo. Estas empresas são estabelecidas por alunos sob a supervisão do professor e em cooperação com o Centro.

Noutros países, as experiências práticas de empreendedorismo são desenvolvidas como atividades extracurriculares ou no âmbito de iniciativas mais vastas a nível regional, nacional ou europeu.

Em **Espanha**, muitas Comunidades Autónomas desenvolvem programas que incluem atividades extracurriculares práticas. Estas são muitas vezes promovidas pelas autoridades regionais mas nem sempre numa escala mais ampla. Em algumas regiões e programas, os bancos e outras instituições de financiamento participam no desenvolvimento e/ou financiamento destas ações (por exemplo, o programa *Equilicuá*, cofinanciado pela Caja Navarra Foundation, ou os empréstimos que Cajastur proporciona para estabelecer microempresas escolares nas Astúrias). Noutros casos, as Comunidades Autónomas estabelecem parcerias com agências públicas ou empresas privadas e ONGs. Existem outras iniciativas promovidas pelo setor privado e desenvolvidas diretamente em contextos educativos, seja a nível nacional (o projeto "ThinkBig" da FundaçãoTelefónica, por exemplo) ou a nível regional (por exemplo, o projeto "Startinova" que é apoiado por seis jornais regionais do grupo de comunicação Vocento em seis Comunidades Autónomas). Quanto à metodologia, todos os programas estão empenhados numa aprendizagem ativa e significativa ligada ao mundo real. São muitas vezes estruturados como microempresas educativas (envolvendo associações de jovens, cooperativas, empresas de produção, empresas, etc.) ou são organizados como concursos para projetos. A participação nestes programas é opcional para instituições educativas.

Nos **Países Baixos**, as experiências práticas (e teóricas) de empreendedorismo não estão especificadas no currículo, pois as escolas são autónomas, mas algumas incluem esta oferta. Por exemplo, através dos programas *Jong Ondernemen*, os alunos no ensino primário e secundário e no EFPI em meio escolar podem criar uma mini-empresa ou uma empresa estudantil. A organização trabalha conjuntamente com diferentes instituições e recebe uma contribuição financeira do Governo. O programa "BizWorld", no ensino primário, permite às crianças dirigir a sua própria empresa. No ensino secundário superior, um dos exemplos é a "Junior Company". Quanto ao ensino primário, a tónica é colocada essencialmente no "comportamento empreendedor": encorajar a formação da personalidade, a criatividade, a reflexão orientada para as soluções (resolução de problemas), a reflexão e ação comerciais/económicas, e o desenvolvimento de competências sociais. Através de projetos de curta duração (que duram semanas ou meses), as crianças são encorajadas a desenvolver a iniciativa própria. Algumas escolas especializam-se e apresentam-se como um *Entreprenasium*s – onde os alunos podem gerir a sua própria empresa e os professores aprendem a desenvolver atitudes e comportamentos empreendedores ([119]) – ou como *Technasiums* nos quais a tecnologia é muitas vezes combinada com empreendedorismo inovador através, por exemplo, da colaboração com clientes externos. Além disso, as próprias escolas também podem oferecer diferentes programas para estimular o empreendedorismo entre os alunos.

Em todo o **Reino Unido** existe uma extensa variedade de experiências práticas de empreendedorismo. *MyBnk* – uma instituição britânica de beneficência – ensina os jovens a gerir o seu dinheiro e a estabelecer o seu próprio negócio ([120]). *Young Enterprise* é uma empresa sem fins lucrativos e organismo de beneficência que ajuda os jovens a compreender as empresas/negócios e o mundo do trabalho através de um conjunto de programas ([121]). A *Young Enterprise* funciona em Inglaterra e País de Gales ([122]) mas na Escócia ([123]) e na Irlanda do Norte ([124]) trabalha em parceria com organizações independentes. Além disso, na Irlanda do Norte, os seus programas são harmonizados com o currículo nacional. Durante o ensino primário, a sua intervenção culmina no programa "Business Beginnings" que permite aos alunos com idades compreendidas entre os 8 e 11 anos obter experiências reais de empreendedorismo através da criação e gestão da sua própria empresa. No ensino secundário existem projetos semelhantes. Em Inglaterra, uma das primeiras tarefas da *Careers and Enterprise Company* ([125]), criada em fevereiro de 2015 com o objetivo de

([118]) http://www.penworldwide.org/
([119]) www.entreprenasium.nl
([120]) http://mybnk.org/
([121]) http://www.young-enterprise.org.uk/
([122]) http://www.young-enterprise.org.uk/
([123]) http://www.yes.org.uk/
([124]) http://www.yeni.co.uk/
([125]) https://www.careersandenterprise.co.uk/

reformar a oferta de educação e orientação profissionais para jovens e inspirá-los para as oportunidades oferecidas no mundo do trabalho, viria a ser o desenvolvimento de um passaporte empresarial (registo digital de atividades extracurriculares e relativas a empresas realizadas pelo aluno).

Existem igualmente convites nacionais à apresentação de propostas destinadas a reforçar as competências empreendedoras dos alunos, como sucede na Estónia, onde o *Enterprise Estonia* publica anualmente um convite nacional para apresentação de propostas que visam melhorar as atitudes empreendedoras entre os jovens. Diversas ONGs apresentam a sua candidatura e organizam *workshops* para alunos a nível nacional ou regional.

Outro meio através do qual os alunos podem ter a oportunidade de participar numa experiência prática de empreendedorismo são os concursos de "melhores ideias" ou de empresas. Já funcionam em muitos países europeus sob uma variedade de formas. Trata-se, naturalmente, de uma atividade extracurricular que é limitada em termos de âmbito e de participação, pois implica geralmente um processo de seleção de alunos. Outra limitação é que, em vez de atrair o aluno médio, tem uma tendência para a "auto-seleção", o que significa que os alunos com as competências de empreendedorismo mais desenvolvidas são provavelmente os que se candidatam. Apesar disso, estes concursos podem ser interessantes em termos de metodologia usada e na motivação dos alunos, como demonstram os exemplos infra.

Na **Áustria**, o objetivo do concurso de ideias "Geração Futura" é que os alunos em cursos de ensino profissional trabalhem nas suas próprias ideias, mas são colocados em contacto com formadores empresariais. No "Festival das Ideias", os alunos e os professores descobrem as ideias de outros alunos.

No **Reino Unido**, há uma série de iniciativas nacionais que proporcionam atividades empreendedoras aos alunos. Incluem, entre outras: "Tycoons in Schools" – um desafio empresarial para as escolas a nível nacional. O concurso permite aos alunos iniciar e gerir um negócio enquanto frequentam os estudos, permitindo-lhes desse modo obter uma experiência prática valiosa sobre todos os aspetos da gestão de um negócio ([126]). Outros exemplos: o Programa "Enterprise Challenge", que dá às escolas a oportunidade de implementar e dirigir um negócio ([127]); o "Tenner Challenge" ([128]), um concurso empresarial e uma iniciativa de microfinanciamento para jovens entre os 11-19 anos que desejam ter uma ideia do que significa ser um empreendedor. Dá-lhes a oportunidade de pensar numa nova ideia de negócio e de pô-la em prática, usando dinheiro verdadeiro (10 GPB), correndo assim riscos calculados no campo dos negócios, obter lucros – e usá-los para fazer diferença na comunidade ([129]); o "Fiver Challenge" ([130]) oferece oportunidades semelhantes para os alunos do ensino primário (entre os 5-11 anos). Ambos os programas funcionam nas quatro partes do Reino Unido. No País de Gales, "Enterprise Troopers" ([131]) é um concurso nacional que visa incentivar o empreendedorismo nas escolas primárias.

Na **Islândia**, o "Concurso de Empreendedorismo para Alunos" (*Nýsköpunarkeppni grunnskólanemenda*) destina-se a jovens entre os 10 e 12 anos e funciona durante todo o ano. O principal objetivo do concurso é estimular a criatividade das crianças em todo o país. Todas as Primaveras, é organizado um *workshop* onde todas as ideias selecionadas para a final são postas em prática com a ajuda de um instrutor. O *workshop* termina com uma grande celebração final.

São vários os países (Portugal, Áustria, Dinamarca, Luxemburgo e Eslovénia) que estão atualmente a implementar um projeto europeu Erasmus+ intitulado *Youth Start – Entrepreneurial Challenges* ([132]). Este programa visa promover a educação para o empreendedorismo através de um desafio e avaliar o seu impacto nos alunos (instrumentos de avaliação e indicadores para a educação para o empreendedorismo – ASTEE ([133])). O objetivo é criar um novo método para ensinar as competências de empreendedorismo, implementá-lo nas escolas de nível primário, secundário inferior e secundário superior e alargá-lo. Uma forte participação das partes interessadas, uma formação de professores eficaz e a investigação no domínio das escolas empreendedoras são algumas das principais ações deste projeto. O objetivo final é reunir provas de que as competências empreendedoras ensinadas através deste tipo de programa são eficazes no reforço das competências transversais dos alunos.

([126]) http://www.tycooninschools.com/
([127]) http://www.nationalenterprisechallenge.co.uk/
([128]) http://www.tenner.org.uk/
([129]) http://www.tenner.org.uk/
([130]) http://www.fiverchallenge.org.uk/
([131]) http://enterprisetroopers.com/homepage/
([132]) http://www.youthstartproject.eu/#
([133]) http://asteeproject.eu/assessment-tools

Por último, distinguem-se iniciativas regionais apoiadas pelo SEECEL - Centro da Europa do Sudeste para a Aprendizagem do Empreendedorismo (*South Eastern Europe Centre for Entrepreneurial Learning*) na Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Antiga República Jugoslava da Macedónia e Sérvia para incentivar experiências de empreendedorismo e escolas empreendedoras (ver Secção 2.2.3).

3.3. Resultados de aprendizagem ligados à educação para o empreendedorismo

Há fortes razões que justifiquem o estabelecimento de resultados de aprendizagem explícitos para a educação para o empreendedorismo. Desde logo porque permitirão distingui-la como um domínio claro de ensino e de aprendizagem. Em segundo lugar, concede aos alunos a possibilidade de saber o que lhes é exigido e desenvolver as competências necessárias. Por último, ajuda os professores a estruturar e organizar o seu ensino e abre o caminho para uma avaliação formalizada.

Porém, deve ter-se presente que a educação para o empreendedorismo é uma área complexa. Como competência essencial revela-se ampla e multifacetada e, por conseguinte, vinculada a um conjunto significativo de resultados da aprendizagem específicos. Conforme foi analisado antes (ver Capitulo 1), há diferenças nas definições nacionais e na interpretação da educação para o empreendedorismo; logo, é expectável que essas diferenças se venham a repercutir na maneira como os resultados de aprendizagem são formulados e nas áreas que cobrem.

Estudos anteriores, entre os quais o relatório de 2012 da Rede Eurydice sobre a *Educação para o Empreendedorismo nas Escolas Europeias* ([134]) e ainda as conclusões de Grupo de Trabalho Temático para a Educação para o Empreendedorismo ([135]), permitem concluir que, na maioria dos países europeus, a ligação entre os resultados de aprendizagem e o empreendedorismo ainda se encontra numa fase de desenvolvimento. Tal significa que, embora seja possível observar alguns elementos em certos níveis de ensino, continua a faltar uma abordagem abrangente e consistente.

Está atualmente a ser preparado um quadro de referência europeu para a competência essencial "espírito de iniciativa e espírito empresarial" ([136]); constata-se por isso que o atual relatório não foi construído com base num quadro comum. Ainda assim, existem diversos exemplos de quadros de referência nacionais e regionais para o empreendedorismo, para além das organizações e projetos europeus ([137]) que desenvolveram o seu próprio quadro ([138]). A nível europeu, o Grupo de Trabalho Temático tem prestado especial atenção a este domínio e desenvolveu quadros de referência para determinadas áreas da educação para o empreendedorismo. Por último, o projeto europeu ASTEE criou um instrumento de avaliação das competências empreendedoras, o qual também propõe categorias de resultados de aprendizagem ([139]).

Com base nestes instrumentos de avaliação, foi solicitado aos países europeus que identificassem os resultados de aprendizagem de acordo com três categorias:

- atitudes empreendedoras (autoconfiança e um sentido de iniciativa);
- competências empreendedoras (criatividade, planeamento, literacia financeira, gestão de recursos, gestão da incerteza/risco, trabalho de equipa); e
- conhecimento empreendedor (como avaliar oportunidades, o papel dos empresários na sociedade e opções de carreira).

Atitudes empreendedoras: autoconfiança

Os resultados de aprendizagem relativos à atitude empreendedora da autoconfiança têm uma expressão muito significativa nos currículos das escolas europeias. Sendo um elemento importante em termos de socialização, o reforço da autoconfiança é igualmente um objetivo pedagógico de

([134]) EACEA/ Rede Eurydice, 2012.
([135]) Comissão Europeia, 2014.
([136]) Este projeto e pesquisas adicionais neste domínio estão a ser conduzidos por DG JRC IPTS em nome da DG EMPL. https://ec.europa.eu/jrc/en/entrecomp?search
([137]) http://www.seecel.hr/UserDocsImages/isced-1
([138]) Por exemplo: Dinamarca, Áustria e Reino Unido (País de Gales).
([139]) http://archive.ja-ye.org/Download/jaye/ASTEE_REPORT.pdf

âmbito geral cuja aplicação prática não se limita ao empreendedorismo. De facto, pode manifestar-se num conjunto de outras possibilidades, desde o autoconhecimento à autoconsciencialização, autoestima, autoafirmação, assertividade ou um sentimento de domínio de uma competência. Para se vincular especificamente ao empreendedorismo, deverá ser descrita e interpretada em relação a tarefas ou iniciativas.

A título de exemplo, refira-se a forma como é formulada no ensino primário na Comunidade germanófona da Bélgica: «identificar e descrever interesses individuais, pontos fortes e fraquezas», o que sugere uma maior proximidade à autoconsciência do que à autoconfiança. Por outro lado, em Espanha é definido de forma mais concreta que «o aluno revela autoconfiança (…) o que lhe permite agir em conformidade com as circunstâncias».

Atitudes empreendedoras: um sentido de iniciativa

O "sentido de iniciativa" está no centro da educação para o empreendedorismo segundo a definição da recomendação europeia sobre competências essenciais. Por essa razão, surge frequentemente em áreas curriculares que se referem explicitamente à educação para o empreendedorismo, seja nos programas das disciplinas obrigatórias ou opcionais ou em temas transversais ao currículo. Visto na perspetiva dos resultados de aprendizagem, está intimamente ligado à resolução de problemas e assunção de responsabilidades, ou é simplesmente definido como "ser empreendedor" ou "dinâmico". No ensino primário em França, por exemplo, implica que cada aluno deverá «ter a capacidade de identificar um problema e trabalhar em estratégias para a sua resolução». Na República Checa, no nível secundário superior geral, pretende-se que os alunos de ambos os sexos «adotem uma abordagem proativa, façam uso da sua própria iniciativa e criatividade e aceitem e apoiem a inovação».

Competências empreendedoras: criatividade

Interpretada como a capacidade para pensar em opções novas e imaginativas, a criatividade revela-se um ingrediente essencial e um motor para o processo de inovação e produção de ideias necessários em qualquer atividade empreendedora. Pode ainda significar uma abordagem inovadora face à resolução de problemas. Ao contrário da interpretação corrente de criatividade, neste contexto não representa simplesmente um atributo ou dom pessoal, mas algo que se pode aprender e desenvolver ([140]). Nos currículos, a criatividade está mais estreitamente associada às competências empreendedoras quando é expressa como a produção de ideias úteis.

Contudo, parece ser mais difícil encontrar resultados da aprendizagem claramente definidos relacionados com a criatividade. Por vezes, consta como um objetivo geral que atravessa a educação escolar, como sucede na Letónia, Lituânia e Roménia. Noutros países, como a Eslovénia, há uma perspetiva mais prática da criatividade que se reflete na formulação de resultados de aprendizagem. Neste país, no ensino primário, os alunos «aprendem a planear, desenhar, criar e testar produtos e ainda a sugerir melhorias». No secundário superior geral em Montenegro, os currículos escolares indicam que os alunos «devem aplicar técnicas criativas na resolução de problemas e desenvolver soluções inovadoras».

Competências empreendedoras: planeamento

A capacidade para planear e estruturar tarefas pode ser vista como uma competência que mantém o processo de inovação e de produção de ideais a funcionar. Permite que as ideias se transformem em ações tendo em consideração os recursos e as circunstâncias específicas. Contudo, quando ligado apenas a mudanças organizacionais e fora do contexto da educação para o empreendedorismo, pode também ter um significado mais restrito.

Na Estónia, por exemplo, no secundário inferior geral, um aluno deve reunir as competências que lhe permitam ser «capaz de planear e avaliar as suas atividades e alcançar o resultado [desejado], [deve] selecionar e implementar as ações necessárias». Em Espanha, na formação profissional inicial, existe

([140]) CF De Bono (1992), Redecker et al. (2011) e Runco (1991).

uma ligação direta com a atividade empresarial já que «o aluno encontra-se apto a elaborar um projeto de empresa para produção, organização e recursos humanos, em conjunto com um plano [de negócios] relevante». A Eslováquia tem uma visão mais ampla; neste país os alunos do secundário superior geral devem estar capacitados para «planear e gerir novos projetos de modo a atingirem determinados objetivos, não só no trabalho, mas também no quotidiano».

Competências empreendedoras: literacia financeira

Entendida como a capacidade para compreender relatórios financeiros e orçamentos, a literacia financeira prende-se com os atributos necessários para gerir as finanças pessoais e além disso oferece a base para a gestão das operações empresariais. Faz parte, frequentemente, dos resultados de aprendizagem relacionados com o conceito mais limitado de educação para o empreendedorismo, ou seja, centrado nas competências empresariais. Aparentemente, é uma das competências mais fáceis de traduzir em resultados de aprendizagem observáveis e quantificáveis se comparada com outros aspetos da educação para o empreendedorismo. Tal pode constituir uma ameaça para a implementação efetiva do empreendedorismo como uma competência chave, na medida em que pode ser tentador para as autoridades responsáveis pela elaboração dos currículos atribuir uma maior ênfase aos aspetos mais fáceis de ensinar e de avaliar, em detrimento de outras competências essenciais. Um estudo conduzido em 2013 pelo Grupo de Trabalho Temático para a Educação para o Empreendedorismo revelou que a literacia financeira era o aspeto mais proeminente da temática coberta pelos países participantes ([141]). Isto não vem mais do que confirmar uma certa tendência para resultados de aprendizagem mas restritos, orientados para o universo empresarial. Não deixa de ser um pouco contraditório quando comparado com a tendência geral que se verifica na Europa e que aponta para uma perspetiva mais ampla da educação para o empreendedorismo. No entanto, o foco no ensino da literacia financeira pode incidir mais sobre a vertente teórica (centrado no conhecimento financeiro) ou sobre a vertente prática (centrado nas competências financeiras). O caso da Noruega é representativo do último aspeto já que no nível secundário superior geral os alunos devem «avaliar custos financeiros; [e] elaborar recomendações para o financiamento de diferentes projetos».

Competências empreendedoras: gestão de recursos

A gestão de recursos implica a capacidade de reunir e organizar meios destinados a uma finalidade particular, como um negócio ou outra oportunidade. Isto parece ser muito específico e consequentemente menos visível nos currículos escolares europeus como um resultado de aprendizagem explícito. Raramente é abordado no contexto da concretização de uma ideia de negócio. A perspetiva mais comum nos programas de estudos relacionada com a gestão de recursos parece estar associada a uma utilização responsável dos recursos (naturais) e ao desenvolvimento sustentável que, em si, não se enquadra no conceito de educação para o empreendedorismo. Não obstante, é possível encontrar alguns exemplos destes resultados de aprendizagem no âmbito da educação para o empreendedorismo.

Na Roménia, por exemplo, no nível secundário inferior, os resultados de aprendizagem relativos à gestão de recursos envolvem a «descrição dos principais elementos dos rendimentos e despesas do agregado familiar e a implementação de um negócio de família». Na Estónia, a nível do secundário superior geral, os alunos devem «entender a forma como as pessoas tomam decisões com o intuito de alocar recursos limitados e consideram os custos financeiros de qualquer oportunidade de negócio». Em Espanha, na formação profissional inicial, «o aluno encontra-se apto a identificar ideias de negócio e a reconhecer oportunidades para a criação de novas empresas, a avaliar probabilidades e recursos disponíveis, bem como a entender, sob uma perspetiva ética, o possível impacto na comunidade».

([141]) Comissão Europeia, 2014, p. 36.

Competências empreendedoras: gestão da incerteza/risco

A capacidade para lidar com a incerteza e o risco durante o processo de implementação e de exploração de uma ideia é uma competência habitualmente associada aos empreendedores e é mais um ingrediente essencial na educação para o empreendedorismo. Todavia, este ingrediente coloca dificuldades em termos de ensino e aprendizagem, já que não é fácil adquirir ou desenvolver esta capacidade a partir de uma base teórica. Ao invés, esta vertente requer uma exposição a situações ou experiências práticas que envolvem alguma incerteza, as quais podem ser providenciadas através de projetos educativos. Alguns exemplos concretos retirados dos currículos europeus incluem a Comunidade germanófona da Bélgica, onde os alunos que frequentam a formação profissional inicial devem «identificar as diferentes oportunidades de investimento e os riscos inerentes, e aprender a implementá-las consoante a situação». Na República Checa, a nível do secundário superior geral, verifica-se uma situação análoga já que o aluno «julga e avalia criteriosamente os riscos associados à tomada de decisões num contexto real e está preparado para correr esses riscos se necessário»; na Áustria, um aluno inserido na formação profissional deve estar apto a «analisar e interpretar as oportunidades e os riscos da atividade empreendedora independente e além disso identificar e avaliar os riscos das decisões empresariais e aplicar métodos de gestão de risco adequados»; no caso da Polónia, «enquanto elaboram o seu próprio projeto, os alunos reúnem informações sobre o mercado [e] procuram e analisam ameaças e riscos para o seu projeto». O último exemplo ilustra bem a forma como esta problemática pode ser formulada como uma atividade essencialmente prática.

Competências empreendedoras: trabalho de equipa

Tal como acontece com os resultados de aprendizagem relacionados com a autoconfiança, o trabalho de equipa representa um objetivo mais amplo que pode ser incorporado em qualquer área do currículo, não só como um resultado de aprendizagem, mas também como um meio de aprendizagem. Afigura-se importante não confundir estes dois aspetos. Neste sentido, por si só, não revela um caráter de especificidade face à educação para o empreendedorismo. Porém, contextualizado, transforma-se numa competência essencial que deve ser desenvolvida conjuntamente com as restantes. Há ainda que considerar o envolvimento de competências afins tais como a comunicação, a negociação e a tomada de decisões.

Em Montenegro, por exemplo, um aluno do ensino primário ou do secundário inferior deve «ter capacidade para trabalhar individualmente e em equipa» e «demonstrar aptidão para tomar decisões em conjunto». No ensino secundário superior geral, um aluno deve igualmente «ter uma participação ativa numa equipa, manifestar capacidade para comunicar em grupo, discutir ideias e negociar com outros». Em Espanha, a nível do ensino secundário inferior, «o aluno encontra-se apto a organizar trabalho de equipa e a estabelecer regras de funcionamento que promovam a participação, motivam os membros da equipa e contribuem para a concretização dos objetivos da equipa».

Conhecimento empreendedor: como avaliar oportunidades

De um modo geral, os sistemas educativos têm uma tradição mais longa no ensino e avaliação de conhecimentos relacionados com o empreendedorismo do que de atitudes e competências empreendedoras. O tema tem sido geralmente abordado através da disciplina de economia ou de disciplinas especificamente direcionadas para o empreendedorismo, no ensino secundário e profissional. Como consequência, pode considerar-se que é mais fácil incorporar nos currículos e nos métodos de ensino os resultados da aprendizagem nesta área, do que aqueles relacionados com atitudes e competências empreendedoras que requerem uma abordagem pedagógica mais prática e inovadora. No âmbito do projeto Europeu ASTEE, uma das áreas identificadas como sendo importante envolve a identificação e a capacidade para avaliar oportunidades e entender o funcionamento da economia.

São vários os exemplos elucidativos, a saber: o currículo austríaco sobre orientação profissional indica que os alunos devem estar preparados para «identificar e aproveitar as oportunidades»; em Espanha, no EFPI em meio escolar, os alunos «avaliam diferentes oportunidades de negócio com base em ideias viáveis, tendo em conta a situação e a evolução do setor [de modo a]... responder às

exigências do mercado»; na Finlândia, os alunos «consideram fontes de financiamento para o seu projeto de negócio e elaboram uma análise de custo-benefício».

Conhecimento empreendedor: o papel dos empreendedores na sociedade

Outra área identificada no âmbito do projeto ASTEE é o conhecimento do papel e da função dos empreendedores na sociedade, incluindo uma perceção clara e objetiva da ética no universo empresarial. Isto não significa compreender o que é uma empresa é, ou os direitos e obrigações de um empresário ou empreendedor. São muito poucos os exemplos de resultados de aprendizagem explícitos associados ao papel dos empreendedores, mas nos casos onde realmente ocorrem, à semelhança da 'avaliação de oportunidades', surgem frequentemente ligados à disciplina de economia ou a tópicos específicos de empreendedorismo no secundário e na formação profissional.

Observam-se alguns exemplos a nível do secundário inferior na Polónia, onde os alunos têm que apresentar uma resposta para o dilema «de que forma o empreendedorismo ajuda a resolver as necessidades económicas» e na Eslovénia, onde os «alunos estão conscientes da importância das empresas para o desenvolvimento da sociedade». Na Estónia, a nível do secundário superior geral, os alunos «compreendem a responsabilidade partilhada entre o Estado, firmas e cidadãos anónimos num contexto de resolução de questões globais». Em Espanha, e no mesmo nível de ensino, o aluno encontra-se «apto a analisar a atividade empreendedora como um elemento de progresso, e a valorizar a sua capacidade para gerar valor para a sociedade». Na Turquia, os alunos «explicam as responsabilidades sociais dos empreendedores». No Reino Unido (País de Gales), os alunos «examinam as qualidades dos empreendedores e o papel das empresas na criação de riqueza» ao longo do currículo escolar.

Conhecimento empreendedor: opções de carreira no setor empresarial

Por fim, uma outra área do conhecimento abrange as opções de carreira no setor empresarial. No que respeita aos resultados de aprendizagem, tal significa que são várias as razões que levam as pessoas a iniciar um negócio, por exemplo, com o objetivo de ganhar dinheiro, de ajudar os outros ou simplesmente dedicar-se a algo diferente. Este é o primeiro passo que permitirá aos alunos identificar, eventualmente, aquelas que podem vir a ser as suas opções de carreira no empreendedorismo comercial ou social. Esta temática é frequentemente abordada no domínio da preparação para o mundo do trabalho o que, em si, não é suficientemente específico para os fins deste relatório. Assim sendo, escasseiam nos currículos escolares europeus exemplos de resultados de aprendizagem explícitos relacionados com opções de carreira no setor empresarial.

Todavia, na Polónia, no secundário superior geral e na formação profissional inicial, os alunos devem reunir as competências necessárias para «preparar um esboço do seu plano de negócio». Em Montenegro, os alunos devem «identificar diversos modelos de empreendedorismo, determinar quais as prioridades a nível pessoal e social, e explicar o papel do empreendedorismo social na criação de uma sociedade sustentável». Na Comunidade germanófona da Bélgica, qualquer aluno integrado na formação profissional inicial deve «elaborar um plano de vida, identificar os motivos para entrar num negócio próprio e [compreender] a regulamentação correspondente».

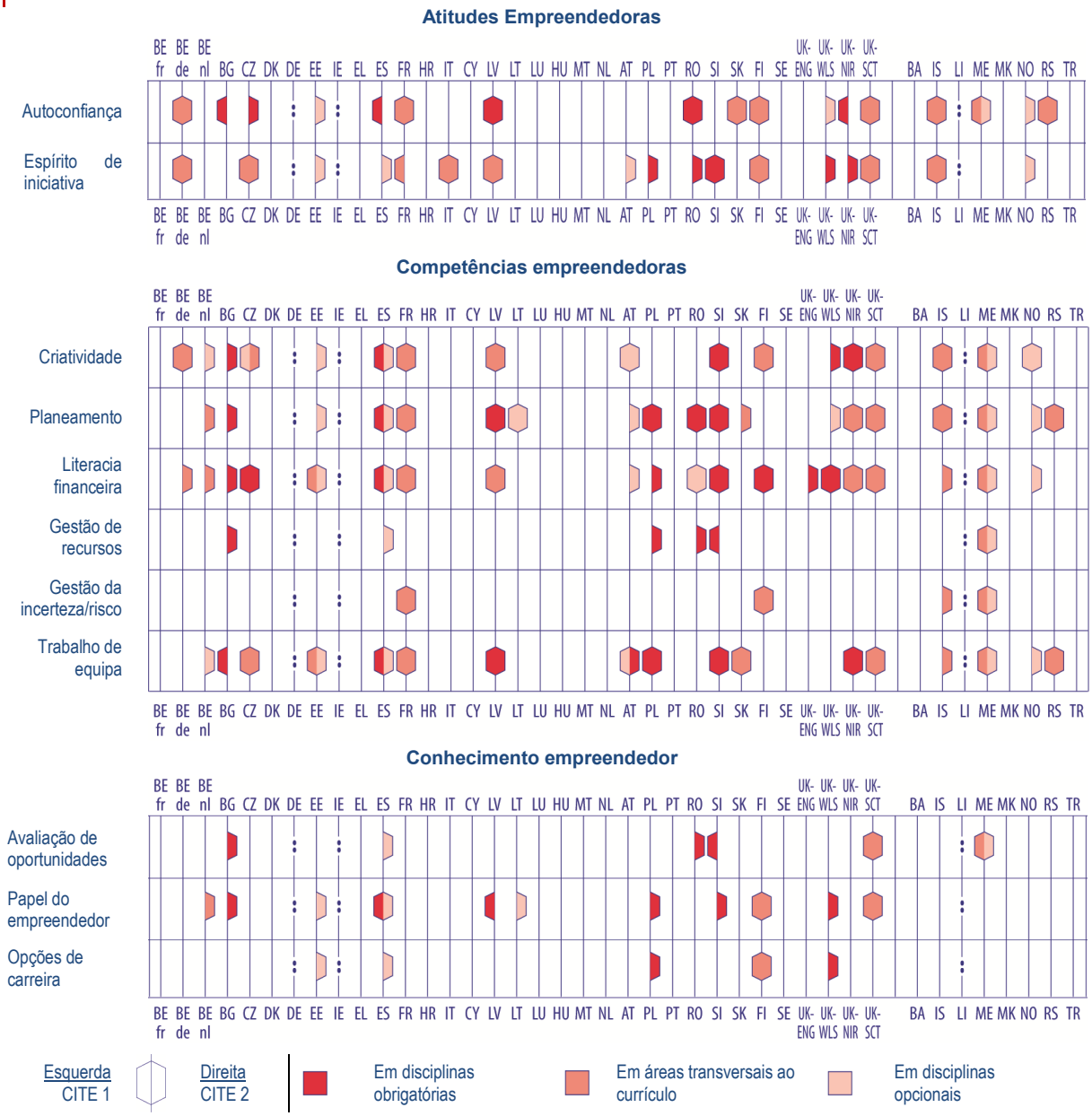
3.3.1. Resultados de aprendizagem no ensino primário e secundário inferior

A Figura 3.7 mostra, por categoria, a distribuição dos resultados de aprendizagem da educação para o empreendedorismo no ensino primário e secundário inferior. Também indica se os resultados estão ligados a áreas do currículo que são obrigatórias, opcionais ou transversais.

Os dados mostram que os resultados da aprendizagem empreendedora são explicitamente referidos em cerca de metade dos países/regiões europeus no ensino primário e secundário inferior. Os resultados de aprendizagem relacionados com as atitudes empreendedoras, e com as competências de criatividade, planeamento, literacia financeira e trabalho em equipa estão presentes em quase metade dos países/regiões. Entre estas, a literacia financeira parece ser a mais comum, particularmente no ensino secundário inferior. Em contrapartida, os resultados de aprendizagem

relacionados com as competências de gestão de recursos e gestão da incerteza/risco, bem como aqueles relacionados com o conhecimento empreendedor, especialmente a avaliação de oportunidades e opções de carreira empresarial, são muito mais raros. Na área do conhecimento empreendedor, apenas o papel dos empreendedores na sociedade se destaca como um tema que ocorre num número ligeiramente superior de países/regiões.

Figura 3.7: Resultados de aprendizagem relativos à educação para o empreendedorismo no ensino primário e secundário inferior, 2014/15



Fonte: Eurydice.

Notas específicas por país

Dinamarca: Em 2014, os resultados de aprendizagem no domínio da educação para o empreendedorismo não estão explicitamente expressos nos currículos. Estão mais implicitamente incorporados como parte dos principais objetivos das disciplinas. A nova reforma escolar expressa a educação para o empreendedorismo como uma abordagem transversal ao longo de toda a escolaridade, com uma progressão clara.
Croácia: A Matriz Curricular Nacional (NFC) estipula que a educação para o empreendedorismo deve ser integrada nos currículos dos níveis CITE 0-3 como um tópico transversal e incluir objetivos específicos. No entanto, o desenvolvimento de currículos escolares para implementar este requisito da NFC ainda não foi concluído.
Malta: Está atualmente em elaboração um quadro de resultados de aprendizagem, incluindo os que correspondem à educação para o empreendedorismo.
Portugal: Está em desenvolvimento um documento de orientação curricular para a educação para o empreendedorismo; Irá

conter descritores de desempenho, tais como conhecimentos, competências e atitudes empreendedoras a aplicar desde a educação pré-escolar ao ensino secundário.
Bósnia e Herzegovina: São definidos resultados de aprendizagem para o ensino secundário inferior, mas não estão integrados oficialmente nos currículos. Os resultados de aprendizagem para o ensino primário são definidos através do projeto regional SEECEL e estão a ser utilizados em quatro escolas-piloto.

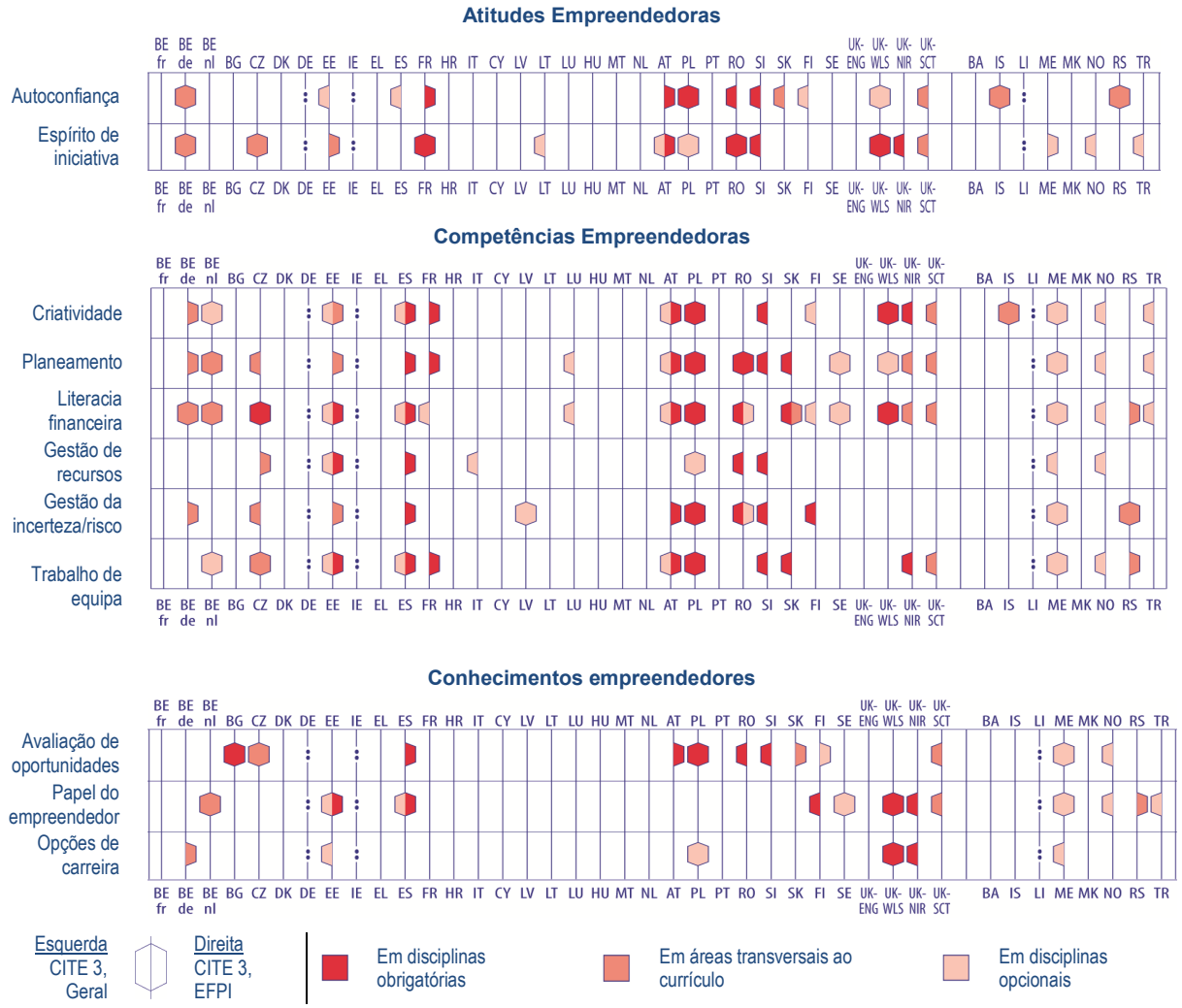
Existem discrepâncias nos países quanto ao grau de adoção de resultados de aprendizagem na educação para o empreendedorismo. Muitos países apresentam exemplos de resultados de aprendizagem relacionados, mas não cobrem toda a gama, nem abrangem as três categorias (atitudes, capacidades e conhecimentos). Poucos países/regiões dispõem de uma gama mais ampla de resultados de aprendizagem no domínio do empreendedorismo. Quando é esse o caso, trata-se de países que introduzem o empreendedorismo como uma disciplina específica, como a Estónia, Espanha e Montenegro (opcional no ensino secundário inferior) e Roménia (obrigatório no ensino secundário inferior). Além disso, os países onde o empreendedorismo é um tema transversal ao currículo também mostram um maior número de resultados de aprendizagem ligados ao tema, como é o caso da Estónia, França, Finlândia, Reino Unido (Escócia), Islândia, Montenegro e Noruega. Finalmente, alguns dos países/regiões que ensinam o tema do empreendedorismo em disciplinas obrigatórias mais amplas também abordam um número substancial de resultados de aprendizagem (Bulgária, Espanha, Letónia, Polónia, Eslovénia e Reino Unido).

3.3.2. Resultados de aprendizagem no ensino secundário superior geral e no EFPI em meio escolar

A Figura 3.8 apresenta a distribuição dos resultados de aprendizagem do empreendedorismo no ensino secundário geral e no EFPI em meio escolar. De um modo geral, os currículos destes níveis de ensino mais elevados não contêm significativamente mais resultados de aprendizagem ligados à educação para o empreendedorismo do que nos níveis inferiores. Há, no entanto, diferenças quando se olha para as categorias individuais. Cerca de 20 países/regiões apresentam resultados de aprendizagem relacionados com as atitudes empreendedoras no ensino primário e/ou no ensino secundário inferior, bem como no ensino secundário superior geral e/ou com o EFPI em meio escolar. Há, porém, mais alguns exemplos de resultados de aprendizagem relacionados com uma ou com ambas as categorias de atitudes empreendedoras nos níveis de ensino mais baixos. Quanto às competências, para as três primeiras listadas na figura (criatividade, planeamento e literacia financeira), o número de países com resultados de aprendizagem é aproximadamente o mesmo; relativamente à última, trabalho em equipa, constata-se que menos países a incluem nos níveis superiores de educação. Em contrapartida, os resultados de aprendizagem ligados a competências como a gestão de recursos e gestão da incerteza/risco, e a conhecimentos como a avaliação de oportunidades, nenhuma delas muito comum nos currículos do ensino primário e secundário, ocorrem no dobro dos países para o nível superior. Quanto aos restantes tipos de conhecimentos e competências, ou seja, criatividade, planeamento, literacia financeira, o papel dos empreendedores na sociedade e opções de carreira, o quadro é essencialmente idêntico.

Um olhar mais atento a cada um dos países, revela que alguns se destacam por ter incorporado muitos resultados de aprendizagem diferentes para o empreendedorismo. A Estónia, Espanha, Polónia, Roménia, Eslovénia, Finlândia, Reino Unido (País de Gales, Irlanda do Norte e Escócia), Montenegro e Noruega são classificados neste último ciclo do ensino secundário e nos níveis de ensino inferiores. Este é um bom sinal em termos de continuidade e progressão entre os níveis de ensino e na aprendizagem ao longo da vida. Na Estónia e Montenegro, estes resultados de aprendizagem estão novamente ligados a objetivos transversais e a disciplinas opcionais. Na Comunidade germanófona da Bélgica (EFPI em meio escolar), República Checa e Reino Unido (Escócia) (ensino secundário geral), estão ligados à sua abordagem transversal de educação para o empreendedorismo. Na Estónia, Espanha, Áustria, Polónia, Roménia, Eslovénia, Finlândia, Reino Unido (País de Gales e Irlanda do Norte), Montenegro e Noruega, os currículos integram uma gama mais vasta de resultados de aprendizagem em matéria de empreendedorismo, pois estes encontram-se incorporados quer em disciplinas autónomas quer noutras disciplinas.

Figura 3.8: Resultados de aprendizagem relativos à educação para o empreendedorismo no ensino secundário superior geral e no EFPI em meio escolar, 2014/15



Fonte: Eurydice.

Notas específicas por país

Dinamarca: Em 2014, os resultados de aprendizagem no domínio da educação para o empreendedorismo não estão explicitamente expressos nos currículos. Estão mais implicitamente incorporados como parte dos principais objetivos das disciplinas e de projetos interdisciplinares obrigatórios.
Croácia: A Matriz Curricular Nacional (NFC) estipula que a educação para o empreendedorismo deve ser integrada nos currículos dos níveis CITE 0-3 como um tópico transversal e incluir objetivos específicos. No entanto, o desenvolvimento de currículos escolares para implementar este requisito da NFC ainda não foi concluído.
Malta: Está atualmente em elaboração um quadro de resultados de aprendizagem, incluindo os que correspondem à educação para o empreendedorismo.
Portugal: Está em desenvolvimento um documento de orientação curricular para a educação para o empreendedorismo; Irá conter descritores de desempenho, tais como conhecimentos, competências e atitudes empreendedoras a aplicar desde a educação pré-escolar ao ensino secundário.
Eslovénia: Não estão disponíveis dados sobre os resultados da aprendizagem no EFPI em meio escolar.
Bósnia e Herzegovina: São definidos resultados de aprendizagem para o ensino secundário inferior, mas não estão integrados oficialmente nos currículos.

De um modo geral, tal como abordado na secção 3.1.2, existem cursos mais específicos de empreendedorismo no ensino secundário superior geral e no EFPI em meio escolar, muitas vezes opcionais, mas também obrigatórios. Quando são opcionais, como acontece na Estónia, Montenegro e Noruega, só os alunos que escolhem estas disciplinas opcionais específicas podem alcançar os objetivos de aprendizagem correspondentes. Quando são obrigatórias, como em Espanha (EFPI em meio escolar), Áustria (EFPI em meio escolar), Polónia, Roménia e Eslovénia, é provável que tenha um impacto sobre mais alunos.

3.3.3. Coerência e progressão nos resultados da aprendizagem

Além de identificarem os resultados de aprendizagem ligados à educação para o empreendedorismo nos currículos escolares europeus, os dados recolhidos também mostraram a forma como estes resultados são estruturados de modo a garantir a continuidade e a progressão. Entende-se que a educação para o empreendedorismo enquanto competência chave faz parte de um processo de aprendizagem ao longo da vida que abrange competências transversais. Consequentemente, os resultados de aprendizagem devem ser organizados horizontalmente, através de todo o currículo, e verticalmente, a fim de assegurar a progressão em todos os níveis de ensino.

Este relatório confirma estudos anteriores na medida em que mostrando que os resultados de aprendizagem ligados à educação para o empreendedorismo ainda estão fragmentados na maioria dos sistemas educativos. A progressão pode ter sido alcançada numa categoria de resultados de aprendizagem, mas não em outras. Em geral, os currículos incluem elementos de aprendizagem de empreendedorismo, mas muito poucos mostram uma abordagem mais estruturada, de aprendizagem ao longo da vida.

Por exemplo, quando ministrado como tema transversal, observa-se que são raras as conexões entre a disciplinas que ligam os resultados de aprendizagem de forma a proporcionar uma experiência de aprendizagem mais significativa. Nos casos em que essa conexão existe, depreende-se que a vontade dos professores (especialistas) para cooperar uns com os outros é o fator determinante. São várias as disciplinas que podem contribuir para a obtenção de resultados de aprendizagem ligados ao empreendedorismo, mas muitas vezes não há uma indicação clara sobre como desenvolvê-los em simultâneo e de forma coordenada entre diferentes disciplinas ao mesmo nível ou durante o ano letivo.

Além disso, conforme abordado na Secção 3.2, oferecer experiências práticas de empreendedorismo através da criação de mini-empresas, por exemplo, pode ser uma boa maneira de garantir que todos os resultados de aprendizagem em matéria de empreendedorismo são cobertos durante o processo de aprendizagem. Estas experiências combinam objetivos de aprendizagem empreendedora com uma metodologia de ensino empreendedor.

A progressão através dos sucessivos níveis de educação é muitas vezes inerente à lógica (apropriada à faixa etária) dos currículos, onde as disciplinas, os conteúdos e as tarefas começam no nível mais básico e progridem para os mais complexos. Na Bulgária e na Áustria, por exemplo, designa-se como "abordagem em espiral". Consequentemente, quando os resultados de aprendizagem para as competências empreendedoras são incluídos em disciplinas com continuidade no currículo, a progressão é natural. Os exemplos a seguir mostram o seguinte:

> Na **Estónia,** o tópico transversal "Iniciativa Cívica e Empresa" mostra uma clara progressão de um nível para o outro. No nível primário, do primeiro ao terceiro ano, a aprendizagem centra-se na cooperação e na tomada de decisões conjuntas. O processo de aprendizagem pode decorrer através de atividades voluntárias dos alunos, tais como a limpeza de bairros, a organização de eventos comunitários, etc. Do quarto ao sexto ano, a aprendizagem destina-se a apoiar o desenvolvimento da iniciativa dos alunos e a oferecer-lhes oportunidades e apoio em iniciativas conjuntas. Os alunos são direcionados para encontrar soluções criativas para problemas que podem ter de enfrentar e são incentivados a aprender, através da experiência, que é necessário e benéfico realizarem um esforço conjunto. No nível secundário inferior, a aprendizagem foca-se no funcionamento dos diferentes setores na sociedade (público, privado e sem fins lucrativos) e na sua interligação. Os alunos são encorajados a participar nas atividades da comunidade local para que possam compreender a noção de "iniciativa dos cidadãos", realizar trabalho voluntário, motivar-se e desenvolver competências empreendedoras. No ensino secundário superior geral, a aprendizagem centra-se no desenvolvimento de conhecimentos e de competências para participar eficazmente no processo de tomada de decisão política e económica a nível local e nacional. Por conseguinte, através de atividades em sala de aula e extracurriculares, e através do trabalho de projeto, é desenvolvida a consciência dos alunos relativamente aos sistemas políticos e económicos.
>
> Em **Espanha,** muitas Comunidades Autónomas oferecem uma variedade de programas sobre as dimensões pessoal, social, cultural e empresarial da educação para o empreendedorismo, à medida que progridem nos vários níveis e etapas do sistema educativo. Há uma mudança progressiva no foco dos objetivos, desde o desenvolvimento das competências empreendedoras pessoais nas primeiras etapas da educação até à aquisição de competências específicas relacionadas com a criação e gestão de empresas no ensino secundário inferior e superior (geral e profissional).
>
> No **Reino Unido (Escócia),** as experiências e os resultados de aprendizagem descrevem o progresso na aprendizagem através dos níveis e podem aplicar-se aos alunos em várias fases do seu desenvolvimento educacional. Por exemplo, na área do currículo de

estudos sociais, o objetivo de "desenvolver uma compreensão dos conceitos que estimulam o empreendedorismo e influenciam as empresas" demonstra a progressão em cinco níveis. No nível inicial, normalmente associado aos anos pré-escolares e ao início do ensino primário ou mais tarde para alguns, considera que «em situações da vida real e simuladas, exploro como as lojas e serviços locais nos fornecem o que precisamos nas nossas vidas diárias». No primeiro nível (geralmente o 2º a 4º anos do ensino primário) os alunos devem ter desenvolvido uma compreensão da «importância das organizações locais para responder às necessidades da [minha] comunidade local». No nível secundário inferior ("segundo nível"), o currículo prossegue com: «através da exploração de comércio ético, sou capaz de entender como as necessidades básicas das pessoas são as mesmas no mundo inteiro, explicando por que algumas sociedades são mais capazes de satisfazer essas necessidades do que outras»". No ensino secundário inferior e superior ("terceiro nível"), progride para: «ao participar numa atividade empreendedora, [sou capaz de] explorar questões éticas relacionadas com a prática empreendedora e compreender como as empresas ajudam a satisfazer as necessidades». E finalmente, no quarto nível: «sou capaz de analisar de forma crítica como alguns fatores económicos podem influenciar indivíduos, empresas ou comunidades».

Na **Noruega,** por exemplo, a disciplina "Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial" (EBD) desenvolve progressivamente as competências: no primeiro ano do ensino secundário superior, um objetivo de competência no âmbito de "Gerir uma empresa" exige que os alunos «descrevam o processo de desenvolvimento para criar um produto»; e no segundo ano, o objetivo de competência em "Desenvolvimento empresarial" pede aos alunos para «avaliar o desenvolvimento futuro de uma ideia de negócio».

Também em alguns países, especialmente onde a educação para o empreendedorismo é ministrada em disciplinas autónomas específicas, a progressão segue uma "lógica interna à disciplina", em que a mesma se desenvolve por vários níveis de ensino.

Na **Polónia**, por exemplo, no currículo básico de "Conhecimento da sociedade", prevê-se que, entre os seis resultados de aprendizagem principais, cinco são repetidos de forma mais desenvolvida e aprofundada em níveis de ensino consecutivos. O sexto resultado de aprendizagem está ligado ao conteúdo pedagógico específico do referido nível.

Existem alguns exemplos de uma abordagem mais estratégica para a construção de competências empreendedoras de forma coerente e ao longo da vida. O estado atual do processo de implementação ainda deverá ser comprovado.

O Plano de Ação da **Comunidade flamenga da Bélgica**, uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo, indica como as escolas podem conceber o seu currículo para acomodar este tema: «A educação para o empreendedorismo deve ser incorporada em todos os cursos e níveis de ensino. No entanto, é importante definir claramente quais os objetivos da educação para o empreendedorismo para cada etapa da vida. (...) O empreendedorismo deve ser desenvolvido de forma progressiva (...). A educação pré-escolar (deve desenvolver um espírito empreendedor e uma imagem positiva); o ensino primário (deve basear-se no trabalho prévio, adicionando a consciência económica elementar e a importância das empresas para a sociedade). O ensino secundário (deve basear-se no trabalho prévio, adicionando o espírito empreendedor: a escolha individual de cada aluno)».

Na **Dinamarca**, a Fundação Dinamarquesa para o Empreendedorismo (FFE) estabeleceu um quadro para um possível modelo de progressão em todo o sistema educativo. Foi utilizado nas diretrizes nacionais que se aplicam ao ensino primário e secundário inferior, e também forneceu a base para o desenvolvimento da educação para o empreendedorismo no ensino secundário superior geral e no EFPI em meio escolar.

Na **Áustria**, existe um modelo claramente definido de educação para o empreendedorismo em uso, denominado "Modelo TRIO de Educação para o Empreendedorismo". Foi desenvolvido pelo Centro EESI-*Impulse* (Empreendedorismo para a Inovação Escolar) e financiado pelo Ministério para utilização nas escolas, particularmente no ensino profissional. Este modelo preconiza um desenvolvimento gradual da competência empreendedora, em que os alunos começam por realizar uma experiência básica de empreendedorismo e obtêm uma compreensão básica das questões antes de emergir uma cultura e mentalidade empreendedoras. O modelo compreende três níveis: O nível 1 está relacionado com o estabelecimento de um conhecimento básico da aprendizagem empreendedora e da familiarização com o desenvolvimento de ideias e a sua concretização; o nível 2 aprofunda os conteúdos nucleares através de atividades mais avançadas que buscam consolidar e incentivar uma cultura empreendedora; O nível 3 visa incentivar uma cultura que promova a maturidade, autonomia, responsabilidade pessoal e solidariedade (valores de base). O objetivo final é criar uma sociedade civil sustentável e dinâmica de cidadãos.

No **Reino Unido (País de Gales),** o quadro para "Profissões e o Mundo do Trabalho" (*Careers and the World of Work* (CWW)) é uma parte obrigatória do currículo para os 11-19 anos e um elemento do "programa nuclear" para os 16-19 anos. Inclui descrições de objetivos para cada etapa de aprendizagem que incluem competências e sensibilização no domínio do empreendedorismo.

Não é de surpreender que os três últimos exemplos sejam extraídos de países/regiões (Dinamarca, Reino Unido (País de Gales) e Áustria) que já desenvolveram um quadro de referência para as competências de empreendedorismo e o primeiro exemplo provém de uma região com uma estratégia específica (Comunidade flamenga da Bélgica).

3.3.4. Avaliação dos resultados de aprendizagem ligados à educação para o empreendedorismo

Por último, os países foram confrontados com a questão de saber se os resultados de aprendizagem identificados ligados às competências empreendedoras estão a ser avaliados e, em caso afirmativo, de que maneira é realizada a sua avaliação. De facto, a avaliação das competências transversais dá ainda os primeiros passos na Europa e só alguns países/regiões (Dinamarca, Áustria, Reino Unido (País de Gales) e região do Sudeste da Europa através do Centro da Europa do Sudeste para a Aprendizagem do Empreendedorismo (SEECEL)) produziram até agora um quadro de referência para a competência essencial "espírito de iniciativa e espírito empresarial". Com efeito, a definição dos resultados de aprendizagem é o primeiro passo para a avaliação.

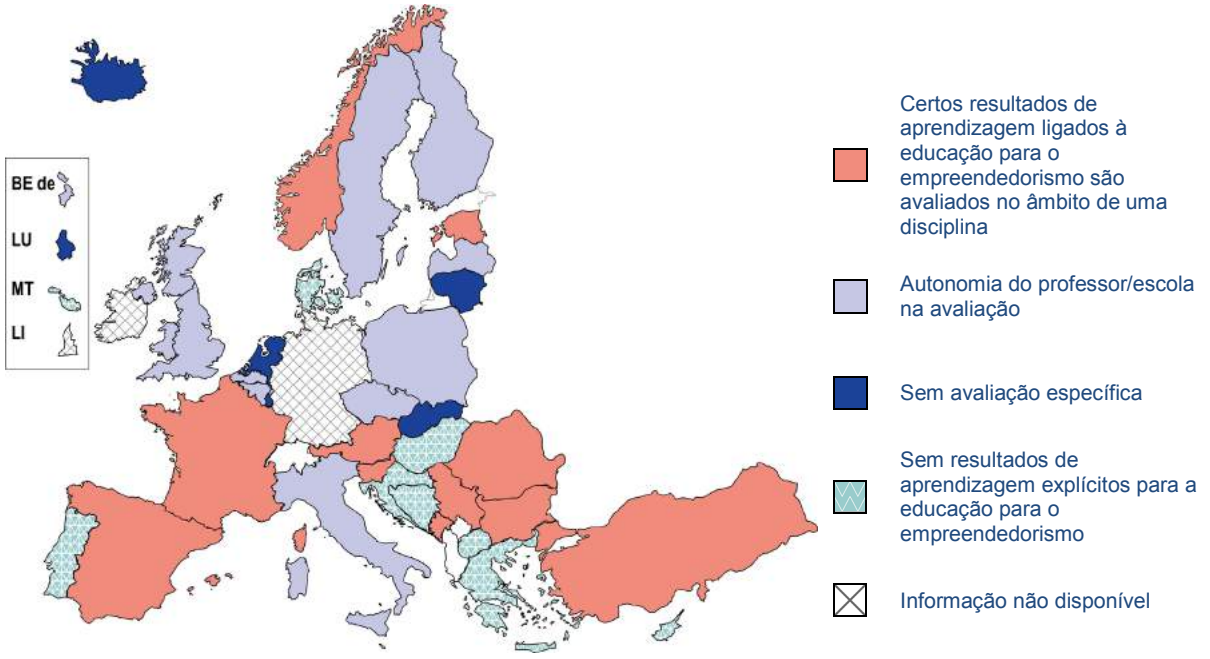
No entanto, para que esta competência essencial seja reconhecida como uma experiência de aprendizagem importante para todos os alunos e estudantes, a avaliação é um fator essencial. Além disso, como o empreendedorismo é uma competência chave ampla e multifacetada, não só exige um ensino inovador, mas também métodos de avaliação inovadores.

Os resultados deste relatório parecem confirmar pesquisas anteriores, demonstrando que as atitudes, competências e conhecimentos empreendedores não são avaliados de maneira específica. A avaliação está habitualmente ligada a disciplinas concretas que podem ou não incluir resultados de aprendizagem relacionados com a educação para o empreendedorismo. Por conseguinte, é difícil detetar quais os resultados de aprendizagem específicos que são objeto de avaliação.

Em países que dispõem de uma disciplina autónoma de educação para o empreendedorismo, é evidente que alguns resultados de aprendizagem são avaliados como parte da avaliação da própria disciplina. Mas quando o empreendedorismo é ensinado como tema transversal ao currículo, é difícil encontrar provas da avaliação de resultados de aprendizagem especificamente ligados ao empreendedorismo.

Numa dúzia de sistemas educativos, embora existam normas gerais sobre a avaliação, a autonomia dos professores e das escolas implica que a tomada de decisões e as práticas efetivas variam no terreno e, por conseguinte, é mais difícil reunir informações sobre o assunto.

Figura 3.9: Avaliação dos resultados de aprendizagem ligados à educação para o empreendedorismo, 2014/15



Fonte: Eurydice.

Notas específicas por país

Malta: Está a ser desenvolvido um novo Quadro de Resultados da Aprendizagem e Programas de Avaliação da Aprendizagem e prevê-se a sua implementação em 2016/17.
Áustria: Os exemplos de avaliação são extraídos do currículo de uma escola profissional. Nem todos os currículos estão orientados para a competência, contudo, em 2014, muitos currículos orientados para as competências entraram em vigor e outro se seguirão.

São poucos os exemplos de recomendações ou orientações específicas sobre a avaliação da aprendizagem em matéria de empreendedorismo.

Em **Espanha,** a nível central, um regulamento emitido em janeiro de 2015 aconselha o uso de portefólios «[...] uma vez que fornecem informações abrangentes sobre a aprendizagem dos alunos, contribuem para a avaliação contínua e permitem a partilha de resultados de aprendizagem relevantes. O portefólio é uma ferramenta motivadora para os alunos, pois promove a sua autonomia e desenvolve o seu pensamento crítico».
Em **Cantábria**, uma das Comunidades Autónomas de Espanha, o currículo para a disciplina opcional "Cultura Empreendedora" (4º ano do ensino secundário inferior) propõe «diversificar os métodos de avaliação utilizados e as situações em que são aplicados, a fim de promover a sua natureza formativa e tendo em conta, entre outras coisas: a observação dos alunos, o trabalho individual e em grupo, a avaliação da cooperação e da participação em atividades, bem como os exames orais ou escritos, que devem garantir que não só os conceitos, mas também os valores, atitudes e procedimentos estão a ser objeto de avaliação».

Em **França**, o tronco comum de conhecimentos e competências, que inclui a autonomia e a iniciativa, é avaliado através de um dossiê de competências pessoais (*Livret Personnel de Compétence*). Além disso, o trabalho individual supervisionado, que também inclui resultados de aprendizagem empreendedora, tem duração de um ano e é apresentado aos professores e a um painel de avaliadores no final.

Em outros países, embora não haja referência direta à aprendizagem no domínio do empreendedorismo, são recomendados métodos de avaliação mais inovadores, além dos tradicionais. Vários países, nomeadamente as três Comunidades da Bélgica, Áustria, Portugal, Roménia, Reino Unido e Turquia, já utilizaram a avaliação do portefólio eletrónico nas escolas, enquanto outros países estão a testar este método em projetos-piloto (Bulgária, França, Grécia e Islândia) (Comissão Europeia, 2012b).

Adicionalmente, na **Roménia**, o programa da disciplina "Desenvolvimento Pessoal" no ensino primário especifica que «a avaliação representa uma componente importante do processo de aprendizagem; (...) é realizada a partir de várias perspetivas: do professor, dos próprios alunos (autoavaliação) e dos colegas (avaliação de pares). (...) São recomendados vários métodos de avaliação, tais como: atividades práticas, projetos individuais e de grupo, cartazes/desenhos/colagens, portefólios». A avaliação baseia-se no processo de aprendizagem. Além do desenvolvimento cognitivo, tem em conta outros indicadores como personalidade, comportamento, atitudes, aplicação prática dos conteúdos de aprendizagem e relações. São utilizadas várias técnicas de avaliação. O processo de avaliação centra-se nos aspetos positivos, ao invés dos negativos, e transforma o aluno num parceiro no processo de avaliação, através da autoavaliação, da avaliação pelos pares e da avaliação controlada.

Em Montenegro, além das avaliações orais e escritas, os alunos também são avaliados relativamente à sua participação no trabalho em grupo, em termos de empenho, motivação, forma de participação, cooperação com os outros, resolução de problemas e, finalmente, resultados do trabalho em grupo.

CAPÍTULO 4: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TIPOS DE APOIO

Os professores têm um papel chave a desempenhar numa implementação eficaz da educação para o empreendedorismo a nível escolar. Neste domínio, as atitudes e comportamentos são provavelmente mais importantes que os conhecimentos. «Tais competências adquirem-se melhor através de pesquisas e descobertas conduzidas pelos indivíduos, permitindo aos alunos transformar ideias em ações. São difíceis de ensinar através das tradicionais práticas pedagógicas em que o aluno tende a assumir um papel de recetor mais ou menos passivo. Requerem pedagogias ativas e centradas no aluno e atividades de aprendizagem que usam possibilidades de aprendizagem prática do mundo real. [...] Estas transformações exigirão mudanças significativas na forma como os próprios professores são educados» (Comissão Europeia, 2011a, pp. 2-3).

O presente Capítulo centra-se na formação e apoio necessários para ajudar os professores a transmitir aos seus alunos conhecimentos, competências e atitudes de empreendedorismo.

O Capítulo detém-se em primeiro lugar na maneira como o empreendedorismo é abordado na formação inicial de professores (FIP) antes de analisar o estatuto da educação para o empreendedorismo nas ações de desenvolvimento profissional contínuo (DPC). A última Secção investiga os tipos de recursos e outras formas de apoio proporcionado pelas autoridades centrais para ajudar os professores a educar os seus alunos de forma empreendedora. Na secção em anexo podem encontrar-se todas as ligações e referências úteis.

4.1. Formação inicial de professores

Educação para o empreendedorismo como um tópico obrigatório na FIP

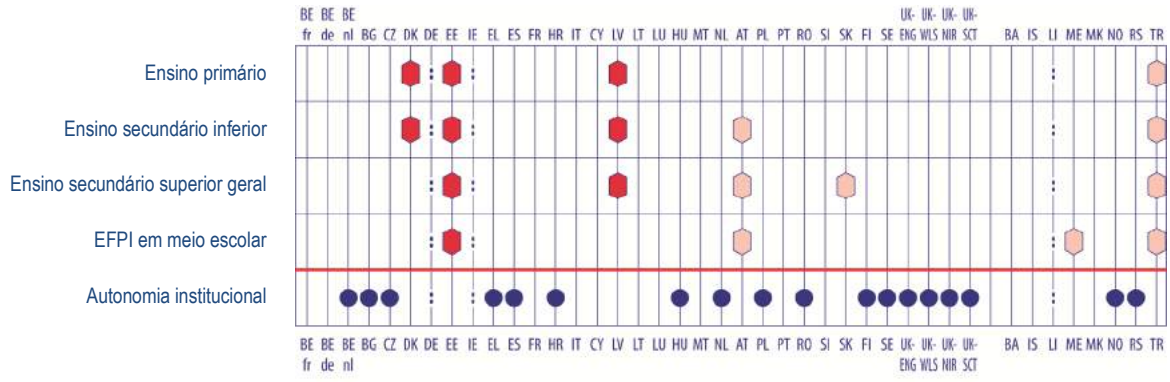
Como sublinha a Comissão Europeia, as «instituições de formação de professores devem […] oferecer contextos ricos de aprendizagem sobre, através e para o empreendedorismo. Devem permitir aos professores em formação explorar e desenvolver um conjunto de técnicas pedagógicas sustentadas por métodos de aprendizagem ativa e a vontade de experimentar, "testar coisas novas" e recorrer a um vasto leque de contextos de aprendizagem, seja dentro da instituição ou fora desta» (Comissão Europeia, 2011a, p. 23). A presente Secção foca-se na educação para o empreendedorismo na formação inicial de professores.

A Figura 4.1 demonstra que, em quase metade dos sistemas educativos, as instituições de formação de professores têm autonomia para decidir se incluem a educação para o empreendedorismo nos seus programas, e caso o decidam fazer, são livres para determinar a forma de a ministrar. Além disso, em mais de um terço dos países/regiões a integração da educação para o empreendedorismo nos currículos de FIP não está sujeita a regulação. Assim se explica a pouca informação adicional disponibilizada a nível central por mais de três quartos dos países/regiões abrangidos.

Apesar da ausência de regulações centrais em matéria de educação para o empreendedorismo, algumas instituições de formação de professores podem incluir o ensino deste tópico nos seus programas. Por exemplo:

> Na **Finlândia**, onde existe autonomia institucional para integrar a educação para o empreendedorismo nos currículos de FIP, o "Serviço de Formação em Empreendedorismo para Professores – YVI (2010-2014)" reuniu mais de 30 organizações para desenvolver um programa de empreendedorismo aplicado à formação de professores. Forem desenvolvidos em conjunto currículos para a FIP, assim como novos modelos e ferramentas pedagógicas.
>
> Na Antiga República Jugoslava da Macedónia, as faculdades de Ciências da Educação tornaram a educação para o empreendedorismo obrigatória para os futuros docentes de matemática e de ciências no ensino secundário inferior. Do mesmo modo, os futuros professores de economia e de engenharia mecânica do ensino secundário superior geral e no EFPI em meio escolar também são obrigados pelas respetivas faculdades a estudar educação para o empreendedorismo.

Figura 4.1: Educação para o empreendedorismo como um tópico obrigatório na formação inicial de professores do ensino primário e secundário, de acordo com recomendações/orientações a nível central, 2014/15



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

Não são considerados os currículos da formação inicial de professores (FIP) para os futuros professores que trabalham em áreas específicas dedicadas essencialmente ao empreendedorismo como via profissional (por exemplo, estudos empresariais).

Na Figura, a autonomia institucional apenas está associada à educação para o empreendedorismo como tópico obrigatório. Podem existir normas relativamente a outros aspetos da FIP.

Notas específicas por país

Bélgica (BE de): A FIP só é organizada para os futuros professores primários.
Reino Unido (WLS/NIR, SCT): Os documentos centrais oficiais estipulam que os novos professores devem estar aptos a lecionar o currículo integral – do qual faz parte a educação para o empreendedorismo – a todos os alunos, mas não mencionam explicitamente a educação para o empreendedorismo. Por conseguinte, na Figura, estas jurisdições são consideradas como dotadas de autonomia institucional.

Apenas sete dos sistemas educativos consideram a educação para o empreendedorismo um tópico obrigatório na FIP, pelo menos para alguns dos futuros professores.

Em três países, todos os futuros professores para os níveis em questão devem ter formação para ensinar o tópico da educação para o empreendedorismo. Isto aplica-se a todos os futuros professores na Estónia, a professores do ensino primário e secundário geral na Letónia, e apenas a professores do ensino básico (níveis primário e secundário inferior) na Dinamarca.

Em quatro países, somente os futuros professores de algumas disciplinas têm de ter formação em educação para o empreendedorismo. Na Áustria, constitui um tópico obrigatório apenas para os futuros professores de geografia e economia no ensino secundário geral e no EFPI em meio escolar. Neste país, a FIP está a ser atualmente objeto de uma reforma e a maioria dos novos currículos de FIP para o ensino secundário (a iniciar em 2016/17) ainda não foram publicados. Na Eslováquia, somente os futuros professores de disciplinas técnicas ou profissionais no ensino secundário superior geral recebem formação para ensinar educação para o empreendedorismo. Em Montenegro, a obrigatoriedade limita-se aos futuros professores de educação para o empreendedorismo no EFPI em meio escolar. Por último, na Turquia, a educação para o empreendedorismo é um tópico obrigatório apenas para os futuros professores que frequentam o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais (Via de Ensino).

Na Sérvia, o recentemente adotado "Plano de Ação para a Implementação da Estratégia de Apoio ao Desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas" (ver também a Secção 2.1) prevê a introdução da educação para o empreendedorismo nos programas de FIP.

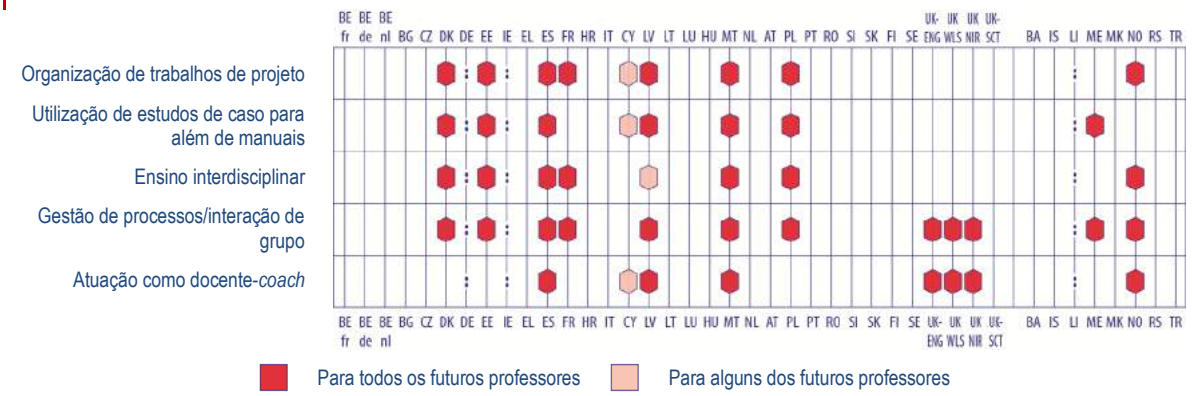
Abordagem da pedagogia empreendedora

De acordo com as pesquisas efetuadas e tendo em conta a definição abrangente de educação para o empreendedorismo adotada pelo Grupo de Trabalho Temático da Comissão Europeia sobre esta matéria (ver Secção 1.1), distinguem-se cindo competências chave como indispensáveis a um "professor empreendedor", ou seja, um professor que atua como *coach* e ajuda os alunos a transformar ideias em ações e a ser a força determinante nas suas próprias vidas. Tais competências traduzem-se na capacidade para:

- utilizar uma abordagem baseada em projetos;
- trabalhar em estudos de caso para além de utilizar manuais de estudo;
- adotar uma abordagem interdisciplinar;
- gerir processos de grupo e de interação no seio dos grupos;
- agir como *coach* (em oposição a professor).

Estas competências não estão necessariamente relacionadas diretamente com a educação para o empreendedorismo no currículo de FIP e podem ser aplicadas a uma variedade de disciplinas ensinadas. Todavia, o domínio destas competências é crucial para conseguir envolver os alunos numa abordagem empreendedora relativamente à aprendizagem.

Figura 4.2: Competências essenciais para uma pedagogia empreendedora na formação inicial de professores do ensino primário e secundário, de acordo com recomendações/orientações a nível central, 2014/15



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

Abordagem de pedagogia empreendedora: Uma abordagem pedagógica em que o professor atua como *coach* e ajuda os alunos a transformar ideias em ações e a tornarem-se a força determinante nas suas próprias vidas. Este tipo de abordagem pode aplicar-se ao professor de qualquer disciplina.

Nota específica por país

Bélgica (BE de): A FIP só é organizada para os futuros professores primários.

Conforme ilustrado na Figura 4.2, somente em 13 países/regiões as respetivas autoridades centrais referiram nas suas orientações centrais a necessidade de apoiar os professores no desenvolvimento de algumas destas competências no decurso da sua formação inicial. Na Dinamarca, Estónia, Espanha, Letónia, Malta, Polónia e Noruega devem ser ensinadas a todos os professores pelo menos quatro destas competências. Em Espanha e Malta, estas orientações aplicam-se às cinco competências. Na maior parte dos casos, as recomendações aplicam-se a todos os professores especialistas tanto no ensino primário como no secundário (é o caso na Dinamarca, Estónia, Espanha, França, Malta, Polónia, Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte), Montenegro e Noruega). Uma situação quase idêntica aplica-se à Letónia, mas a experiência do ensino interdisciplinar deve ser adquirido por todos os futuros professores, exceto aos que trabalham no EFPI em meio escolar. Em Chipre, as recomendações centrais limitam o desenvolvimento das competências "organização de trabalhos de projeto" e "utilização de estudos de caso" ao EFPI em meio escolar, enquanto a "atuação como docente *coach*" se limita ao ensino secundário superior geral.

Como previamente mencionado, as instituições de formação de professores gozam de uma significativa autonomia na definição de currículos, e, mais especificamente, nas abordagens pedagógicas que utilizam. Por conseguinte, o facto de estas competências não serem mencionadas em muitos documentos centrais não significa necessariamente que as instituições de formação não proporcionem aos professores atividades para desenvolver essas competências. Por exemplo:

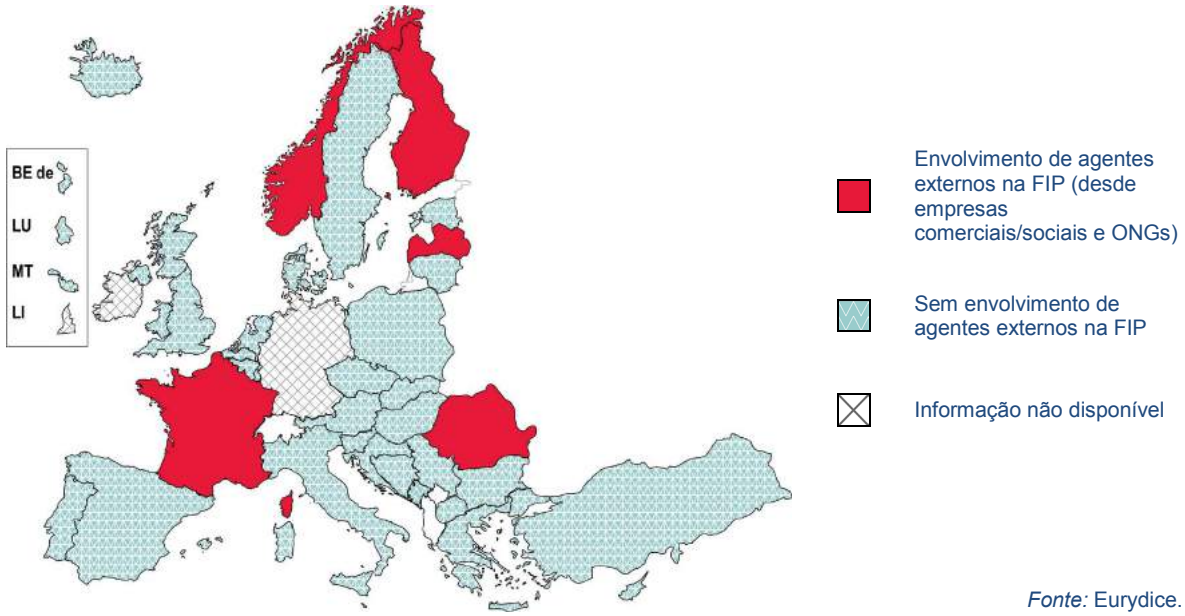
> Na **Hungria**, onde não existem orientações centrais relativamente a estas competências, o Instituto de Investigação e Desenvolvimento da Educação conduziu um estudo para demonstrar o que é ensinado nas instituições de FIP. A capacidade para organizar projetos faz parte da FIP para todos os professores das escolas, enquanto a gestão de processos/interações só faz parte do currículo para os futuros professores primários, e a utilização de estudos de caso para além de manuais está reservado aos futuros professores do nível secundário nas áreas de humanidades, línguas e artes.

Ligações entre a formação inicial de professores e agentes empreendedores

Os futuros professores podem ser expostos à realidade do mundo empreendedor de duas formas distintas:

- convidando os agentes externos do mundo empreendedor a contribuir para a FIP;
- organizando visitas, como parte do currículo, a empresas comerciais, empresas sociais e ONGs, permitindo assim que os professores se familiarizem com os desafios, métodos e competências de empreendedores.

Figura 4.3: Envolvimento de agentes externos na formação inicial de professores do ensino primário e secundário, de acordo com as recomendações/orientações a nível central, 2014/15



Fonte: Eurydice.

Nota específica por país

Bélgica (BE de): A FIP só é organizada para os futuros professores primários.

Tal como ilustrado na Figura 4.3, o **envolvimento de agentes externos** – desde empresas comerciais, empresas sociais e ONGs – só é mencionado nas recomendações ou orientações centrais de cinco países: França, Letónia, Roménia, Finlândia e Noruega. Na Letónia, estas recomendações excluem a formação dos futuros professores primários.

No Reino Unido (Escócia), as últimas recomendações sobre as normas profissionais dos professores, que devem ser lançadas no ano letivo de 2015/16, também propõem orientações sobre esta matéria.

No entanto, diversos países indicam que, não obstante a ausência de recomendações centrais, há agentes externos envolvidos na formação inicial de professores. Por exemplo, na Bélgica

(Comunidades francófona e germanófona), a Agência para o Empreendedorismo e Inovação (AEI – *Agence pour l'entreprise et l'innovation*; anteriormente denominada *Agence de stimulation économique*) intervém em algumas instituições piloto de formação de professores, especialmente através da concessão de bolsas aos futuros professores para o desenvolvimento de projetos empreendedores. Na Estónia e na Letónia, a *Junior Achievement* também promove uma abordagem de pedagogia empreendedora na FIP através do apoio a instituições de formação de professores, seja em termos de contratação de docentes universitários ou na promoção de atividades ligadas a projetos. Em Montenegro, o envolvimento de agentes externos é um dos critérios de avaliação para todas as instituições de ensino superior.

As **visitas a empresas comerciais/sociais e ONGs** representam oportunidades para futuros professores se familiarizarem com este universo e melhor compreenderem os seus problemas. No entanto, esta abordagem não é atualmente mencionada em nenhuma das recomendações emitidas pelas autoridades de nível central, se bem que na Roménia e Bósnia e Herzegovina, as autoridades centrais tencionam incorporar a necessidade de realizar estas visitas nas suas recomendações aos futuros professores. Na Áustria, não existem recomendações ou orientações para a formação inicial de professores, mas estes têm a oportunidade de visitar empresas como uma opção inserida em alguns cursos (por exemplo, *"Teachers go economy"*).

4.2. Desenvolvimento profissional contínuo para professores

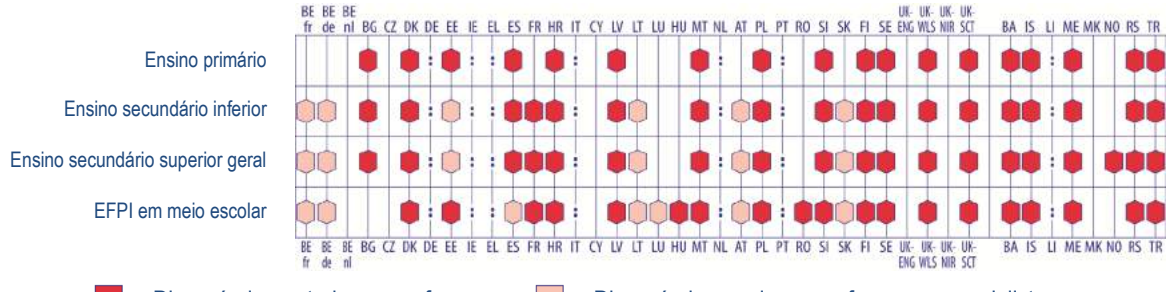
Para desenvolver a educação para o empreendedorismo na escola, é importante não só formar os futuros professores mas também oferecer aos docentes já em atividade a oportunidade para se familiarizarem com este tópico ou desenvolverem os seus conhecimentos e competências neste domínio. «Se a formação inicial de professores se prepara para gerar uma coorte de novos educadores qualificados em empreendedorismo, um desenvolvimento profissional contínuo adequado é essencial para desenvolver as competências indispensáveis do conjunto do pessoal educativo e continuar a apoiar o crescimento desses professores que beneficiaram da formação inicial de professores» (Comissão Europeia, 2011a, p. 51). Por conseguinte, esta Secção centra-se no desenvolvimento profissional contínuo (DPC).

Cursos de DPC

Como ilustrado na Figura 4.4, 28 países/regiões organizam cursos de DPC no domínio da educação para o empreendedorismo. Em 15 destes países, a oferta está disponível para todos os professores, desde o nível primário ao secundário superior, incluindo os professores do EFPI em meio escolar (Dinamarca, Croácia, Letónia, Malta, Polónia, Eslovénia, Finlândia, Suécia, Reino Unido (País de Gales e Escócia), Bósnia e Herzegovina, Islândia, Montenegro, Sérvia e Turquia). Na Bulgária e em Espanha, o DPC está disponível para todos os professores no ensino geral. No entanto, em algumas Comunidades Autónomas de Espanha há cursos de DPC para professores do EFPI em meio escolar. Na França, a oferta é acessível a todos os professores, exceto os do ensino primário. Na Estónia, estão disponíveis atividades de DPC para todos os professores, exceto no ensino secundário geral onde são restritas aos que lecionam cursos de estudos sociais, economia e matemática.

Em outros cinco países/regiões, as oportunidades de DPC no domínio da educação para o empreendedorismo estão disponíveis para todos os docentes do ensino secundário geral e professores de EFPI em meio escolar mas limitam-se a determinados professores especialistas. Nas Comunidades francófona e germanófona da Bélgica, o DPC na área da educação para o empreendedorismo restringe-se aos docentes de economia e de estudos sociais e a docentes do ensino técnico e profissional; na Áustria, é disponibilizado apenas a docentes de economia e empreendedorismo; e na Lituânia, a docentes de geografia e economia. Na Eslováquia, o DPC na área da educação para o empreendedorismo só está disponível para os professores do ensino secundário inferior e superior que lecionam as disciplinas de matemática, formação cívica, ética, informática, e ainda para docentes de disciplinas técnico-profissionais no nível secundário superior.

Figura 4.4: Disponibilidade de cursos de DPC especificamente ligados à educação para o empreendedorismo para professores no ensino primário e ensino secundário, 2014/15



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

Os cursos de DPC que cobrem aspetos limitados da educação para o empreendedorismo (por exemplo, literacia financeira, aprendizagem colaborativa, abordagem centrada no aluno, aprendizagem baseada em projetos) não são tidos em conta na Figura.

Notas específicas por país

República Checa: Os cursos de DPC limitados à literacia financeira estão disponíveis para todos os professores.
Grécia, **Itália**, **Países Baixos** e **Portugal**: Informação não disponível a nível central.
Espanha: Os cursos de DPC estão disponíveis em algumas Comunidades Autónomas para professores do EFPI em meio escolar.

Em três países/regiões, este tipo de DPC está limitado a professores do EFPI em meio escolar. Na Hungria e Roménia, todos os professores do EFPI em meio escolar recebem este tipo de DPC, enquanto no Luxemburgo só os professores de economia e de comunicação têm acesso ao mesmo.

Na Noruega, só os professores no ensino secundário superior geral beneficiam de atividades de DPC ligadas à educação para o empreendedorismo.

A oferta pode ser organizada de formas variadas. Os programas de formação variam muitas vezes de ano para ano. A oferta de DPC pode ser organizada pelo ministério que tutela a educação, por um seu órgão delegado ou por universidades. Em alguns países/regiões, as atividades de DPC são organizadas por instituições dedicadas à promoção da educação para o empreendedorismo.

Por exemplo, o Centro de Estudos e de Investigação sobre Parcerias com Empresas e Profissões (CERPEP – *Centre d'études et de recherches sur les partenariats avec les entreprises et les professions*) é um ator-chave na oferta de DPC em educação para o empreendedorismo em França e está atualmente a alargar a sua oferta. O mesmo se aplica à *Social Enterprise Academy* no Reino Unido (Escócia). Nas Comunidades francófona e germanófona da Bélgica, a Agência para o Empreendedorismo e a Inovação está a planear o reforço de cursos de DPC no âmbito da sua estratégia de 2014-2020. Na Bulgária, Estónia, França, Lituânia, Malta, Polónia, Portugal, Eslovénia, Finlândia e Sérvia, a *Junior Achievement* também desempenha um papel na oferta de DPC na área. Na Roménia, a formação fica a cargo de projetos anteriores (por exemplo, o projeto "Empresas simuladas" (*Firma de exercitiu*)). No Reino Unido (País de Gales), a Universidade de *South Wales* desenvolveu o *Youth Entrepreneurship National DPC Framework* em nome do Governo galês.

A Antiga República Jugoslava da Macedónia fez planos para a formação de professores de EFPI em meio escolar no domínio da educação para o empreendedorismo, no âmbito do programa de trabalho do Centro de Educação e Formação Profissional. Contudo, devido à falta de recursos financeiros, esta atividade não foi implementada. Ainda assim, em 2012/13 e 2013/14, como parte da participação do *Bureau for the Development of Education* no projeto para o desenvolvimento dos cursos de formação em contexto de trabalho dirigidos pelo Centro da Europa do Sudeste para a Aprendizagem do Empreendedorismo (*South East European Centre for Entrepreneurial Learning (SEECEL)*), foi oferecida aos professores do ensino secundário uma formação obrigatória em educação para o empreendedorismo.

Na Croácia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Sérvia e Turquia, foram desenvolvidos cursos de DPC com o apoio do SEECEL, cofinanciados pelo Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IAP) da UE. Estão atualmente em fase piloto em algumas escolas primárias e secundárias em cada um destes países (ver Secção 2.2.3).

Visitas a empresas

Em alguns países, as visitas às empresas são organizadas como uma atividade opcional na oferta de DPC. O objetivo é proporcionar aos professores uma experiência direta para melhor compreenderem as competências que os empregadores procuram nos futuros empregados e reforçar as ligações entre a educação e o mundo do trabalho. Os professores também têm a oportunidade de observar a forma como as empresas funcionam e assim obter ideias para um ensino e orientação inovadores.

Na **República Checa**, o Fundo de Formação Contínua (FDV), uma organização do Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais, lançou em agosto de 2014 o projeto "Estágios em Empresas – Prática Educativa 2" (*Stáže ve firmách – vzdělávání praxí 2*). Um dos resultados deste projeto, que foi finalizado em setembro de 2015, é o Catálogo Nacional de Estágios, uma plataforma *online* de acesso gratuito que visa oferecer oportunidades de estágios a candidatos potenciais.

Na **Estónia**, são organizados pela *Junior Achievement Estonia*, dias de *job-shadow* para professores de economia e empreendedorismo.

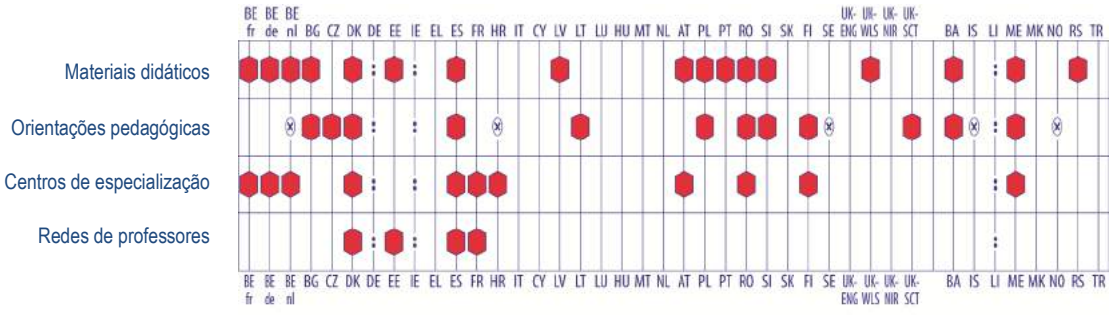
Em **França,** o CERPEP organiza visitas para pessoal docente, com a duração mínima de um dia e máxima de cinco dias.

No Reino Unido **(Escócia)**, *Excellence in Education through Business Links (EEBL)* organiza visitas para todos os professores do ensino primário e secundário com a duração mínima de dois dias.

4.3. Apoio para professores

As autoridades centrais podem igualmente apoiar a implementação da educação para o empreendedorismo através da elaboração (ou do seu contributo para a elaboração) de orientações, materiais didáticos, centros de especialização e/ou redes de professores, que podem ajudar os professores no seu trabalho. Todos os *links* úteis relativos aos recursos para professores – com ou sem apoio das autoridades centrais – estão disponíveis no anexo.

Figura 4.5: Apoio para professores no ensino primário e ensino secundário oferecido (ou financiado) pelas autoridades de nível central, 2014/15



⊗ O nível central não disponibiliza orientações pedagógicas para nenhuma área do currículo

Fonte: Eurydice.

Notas explicativas

As **orientações** focadas em aspetos específicos (literacia financeira, por exemplo) não são consideradas na Figura.

Centros de especialização: os centros gerais de recursos pedagógicos não são considerados na Figura.

Todos os *links* úteis para recursos pedagógicos ou referências a publicações impressas são disponibilizados no anexo.

Nota específica por país

Portugal: As orientações curriculares e os materiais didáticos para a educação para o empreendedorismo estão em processo de desenvolvimento.

Materiais didáticos

As autoridades centrais prestam frequentemente apoio ao desenvolvimento de materiais didáticos. São 17 os países/regiões onde tal acontece, embora de maneiras distintas. Para este efeito, alguns estabelecem parcerias estruturais com associações especializadas no domínio do empreendedorismo. As Comunidades francófona e germanófona da Bélgica cooperam com a Agência para o Empreendedorismo e a Inovação. O mesmo acontece na Comunidade flamenga da Bélgica, com o VLAJO e UNIZO, a Fundação para a Educação e o Empreendedorismo. Na Áustria, as autoridades centrais financiam o Centro EESI-*Impulse* (Empreendedorismo para a Inovação Escolar) a fim de desenvolver materiais didáticos. Bósnia e Herzegovina apoiaram o projeto "Entrepreneurial Learning Education Systems" (ELES) (2014-2016), cofinanciado pelo Instrumento de Assistência de Pré-Adesão da União Europeia, que desenvolveu materiais didáticos.

O Instituto para o Ensino e Formação Profissionais da República da Eslovénia implementou o projeto "Abrindo Portas" (*Vrata odpiram sam*), cofinanciado pelos Fundos Europeus Estruturais e o orçamento de Estado. Este projeto incluiu o desenvolvimento de materiais didáticos.

Na Dinamarca e em Montenegro, as próprias autoridades centrais produziram materiais didáticos, que disponibilizam no seu sítio de Internet. As autoridades centrais búlgaras também desenvolveram materiais que disponibilizam apenas a professores que participam em atividades de DPC no domínio da educação para o empreendedorismo. Na Estónia, o Ministério da Educação participou na revisão da metodologia "Teatro do Empreendedorismo".

No Reino Unido (País de Gales), parte do orçamento para a *Youth Entrepreneurship Strategy* (ver Secção 2.1) destinou-se à produção de materiais didáticos.

Por último, as autoridades centrais apoiam a disseminação dos materiais didáticos de formas variadas. Na Dinamarca, os materiais didáticos de educação para o empreendedorismo são disponibilizados numa secção específica do portal do Centro Nacional de Recursos, diretamente gerido pelo Governo. Na Estónia, o Portal Vida Escolar (*Koolielu*) criado pelo Governo e pela Fundação de Tecnologia da Informação para a Educação, permite o acesso a vários recursos na área da educação para o empreendedorismo. Na Polónia, Portugal, Roménia e Sérvia, as autoridades centrais dispõem de uma lista oficial de manuais aprovados para os programas escolares, incluindo o domínio da educação para o empreendedorismo, atribuindo assim uma espécie de selo de qualidade a materiais didáticos selecionados. Em Espanha, o Centro Nacional para a Inovação e Investigação Educacionais encoraja a produção de materiais didáticos. Na Letónia, o portal do ensino escolar dá acesso aos materiais existentes. Na Eslovénia, alguns materiais didáticos e orientações elaborados pelo Instituto de Ensino e Formação Profissionais e cofinanciados pelas autoridades centrais encontram-se disponíveis no Portal da Rede Educativa eslovena.

Naturalmente, o desenvolvimento de materiais didáticos também é assegurado independentemente das autoridades centrais. Por exemplo, a Dinamarca, Espanha, Lituânia e Noruega mencionam o número crescente de recursos didáticos desenvolvidos por editoras privadas. Diversas ONGs e associações também desenvolvem materiais didáticos e muitas vezes distribuem-nos gratuitamente. É o caso da *Junior Achievement*. O SEECEL, do qual a Croácia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Sérvia e Turquia são membros, também desenvolve materiais didáticos.

Orientações pedagógicas sobre empreendedorismo

As orientações pedagógicas complementam a informação contida no currículo escolar de base e podem assegurar um apoio mais concreto sob a forma de métodos de trabalho, planos de aulas, exemplos de boas práticas, estudos de caso, etc. (ver também a Secção 3.1.3 sobre as orientações relativas aos métodos de ensino e de aprendizagem).

As orientações relativas ao ensino do empreendedorismo estão disponíveis em 12 países/regiões. Em seis deles, assumem a forma de uma publicação separada, impressa (República Checa) ou disponível *online* (Dinamarca, Finlândia, Reino Unido (Escócia), Bósnia e Herzegovina, e Montenegro). Na Lituânia, Polónia, Roménia e Eslovénia, as orientações estão integradas nos currículos. Em Espanha, a legislação nacional define as sete competências chave para o ensino primário e secundário, incluindo um "sentido de iniciativa e de empreendedorismo", especificando as ligações entre competências, conteúdo e critérios de avaliação. Neste país existem também as orientações a nível das Comunidades Autónomas. Na Bulgária, as orientações estão integradas nas diretrizes para a FIP.

Em cinco países/regiões, não são fornecidas, por regra, orientações centrais para qualquer uma das áreas curriculares (Comunidade flamenga da Bélgica, Croácia, Suécia, Islândia e Noruega).

As autoridades centrais desenvolvem normalmente estas orientações em cooperação com outras partes interessadas. Por exemplo, *Education Scotland* trabalhou em conjunto com os seus parceiros do terceiro setor no *Enterprising Schools Programme* (*Curriculo Solution, Young Enterprise Scotland*, etc.). As orientações emitidas contêm estudos de caso escoceses destinados a evidenciar os efeitos positivos que o desenvolvimento das competências empreendedoras tem na confiança e autoestima dos jovens e demonstrar as oportunidades para desenvolver estas competências no currículo escolar.

No quadro da estratégia nacional de empreendedorismo da Antiga República Jugoslava da Macedónia (ver Secção 2.1), a Agência para o Desenvolvimento da Educação e o Centro de Ensino e Formação Profissionais tencionam encorajar escolas e professores a conceber linhas de orientação através da formação de professores. O objetivo é que estes venham a desenvolver orientações para o processo educativo no ensino primário e secundário. Está igualmente previsto o apoio financeiro às escolas.

Centros de especialização

Para além dos tradicionais centros de recursos pedagógicos que permitem o acesso a materiais didáticos sobre um leque de disciplinas do currículo incluindo o empreendedorismo, 11 países/regiões dispõem de instituições dedicadas ao empreendedorismo que atuam como centros de especialização para o ensino deste tópico. A maioria destes centros faculta o acesso a recursos através do seu sítio de Internet ou de um portal *online* e são financeiramente apoiados pelas autoridades centrais.

Na **Comunidades francófona e germanófona da Bélgica**, a Agência para o Incentivo Económico passou a funcionar, a partir de 2007, como um centro especializado no desenvolvimento da educação para o empreendedorismo. Foi criada uma nova função – Agente de Sensibilização para o Espírito Empreendedor (*Agent de sensibilisation à l'esprit d'entreprendre* – ASEE) – que consiste em reunir com diretores de escolas e pessoal escolar numa base regular. O objetivo é sensibilizar para as estratégias regionais de empreendedorismo, promover a educação para o empreendedorismo e aconselhar sobre os recursos disponíveis.

Na **Comunidade flamenga da Bélgica**, VLAJO e UNIZO atuam como centros de especialização em educação em empreendedorismo. Ambas as organizações recebem fundos estruturais do Governo flamengo.

Na **Dinamarca**, o Centro Nacional de Recursos está encarregue de desenvolver novos recursos para transferir conhecimentos às escolas, incluindo na área da educação para o empreendedorismo, pois faz parte do currículo. Os seus conselheiros pedagógicos, contratados pelo Ministério da Infância, Educação e Igualdade de Género, também asseguram o apoio e orientação às escolas e municípios sobre vários tópicos, incluindo a educação para o empreendedorismo. Os centros de recursos regionais trabalham em estreita cooperação com a Fundação Nacional para o Empreendedorismo (FFE) criada em 2010, de modo a informar os professores sobre os materiais disponíveis para este tópico.

Em **Espanha**, onde as Comunidades Autónomas são as autoridades educativas de nível superior, os organismos públicos, privados e não-governamentais têm atuado como centros de especialização que ajudam a estabelecer uma ponte entre a política e a prática e aumentar a implantação da educação para o empreendedorismo. O número de organismos deste género tem aumentado nos últimos anos. Em algumas Comunidades, estão incorporados na estrutura da administração regional (por exemplo, *Xarxa d'emprenadoria* na Catalunha, *Cultura Emprededora* na Estremadura). Noutras, são geridos por organizações/associações apoiadas pelas Comunidades.

Em **França**, foi criado em 2001 o Observatório das Práticas Pedagógicas em Empreendedorismo (OPPE – *Observatoire des pratiques pédagogiques en entrepreuneriat*) para reunir informação e experiências de educação para o empreendedorismo no ensino secundário superior. O Observatório foi originalmente concebido como uma iniciativa colaborativa do anterior Ministério para a Juventude, Educação e Investigação; Ministério da Economia, Finanças e Indústria; Agência para a Criação de Empresas (APCE – *Agence pour la création d'entreprises*); e Academia do Empreendedorismo. Alojado nos servidores da APCE, o portal OPPE tornou-se atualmente um banco de recursos de educação para o empreendedorismo. O OPPE também organiza conferências anuais sobre a temática.

Na **Croácia**, o Ministério da Educação colabora com o SEECEL através da Agência de Educação e Formação de Professores.

Na **Áustria**, o Centro EESI-*Impulse* (Empreendedorismo para a Inovação Escolar), apoiado pelo Ministério da Educação e dos Assuntos das Mulheres, é o centro de especialização em educação para o empreendedorismo a nível nacional. Assegura o acesso *online* a materiais didáticos desenvolvidos em cooperação com a Iniciativa para o Ensino do Empreendedorismo (IFTE) e outras partes interessadas e, desde 2011 que gere o programa "Certificação EESI de Empreendedorismo para as Escolas". Os coordenadores do EESI estão disponíveis a nível regional para coordenar e gerir grupos de projeto sobre o empreendedorismo.

Na **Roménia**, foram criados 15 centros regionais para disseminar os materiais didáticos e a metodologia desenvolvida no âmbito do Projeto "Empresas simuladas" (*Firma de exercitiu*) cofinanciado pelos fundos sociais europeus entre 2007 e 2013. As autoridades centrais apoiam as atividades desta rede regional através da organização de concursos sobre temas de empreendedorismo e monitorizam a forma como estas atividades podem apoiar o desenvolvimento de um espírito empreendedor.

Na **Finlândia**, o *YES* – Ambiente de Aprendizagem Virtual em Educação para o Empreendedorismo, um serviço gratuito de educação para o empreendedorismo criado em 2001 e financiado pelo Fundo Social Europeu, atua como um centro de especialização para as regiões. O Conselho Nacional de Educação contribuiu para o seu desenvolvimento inicial e ainda financia as atividades de formação deste centro. Os principais contribuintes (exceto para o DPC) são presentemente os atores regionais e locais.

Em **Montenegro**, o Centro de Empreendedorismo (*Preduzetnički centar*) – criado em dezembro de 2013 em três cidades (Bijelo Polje, Berane, Mojkovac) e em outubro de 2015 em Bar – é apoiado pelas autoridades centrais. Garante apoio especializado para o desenvolvimento de ideias empreendedoras inovadoras e organiza atividades de DPC.

No Reino Unido, não existe qualquer centro de especialização. Todavia, o País de Gales e a Escócia desenvolveram sítios de Internet específicos para disponibilizar informação sobre empreendedorismo e para incentivar a troca de experiências com o apoio de instituições especializadas:

No Reino Unido **(País de Gales)**, a Universidade de *South Wales* é o braço executivo do *hub* nacional de DPC do Governo galês "Youth Entrepreneurship". O objetivo deste *hub* é criar um grupo sólido pan-galês de educadores que partilhem peritagem e conhecimentos para incorporar as competências empreendedoras e de empreendedorismo na oferta de ensino e aprendizagem.

Em setembro de 2015, o Reino Unido **(Escócia)** lançou o sítio de Internet "Scotland"s Enterprising Schools", desenvolvido pela *Young Enterprise Scotland* como parte do programa "Scotland Can Do" conduzido pelo Governo escocês. Fornece uma plataforma para partilhar boas práticas e disponibilizar recursos ao pessoal docente para apoiar a atividade das empresas e incentivar a mentalidade empreendedora. Também incentiva as escolas a desenvolver uma abordagem holística da escola em relação às empresas e ao pensamento empreendedora.

Redes de professores

As redes de professores constituem o tipo de apoio menos desenvolvido, mas podem ser uma ferramenta muito importante e eficaz para o intercâmbio de boas práticas, facilitar o acesso ao tópico do empreendedorismo e oferecer oportunidades para professores mais experientes e outros com menos experiência na área trabalharem em rede.

Só existem quatro redes de professores apoiadas pelas autoridades centrais.

Na **Dinamarca**, a Fundação Dinamarquesa para o Empreendedorismo (FFE) criou uma rede de professores especializados em educação para o empreendedorismo, designada "Rede para o Empreendedorismo em Escolas e na Educação" (NEIS), aberta a todos os docentes de educação para o empreendedorismo seja qual for o nível de ensino e a disciplina específica lecionada.

Na **Estónia**, foi organizada pela *Junior Achievement Estonia* uma rede de professores do ensino primário e secundário. Reúnem-se uma vez por ano para debater problemas e melhorar as suas competências e conhecimentos. Além disso, a Associação de Professores de Economia, que envolve principalmente professores do secundário superior, assim como alguns professores do secundário inferior, trabalha em estreita relação com a *Junior Achievement Estonia* em assuntos ligados à educação para o empreendedorismo.

Em **Espanha**, algumas Comunidades Autónomas criaram redes de professores. Por exemplo, na Estremadura, as escolas podem aderir à "Rede de Escolas Empreendedoras" (*Red Extremeña de Escuelas Emprendedoras*), criada em 2011, desde que submetam um plano trienal de desenvolvimento onde expõem os objetivos, as ações a realizar, as partes interessadas e a metodologia de avaliação. As escolas e professores envolvidos passam por um processo de acreditação.

Em **França**, a "Rede de Intercâmbio de Saberes Profissionais em Inovação, Investigação e Experimentação" (RESPIRE – *Réseau d'échange de savoirs professionnels en innovation, en recherche et en expérimentatio*n) visa o apoio ao desenvolvimento do trabalho colaborativo e a criação de comunidades de prática, incluindo sobre o tópico "empreendedorismo nas escolas". Esta rede foi criada em 2012 pelo Ministério da Educação e tem mais de 3 600 membros ativos.

Convém ainda mencionar uma iniciativa de origem espanhola de natureza independente, que não beneficia de apoio central – a rede de "Professores Empreendedores" (*Profesores empredores*) iniciada por um grupo de professores de EFPI na área do empreendedorismo. Trata-se de uma comunidade aberta no Google+ onde os professores podem partilhar recursos e trocar opiniões sobre a educação para o empreendedorismo.

CAPÍTULO 5: EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO EM QUATRO ÁREAS CHAVE

Para que se possa considerar que a educação para o empreendedorismo está integrada nos currículos escolares europeus, há diferentes elementos que devem estar presentes. Este último Capítulo apresenta um subconjunto de indicadores que mostram quais são as áreas prioritárias que apoiam, nas políticas e nas práticas, uma abordagem abrangente à educação para o empreendedorismo. Embora o relatório analise estas áreas individualmente, o atual Capítulo e as figuras que o acompanham oferecem um retrato dos principais fatores analisados neste relatório.

O "Modelo de Progressão" (Figura 5.1) apresenta uma síntese dos diferentes elementos que contribuem para a integração da educação para o empreendedorismo. Ilustra a evolução dos aspetos chave que são importantes para o seu desenvolvimento global, traçada através de um *continuum* de estratégias associadas, desde a pré-estratégia até à etapa final de integração.

Figura 5.1: Modelo de progressão para analisar as fases de desenvolvimento da educação para o empreendedorismo (2010)

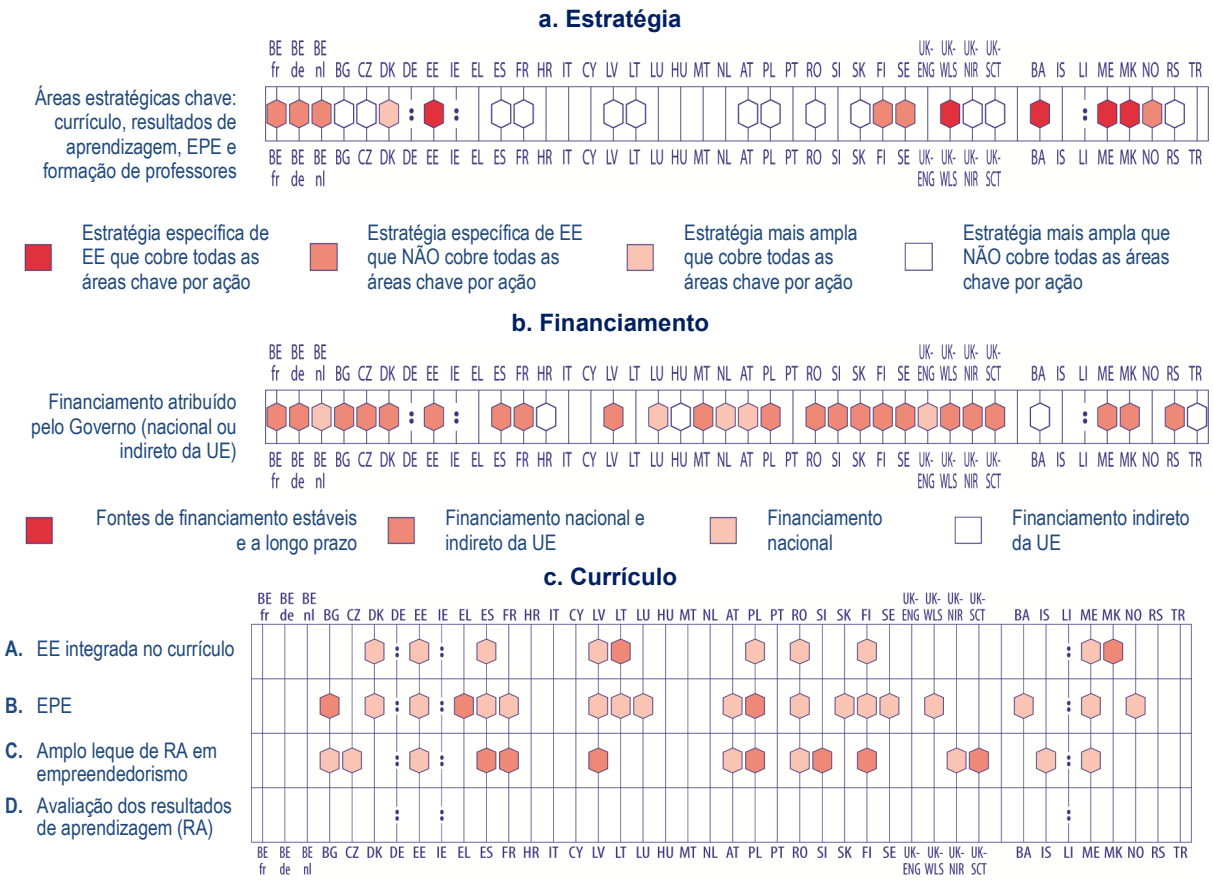
Fase	Cronograma	Características principais
Pré-estratégia (com base na iniciativa individual)	Início	• Sem estratégia • Pouca ou nenhuma cooperação interministerial eficaz • Sem financiamento atribuído • Pouca evidência de abordagens estratégicas à educação para o empreendedorismo no currículo • Tende a focar-se no ensino secundário e em disciplinas específicas • Frequentemente ministrada fora das horas letivas normais como atividade extracurricular • Depende do empenho de cada professor • Provas limitadas sobre resultados de aprendizagem ou avaliação da educação para o empreendedorismo • Limitada formação de professores, recursos ou redes
Elaboração da estratégia	0-2 anos	• Identificação e concordância relativamente aos objetivos da educação para o empreendedorismo • Abordagem estratégica recentemente planeada ou lançada • Mecanismos estabelecidos para a cooperação entre ministérios • Mapeamento e análise da educação para o empreendedorismo. São identificados exemplos de boas práticas. • São estabelecidas/obtidas fontes de financiamento nacionais/UE • Educação para o empreendedorismo em processo de ser integrada no currículo como conjunto de competências a adquirir • Algumas boas práticas identificadas na formação inicial de professores e DPC • Algumas informações & recursos disponíveis para professores (diretrizes/métodos de ensino)
Consolidação da estratégia – Implementação e desenvolvimento progressivos da prática	2-5 anos	• Resultados da aprendizagem especificados • Identificação de objetivos, indicadores e metas da educação para o empreendedorismo • Atribuição de financiamento nacional e/ou da UE • Educação para o empreendedorismo integrada no currículo como parte do conceito pedagógico global e também como disciplina autónoma • Pode haver formação de professores na FIP e DPC, com um número crescente de formandos • Redes & recursos de apoio disponíveis para professores
Integração	5 anos +	• Está bem implementada uma estratégia específica ou mais ampla com um leque de ações no domínio da educação para o empreendedorismo • Monitorização contínua e avaliação regular da educação para o empreendedorismo, para avaliar a qualidade da atividade e se estão a ser atingidos os resultados de aprendizagem • Estabelecimento de mecanismos de financiamento sólidos • Educação para o empreendedorismo de elevada qualidade disponível para todos os alunos em todos os níveis/tipos de ensino • Todos os professores recebem educação para o empreendedorismo como parte integral da sua formação inicial e DPC • Redes consolidadas e informação abrangente sobre recursos/métodos de ensino eficazes

Nota explicativa

Este subconjunto de indicadores foi elaborado a partir das prioridades identificadas no "Modelo de Progressão de 2010", desenvolvido por representantes de governos e peritos através de uma série de Painéis de Reflexão de Alto Nível.

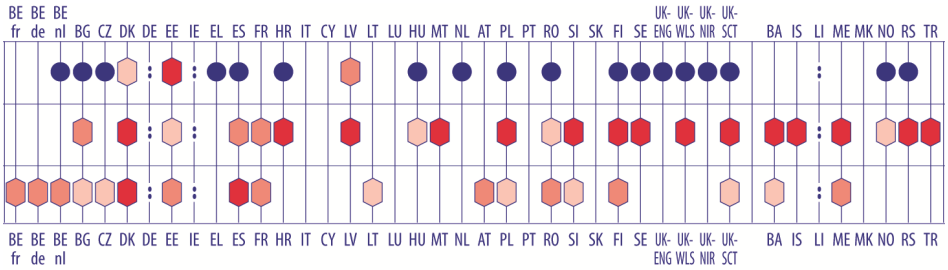
Os países/regiões assumem diferentes posições de partida em termos de desenvolvimento da educação para o empreendedorismo, e podem igualmente estar em diferentes fase de maturidade no que concerne aos aspetos específicos das políticas ou práticas. A Figura 5.2 baseia-se nas evidências incluídas nos Capítulos anteriores relativas a estratégias, financiamento, currículo e professores.

Figura 5.2: Síntese do estado da educação para o empreendedorismo em quatro áreas chave 2014/15



d. Professores

A. EE como tópico obrigatório nos currículos de FIP para todos os professores
B. Oferta de DPC em EE para todos os professores
C. Variedade de apoios aos professores por parte das autoridades de nível central



A. EE como um tópico obrigatório nos currículos de FIP para todos os professores

- nos quatro níveis de ensino (primário, secundário inferior, secundário superior geral e EFPI em meio escolar)
- em pelo menos 3 níveis de ensino
- em menos de 3 níveis de ensino
- Autonomia institucional para esta matéria

B. Oferta de DPC sobre EE para todos os professores

- nos quatro níveis de ensino
- em pelo menos 3 níveis de ensino
- em menos de 3 níveis de ensino

C. Variedade de apoios ao professor organizados/financiados pelas autoridades de nível central

- os quatro tipos de apoio (materiais didáticos, orientações, centros de especialização e redes de professores)
- pelo menos 2 tipos de apoio, incluindo "centros de especialização" ou "redes de professores"
- orientações (possivelmente em combinação com materiais didáticos)

Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

As áreas chave abordadas pelas estratégias foram identificadas com base no "Modelo de Progressão" (2010) (ver Figura 5.1) e com as mais recentes recomendações do Grupo de Trabalho Temático para a Educação para o Empreendedorismo, nomeadamente o currículo, resultados da aprendizagem, experiência prática de empreendedorismo e formação de professores.

5.1. Estratégia

Alguns países/regiões já adotaram estratégias consecutivas que se apoiaram umas nas outras (as três Comunidades da Bélgica, Lituânia, Reino Unido (País de Gales), Montenegro e Noruega). A Antiga República Jugoslava da Macedónia acabou de lançar a sua primeira estratégia de educação para o empreendedorismo, e encontra-se na fase inicial de elaboração da estratégia.

Nos casos em que as estratégias já estão implementadas há alguns anos, os países podem ter atingido a fase de consolidação, com a implementação progressiva de ações estratégicas e o desenvolvimento de práticas. As características importantes desta fase de consolidação são a especificação dos resultados de aprendizagem, o desenvolvimento dos fluxos de financiamento, a aplicação de métodos pedagógicos eficazes e a existência de mecanismos de apoio aos professores, como sejam os materiais didáticos e centros de especialização. Em determinados países, a educação para o empreendedorismo ainda não foi objeto de qualquer abordagem estratégica, enquanto noutros países as estratégias já foram descontinuadas.

Utilizando o "Modelo de Progressão" (ver Figura 5.1) e a mais recente investigação efetuada no âmbito do Grupo de Trabalho Temático para a Educação para o Empreendedorismo ([142]), foram identificadas as mais importantes áreas a abordar como ações específicas no âmbito das estratégias relacionadas com a educação para o empreendedorismo, nomeadamente: currículo, resultados de aprendizagem, experiência prática de empreendedorismo e formação de professores. A Figura 5.2a indica se estas áreas são abordadas, e mostra que poucas estratégias compreendem ações que

([142]) Comissão Europeia, 2014b.

cobrem as quatro áreas: cinco entre onze estratégias específicas de educação para o empreendedorismo fazem-no e uma estratégia mais ampla também.

Embora à primeira vista exista um grande número de países com estratégias ligadas à educação para o empreendedorismo (Figura 5.2.a), é preciso tem em conta dois fatores. Em primeiro lugar, algumas estratégias mais amplas não incluem mais do que um ou dois compromissos de ação e por isso não podem demonstrar um grande impacto. Outros objetivos podem ser pouco evidentes ou estar ligados a diferentes estratégias, provocando problemas em termos de monitorização. Em segundo lugar, se as estratégias específicas da educação para o empreendedorismo incluem mais ações que por sua vez abrangem mais tópicos, nem sempre isso se traduz em provas concretas de atividades; a maioria das estratégias destaca uma ação sobre experiências práticas de empreendedorismo, contudo, metade delas dispõe de poucas ou nenhumas provas de atividade.

Não obstante, a partir dos dados apresentados, o nível global de atividade permanece mais elevado nos países com estratégias específicas de educação para o empreendedorismo e mais baixo nos países que não possuem uma estratégia. Este facto sustenta a conclusão difundida entre as recomendações políticas europeias de que uma única estratégia fornece uma abordagem mais coerente e abrangente, apoiando uma implementação bem-sucedida.

5.2. Financiamento

Relativamente ao financiamento da educação para o empreendedorismo, a Figura 5.2b mostra que a maior parte dos países europeus estão a evoluir a bom ritmo de acordo com o “Modelo de Progressão”. No entanto, fontes de financiamento estáveis e a longo prazo, que assegurem uma abordagem abrangente ao financiamento da educação para o empreendedorismo, incluindo a implementação de estratégias, currículo, formação de professores e outros apoios, construção de parcerias com as partes interessadas, etc., ainda carecem de um desenvolvimento por toda a Europa.

A maioria dos países/regiões (muitos dos quais com uma estratégia específica ou mais ampla) atribuem fundos à educação para o empreendedorismo através de fontes de financiamento nacionais e indiretas da UE, sendo que as últimas asseguram a disponibilização de recursos para o apoio da educação para o empreendedorismo na escola por períodos de tempo prolongados. Cinco países/regiões (Comunidade flamenga da Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria e Reino Unido (Inglaterra)) só atribuem financiamento nacional à educação para o empreendedorismo; enquanto outros quatro países (Croácia, Hungria, Bósnia e Herzegovina e Turquia) financiam o desenvolvimento e a implementação da educação para o empreendedorismo, e em concreto a sua estratégia, exclusivamente a partir de financiamento (indireto) da UE.

5.3. Currículo

Em termos de currículos escolares, como mostra a Figura 5.2c, os países/regiões na fase de arranque da educação para o empreendedorismo podem por norma introduzir a disciplina como um “complemento” ao currículo geral. Tende a ser dada prioridade a uma definição mais estreita de educação para o empreendedorismo, colocando a tónica na questão de aprender a gerir um negócio. O empreendedorismo é essencialmente ensinado através de disciplinas específicas e autónomas no ensino secundário. As fases de desenvolvimento mais avançadas da estratégia conduzem a uma integração crescente das competências empreendedoras em todo o currículo em vez de serem ensinadas como uma disciplina autónoma. Isto também significa que o desenvolvimento destas competências seria iniciado no ensino primário. Os resultados deste relatório mostram uma tendência positiva a este respeito, pois a educação para o empreendedorismo parece estar progressivamente mais integrada no currículo a partir do ensino primário. No entanto, uma maior implementação e consolidação da educação para o empreendedorismo também implicaria que esta temática é integrada como um objetivo transversal ao currículo ou um conceito pedagógico global e ainda como uma disciplina separada. Por conseguinte, a Figura 5.2c, que diz respeito ao currículo, destaca os países/regiões onde a educação para o empreendedorismo já está incorporada como um objetivo transversal ao currículo e/ou como disciplina obrigatória nos três níveis de ensino pelo menos, e onde os métodos de ensino correspondentes são recomendados pelas orientações emitidas a nível central.

É difícil determinar se estão a ser usados na sala de aula os métodos de ensino e aprendizagem apropriados, o que limita a possibilidade de avaliar se a educação para o empreendedorismo está incorporada ou se é um complemento ao currículo. De facto, em muitos países, as escolas e os professores têm autonomia para decidir quais os métodos pedagógicos a aplicar. Apesar de a referência à educação para o empreendedorismo nos documentos orientadores oficiais ser uma prova de que esta matéria está a ser ensinada, a medida em que é ensinada e os métodos de ensino e aprendizagem aplicados na sala de aula podem variar consideravelmente. Apesar disso, se a educação para o empreendedorismo é mencionada explicitamente nos currículos e os métodos pedagógicos são recomendados a nível central, isso já indica da parte das autoridades educativas um esforço substancial para promover a educação para o empreendedorismo.

A incorporação da educação para o empreendedorismo nos currículos escolares nacionais também está associada à questão das estratégias de educação para o empreendedorismo e à forma como são implementadas. No Capítulo 2, foram identificadas tanto as estratégias específicas como as mais amplas: as primeiras focam-se exclusivamente na educação para o empreendedorismo, enquanto as outras estão ligadas a domínios como, por exemplo, educação e formação, juventude, inovação e desenvolvimento económico. Em geral, as estratégias específicas de educação para o empreendedorismo são mais suscetíveis de incluir uma ação concreta ligada ao currículo, e a implementação desta ação pode exigir uma reforma do currículo. As reformas que apoiam a educação para o empreendedorismo podem igualmente ocorrer nos casos em que não há um compromisso estratégico, como é o caso da Matriz Curricular Nacional em Malta, que contém propostas detalhadas para integrar a educação para o empreendedorismo no currículo.

Para além de abordagens curriculares e orientações para os métodos de ensino e aprendizagem, um outro fator importante para avaliar até que ponto a educação para o empreendedorismo está incorporada no currículo é a existência de resultados de aprendizagem claramente definidos para a aquisição de competências empreendedoras. Para analisar estes três aspetos, e compreender o grau de integração ou de abrangência da educação para o empreendedorismo no currículo, foram examinados os seguintes critérios:

- se existe uma abordagem transversal ao currículo e/ou disciplinas obrigatórias que integram a educação para o empreendedorismo no currículo de, no mínimo, três níveis de ensino (primário, secundário inferior, secundário superior geral, EFPI em meio escolar);
- se existem orientações centrais especificas sobre os métodos de ensino e de aprendizagem na educação para o empreendedorismo para três níveis de ensino, no mínimo;
- se é definido, para um mínimo de dois níveis de ensino, um amplo leque de resultados de aprendizagem no âmbito de áreas transversais ao currículo e/ou disciplinas obrigatórias e se tais resultados são especificamente avaliados.

Nenhum país/região cumpre atualmente estes critérios na íntegra. Alguns cumprem os dois primeiros critérios (abordagem curricular e métodos pedagógicos). Na Lituânia e Antiga República Jugoslava da Macedónia, estas orientações devem ser utilizadas por todos os professores, enquanto em muitos outros países os professores podem decidir autonomamente quais as orientações a aplicar (Dinamarca, Estónia, Espanha, Letónia, Polónia, Roménia, Finlândia e Montenegro).

As experiências práticas de empreendedorismo raramente são integradas nos currículos escolares do ensino geral. Em cerca de metade dos países/regiões, são facultativas. Por conseguinte, é difícil saber até que ponto estão disseminadas.

No respeitante aos resultados da aprendizagem, alguns países dispõem de um amplo leque de resultados em pelo menos dois níveis de ensino (Espanha, França, Letónia, Polónia, Eslovénia, Finlândia e Reino Unido (Escócia)). A falta de abrangência é demonstrada pelo facto de, não obstante certas competências empreendedoras serem incluídas num dado nível de ensino em alguns países, ainda não é abrangido o conjunto completo de competências e a abordagem sistemática à progressão entre os níveis de ensino ainda constitui a exceção. Por último, nenhum sistema educativo europeu implementou uma avaliação específica dos resultados da avaliação relativos à

educação para o empreendedorismo, o que é uma limitação considerável para a concretização do objetivo de incorporar eficazmente a educação para o empreendedorismo.

Os factos sugerem que a maioria dos países/regiões ainda não incorpora a educação para o empreendedorismo de uma maneira verdadeiramente sistemática e abrangente. Aparentemente, os países diferem na ênfase que dão à oferta de educação para o empreendedorismo: pode incidir apenas em alguns níveis de ensino, particularmente nas disciplinas que incorporam a educação para o empreendedorismo. Parece haver mais oferta no ensino secundário inferior e superior geral, enquanto as competências transversais ao currículo são enfatizadas no ensino primário. Por outro lado, o empreendedorismo como disciplina separada, é mais comum no EFPI em meio escolar.

Nenhum país possui, por enquanto, uma oferta de educação para o empreendedorismo integrada no currículo, no sentido de a tornar disponível para todos os alunos em todos os níveis de ensino, assegurando um ensino de elevada qualidade e a avaliação dos resultados de aprendizagem.

5.4. Professores

A análise mostra que, em relação à integração da educação para o empreendedorismo na formação de professores, muitos países se encontram ainda na posição de partida (ver Figura 5.2d). Segundo as recomendações centrais, a integração da educação para o empreendedorismo nos currículos de FIP como uma disciplina obrigatória para todos os futuros professores existe apenas na Estónia. No entanto, quase metade dos países/regiões atribuem autonomia institucional às instituições de FIP nesta matéria, o que pode dar origem a um retrato ligeiramente distorcido.

Todavia, os países/regiões que estão na fase de elaboração de uma estratégia reconhecem o papel central dos professores no âmbito da sua estratégia e começaram a oferecer algumas atividades de DPC e a produzir materiais didáticos. Existem atividades de DPC disponíveis para todos os professores nas escolas de 15 países/regiões. O tipo de apoio mais difundido proporcionado pelas autoridades centrais aos professores é, de facto, a oferta ou o financiamento de materiais didáticos. Em apenas dois países (Dinamarca e Espanha) as autoridades de nível superior oferecem (ou financiam) os quatro tipos de apoio definidos no relatório (materiais didáticos, orientações, centros de especialização e redes de professores – ver Figura 4.5). A Figura 5.2d somente mostra a oferta sustentada pelas autoridades de nível central. No entanto, os prestadores privados também desempenham um papel importante em alguns países/regiões.

A fase de consolidação da estratégia implica que a formação em educação para o empreendedorismo seria alargada a todos os grupos de professores interessados através da formação inicial de professores (FIP) e do desenvolvimento profissional contínuo (DPC), e que as orientações e centros de especialização ou redes de professores apoiariam os professores na implementação da educação para o empreendedorismo no currículo. Atualmente, este não é o cenário em nenhum país/região. Por conseguinte, a oferta para professores parece ser o domínio menos avançado em termos de desenvolvimento da educação para o empreendedorismo, pois nenhum país/região assegura a oferta de FIP e DPC para todos os professores ou oferece um leque variado de tipos de apoio.

5.5. Conclusão

A integração plena da educação para o empreendedorismo no ensino regular implica a operacionalização de uma estratégia durante vários anos, uma monitorização sistemática, a existência de mecanismos de financiamento sólidos, a avaliação dos resultados de aprendizagem e que essa temática esteja plenamente integrada na FIP e DPC de todos os professores. Há duas áreas que reclamam maior necessidade de progressos – os resultados de aprendizagem e a formação de professores. O desenvolvimento de resultados de aprendizagem abrangentes e consistentes, aplicados em diversos níveis de ensino e avaliados de maneira explícita afigura-se crucial. Além do mais, a integração da educação para o empreendedorismo na FIP e DPC de todos os professores, independentemente da disciplina e do nível de ensino que lecionam, é fundamental para assegurar que os alunos beneficiam de uma oferta de elevada qualidade.

ANEXO: HIPERLIGAÇÕES PARA ESTRUTURAS DE APOIO A PROFESSORES

A tabela infra apresenta ligações para as principais organizações, programas e publicações que proporcionam apoio aos professores a nível supranacional e nacional.

Nome/Designação	Hiperligação
BIP – "Business Innovation Programs"	www.bips.no
EUROPEN-PEN International	www.penworldwide.org
JA – Junior Achievement	www.jaeurope.org
SEECEL – The South East European Centre for Entrepreneurial Learning (Centro da Europa do Sudeste para a Aprendizagem do Empreendedorismo) (apoiado pelo Programa IPA UE)	www.seecel.hr
Entrepreneurship Education – A Guide for Educators (apoiado pelo Programa-quadro da UE para a Competitividade e a Inovação)	http://ec.europa.eu/DocsRoom/documents/7465
Entrepreneurship and Schools – A Resource for improving Practices (School Education Gateway)	www.schooleducationgateway.eu/en/pub/resources/entrepreneurship_and_schools.htm

País	Nome/Designação	Hiperligação
BE fr & BE de	ASE – Agence de stimulation économique (secções específicas para professores do ensino primário e secundário), atualmente designada Agence pour l'entreprise et l'innovation	http://as-e.be
BE fr & BE de	ASE, 2013. EMPREENDEDORISMO 3.15: 3 eixos e 15 alavancas para uma Geração Empreendedora	http://as-e.be/sites/default/files/public/documents/2262_13dossier_entrepreneuriat_3_15_mef_version_def.pdf
BE fr	ABE – Agence bruxelloise pour l'entreprise: «Boost your Talent»	www.boostyourtalent.be
BE nl	VLAJO	www.vlajo.org
BE nl	UNIZO – Fundação para a Educação e o Empreendedorismo	www.ondernemendeschool.be
BE nl	KlasCement (inclui recursos para a educação para o empreendedorismo)	www.klascement.be
BG	Ministério da Educação e Ciência (lista de manuais incluindo sobre a educação para o empreendedorismo)	www.mon.bg/?go=page&pageId=10&subpageId=70
BG	Junior Achievement Bulgaria	www.jabulgaria.org
CZ	Como apoiar o empreendedorismo – Fonte de inspiração (orientações)	http://clanky.rvp.cz/clanek/k/o/4646/PODPORA-PODNIKAVOSTI---INSPIROMAT.html
CZ	Portal de Metodologia (incluindo recursos para a educação para o empreendedorismo)	http://rvp.cz
CZ	Projeto "Estágios em Empresas"	www.narodnikatalogstazi.cz/component/com_staze/Itemid,195/view,karty_staze_list
DK	EMU – Portal da Educação (Orientações para a Inovação e Empreendedorismo)	http://www.emu.dk/modul/innovation-og-entrepren%C3%B8rskab-vejledning-0
DK	FFE – Fundação Dinamarquesa para o Empreendedorismo	www.ffe-ye.dk
DK	NEIS – Rede para o Empreendedorismo nas Escolas e na Educação	www.ffe-ye.dk/undervisning/netvaerk-for-undervisere/om-neis
EE	Junior Achievement Estonia	www.ja.ee/Eng
EE	Portal sobre a Vida Escolar (materiais didáticos)	http://koolielu.ee/groups/profile/141733/ettevluspe
EE	"Teatro do Empreendedorismo" (metodologia)	http://en.ettevotlusteater.eu

País	Nome/Designação	Hiperligação
EE	"Os Sonhos tornam-se Realidade"	www.unistusedellu.ee
EL	–	–
ES	Portaria ECD/65/2015 de 21 de janeiro	www.boe.es/boe/dias/2015/01/29/pdfs/BOE-A-2015-738.pdf
ES	Fundação Princesa de Girona & Fundação Trilema	competenciaemprendedora.org
ES	Resolução de 30 de agosto 2013 pela Direção Geral de Política Educativa para Castela e Leão (orientações)	http://www.educa.jcyl.es/es/resumenbocyl/resolucion-30-agosto-2013-direccion-general-politica-educ-1
ES	Portal de Educação da Cidade Tecnológica de Nalón Valley	www.valnaloneduca.com/cont/publicaciones
ES	KitCaixa (material didático)	https://www.educaixa.com/-/kitcaixa-jovenes-emprendedores
ES	Innoescuela (material didático)	http://blog.educalab.es/cniie/2014/10/13/innoescuela-programa-educativo-para-la-asignatura-de-tecnologia-de-la-eso
ES	XTEC – Rede Educativa em Linha da Catalunha	www.xtec.cat/web/recursos/emprenedoria
ES	Rede de Escolas Empreendedoras	http://culturaemprendedora.extremaduraempresarial.es/wp-content/uploads/2012/09/Orden-31-de-Mayo-de-20111.pdf
ES	Professores Empreendedores (comunidade Google+)	https://plus.google.com/communities/118125140870333154777
ES	Programa TALOS para o Desenvolvimento da Iniciativa Empreendedora no Ensino das Ciências	www.octaedro.com/OCTart.asp?libro=16080&id=es&txt=Educaci%F3n%20emprendedora
FR	OPPE – Observatório das Práticas Pedagógicas em Empreendedorismo	www.apce.com/pid11493/qu-est-ce-que-l-oppe.htmlC=173&espace=5
FR	RESPIRE – Rede de Intercâmbio de Saberes Profissionais em Inovação, Investigação e Experimentação	http://eduscol.education.fr/cid60290/respire-le-reseau-social-de-l-innovation.html
FR	CERPEP – Centro de Estudos e de Investigação sobre Parcerias com Empresas e Profissões	http://eduscol.education.fr/pid31668/l-offre-stages-courts-cerpep.html
FR	EPA – Empreender para Aprender (Junior Achievement France)	www.entreprendre-pour-apprendre.fr
HR	SEECEL	www.seecel.hr
IT	–	–
CY	–	–
LV	Junior Achievement Latvia	www.jal.lv
LV	School Education Gateway	www.schooleducationgateway.eu/lv/pub/practices/virtual_guide_for_entrepreneur.htm
LT	Portal de Educação (orientações)	http://portalas.emokykla.lt/bup/Puslapiai/default.aspx
LT	Junior Achievement Lithuania	www.lja.lt
LU	–	–
HU	–	–
MT	Junior Achievement – Young Enterprise Malta	www.youngenterprise.org.mt
NL	Projeto "EDISON"	www.edisonentrepreneurship.eu
AT	EESI-Impulse (Empreendedorismo para a Inovação Escolar)	www.eesi-impulszentrum.at
AT	IFTE – Iniciativa para o Ensino do Empreendedorismo	www.ifte.at

País	Nome/Designação	Hiperligação
AT	Junior Achievement Austria	www.junior.cc
AT	ACT (membro do EUROPEN-PEN International)	www.act.at
AT	"Start Your Project"	www.startedeinprojekt.at
PL	Ministério da Educação: Lista de manuais aprovados (incluindo títulos sobre educação para o empreendedorismo)	http://men.gov.pl/podreczniki/wykaz_dopuszczone_lista1.php
PL	ORE – Centro para o Desenvolvimento da Educação (materiais didáticos)	www.ore.edu.pl/wydzialy/rozwoju-kompetencji-spolecznych-i-obywatelskich
PL	CEO – Centro de Educação Cívica (materiais didáticos *online*)	www.ceo.org.pl/pl/biblioteka-materialow/przedsiebiorczosc-i-ekonomia
PL	Junior Achievement Poland	www.junior.org.pl
PT	Direção Geral da Educação (materiais didáticos)	www.dge.mec.pt/educacao-para-o-empreendedorismo/recursos-educativos
PT	Junior Achievement Portugal	www.japortugal.org
PT	Projeto "Youth Start – Entrepreneurial Challenges"	www.youthstart.eu
RO	Currículo para as disciplinas obrigatórias do programa educativo, incluindo "Educação para o Empreendedorismo" (orientações)	www.edu.ro/index.php/articles/16038
RO	Ministério da Educação: Lista de manuais aprovados (incluindo sobre a educação para o empreendedorismo)	www.edu.ro/index.php/articles/c152
RO	Empresa Simulada – As melhores práticas (materiais didáticos de um projeto cofinanciado pelo Fundo Social Europeu)	http://firmaexercitiu.tvet.ro/index.php/achizitii
RO	Empresa Simulada (centros de recursos regionais)	http://firmaexercitiu.tvet.ro/index.php/selectie-experti
RO	ROCT – Departamento Coordenador de Empresas Simuladas no Ensino Secundário (membro do EUROPEN-PEN International)	www.roct.ro
SI	Junior Achievement	http://jaslovenija.si/
SI	Sala de Aula Virtual para a auto iniciativa e o Empreendedorismo	https://skupnost.sio.si/course/view.php?id=8668
SK	Centro de Empresas Simuladas (membro do EUROPEN-PEN International)	www.sccf.sk/o-nas-4.html
FI	Ministério da Educação (orientações)	www.minedu.fi/export/sites/default/OPM/Julkaisut/2009/liitteet/opm09.pdf?lang=en
FI	Centros YES – "Ambiente Virtual de Aprendizagem para o Empreendedorismo",Centros (de recursos)	www.yes-keskus.fi
FI	Junior Achievement – Young Enterprise Finland	http://nuoriyrittajyys.fi
FI	"YVI – Serviço de Formação em Empreendedorismo para Professores 2010-2014	www.yvi.fi
SE	–	–
UK-ENG	–	–
UK-WLS	Big Ideas Wales	https://business.wales.gov.uk/bigideas/youth-entrepreneurship-services-primary-and-secondary-schools
UK-WLS	Youth Entrepreneurship National CPD Hub	www.yesnationalcpdhub.com/#!home/mainPage
UK-NIR	–	–
UK-SCT	Education Scotland (orientações e materiais didáticos)	www.educationscotland.gov.uk/learningandteaching/learningacrossthecurriculum/themesacrosslearning/enterprise/index.asp

País	Nome/Designação	Hiperligação
UK-SCT	YES – Young Enterprise Scotland	www.yes.org.uk
UK-SCT	Curriculo Solutions (materiais de formação)	www.curriculosolutions.com/educational-resources
UK-SCT	EEBL – Excellence in Education through Business Links	www.educationscotland.gov.uk/resources/e/eebl.asp?strReferringChannel=learningandteaching&strReferringPageID=tcm:4-628701-64&class=l4+d139792
UK-SCT	The Social Enterprise Academy	www.socialenterprise.academy/scot/programmes/understanding-social-enterprise-in-schools-63
UK-SCT	Scotland's Enterprising Schools	https://blogs.glowscotland.org.uk/glowblogs/enterprisingschools/
BA	ELES – Entrepreneurial Learning Education Systems in Bósnia e Herzegovina (centro de recursos online cofinanciado pelo Programa IAP UE)	www.eles.ba/index.php?lang=en
BA	ELES (orientações)	http://eles.ba/images/Projekt/RG1/Programme_and_Guidelines.pdf
IS	–	–
ME	Ministério da Educação (orientações e material didático)	www.zzs.gov.me/rubrike/preduzetnicko_ucenje
ME	Centro de Serviços para as Empresas de Formação (orientações)	www.serviscentarpzv.me/images/download/prirucnici/prirucnik_EKONOMIJA_I_PREDUZETNISTVO_web.pdf
ME	Centro de Serviços para as Empresas Simuladas (membro do EUROPEN-PEN International)	www.serviscentarpzv.me
ME	Centro de Empreendedorismo	www.preduzetnickicentri.me
MK	Centro Nacional para o Desenvolvimento da Inovação e Aprendizagem Empreendedora	www.ncdiel.mk
NO	–	–
RS	Junior Achievement Serbia	www.ja-serbia.org
TR	–	–

[Todos os sítios de Internet foram consultados a 8 de dezembro de 2015]

REFERÊNCIAS

Coduras Martinez, A. et al., 2008. *Global Entrepreneurship Monitor Special Report: A Global Perspective on Entrepreneurship Education and Training.* [pdf] Disponível em: http://www.babson.edu/Academics/centers/blank-center/global-research/gem/Documents/gem-2010-special-report-education-training.pdf
[Acedido a 1 de outubro, 2015].

Comissão Europeia, 2003. *Green Paper Entrepreneurship in Europe.* COM(2003)27. Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0027:FIN:EN:PDF [Acedido a 1 de dezembro, 2015].

Comissão Europeia, 2006. *The Oslo Agenda for Entrepreneurship Education in Europe*. [pdf] Disponível em: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/files/support_measures/training_education/doc/oslo_agenda_final_en.pdf [Acedido a 4 de dezembro, 2014].

Comissão Europeia, 2009. *Final report of the Expert group: Entrepreneurship in Vocational Education*. [pdf] Disponível em: http://ec.europa.eu/DocsRoom/documents/10446/attachments/1/translations/en/renditions/native [Acedido a 1 de dezembro, 2015].

Comissão Europeia, 2011a. *Entrepreneurship Education: Enabling Teachers as a Critical Success Factor*. [pdf] Disponível em: http://ec.europa.eu/DocsRoom/documents/9272/attachments/1/translations/en/renditions/native [Acedido a 15 de janeiro, 2016].

Comissão Europeia, 2011b. *Innovation Competitiveness Report 2011*. [pdf] Disponível em: http://ec.europa.eu/research/innovation-union/index_en.cfm?pg=home&Secção=competitiveness-report&year=2011 [Acedido a 1 de dezembro, 2015].

Comissão Europeia, 2012a. *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Rethinking Education: Investing in skills for better socio-economic outcomes.* COM(2012) 669 final. SWD(2012) 371-377 final.

Comissão Europeia. 2012b. *Assessment of Key Competences in initial education and training. Policy Guidance.* [pdf] Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=SWD:2012:0371:FIN:EN:PDF [Acedido a 28 de setembro, 2015].

Comissão Europeia, 2013a. *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – Entrepreneurship 2020 Action Plan. Reigniting the entrepreneurial spirit in Europe.* COM(2012) 795 final. [pdf] Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0795:FIN:EN:PDF
[Acedido a 4 de dezembro, 2014].

Comissão Europeia. DG Entreprise and Industry, 2013b. *Entrepreneurship Education: A Guide for Educators*. [pdf] Disponível em: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/promoting-entrepreneurship/files/education/entredu-manual-fv_en.pdf [Acedido a 4 de dezembro, 2014].

Comissão Europeia, 2014a. *Expert Group on Indicators on Entrepreneurial Learning and Competence: Final Report: Final Report.* [pdf] Disponível em: http://ec.europa.eu/education/library/reports/2014/entrepreneurial-expert-report_en.pdf [Acedido a 6 de janeiro, 2016].

Comissão Europeia, 2014b. *Thematic Working Group on Entrepreneurship Education: Final report.* [pdf] Disponível em: http://ec.europa.eu/education/policy/strategic-framework/archive/documents/entrepreneurship-report-2014_en.pdf [Acedido a 2 de setembro, 2015].

Comissão Europeia, 2015a, Directorate-General for Internal Market, Industry, Entrepreneurship and SMEs. *Entrepreneurship Education: a Road to Success. A compilation of evidence on the impact of Entrepreneurship Education strategies and measures.* [pdf]. Disponível em: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/promotingentrepreneurship/education-training-entrepreneurship [Acedido a 11 de setembro, 2015].

Comissão Europeia /EACEA/Eurydice, 2015b. *The Teaching Profession in Europe: Practices, Perceptions, and Policies*. Eurydice Report. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia.

Comissão Europeia, 2015c. *Entrepreneurship Competence: An Overview of Existing Concepts, Policies and Initiatives - Final Report*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/jrc/en/publication/entrepreneurship-competence-overview-existing-concepts-policies-and-initiatives-final-report [Acedido a 1 de dezembro, 2015].

Danish Ministry of Science, Innovation and Higher Education, 2012. *Denmark: A Nation of Solutions.* [pdf] Disponível em: http://ufm.dk/en/publications/2012/denmark-a-nation-of-solutions [Acedido a 1 de dezembro, 2015].

De Bono, E., 1992. *Serious Creativity: A Systematic Approach to Take You Beyond the Power of Lateral Thinking*. New York. NY Harper Business.

Department of Enterprise, Trade and Investment, 2015. *Innovation Strategy for Northern Ireland (2014-2025) First 6 Month Progress Update - September 2014 to 31st March 2015.* [pdf] Disponível em: https://www.detini.gov.uk/sites/default/files/publications/deti/innovation_strategy_-_6_month_update_report_to_31_march_2015.pdf [Acedido a 1 de dezembro, 2015].

EACEA/Eurydice, 2012c. *Entrepreneurship Education at School in Europe: National Strategies, Curricula and Learning Outcomes.* Bruxelas: EACEA/Eurydice.

Eurofound, 2015. *Youth entrepreneurship in Europe: Values, attitudes, policies.* Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia.

Global Entrepreneurship Monitor, 2014. 2014 *Global Report.* [pdf] Disponível em: http://www.gemconsortium.org/report [Acedido a 4 de setembro, 2015].

Hoffmann et al., 2012. Measuring Entrepreneurship Education. In: European Commission. *Entrepreneurship determinants: culture and capabilities.* Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia. [pdf] Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/5748437/KS-31-12-758-EN.PDF [Acedido a 1 de outubro, 2015].

Lackéus, M., 2015. *Entrepreneurship in Education. What, Why, When, How. Entrepreneurship360 Background Paper.* [pdf] Disponível em: http://www.OCDE.org/cfe/leed/BGP_Entrepreneurship-in-Education.pdf [Acedido a 3 de dezembro, 2015].

McCoshan, A. et al, 2010. *Towards Greater Cooperation and Coherence in Entrepreneurship Education.* Report and Evaluation of the Pilot Action *High Level Reflection Panels on Entrepreneurship Education* initiated by DG Enterprise and Industry and DG Education and Culture. [pdf] Disponível em: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/promoting-entrepreneurship/education-training-entrepreneurship/reflection-panels/files/entr_education_panel_en.pdf [Acedido a 4 de dezembro, 2014].

Moberg, K. et al, 2014. *How to assess and evaluate the influence of entrepreneurship education. A report of the ASTEE project with a user guide to the tools.* [pdf] Disponível em: http://archive.ja-ye.org/Download/jaye/ASTEE_REPORT.pdf [Acedido a 30 de janeiro, 2015].

OCDE/Comissão Europeia, 2012. *Policy Brief on Youth Entrepreneurship. Entrepreneurial Activities in Europe*. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia. [pdf] Disponível em: http://www.OCDE.org/cfe/leed/Youth%20entrepreneurship%20policy%20brief%20EN_FINAL.pdf [Acedido a 31 de agosto, 2015].

OCDE, 2015. *Entrepreneurship at a glance*. [pdf] Disponível em: http://www.OCDE-ilibrary.org/docserver/download/3015021e.pdf?expires=1454079856&id=id&accname=guest&checksum=79E78FF620DA4180D5C9018510A311E1

Parlamento Europeu, 2015. *Report on promoting youth entrepreneurship through education and training.* [pdf] Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A8-2015-0239+0+DOC+XML+V0//EN [Acedido a 18 de janeiro, 2016].

Penaluna K., Penaluna A., Jones C. e Matlay H., 2014. When did you last predict a good idea? Exploring the case of assessing creativity through learning outcomes. *Industry & Higher Education*, Vol. 28, No 6, December 2014, pp. 399-410.

Redecker, C. et al., 2011. *The future learning. Preparing for Change*. Institute for Prospective Technological Studies.

Rosendahl Huber, L., Sloof, R. & van Praag, C.M., 2014. The Effect of Early Entrepreneurship Education: Evidence from a Field Experiment. *European Economic Review*, Vol. 72, 11.2014, pp. 76-97.

Runco, M.A. (1991). *Divergent Thinking*. New Jersey: Norwood.

Scottish Government, 2014. *Scotland Can Do Action Framework.* [pdf] Disponível em: http://www.gov.scot/Resource/0044/00449131.pdf [Acedido a 28 de janeiro, 2016].

SEECEL (South East Europe Centre for Entrepreneurial Learning), 2012. *A Charter for Entrepreneurial Learning: the Keystone for Growth and Jobs*. [pdf] Disponível em: http://www.seecel.hr/UserDocsImages/Charter%20text%20scan.pdf [Acedido a 1 de dezembro, 2015].

Sorgman, M. e Parkison, K., 2008. The Future is Now: Preparing K-12 Teachers and Students for an Entrepreneurial Society. *Journal of Entrepreneurship Education 11: 75–86.*

Welsh Government, 2010. *Youth Enterprise Strategy: An Action Plan for Wales 2010-15.* [pdf] Disponível em: http://businesswales.gov.wales/bigideas/sites/bigideas/files/documents/pdf/YES-%20An%20Action%20Plan%20for%20wales%202010-15%20_Eng_1.pdf [Acedido a 28 de janeiro, 2016].

Young enterprise, 2015. Outcomes map: Enterprise education and employability. [pdf] Disponível em: http://www.young-enterprise.org.uk/wp-content/uploads/2015/01/Outcomes-map_Jan-2014.pdf [Acedido a 6 de outubro, 2015].

GLOSSÁRIO

I. Classificação

A Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE) foi concebida para facilitar a comparação de estatísticas e indicadores de educação entre países, com base em definições uniformes e internacionalmente acordadas. A cobertura da CITE estende-se a todas as oportunidades de aprendizagem organizada e contínua para crianças, jovens e adultos, incluindo alunos com necessidades educativas especiais, independentemente das instituições ou organizações que as dispensem ou da forma como são ministradas. A primeira recolha de dados estatísticos com base na nova classificação (CITE 2011) decorre em 2014 (texto e definições adotados da UNESCO, 1997, UNESCO/OCDE/Eurostat, 2013 e UNESCO/UNESCO Institute for Statistics, 2011).

CITE 0: *Educação pré-primária ou educação pré-escolar*

Programas no nível 0 (pré-escolar), definidos como a fase inicial do ensino organizado, são concebidos antes de mais para apresentar um ambiente escolar às crianças muito novas, isto é, para fornecer uma ponte entre a casa e uma atmosfera baseada na escola. Após a conclusão destes programas, as crianças continuam a sua educação no nível 1 (ensino primário).

Este nível é definido como a primeira fase do ensino organizado. A educação pré-primária é facultada em escolas, centros ou jardins-de-infância, e destina-se a crianças com, pelo menos, 3 anos de idade.

CITE 1: *Ensino Primário*

O ensino primário oferece atividades de aprendizagem e de educação tipicamente concebidas para proporcionar aos alunos competências fundamentais em leitura, escrita e matemática (isto é, literacia e numeracia). Estabelece uma base sólida para a aprendizagem, uma sólida compreensão das áreas nucleares do conhecimento e promove o desenvolvimento pessoal, preparando assim os alunos para o ensino secundário inferior. Fornece uma aprendizagem básica com pouca ou nenhuma especialização.

Nível de ensino que geralmente se inicia entre os 4 e os 7 anos de idade, obrigatório em todos os países e que tem normalmente uma duração de 5 a 6 anos. Em Portugal, corresponde aos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

CITE 2: *Ensino secundário inferior*

Os programas no nível CITE 2, ou ensino secundário inferior, são essencialmente concebidos a partir de processos fundamentais de ensino e aprendizagem iniciados no nível CITE 1. Normalmente, o objetivo educacional é estabelecer as bases para a aprendizagem ao longo da vida e o desenvolvimento pessoal que prepara os alunos para novas oportunidades educativas. Os programas neste nível são geralmente organizados em torno de um currículo mais orientado para disciplinas, introduzindo conceitos teóricos numa ampla gama de temas.

Este nível de ensino geralmente inicia-se entre os 11 ou 12 anos e termina entre os 15 ou 16 anos, coincidindo com o final da escolaridade obrigatória. Em Portugal, corresponde ao 3.º ciclo do ensino básico.

CITE 3: *Ensino secundário superior*

Os programas no nível CITE 3, ou ensino secundário superior, destinam-se tradicionalmente a concluir o ensino secundário e preparar para o ensino terciário ou superior, ou transmitir competências que são relevantes para o mundo do trabalho ou ambos. Os programas neste nível oferecem aos alunos programas baseados em disciplinas, mais especializados e aprofundados que no ensino secundário inferior (CITE 2). São mais diferenciados, com um leque crescente de opções e percursos disponíveis.

Este nível de ensino inicia-se habitualmente no final da escolaridade obrigatória. A idade de admissão situa-se, normalmente, entre os 15 e os 16 anos. Em geral, são necessárias qualificações de ingresso (conclusão da escolaridade obrigatória) e outros requisitos mínimos de admissão. A duração normal do nível CITE 3 varia entre dois e cinco anos. Em Portugal, corresponde ao ensino secundário.

CITE 4: *Ensino pós-secundário não superior*

Os programas de ensino pós-secundário não terciário baseiam-se no ensino secundário e proporcionam atividades de aprendizagem e de formação destinadas a preparar os alunos para a entrada no mercado de trabalho e/ou no ensino superior. Destina-se aos alunos que completaram o ensino secundário (CITE 3), mas que querem melhorar as suas competências e aumentar as oportunidades disponíveis. Os programas muitas vezes não são significativamente mais avançados do que os de nível secundário superior, pois visam normalmente ampliar e não aprofundar os conhecimentos, aptidões e competências. Por conseguinte, situam-se abaixo do nível de complexidade mais elevado característico do ensino superior

CITE 5: *Ensino superior de ciclo curto*

Os programas do nível CITE 5 referem-se ao ensino superior de ciclo curto e são frequentemente concebidos para proporcionar aos participantes conhecimentos, aptidões e competências profissionais. Baseiam-se habitualmente na aprendizagem prática e específica das profissões, preparando os estudantes para o ingresso no mercado de trabalho. No entanto, esses programas também podem fornecer uma via para outros programas de ensino superior.

Programas de ensino superior universitário inferiores ao nível de um programa de licenciatura ou equivalente são também classificados como CITE nível 5.

CITE 6: *Licenciatura ou nível equivalente*

Os programas do nível CITE 6 são de licenciatura ou nível equivalente, muitas vezes concebidos para proporcionar aos participantes conhecimentos, aptidões e competências académicas e/ou profissionais de nível intermédio, que conduzem a um diploma de primeiro grau ou equivalente. Os programas neste nível baseiam-se habitualmente na teoria, mas podem incluir elementos práticos; são informados pelo *state of the art* da investigação e/ou boas práticas profissionais. Os programas de nível CITE 6 são tradicionalmente oferecidos por universidades e instituições de ensino superior equivalente.

CITE 7: *Mestrado ou nível equivalente*

Os programas do nível CITE 7 são de mestrado ou equivalente e são frequentemente concebidos para proporcionar aos participantes conhecimentos, aptidões e competências académicas e/ou profissionais avançadas, que conduzam a um diploma de segundo grau ou equivalente. Os programas deste nível podem ter uma componente de investigação substancial, mas não conduzem à obtenção de uma qualificação de doutoramento. Normalmente, os programas neste nível baseiam-se em teoria, mas podem incluir componentes práticas e são informados pela investigação de ponta e/ou por boas práticas profissionais. São tradicionalmente oferecidos por universidades e outras instituições de ensino superior.

CITE 8: *Doutoramento ou nível equivalente*

Os programas do nível CITE 8 estão ao nível de doutoramento ou equivalente e são concebidos principalmente para conduzir a uma qualificação de investigação avançada. Os programas deste nível da CITE dedicam-se a estudos avançados e investigações originais e normalmente são oferecidos apenas por instituições de ensino superior orientadas para a investigação, como universidades. Os programas de doutoramento existem tanto no campo académico como profissional.

II. Definições

Abordagem de integração noutras disciplinas: integração da educação para o empreendedorismo noutras disciplinas que fazem normalmente parte do currículo obrigatório. Na maioria dos casos, o empreendedorismo é ensinado como parte das ciências sociais, que podem incluir disciplinas como a história, a geografia, a governança e a política ou a educação cívica, bem como outras disciplinas relacionadas, e estudos comunitários.

Acordos de parceria: entre a Comissão Europeia e cada país da UE e estabelecem planos para as autoridades nacionais sobre como utilizar os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento entre 2014 e 2020. Descrevem os objetivos estratégicos e as prioridades de investimento de cada país, vinculando-os aos objetivos gerais da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Aprendizagem ativa: modelo de ensino que coloca a responsabilidade de aprender sobre os próprios alunos. Para aprender, os alunos devem fazer mais do que simplesmente ouvir: devem ler, escrever, discutir ou empenharem-se na resolução de problemas. A aprendizagem ativa refere-se aos três domínios de aprendizagem referidos como conhecimentos, competências e atitudes.

Aprendizagem baseada em projetos: método pedagógico segundo o qual os alunos adquirem conhecimentos e competências, trabalhando por um longo período de tempo para investigar e responder a uma questão, problema ou desafio complexos.

Aprendizagem experiencial: processo de aprendizagem que decorre por via da experiência, sendo mais especificamente definida como uma aprendizagem por meio da reflexão sobre a prática. A aprendizagem experiencial é distinta da aprendizagem mecânica ou didática, na qual o aluno desempenha um papel comparativamente passivo.

Autoridades de nível central/superior: o nível mais elevado de administração num país. Na vasta maioria dos países, as autoridades centrais têm a responsabilidade final pela educação. No entanto, na Bélgica, Espanha e Reino Unido, as autoridades regionais (Comunidades, etc.) são responsáveis por todos ou pela maior parte dos assuntos em matéria de educação e são considerados como a autoridade máxima nessa área.

Avaliação dos resultados de aprendizagem: o processo de avaliação da realização dos objetivos de aprendizagem do indivíduo, utilizando uma variedade de métodos de avaliação (escrita, oral e testes/exames práticos, projetos e portefólios) durante ou no final de um programa de educação.

Cidadania ativa: participação dos cidadãos na vida política, social e civil da sociedade ou no exercício dos poderes e responsabilidades dos cidadãos na elaboração de políticas.

Criação de empresas/empreendimentos: o processo de transformar uma nova ideia ou tecnologia num negócio que pode ter sucesso e atrair investidores (dicionário de Cambridge).

Currículos: em sentido mais amplo, refere-se a quaisquer documentos de orientação oficiais que contenham programas de estudo ou um dos seguintes elementos: conteúdo de aprendizagem, objetivos de aprendizagem, objetivos pedagógicos, orientações sobre a avaliação dos alunos ou programas. Considera-se também a legislação específica de alguns países. Vários tipos de documentos permitem diferentes graus de flexibilidade em termos de aplicação e podem coexistir e aplicar-se ao mesmo nível de educação num país ou Estado. No entanto, todos estabelecem o quadro de base que os professores são obrigados (ou aconselhados, onde não existem requisitos obrigatórios) a seguir para estruturar o ensino da sua disciplina de forma a responder às necessidades dos seus alunos.

Desenvolvimento profissional contínuo: inclui atividades de formação formais e não formais, podendo incluir, por exemplo, formação pedagógica ou baseada numa disciplina. Em determinados casos, estas atividades podem conduzir a qualificações suplementares.

Diretrizes para a implementação da educação para o empreendedorismo: documentos de natureza não obrigatória que apoiam os professores na implementação da educação para o empreendedorismo na sua prática docente. Descrevem de forma mais concreta e detalhada como implementar os objetivos fixados em documentos de orientação sobre a educação para o empreendedorismo. Podem incluir exemplos práticos e/ou materiais didáticos.

Documentos orientadores/recomendações/diretrizes: documentos oficiais que estabelecem o quadro central/superior que regula a aprendizagem e o desenvolvimento dos jovens nas instituições de ensino e formação. Podem incluir alguns ou todos os elementos que se seguem: conteúdo de aprendizagem, objetivos e resultados, objetivos de realização, bem como diretrizes sobre abordagens pedagógicas, atividades de aprendizagem e métodos de avaliação. Vários tipos de documentos que permitem diferentes graus de flexibilidade na forma como são aplicados, podem coexistir e aplicar-se ao mesmo tempo e à mesma faixa etária num país ou Estado (por exemplo, legislação em matéria de educação, currículo escolar central ou decidido ao mais alto nível, diretrizes e acordos oficiais). Em alternativa, pode existir apenas um quadro central/superior para o currículo num país/região dentro de um país, embora possa ser subdividido em vários documentos.

Educação para o empreendedorismo: refere-se à capacidade dos aprendentes desenvolverem as competências e o estado de espírito para transformar ideias criativas em ações empreendedoras. Trata-se de uma competência essencial para todos os aprendentes, que apoia o desenvolvimento pessoal, a cidadania ativa, inclusão social e empregabilidade. É relevante para o processo de aprendizagem ao longo da vida, em todas as disciplinas e para todos os tipos de educação e de formação (formal, não formal e informal) que contribuem para um espírito ou comportamento empreendedor, com ou sem objetivos comerciais. (Definição usada pelo Grupo Temático sobre Educação para o empreendedorismo).

EFPI em meio escolar: em linha com os objetivos da educação para o empreendedorismo como competência chave transversal para todos os alunos, neste relatório a cobertura do ensino profissional inicial em meio escolar limita-se ao currículo comum a TODOS os alunos (o currículo nuclear), e às disciplinas opcionais disponíveis para TODOS os alunos, independentemente da via profissional específico que seguem. Não se consideram as vias que são essencialmente dedicadas ao empreendedorismo como percurso profissional, como os estudos empresariais, pois afasta-se do conceito de empreendedorismo como uma competência transversal chave.

Empreendedorismo (competência chave): a Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 2006 sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida identificou o “espírito de iniciativa e o espírito empresarial" como uma das oito competências essenciais. Esta competência chave refere-se à capacidade de um indivíduo para passar das ideias aos atos. Inclui a criatividade, a inovação e a tomada de riscos, bem como a capacidade de planear e gerir projetos para atingir objetivos. Ajuda os indivíduos, não só na sua vida quotidiana em casa e na sociedade, mas também no local de trabalho. Ajuda-os a estar cientes do contexto do seu trabalho e aproveitar as oportunidades, e é a base para a aquisição de competências e conhecimentos mais específicos necessários para quem cria ou contribui para uma atividade social e comercial. Esta competência-chave deve incluir uma tomada de consciência dos valores éticos e promover a boa governança.

Empresas sociais: procuram servir o interesse da comunidade (objetivos sociais, societais, ambientais) em vez da maximização do lucro. Têm muitas vezes uma natureza inovadora, através dos bens ou serviços que oferecem e através da organização ou dos métodos de produção que usam. Empregam frequentemente os membros mais frágeis da sociedade (pessoas socialmente excluídas). Contribuem assim para a coesão social, o emprego e a redução das desigualdades.

Ensino geral: ensino concebido para desenvolver os conhecimentos, capacidades e competências gerais dos alunos, bem como as suas capacidades elementares de leitura, escrita e aritmética, muitas vezes para os preparar para programas educativos mais avançados dentro do mesmo nível da CITE ou de nível mais elevado, e para estabelecer as bases para uma aprendizagem ao longo da vida. Os

programas de ensino geral são habitualmente ministrados em meio escolar. O ensino geral inclui programas educativos concebidos para preparar os alunos para acederem ao ensino profissional, mas não para os preparar para o exercício de uma dada profissão ou ofício ou grupo de profissões ou ofícios, nem para lhes dar um acesso direto a uma qualificação utilizável no mercado de trabalho. (Fonte: UNESCO - CITE 2011).

Ensino profissional: educação concebida para alunos que pretendem adquirir conhecimentos, capacidades e competências específicas para uma determinada profissão ou ofício ou grupo de profissões ou ofícios. A formação profissional pode incluir componentes de aprendizagem no local de trabalho (por exemplo, estágios). A conclusão com êxito de tais programas dá direito a qualificações profissionais utilizáveis no mercado de trabalho e reconhecidas como orientações profissionais pelas entidades nacionais competentes e/ou pelo mercado de trabalho. (Fonte: UNESCO - CITE 2011)

Estratégia de educação para o empreendedorismo: um dos objetivos da Agenda de Oslo para a Educação para o empreendedorismo na Europa (Comissão Europeia, 2006) foi o lançamento de estratégias nacionais de educação para o empreendedorismo, com objetivos claros que abrangem todas as fases da educação. Tais estratégias devem exigir o envolvimento ativo de todos os intervenientes relevantes (públicos e privados) e estabelecer um quadro geral, definindo simultaneamente ações concretas. Estas podem variar desde a inclusão do empreendedorismo nos currículos nacionais até ao apoio a escolas e professores. O objetivo geral será garantir que os jovens conseguem progredir de forma coerente na aquisição de competências empreendedoras em todas as etapas do sistema educativo.

Estratégia: o Grupo de Peritos em Dados e Indicadores sobre a Aprendizagem e a Competência do Empreendedorismo define estratégias como documentos políticos oficiais (...) de autoridades centrais competentes (nacionais ou regionais) que discutem uma área significativa da elaboração de políticas e traçam um esboço geral e detalhado das medidas a serem tomadas para um determinado (geralmente meso/macro) período de tempo. As estratégias podem compreender uma visão, identificar objetivos e metas (qualitativas e quantitativas), descrever processos, autoridades e responsáveis, identificar fontes de financiamento, fazer recomendações, etc. Uma estratégia também determina as parcerias que devem ser construídas: entre autoridades e partes interessadas, entre as próprias partes interessadas, etc., e como estas afetam a forma como a estratégia é desenvolvida e os objetivos alcançados.

Experiência prática de empreendedorismo: é uma experiência educativa em que o aluno tem a oportunidade de apresentar ideias, identificar uma boa ideia e transformá-la em ação. Deverá ser uma iniciativa liderada pelos alunos, individualmente ou como parte de uma pequena equipa; baseia-se no “aprender-a-fazer” e na produção um resultado tangível. Esta experiência permite aos alunos desenvolver competências, confiança e capacidades para identificar oportunidades, definir soluções e colocar suas próprias ideias em prática (mencionada pela primeira vez na Comunicação *Repensar a educação*.) Definição atual desenvolvida para o convite à apresentação de propostas da EACEA para Apoio à reforma de políticas. EACEA, 2014).

Financiamento direto: cofinanciamento de projetos em domínios políticos definidos pela Comissão (e diretamente gerido pela Comissão ou outras autoridades nomeadas).

Financiamento indireto: fundos da UE atribuídos a intermediários financeiros para ajudar os beneficiários finais a encontrar capital para o arranque, expansão e transferência dos seus negócios utilizando financiamento e garantias de capital próprio ou atribuídos a autoridades nacionais/regionais através dos Fundos Estruturais.

Formação inicial de professores (FIP): o tipo de programa que conduz a uma qualificação docente e que geralmente inclui uma componente geral e uma profissional. A componente geral refere-se a cursos de ensino geral e ao domínio da(s) disciplina(s) que os candidatos ensinarão quando forem qualificados. A parte profissional oferece aos futuros professores as competências teóricas e práticas necessárias para o ensino e inclui estágios em sala de aula.

Intraempreendedorismo: refere-se a iniciativas de indivíduos empregados numa organização para realizar algo novo, sem ser solicitado para o fazer. Assim, o intraempreendedor concentra-se na inovação e na criatividade, transformando uma ideia em empreendimento lucrativo, enquanto atua no âmbito do ambiente organizacional (fonte: Wikipédia).

Métodos de ensino: utilizado como sinónimo de pedagogia, este termo refere-se ao conjunto de técnicas e estratégias que permitem a aprendizagem, proporcionando assim oportunidades para a aquisição de conhecimentos, competências, atitudes e disposições dentro de um dado contexto social e material. Referem-se aos processos interativos entre o pessoal docente e os alunos/estudantes e ao ambiente de aprendizagem (que inclui a escola, a família e a comunidade) (baseado em Siraj-Blatchford, Sylva, Muttock, Gilden & Bell, 2002).

Prática disseminada: nos casos em que as recomendações/orientações a nível central não abrangem uma área da educação para o empreendedorismo, este relatório fornece informações sobre a prática disseminada baseada em evidências, isto é, fundamentada por referências a inquéritos, estudos e relatórios representativos.

Resultados de aprendizagem: de acordo com o Quadro Europeu de Qualificações (QEQ), os resultados da aprendizagem definem-se como o enunciado do que um aprendente conhece, compreende e é capaz de fazer aquando da conclusão de um processo de aprendizagem, descrito em termos de conhecimentos, aptidões e competência (Parlamento Europeu e Conselho, 2008). Os resultados da aprendizagem proporcionam níveis de realização concretos, enquanto os objetivos de aprendizagem definem de forma mais geral as competências a desenvolver.

Resultados de aprendizagem para a educação para o empreendedorismo: os exemplos infra surgem a partir das dimensões identificadas pelo projeto europeu ASTEE, *Assessment Tools and Indicators for Entrepreneurship Education* (Moberg et al., 2014), que mostra os resultados nos níveis de iniciação e avançado para cada categoria.

Atitudes empreendedoras:

A1 Autoconfiança

Nível inicial: Começar a sentir-se confiante sobre si mesmo e ter aspirações mais elevadas para o futuro.
Nível avançado: Sentir-se confiante com os seus próprios valores.

A2 Espírito de iniciativa

Nível inicial: Começar a procurar soluções para um problema simples.
Nível avançado: Sugerir uma solução para um problema e atuar.

Competências empreendedoras:

S1 Criatividade

A capacidade de pensar de forma nova e imaginativa. Permite aos alunos/estudantes gerar ideias, resolver problemas, aprender a inovar e criar oportunidades.
Nível inicial: Desenvolver ideias criativas e reconhecer o seu valor.
Nível avançado: Desenvolver ideias criativas que resolvem problemas e reconhecer oportunidades em negócios e/ou sociedade.

S2 Planeamento

A capacidade para planear e estruturar tarefas.
Nível inicial: Aplicar simples competências de planeamento e mostrar um conhecimento de recursos limitados.
Nível avançado: Planear metas e implementar um projeto supervisionado.

S3 Literacia financeira

A capacidade de compreender informação financeira e orçamentos.
Nível inicial: Explicar e comparar o preço e o valor dos produtos.
Nível avançado: Explicar diferentes possibilidades para financiar ideias
Ou:
Utilizar ferramentas financeiras e digitais apropriadas para resolver problemas difíceis ou não rotineiros relacionados a um projeto.

S4 Organização de recursos

Capacidade para reunir e organizar recursos para explorar uma oportunidade de negócio.
Nível inicial: Começar a desenvolver um entendimento simples de recursos.
Nível avançado: Gerar valor acrescentado aos recursos disponíveis.

S5 Gestão da incerteza/risco

Capacidade para gerir e lidar com a incerteza no processo de implementar e explorar uma ideia de negócio.
Nível inicial: Começar a ter consciência do risco e tomar responsabilidade pelas suas próprias ações.
Nível avançado: Identificar o risco e assumir responsabilidade pelas suas ações e decisões.

S6 Trabalho de equipa

A capacidade de atingir metas e de concretizar tarefas através da colaboração, comunicação, bem como a construção de relacionamentos eficazes com os outros.
Nível inicial: Começar a trabalhar com outras pessoas.
Nível avançado: Trabalhar em conjunto com responsabilidades acordadas, lidar com possíveis problemas e negociar soluções.

Conhecimento empreendedor:

K1 Avaliar oportunidades

Nível inicial: Reconhecer produtos e serviços fornecidos a nível local.
Ou:
Compreender que algumas ideias (negócios) funcionam e outras não.
Nível avançado: Comparar benefícios e custos.

K2 Papel dos empreendedores na sociedade

Nível inicial: Compreender o papel específico de um empreendedor.
Nível avançado: Explicar o papel específico de um empreendedor.

K3 Opções de carreira empreendedoras

Nível inicial: Entender que existem diferentes razões pelas quais as pessoas iniciam um negócio (ganhar dinheiro, ajudar os outros ou fazer algo diferente).
Nível avançado: Identificar opções de carreira empreendedora no empreendedorismo empresarial e social.

Transversal ao currículo: Segundo esta abordagem, em vez de serem mencionados explicitamente no âmbito de uma determinada disciplina, os objetivos da educação para o empreendedorismo são expressos como transversais, horizontais ou transcurriculares. Fazem parte dos valores e competências a desenvolver em todas as disciplinas e atividades curriculares.

FICHAS DE INFORMAÇÃO NACIONAIS

Bélgica – Comunidade francófona 128
Bélgica – Comunidade germanófona 131
Bélgica – Comunidade flamenga 134
Bulgária 136
República Checa 139
Dinamarca 142
Estónia 145
Grécia 148
Espanha 149
França 153
Croácia 156
Itália 158
Chipre 160
Letónia 161
Lituânia 164
Luxemburgo 167
Hungria 168
Malta 170
Países Baixos 173
Áustria 176
Polónia 179
Reino Unido – Inglaterra 199
Reino Unido – País de Gales 202
Reino Unido – Irlanda do Norte 205
Reino Unido – Escócia 208
Bósnia e Herzegovina 211
Islândia 213
Montenegro 215
Antiga República Jugoslava da Macedónia 218
Noruega 221
Sérvia 225
Turquia 228

Bélgica – Comunidade francófona

Definição de educação para o empreendedorismo

Ao invés de uma definição nacional, a Comunidade francófona da Bélgica refere-se à descrição de competência empreendedora ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([143]).

Estratégias relacionadas

As Comunidades francófona e germanófona da Bélgica possuem uma estratégia nacional específica de educação para o empreendedorismo (EE) ([144]).

Após um primeiro plano estratégico que decorreu entre 2007 e 2013, a Agência para o Incentivo Económico da Valónia – atualmente designada como Agência para o Empreendedorismo e a Inovação (AEI) – criou um segundo plano que abrangia um programa para o empreendedorismo entre 2014 e 2020. "EMPREENDEDORISMO 3.15: 3 eixos e 15 alavancas para uma Geração Empreendedora" cobre os níveis CITE 1-8 e é conduzido pela AEI, com parceiros que incluem o Ministério da Comunidade francófona, o Ministério da Comunidade germanófona, estabelecimentos de ensino, redes de peritos e organizações empresariais.

Objetivos principais

O objetivo geral da estratégia, desenvolvida pela região da Valónia, é apoiar a colaboração entre parceiros e aumentar o número de empreendedores, mas procura igualmente tornar as futuras gerações mais empreendedoras no plano profissional e melhorar o desempenho da região.

Ações concretas

Distinguem-se três eixos estratégicos, cada qual com cinco ações para impulsionar a mudança.

1. Apoiar a educação para o empreendedorismo:
    - ajudar as escolas a familiarizarem-se com o espírito empreendedor – assegurar a adesão mínima à educação para o empreendedorismo por parte de cada escola no ensino primário, secundário e ensino superior;
    - envolver os professores – apoiar todos os que desejam investir no empreendedorismo através de *coaching*, formação, trabalho em rede e oferta de ferramentas;
    - preparar os futuros professores – fornecendo o apoio adequado aos que iniciam a carreira docente, para que tenham um conhecimento básico de empresas e empreendedorismo, e sobretudo um espírito positivo;
    - envolver o mundo empresarial – permitindo-lhe trabalhar com o setor da educação para realçar o impacto destas medidas;
    - assegurar que todos os jovens têm uma experiência de empreendedorismo – para que todos os alunos (antes de finalizarem o seu percurso escolar) adquiram um conhecimento realista das empresas e da economia da Valónia num contexto global, e participem num número mínimo de atividades que desenvolvam atitudes e competências empreendedoras.
2. Investir na próxima geração de empreendedores:

([143]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

- apoiar as escolas empreendedoras – identificar, reconhecer, apoiar e encorajar o trabalho em rede entre "escolas empreendedoras", fornecendo uma definição adequada para o ensino primário, secundário e superior;
- intensificar programas empreendedores – encorajar escolas empreendedoras a desenvolver programas mais intensivos direcionados para conhecimentos, atitudes e competências em matéria de economia e empreendedorismo dos jovens inscritos em programas empreendedores ou ligados ao empreendedorismo. Se necessário, apoiar programas centrados concretamente no empreendedorismo;
- desafiar os jovens – fornecer infraestruturas que permitem aos jovens interessados em empreendedorismo reunir-se, criar redes e trabalhar em projetos reais ou virtuais;
- promover a autoconfiança – valorizar o desenvolvimento de atitudes e competências empreendedoras dos jovens;
- associar/envolver o ecossistema empreendedor – envolver os ecossistemas empreendedores regionais e sub-regionais públicos e privados, e permitir ao mundo empresarial colaborar para reforçar o impacto destas medidas.

3. Traduzir o investimento em negócios com elevado potencial de crescimento e estimular a chama empreendedora durante os primeiros 10 anos da vida profissional:

- incubar projetos reais em ambientes académicos – criar condições no sistema de ensino superior para o desenvolvimento de projetos reais conduzidos por estudantes, investigadores ou doutorandos;
- apoiar jovens empreendedores – melhorar recursos e aconselhar jovens diplomados a desenvolver os seus próprios projetos;
- formar jovens empreendedores – oferecer formação de empreendedorismo ou propor fontes de apoio a partir da comunidade mais alargada;
- evidenciar o sucesso de iniciativas empreendedoras – inspirar e promover o empreendedorismo através da difusão de histórias de sucesso e testemunhos, por exemplo, através de *Grand prix Wallon de l'Entrepreneuriat*;
- estimular a chama empreendedora – atrair potenciais empreendedores jovens através do sistema de apoio existente, manter o seu impulso empreendedor, integrando-os em redes e dando-lhes a oportunidade de descobrir os apoios disponíveis.

Quadro de monitorização

Na Região da Valónia, estão planeadas duas séries de indicadores – indicadores de ações e indicadores de impacto sobre as atitudes. Todas as ações implementadas nos eixos 1 e 2 são registadas. Está planeada uma avaliação da evolução a nível de atitudes dos profissionais da educação e dos jovens e serão atualizados os resultados dos inquéritos realizados em 2011 e 2013.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

A educação para o empreendedorismo é um objetivo transversal ao currículo em todos os níveis de ensino. No entanto, as escolas têm autonomia para implementarem currículos e métodos de ensino.

No nível CITE 1, encontram-se exemplos de escolas que encorajam especificamente as atitudes e as capacidades associadas ao empreendedorismo, como a iniciativa, a criatividade, a autonomia e a responsabilidade.

([144]) http://as-e.be/sites/default/files/public/documents/2262_13dossier_entrepreneuriat_3_15_mef_version_def.pdf

Nos níveis CITE 2-3, a educação para o empreendedorismo faz parte da disciplina opcional "Ciências Económicas". Existem diretrizes para a implementação e material didático para esta disciplina ([145]).

Resultados de aprendizagem

No nível CITE 3, os resultados da aprendizagem da disciplina "Ciências Económicas" (opcional) são definidos como critérios de avaliação ([146]), identificando as competências transversais (como a análise e a resolução de problemas) no contexto de aspetos específicos das empresas, como sejam os contratos ou a contabilidade. Cada rede ou escola desenvolve o seu próprio programa, por isso as orientações são limitadas.

Por exemplo, em escolas organizadas pela Comunidade francófona, os alunos do CITE 3 devem:

- reunir e interpretar a informação necessária à resolução de problemas económicos;
- aplicar conceitos económicos aos problemas;
- tomar consciência das oportunidades e constrangimentos do comportamento do consumidor e do produtor;
- preparar-se para ser um adulto responsável – um consumidor e produtor adulto responsável e assim como um cidadão responsável;
- tomar consciência da necessidade de gerir e organizar a empresa de maneira racional;
- conduzir pesquisas de mercado simples e desenvolver um produto através de uma mini-empresa, ou conduzir pesquisas de mercado com vista ao financiamento de uma atividade extracurricular.

Formação de professores e tipos de apoio

A educação para o empreendedorismo não está integrada no currículo nuclear da formação inicial de professores (FIP). No entanto, a AEI pretende apoiar iniciativas no ensino superior que visem a promoção da investigação e a inovação pedagógica, particularmente para o desenvolvimento de projetos empreendedores pelos futuros professores, por exemplo, através de bolsas. Quanto ao DPC, a AEI prevê organizar a formação para professores na área da educação em empreendedorismo.

O Instituto para a Formação em Serviço (IFC) oferece cursos de DPC em empreendedorismo para professores de economia e de ciências sociais, professores de disciplinas técnicas e profissionais no ensino secundário geral e no EFPI em meio escolar. No ano transato, o IFC em conjunto com a Fundação para a Educação e Redes de Educação iniciou um projeto denominado *Entr'apprendre*. Um total de dezasseis empresas participam neste projeto em 2015/16.

Além disso, na Região da Valónia, a AEI visa apoiar todos os professores interessados em empreendedorismo, sensibilizando-os para o mundo dos negócios e formando-os na pedagogia e nos métodos empreendedores e criativos. Esta agência gere uma rede de conselheiros pedagógicos (*agents de sensibilisitation à l'esprit d'entreprendre* – ASEE) para promover a EE em todos os níveis e organiza *workshops* em rede para professores neste domínio. Até hoje, desenvolveu oito instrumentos para apoiar os professores ([147]).

Na região de Bruxelas, a iniciativa "Boost Your Talent" ([148]) é gerida pela Agência Empresarial de Bruxelas (ABE) ([149]), que funciona desde 2008 com a missão de fomentar o espírito empreendedor nas escolas. Um dos seus objetivos é apoiar os professores a integrarem esta dimensão a nível de escola.

([145]) http://www.enseignement.be/index.php?page=24399
http://www.enseignement.be/index.php?page=25137&type=3&annee=13,14,15,16,17,18&discipline=10&act=search
([146]) http://www.enseignement.be/index.php?page=24924&navi=592
([147]) Ver p. 11 da Estratégia.
([148]) http://www.boostyourtalent.be/enseignants/programmes/?lang=fr
([149]) http://www.abe-bao.be/fr

Bélgica – Comunidade germanófona

Definição de educação para o empreendedorismo

Ao invés de uma definição nacional, a Comunidade germanófona of Bélgica refere-se à descrição de competência empreendedora ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([150]).

O sítio de Internet oficial de educação na Comunidade germanófona define da seguinte forma o espírito empreendedor:

«O espírito empreendedor deve ser cultivado a partir de uma idade precoce e só pode ser desenvolvido por via da experiência. A imaginação, criatividade e espírito empreendedor dos seus cidadãos são bens essenciais para a região onde vivem. Um espírito empreendedor traduz-se na capacidade de adaptação às exigências de um mundo em mudança e ajuda a criar emprego e a reforçar o desenvolvimento económico de uma região» ([151]).

Estratégias relacionadas

Existe uma estratégia nacional específica de educação para o empreendedorismo (EE) ([152]) para as Comunidades germanófona e francófona da Bélgica. Após um primeiro plano estratégico entre 2007 e 2013, foi desenvolvido um novo programa para a EE, designado como "EMPREENDEDORISMO 3.15: 3 eixos e 15 Alavancas para uma Geração Empreendedora". Este programa vigora entre 2014-2020 e cobre os níveis CITE 1-8. É conduzido pela Agência para o Incentivo Económico da Valónia (ASE), atualmente denominada Agência para o Empreendedorismo e a Inovação (AEI) – com um leque de parceiros do Governo e dos setores educativo e empresarial.

Objetivos principais

O objetivo geral da estratégia é apoiar a colaboração entre parceiros, mas também procura tornar as futuras gerações mais empreendedoras nas suas vidas profissionais e melhorar o desempenho regional.

Ações concretas

Distinguem-se três áreas de estratégia, cada qual com cinco ações para apoiar a mudança.

1. Apoiar a educação para o empreendedorismo:
    - ajudar as escolas a familiarizarem-se com o espírito empreendedor – assegurar a adesão mínima à educação para o empreendedorismo por parte de cada escola no ensino primário, secundário e ensino superior;
    - envolver os professores – apoiar todos os que desejam investir no empreendedorismo através de *coaching*, formação, trabalho em rede e oferta de ferramentas;
    - preparar os futuros professores – fornecendo o apoio adequado aos que iniciam a carreira docente, para que tenham um conhecimento básico de empresas e empreendedorismo, e sobretudo um espírito positivo;

([150]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

([151]) http://www.bildungsserver.be/desktopdefault.aspx/tabid-2459/4428_read-31787/

([152]) http://as-e.be/sites/default/files/public/documents/2262_13dossier_entrepreneuriat_3_15_mef_version_def.pdf

- envolver o mundo empresarial – permitindo-lhe trabalhar com o setor da educação para realçar o impacto destas medidas;
- assegurar que todos os jovens têm uma experiência de empreendedorismo – para que todos os alunos (antes de finalizarem o seu percurso escolar) adquiram um conhecimento realista das empresas e da economia da Valónia num contexto global, e participem num número mínimo de atividades que desenvolvam atitudes e competências empreendedoras.

2. Investir na próxima geração de empreendedores:

   - apoiar as escolas empreendedoras – identificar, reconhecer, apoiar e encorajar o trabalho em rede entre "escolas empreendedoras", fornecendo uma definição adequada para o ensino primário, secundário e superior;
   - intensificar programas empreendedores – encorajar escolas empreendedoras a desenvolver programas mais intensivos direcionados para conhecimentos, atitudes e competências em matéria de economia e empreendedorismo dos jovens inscritos em programas empreendedores ou ligados ao empreendedorismo. Se necessário, apoiar programas centrados concretamente no empreendedorismo;
   - desafiar os jovens – fornecer infraestruturas que permitem aos jovens interessados em empreendedorismo reunir-se, criar redes e trabalhar em projetos reais ou virtuais;
   - promover a autoconfiança – valorizar o desenvolvimento de atitudes e competências empreendedoras dos jovens;
   - associar/envolver o ecossistema empreendedor – envolver os ecossistemas empreendedores regionais e sub-regionais públicos e privados, e permitir ao mundo empresarial colaborar para reforçar o impacto destas medidas.

3. Traduzir o investimento em negócios com elevado potencial de crescimento e estimular a chama empreendedora durante os primeiros 10 anos da vida profissional:

   - incubar projetos reais em ambientes académicos – criar condições no sistema de ensino superior para o desenvolvimento de projetos reais conduzidos por estudantes, investigadores ou doutorandos;
   - apoiar jovens empreendedores – melhorar recursos e aconselhar jovens diplomados a desenvolver os seus próprios projetos;
   - formar jovens empreendedores – oferecer formação de empreendedorismo ou propor fontes de apoio a partir da comunidade mais alargada;
   - evidenciar o sucesso de iniciativas empreendedoras – inspirar e promover o empreendedorismo através da difusão de histórias de sucesso e testemunhos, por exemplo, através de *Grand prix Wallon de l'Entrepreneuriat*;
   - estimular a chama empreendedora – atrair potenciais empreendedores jovens através do sistema de apoio existente, manter o seu impulso empreendedor, integrando-os em redes e dando-lhes a oportunidade de descobrir os apoios disponíveis.

Quadro de monitorização

Na Comunidade germanófona of Bélgica e na região da Valónia estão planeadas duas séries de indicadores – indicadores de ações e indicadores de impacto sobre as atitudes. Todas as ações implementadas nos eixos 1 e 2 são registadas. Está planeada uma avaliação da evolução a nível de atitudes dos profissionais da educação e dos jovens e serão atualizados os resultados dos inquéritos realizados em 2011 e 2013.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

A educação para o empreendedorismo está integrada nos programas escolares do EFPI em meio escolar como um objetivo transversal ao currículo, mas não está integrada nos níveis CITE 1-3. Todavia, o Guia de Competências para a Escolha da Carreira e Preparação para a Orientação Profissional ([153]) é um guia de competências transversais ao currículo para todas as disciplinas no CITE 1-3 que estabelece ligações sólidas entre a escola e o trabalho, definindo alguns resultados da aprendizagem associados à EE.

Resultados de aprendizagem

Os programas escolares do EFPI em meio escolar, as competências transversais ao currículo para os níveis CITE 1-3 e os currículos de algumas disciplinas (CITE 1-3) incluem resultados da aprendizagem associados à EE. Estes ligam-se principalmente às atitudes empreendedoras (autoconfiança e espírito de iniciativa). No EFPI em meio escolar, uma ampla gama de resultados da aprendizagem na área do empreendedorismo (atitudes, competências e conhecimentos) estão integrados nos currículos ([154]).

Formação de professores e tipos de apoio

A educação para o empreendedorismo ainda não está integrada nos programas obrigatórios da FIP para os níveis CITE 0-1 na Comunidade (NB: nesta Comunidade, a FIP só é organizada para estes níveis). No entanto, a AEI pretende apoiar iniciativas no ensino superior para promover a investigação e a inovação pedagógicas, particularmente no desenvolvimento de projetos empreendedores dinamizados pelos futuros professores, por exemplo, através de bolsas.

O Instituto para a Formação em Serviço (IFC) oferece cursos de DPC em empreendedorismo para professores de economia e de ciências sociais, professores de disciplinas técnicas e profissionais no ensino secundário geral e no EFPI em meio escolar. No ano transato, o IFC, em conjunto com a Fundação para a Educação e Redes de Educação, iniciou um projeto denominado *Entr'apprendre*. Um total de dezasseis empresas participa neste projeto em 2015/16.

A AEI é responsável por uma rede de conselheiros pedagógicos para a promoção da EE (estão abrangidas 93 % das escolas secundárias e instituições do ensino superior). Organiza *workshops* em rede sobre a educação para o empreendedorismo para professores e desenvolveu oito ferramentas pedagógicas, como "Kids Attitudes" e "Crealoie" (a expandir nos próximos anos).

Em 2014, foi desenvolvido pelo grupo de estudo Escola e Economia na Comunidade germanófona (*Studienkreis Schule und Wirtschaft in der DG*) um guia ([155]) para promover atividades em que professores e alunos no CITE 1-3 podem ligar-se ao mundo do trabalho.

([153]) http://www.bildungsserver.be/PortalData/21/Resources/downloads/schule_ausbildung/schulische_ausbildung/rahmenplaene_neu/RP_Schulische_Berufswahlvorbereitung_und_Berufsorientierung_PRIM_SEK.pdf

([154]) http://www.iawm.be/de/ausbildung/Lehrprogramme/Allgemeinkenntnisse.pdf

([155]) http://www.schulewirtschaft.be/Studienkreis_Schule_Wirtschaft/PDF/Leitfaden_Endversion-1504.pdf

Bélgica – Comunidade flamenga

Definição de educação para o empreendedorismo

Na Flandres, a expressão "educação para o empreendedorismo" (EE) é utilizada de forma genérica para descrever a educação que estimula um espírito empreendedor e/ou o empreendedorismo.

«Ao referir um espírito empreendedor queremos expressar a capacidade para tomar iniciativa, desenvolver ideias num determinado contexto, mostrar perseverança, um sentido de responsabilidade, coragem, criatividade e auto-orientação, ou seja, as qualidades pessoais que permitem às pessoas converter ideias em ações. Trata-se ainda de conceber e gerir projetos para alcançar objetivos. O espírito empreendedor acrescenta valor a cada indivíduo na sua vida quotidiana em casa e na sociedade e, adicionalmente, ajuda-o a contribuir e aproveitar as oportunidades em contextos profissionais.

O termo "empreendedorismo" está associado a todas as etapas que um empreendedor atravessa para criar uma empresa, seja no setor privado ou no setor não lucrativo. Exige um bom entendimento do funcionamento da economia e das possibilidades e desafios com que um empreendedor ou uma organização se confrontam. O espírito empreendedor é considerado aqui como uma condição *sine qua non* para o empreendedorismo. Além disso, é importante ter plena consciência da responsabilidade das empresas em assumir um papel ético e da influência positiva que podem exercer sobre elas próprias e o seu meio circundante, através, por exemplo, do comércio justo e da responsabilidade social corporativa» ([156]).

Estratégia relacionada

Existe uma estratégia específica direcionada para a educação para o empreendedorismo na Bélgica – Flandres. O "Plano de Ação para a Divulgação do Espírito Empresarial e do Empreendedorismo" abrange os níveis CITE 1-8 e decorre entre 2011-2014. Foi apresentado ao Governo flamengo um plano de ação atualizado para 2015-2019, a 11 de dezembro de 2015.

Objetivos principais

O Plano de Ação 2011-2014 foi elaborado com vista a concretizar quatro objetivos estratégicos que, sendo de igual importância, podem não estar presentes em todas as etapas:

- alunos, estudantes e participantes nos cursos desenvolvem o espírito empreendedor necessário para quando terminarem o seu percurso educativo;
- antes de terminarem os estudos, os alunos, estudantes e participantes nos cursos têm a oportunidade de se preparar para o empreendedorismo;
- os alunos, estudantes e participantes nos cursos estão motivados para se tornarem empreendedores;
- os professores mostram espírito empreendedor e têm uma perspetiva equilibrada do empreendedorismo.

Ações concretas

São definidas ações específicas para cada objetivo estratégico.

Participação de ministérios e partes interessadas

Este Plano de Ação foi criado em colaboração com todos os atores políticos envolvidos:

([156]) http://www.ondernemendonderwijs.be/Proefproject%20stages/actieplan%20ondernemerschapsonderwijs%202011-2014%20versie%20bijgestuurd%20na%20adviezen.doc

- departamentos governamentais: Departamento de Educação e Formação; Departamento de Economia, Ciência e Inovação; Departamento do Trabalho e Economia Social; Departamento de Agricultura e Pescas;
- gabinetes ministeriais: Gabinete do Ministro-Presidente do Governo da Flandres e do Ministro Flamengo de Economia, Política Externa, Agricultura e Política Rural; Gabinete do Ministro Flamengo das Finanças, Orçamento, Trabalho, Planeamento Urbano e Territorial e Desporto; Gabinete do Ministro Flamengo da Educação, Juventude, Igualdade de Oportunidades e Assuntos de Bruxelas;
- agências governamentais: Agência de Empresas da Flandres, Agência Flamenga para a Formação em Empreendedorismo SYNTRA Vlaanderen.

O Plano de Ação foi submetido a parecer do Conselho de Educação Flamengo, Conselho Socioeconómico da Flandres e rede de prestadores de educação para o empreendedorismo.

Quadro de monitorização

A Flandres está atualmente a trabalhar num quadro de monitorização relacionado com o Plano de Ação.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

A educação para o empreendedorismo é explicitamente reconhecida como um objetivo transversal ao currículo para o nível CITE 2-3 incluindo o EFPI em meio escolar, e é uma disciplina opcional separada para o CITE 3.

A liberdade de ensino é um direito constitucional na Bélgica e as escolas têm autonomia para determinar o programa e métodos de ensino. No entanto, para receberem financiamento do Governo, devem cumprir metas que incorporam as competências e conhecimentos de empreendedorismo. O Plano de Ação descreve de que forma as escolas podem conceber um programa de EE e sublinha que este deve ser incorporado em todos os cursos e níveis e que o espírito empreendedor seja gradualmente inculcado no percurso de aprendizagem da educação para o empreendedorismo.

Resultados de aprendizagem

Na educação pré-escolar, o Plano de Ação propõe um foco em ações que estimulem o espírito empreendedor. Da escola primária em diante, a prioridade será a promoção de um espírito empreendedor e de uma imagem positiva das empresas e uma sensibilização da sua importância para a sociedade. Nesta fase deve ser dado o primeiro passo para uma ligação entre alunos e empreendedores.

O ensino secundário e o ensino superior continuam a promover o espírito empreendedor; os programas, pedagogia e avaliação nestes níveis devem traduzir uma imagem realista das empresas e do empreendedorismo. Todos os alunos interessados devem ter a oportunidade de aprender como dirigir um negócio. No ensino secundário, é crucial que esta oportunidade seja integrada no programa e que seja estabelecida uma ligação com outras áreas, como as línguas, ciências e tecnologia. Por fim, no âmbito da orientação profissional, também é importante incluir a criação de uma empresa como uma opção de carreira válida.

Formação de professores e tipos de apoio

Não existe uma oferta nacional específica relativa à educação para o empreendedorismo na FIP ou no DPC. Os institutos de formação de professores têm autonomia em termos dos conteúdos dos cursos de formação de professores. VLAJO (com ligação à *Junior Achievement*) e UNIZO atuam como centros de especialização sobre empreendedorismo, organizando uma formação de professores *ad hoc* e organizando numerosas atividades extracurriculares e concursos. Ambos são parcialmente financiados pelo Governo da Flandres.

Bulgária

Definição de educação para o empreendedorismo

Ao invés de uma definição nacional, a Bulgária refere-se à descrição de competência empreendedora ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([157]).

Estratégias relacionadas

Não existe uma estratégia nacional específica de educação para o empreendedorismo (EE) na Bulgária. Este tema é abordado na "Estratégia Nacional para a Aprendizagem ao Longo da Vida 2014-2020" ([158]), que cobre todas as etapas da educação e da formação.

Objetivo principal

O principal objetivo ligado à educação para o empreendedorismo é anunciado na Secção 3.3.4 e consiste em «promover a educação e a formação em linha com as necessidades da economia e a evolução do mercado de trabalho". Este objetivo está relacionado com a construção de parcerias entre empresas e todos os setores da educação, formação e investigação, com vista a desenvolver melhores competências para o mercado de trabalho e estimular a inovação e o espírito empreendedor. Na parte principal do relatório sugere-se que este objetivo pode alcançado através de um foco nos programas de todos os níveis de ensino, e também através de uma política e uma prática de orientação da carreira em todos os níveis; também sugere a introdução de um sistema de validação dos resultados da aprendizagem. O texto sublinha a importância das competências chave incluindo o empreendedorismo, e o desenvolvimento das competências transversais (*soft skills*).

Ações concretas

Existe um Plano de Ação para a implementação da estratégia ([159]). As ações ligadas à EE incluem:

- expandir a rede de empresas simuladas;
- criar condições para motivar o pessoal docente a melhorar as suas competências, através da organização de cursos de formação para o desenvolvimento de competências em áreas prioritárias;
- formar professores no desenvolvimento de competências empreendedoras;
- atualizar os currículos e programas envolvendo representantes de empresas no ensino superior (esta medida também é relevante para o EFP).

Participação de ministérios e partes interessadas

Os principais parceiros do Ministério da Educação e Ciência na implementação da Estratégia Nacional para a Aprendizagem ao Longo da Vida são o Ministério da Economia e o Ministério do Trabalho e Política Social. A principal ONG parceira é *Junior Achievement Bulgaria*.

([157]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

([158]) http://www.mon.bg/?h=downloadFileandfileId=5701

([159]) http://www.mon.bg/?go=pageandpageId=74andsubpageId=143

Quadro de monitorização

Não existe um quadro de monitorização especialmente criado. A implementação da estratégia é monitorizada através de um relatório anual, que decide o nível de implementação dos indicadores incluídos no Plano de Ação. Será construída uma plataforma eletrónica para fins de monitorização e comunicação sobre a implementação da estratégia. São igualmente incluídos indicadores nos resultados da aprendizagem dos programas de ensino.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

O desenvolvimento do "espírito de iniciativa e espírito empresarial" é uma das competências chave no sistema educativo búlgaro e constitui uma recomendação para todas as disciplinas obrigatórias na educação escolar. A partir desta recomendação geral, são definidos resultados de aprendizagem específicos em duas disciplinas ligadas à educação cultural: "Vida Familiar e Tecnologias" (CITE 1-2) e "Ciências Sociais e Religião" (CITE 3).

Os elementos da educação para o empreendedorismo são geralmente integrados em todas as disciplinas numa etapa precoce. No nível CITE 2, a disciplina "Técnicas e Economia Domésticas" aborda conteúdos sobre organização e economia. No CITE 3, a disciplina "Mundo e Personalidade" inclui conteúdos sobre cidadãos e a economia, enquanto em "Geografia e Economia", são incluídos elementos da educação para o empreendedorismo em todos os seus conteúdos nucleares.

No CITE 2 (4º ano) e no CITE 3 cada escola pode escolher entre diferentes ramos. Em "Tecnologia – Empreendedorismo e Empresas", a EE é obrigatória e integrada em todas as disciplinas em 50 escolas. A formação inclui teoria e prática (através de jogos de simulação *online* e mini-empresas de alunos) e conta com o apoio de empresas e de pais. Este método baseia-se nos programas da *Junior Achievement Bulgaria*.

Resultados de aprendizagem

São definidos resultados da aprendizagem para todos os níveis de ensino. Em "Vida Familiar e Tecnologias", são especificados os seguintes resultados da aprendizagem: "Desenvolvimento de aptidões e de competências para trabalhar em equipa, assumindo diferentes funções e responsabilidades e procurando alcançar o sucesso e a autoafirmação".

"Técnicas e Economia Domésticas" no CITE 2 inclui:

- compreender os indicadores económicos – despesas, preço de custo, fixação de preços e receitas;
- conhecimento sobre os usos do dinheiro e outros incentivos numa atividade de produção familiar;
- conhecimento de algumas diferenças básicas entre o dinheiro e o capital necessário para desenvolver uma atividade;
- conhecimento do orçamento necessário para a implementação de uma atividade;
- saber criar uma organização como requisito para desempenhar atividades produtivas e serviços de utilidade pública;
- capacidade para comparar, reproduzir, analisar métodos de trabalho antigos e recentes em alguns ofícios, como padaria e pastelaria, alvenaria, estofamento, chapelaria, calçado, cabeleireiro e joalharia.

Em "Geografia e Economia" no 8º ano, é incorporado o tema "Economia da Bulgária" em que os alunos fazem análises de mercado e localização de empresas. O programa de "Geografia e

Economia" inclui o tema "Estruturas, fatores e indicadores de *holdings* nacionais", em que os alunos analisam casos e fundamentam com provas os problemas de diferentes regiões. Os alunos trabalham com documentos jurídicos, como a Lei sobre o Desenvolvimento Económico e a Lei sobre o Desenvolvimento Regional. Na disciplina "Mundo e Personalidade", é incluída uma área separada designada como "Cidadãos e Economia". Nesta disciplina, o processo de aprendizagem inclui o desenvolvimento de projetos de alunos.

Formação de professores e tipos de apoio

Existe autonomia institucional em relação à integração da educação para o empreendedorismo nos currículos de FIP. As orientações para a EE são integradas nas orientações para a FIP.

O Ministério da Educação e Ciência esforça-se por organizar a formação de professores de maneira a incluir o desenvolvimento de competências empreendedoras nos alunos através de um programa nacional denominado "Qualificação". Estes cursos de DPC pretendem mudar as abordagens de trabalho nas escolas, reforçar as atividades práticas e introduzir o princípio de projeto de trabalho em EE. Dirigem-se a professores do ensino primário e secundário geral. As autoridades centrais da Bulgária também desenvolveram materiais fornecidos apenas aos professores que participam em atividades de DPC no domínio da educação para o empreendedorismo e publicam uma lista de manuais aprovados (incluindo sobre a EE) no seu sítio de Internet ([160]).

([160]) www.mon.bg/?go=pageandpageId=10andsubpageId=70

República Checa

Definição de educação para o empreendedorismo

Ao invés de uma definição nacional, determinados peritos na República Checa referem-se à descrição de competência empreendedora ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([161]).

Estratégias relacionadas

Na República Checa, existem várias estratégias nacionais associadas à educação para o empreendedorismo (EE), contudo, em nenhumas a EE é o tópico principal. Estas estratégias incluem:

- a "Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020" ([162]) – Ministério da Educação, Juventude e Desporto, que aborda um leque de ações de EE;
- a "Estratégia Nacional para a Inovação 2012-2020" ([163]) – Ministério da Educação, Juventude e Desporto, Ministério da Indústria e Estratégia Comercial, que inclui uma parte dedicada às alterações nos programas escolares em matéria de criatividade, empreendedorismo e competências chave. Sublinha a importância da cooperação entre escolas e empregadores e a ligação entre o sistema de ensino profissional e o mercado de trabalho e evidencia a necessidade de respeitar estes elementos no decurso da reforma curricular e a implementação de um sistema de orientação. Os níveis CITE em foco são o CITE 1, 2 e 3;
- a "Estratégia para a Aprendizagem ao Longo da Vida na República Checa 2007" ([164]), que enfatiza o reforço da literacia funcional dos alunos e o desenvolvimento das competências chave;
- A "Estratégia de Apoio à Juventude 2014-2020" ([165]) – Ministério da Educação, Juventude e Desporto, que inclui compromissos para a transição dos jovens da escola para o trabalho e a criação de condições para uma integração mais fácil no mercado de trabalho;
- "Voltar ao Topo: Estratégia Internacional para a Competitividade da República Checa 2012-2020" ([166]), que inclui um capítulo sobre a educação, e sublinha a necessidade de desenvolver um pensamento criativo independente, a capacidade de continuar a aprender e de cooperar.

A promoção da EE é muito eficazmente incorporada na "Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente" conduzida pelo Ministério da Educação, Juventude e Desporto e que cobre o período de 2014-2020. Trata-se de uma estratégia mais geral focada na eficácia dos recursos financeiros – europeus, nacionais, regionais e privados – em atividades que visam reforçar as capacidades de investigação e inovação em áreas prioritárias particularmente promissoras. O objetivo é apoiar a exploração plena do potencial de conhecimento a níveis nacional e regional, resultando numa redução do desemprego e no reforço da competitividade económica. A estratégia diz respeito aos níveis CITE 1-3, EFPI em meio escolar e níveis CITE 5-8. Está a ser desenvolvido um plano de implementação que prevê a constituição de parcerias com o setor do ensino e as empresas.

([161]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

([162]) http://www.vyzkum.cz/FrontClanek.aspx?idsekce=753765andad=1andattid

([163]) http://databaze-strategie.cz/cz/mpo/strategie/narodni-inovacni-strategie-ceske-republiky

([164]) http://www.msmt.cz/uploads/Zalezitosti_EU/strategie_2007_EN_web_jednostrany.pdf

([165]) http://www.msmt.cz/file/33599/

([166]) http://www.vlada.cz/assets/media-centrum/aktualne/Strategie-mezinarodni-konkurenceschopnosti-Ceske-republiky.pdf

Ações concretas

- A introdução geral dos instrumentos validados para o diagnóstico e o desenvolvimento do empreendedorismo e das competências transversais, conforme definido pelo Sistema Nacional de Profissões, em todos os níveis de ensino, incluindo uma formação de professores que incide na utilização destes instrumentos.
- Implementação de atividades de aprendizagem baseadas na prática.

Participação de ministérios e partes interessadas

Ministério da Educação, Juventude e Desporto, empresas, universidades, instituições de investigação, setor público e ONGs.

Quadro de monitorização

A estratégia é nova e não está atualmente em vigor nenhum quadro de monitorização.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

Na República Checa, a educação para o empreendedorismo está integrada em temas transversais ao currículo para os níveis CITE 1-2 (“Moral, Caráter e Educação Social” e “Educação Cívica para a Democracia”) e 3 (“Moral, Caráter e Educação Social”).

As escolas têm autonomia plena para decidir como implementar os temas transversais ao currículo no ensino. Podem ser incluídos em disciplinas gerais (educação cívica, estudos sociais), mas as escolas também podem organizar cursos especiais, projetos, visitas de estudo, etc. No entanto, estes temas formam uma parte obrigatória dos programas nos níveis CITE 1, 2 e 3, mesmo que não estejam presentes em todos os anos de escolaridade. Apesar de não haver disciplinas específicas autónomas sobre empreendedorismo nos níveis CITE 1-3, o empreendedorismo é incluído em várias disciplinas obrigatórias ou opcionais:

- CITE 1: “Os Homens e o Mundo” (obrigatório) e “Educação Ética” (opcional);
- CITE 2: “Os Homens e a Sociedade: Cidadania”, “O Mundo do Trabalho” (obrigatório no 8º e 9º anos). O pensamento criativo e a autoavaliação são incluídos em “Educação Ética” (disciplina opcional);
- CITE 3: “Os Homens e a Sociedade: Essencial da Cidadania” e “Ciências Sociais” (obrigatórios no 10º e 11º anos), “O Homem e o Mundo do Trabalho” (disciplina obrigatória, inclui, por exemplo, procedimentos para o aluno criar a sua própria empresa), e “Educação Ética” (opcional).

No EFPI em meio escolar, a educação para o empreendedorismo está integrada na disciplina obrigatória “Essencial da Formação Cívica”. Também faz parte dos temas transversais ao currículo “Cidadãos numa Sociedade Democrática” e “O Homem e o Mundo do Trabalho”.

Resultados de aprendizagem

São definidos, nos currículos nacionais, os seguintes resultados de aprendizagem:

- Atitudes empreendedoras:
  - autoconfiança (CITE 2)
  - espírito de iniciativa (CITE 1-3).
- Competências empreendedoras:
  - criatividade (CITE 1-2)
  - literacia financeira (CITE 1-3)
  - planeamento (CITE 3 geral)
  - organização de recursos (EFPI em meio escolar)
  - gestão da incerteza/risco (CITE 3 geral)
  - trabalho de equipa (CITE 1-3).

Determinados programas de ensino definem resultados da aprendizagem no domínio da educação para o empreendedorismo e de algumas áreas educativas. Cabe a cada escola decidir a forma como está interligado o desenvolvimento dos resultados individuais durante o processo de aprendizagem.

Formação de Professores e tipos de apoio

As instituições de ensino superior são autónomas e podem decidir incluir ou não a educação para o empreendedorismo em programas de estudo de FIP.

Todos os professores têm acesso a cursos de DPC focados em literacia financeira. Em agosto de 2014, o Fundo de Formação Contínua (FDV), uma organização do Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais, lançou o projeto "Estágios em Empresas – Prática Pedagógica 2" (*Stáže ve firmách – vzdělávání praxí* 2) ([167]). Um dos resultados deste projeto, que terminou em setembro de 2015, é o Catálogo Nacional de Estágios, uma plataforma eletrónica de acesso gratuito que visa oferecer oportunidades de estágio para potenciais candidatos.

Foram desenvolvidas orientações sobre a educação para o empreendedorismo. O repositório de recursos mais extenso é o "Portal de Metodologia" ([168]), que se destina a inspirar os professores a aplicar métodos inovadores na prática docente e partilhar a experiência com os seus colegas.

([167]) http://www.stazevefirmach.cz

([168]) http://clanky.rvp.cz/clanek/k/o/4646/PODPORA-PODNIKAVOSTI---INSPIROMAT.html/

Dinamarca

Definição de educação para o empreendedorismo

A definição nacional de empreendedorismo é a seguinte ([169]):

"Empreendedorismo é quando se consegue aproveitar oportunidades e ideias, transformando-as em valor para os outros. O valor que é gerado pode ser financeiro, cultural ou social".

Estratégias relacionadas

Na Dinamarca, a educação para o empreendedorismo (EE) é especificamente abordada no âmbito de uma estratégia de inovação mais vasta: "Dinamarca – uma nação de soluções" ([170]), lançada em 2012 e que se estende até 2020. Inclui um leque de ações concernentes a todos os níveis de ensino. Além disso, continua em vigor uma estratégia específica anterior no domínio da EE ([171]). A estratégia de inovação considera que os jovens são um recurso negligenciado em termos de inovação e que devem ter um papel mais relevante na política de inovação.

Objetivos principais

A estratégia de inovação centra-se em três áreas: a inovação deve ser impulsionada por desafios societais; mais conhecimento deve traduzir-se em valor, e a educação deve contribuir para aumentar a capacidade de inovar.

Ações concretas

Há uma série de iniciativas de educação para o empreendedorismo que são incorporadas nas ações 18 a 27 da estratégia de inovação:

18. promover a cooperação com as empresas em matéria de inovação orientada para a prática;
19. aumentar as componentes práticas em todos os níveis de ensino para apoiar a inovação (inclui a orientação profissional);
20. apoiar a inovação na formação de professores e educadores;
21. apoiar iniciativas que favorecem alunos talentosos;
22. criar um sistema coeso de ensino primário para promover alunos talentosos e independentes;
23. reforçar a inovação e o empreendedorismo no ensino profissional;
25. garantir novos objetivos de aprendizagem, métodos de ensino e formas de avaliação;
26. implementar um concurso de inovação para alunos no ensino primário e secundário;
27. reforçar a integração da inovação e empreendedorismo nos programas de ensino.

([169]) http://eng.ffe-ye.dk/knowledge-centre/entrepreneurship-education/entrepreneurship-in-the-teaching
http://www.cise.es/wp-content/uploads/2013/03/5.-impact_of_entrepreneurship_education_in_denmark_2011.pdf

([170]) http://ufm.dk/en/publications/2012/denmark-a-nation-of-solutions/innovation-strategy

([171]) http://ufm.dk/en/publications/2010/strategy-for-education-and-training-in-entrepreneurship

Participação de ministérios e partes interessadas

A estratégia foi desenvolvida pelo Ministério do Ensino Superior e Ciência e pelo Ministério das Empresas e do Crescimento, com base num diálogo abrangente com peritos e atores nacionais e internacionais. Um dos atores relevantes na implementação das medidas ligadas à educação é a Fundação Dinamarquesa para o Empreendedorismo ([172]) (FFE), fundada em 2010 pelo Governo e *Junior Achievement – Young Enterprise*. A fundação é apoiada por uma parceria interministerial permanente e uma larga participação do setor educativo e da comunidade empresarial. Participa em diferentes projetos europeus que testam as abordagens de EE. Um destes é o projeto financiado pelo Erasmus+, "Youth Start – Entrepreneurial Challenges" ([173]) uma experiência conduzida pela plataforma portuguesa de educação para o empreendedorismo ([174]). Esta importante iniciativa engloba seis países e visa apoiar a introdução de experiências práticas de empreendedorismo no ensino obrigatório.

Quadro de monitorização

Cada iniciativa de EE incluída na estratégia de inovação tem os seus próprios objetivos e é avaliada separadamente. As iniciativas em curso fazem parte do contrato anual de desempenho celebrado entre a FFE e a parceria interministerial.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

Em todos os níveis de ensino, os programas escolares referem-se à EE de forma explícita. Os conhecimentos de empreendedorismo são integrados em diferentes disciplinas e a partir do 10º ano (CITE 2) e no ensino secundário superior (CITE 3), dependendo da escola, o empreendedorismo é ensinado como uma disciplina autónoma. As competências e atitudes são ensinadas de forma transversal ao currículo e muitas vezes com uma abordagem pedagógica específica a partir do nível primário (CITE 1) e continuando ao longo do sistema educativo.

A FFE publicou uma carta dos municípios que beneficiam do seu apoio sob a forma de materiais, formação ou outros, comprovando que aproximadamente 40 % de todas as escolas primárias e do secundário inferior oferecem a educação para o empreendedorismo aos alunos ([175]).

Resultados de aprendizagem

Em 2014, os resultados da aprendizagem no domínio da EE não eram formulados de forma explícita nos programas escolares. Ao invés, estavam implicitamente incorporados como parte dos objetivos disciplinares principais, através de princípios didáticos e, por último, nos resultados de projetos transdisciplinares obrigatórios. Por exemplo, as diretrizes para os resultados da aprendizagem na disciplina obrigatória "Tecnologia nível A" ([176]) no CITE 3 incluem o requisito de realizar de forma independente um projeto que aborde um problema social, em que os alunos selecionam, analisam e documentam os resultados. Com base na análise, o aluno desenvolve um produto seguindo as várias etapas do processo de desenvolvimento do produto, incluindo a conceção, produção e implementação no mercado. O aluno comprova as competências utilizadas através de um relatório.

([172]) www.ffe-ye.dk
([173]) www.youthstartproject.eu
([174]) http://www.peep.pt
([175]) http://www.ffe-ye.dk/videncenter/kortlaegning-effektmaaling/kortlaegning
([176]) https://www.uvm.dk/~/media/UVM/Filer/Udd/Gym/PDF12/Vejledninger/120821%20HTX%20Teknologi%20A%20juli%202012.pdf

Os professores dinamarqueses dispõem de um grau de autonomia elevado na organização do ensino, incluindo a incorporação da educação para o empreendedorismo. Nos níveis primário e secundário inferior, são essencialmente as autarquias que detêm autoridade para colocar a EE nos programas. No nível secundário superior e no EFPI em meio escolar, essa decisão cabe a cada escola.

A nova reforma do ensino apresenta a educação para o empreendedorismo como uma abordagem transversal ao currículo ([177]) em todos os anos de escolaridade e com uma progressão evidente.

Formação de professores e tipos de apoio

A Educação para o empreendedorismo é um tópico obrigatório na formação inicial de futuros professores no ensino básico (ensino primário e secundário inferior).

O Ministério da Infância, Educação e Igualdade de Género apoia os professores através da oferta de desenvolvimento contínuo e da disseminação de cursos inspiradores em termos de inovação e de empreendedorismo por intermédio de um portal nacional de aprendizagem direcionado para professores, de acesso gratuito. Os municípios são responsáveis pelo desenvolvimento contínuo das competências dos professores, incluindo no domínio da inovação e do empreendedorismo.

O Ministério da Infância, Educação e Igualdade de Género oferece diretrizes nacionais para os professores em matéria de inovação e empreendedorismo, que são elementos transversais no ensino primário e secundário inferior.

O EMU ([178]), um portal comum para o setor da educação na Dinamarca, dá acesso a uma vasta quantidade de recursos e de informação sobre educação. O portal é uma compilação única de entradas virtuais direcionadas para grupos específicos de utilizadores como professores e alunos no ensino básico, secundário superior, ensino profissional e institutos de formação de professores. Em cada entrada, há temas sobre diferentes tópicos, incluindo a educação para o empreendedorismo, contendo sequências educativas, recursos, boas práticas, novidades e muito mais.

Os conselheiros pedagógicos do Centro Nacional de Recursos, contratados pelo Ministério da Infância, Educação e Igualdade de Género, também prestam apoio e orientação às escolas e municípios sobre vários tópicos, incluindo a EE. Os centros regionais de recursos trabalham em estreita cooperação com a Fundação Dinamarquesa para o Empreendedorismo (FFE), de modo a informar os professores acerca dos materiais disponíveis sobre este tópico.

A FFE criou uma rede de professores especializados em EE, denominada “Rede para o Empreendedorismo nas Escolas e na Educação” (NEIS) ([179]), aberta a todos os professores de EE independentemente do nível de ensino e a disciplina lecionada. A rede é uma plataforma para troca de conhecimento e de experiências, permitindo igualmente encontrar colaboradores. A rede dispõe de uma plataforma virtual e organiza conferências anuais.

([177]) http://www.emu.dk/modul/innovation-og-entrepren%C3%B8rskab-vejledning-0
([178]) www.emu.dk
([179]) http://www.ffe-ye.dk/undervisning/netvaerk-for-undervisere/om-neis

Estónia

Definição de educação para o empreendedorismo

O currículo nacional estoniano para as escolas de nível secundário superior inclui uma definição de educação para o empreendedorismo (EE):

«Competência empreendedora é a capacidade de conceber ideias e implementá-las a partir da aplicação dos conhecimentos e das competências adquiridas em diferentes domínios da vida e de atividade; identificar problemas e oportunidades que lhes são inerentes, a fim de contribuir para a resolução dos mesmos; definir objetivos e concretizá-los, traçar planos a curto e a longo prazo, iniciá-los e executá-los; organizar atividades conjuntas e participar nelas, mostrar iniciativa e assumir responsabilidade pelos resultados; reagir de forma criativa, inovadora e flexível às mudanças; correr riscos moderados; pensar de forma crítica e criativa; e desenvolver e valorizar as suas próprias ideias e as ideias dos outros» ([180]).

Estratégias relacionadas

Distinguem-se duas estratégias relevantes na Estónia, uma estratégia específica de EE e uma estratégia de aprendizagem ao longo da vida que também inclui a educação para o empreendedorismo:

- o "Plano de Desenvolvimento de Educação para o Empreendedorismo: Seja Empreendedor!" ([181]) (a mais relevante);
- a "Estratégia Estoniana de Aprendizagem ao Longo da Vida 2020" ([182]), que inclui cinco objetivos estratégicos, entre os quais dois estão relacionados com a educação para o empreendedorismo:
    - mudar a abordagem de aprendizagem (o objetivo será implementar, em todos os níveis e tipos de educação, a abordagem de uma aprendizagem que fomente o desenvolvimento pessoal e social de cada aprendente, as suas competências de aprendizagem, criatividade e empreendedorismo no trabalho);
    - compatibilidade entre as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida e as necessidades do mercado de trabalho.

Plano de Desenvolvimento da Educação para o Empreendedorismo: Seja Empreendedor!

Trata-se de uma estratégia específica de EE ([183]) assinada em 2010 na Câmara de Comércio e Indústria estoniana e que cobre os níveis CITE 1-3 incluindo o EFPI em meio escolar. Este plano emanou do *Think Tank* sobre a Educação para o Empreendedorismo, que reuniu em 2008 por iniciativa da Câmara de Comércio e envolveu um vasto número de partes interessadas. Os seus principais objetivos incluem a sensibilização para a EE, formação de professores, materiais didáticos e alocação de recursos. Inclui um mapa de resultados da aprendizagem em empreendedorismo em todos os níveis de ensino, com um foco maior na sua integração nos currículos.

Ações concretas

- Sensibilização através de eventos, redes sociais e novos canais de comunicação;
- desenvolvimento de cursos de formação inicial e contínua de professores com base em TIC;

([180]) https://www.hm.ee/sites/default/files/est_upper_secondary_nat_cur_2014_general_part_0.pdf (ver p. 4)
([181]) http://www.koda.ee/public/Ettevotlusoppe_edendamise_kava_Olen_ettevotlik_koos_lisadega.pdf
([182]) https://www.hm.ee/sites/default/files/estonian_lifelong_strategy.pdf
([183]) http://www.koda.ee/public/Ettevotlusoppe_edendamise_kava_Olen_ettevotlik_koos_lisadega.pdf

- desenvolvimento de materiais didáticos e de instruções;
- desenvolvimento de um sistema de avaliação consistente com os currículos e estratégias nacionais.

Participação de ministérios e partes interessadas

Governo: Ministério da Educação e Investigação, Ministério dos Assuntos Económicos e das Comunicações. Organizações externas: Câmara de Comércio e Indústria estoniana, Centros Nacional de Exames e Qualificações, Fundação Empresarial da Estónia, um vasto número de peritos em EE, nomeadamente de universidades e organizações da juventude.

Quadro de monitorização

A Câmara de Comércio recolhe informação anual das partes interessadas acerca de atividades concluídas e em curso, e organiza reuniões para discutir os resultados e a forma como progredir na concretização dos objetivos.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

A Educação para o empreendedorismo é explicitamente referida nos currículos do seguinte modo:

No CITE 1-3, os novos currículos nacionais reconhecem explicitamente a EE como uma competência geral e um objetivo transversal ao currículo. Encontra-se também incluído no tópico transversal ao currículo "Iniciativa Cívica e Empreendedorismo" ([184]).

No CITE 2-3, a EE é ensinada nas disciplinas autónomas opcionais "Estudos de Empreendedorismo" (CITE 2) e "Estudos de Economia e Empreendedorismo" (CITE 3), e na disciplina obrigatória "Educação Cívica e Cidadania" (CITE 2-3).

As recomendações a nível central relativamente aos métodos de ensino são disponibilizadas através de novos programas de ensino para as escolas básicas e do ensino secundário superior. As normas profissionais dos professores descrevem as competências necessárias para ensinar a EE, e a estratégia de EE apresenta recomendações para o ensino deste tópico.

Resultados de aprendizagem

Os resultados da aprendizagem para a EE são definidos na secção geral dos currículos nacionais para as escolas básicas e do ensino secundário superior, bem como nos programas de diferentes disciplinas. Alguns exemplos são:

- no nível CITE 1, prevê-se, por exemplo, que os alunos compreendam que o dinheiro serve para comprar coisas e que é ganho através do trabalho e que devem saber como cooperar com os outros;
- no nível CITE 2, prevê-se, por exemplo, que os alunos compreendam as oportunidades do mercado de trabalho para indivíduos que possuem diferentes níveis de escolaridade, e que saibam o que significa ser um proprietário, um empreendedor, um empregador, um empregado ou um desempregado;
- no nível CITE 3, prevê-se, por exemplo, que os alunos compreendam que o empreendedorismo é uma opção de carreira e compreendam que é possível virem a tornar-se empreendedores.

([184]) https://www.hm.ee/en/national-curricula (Anexo 5, Estudos Sociais)

O programa de mini-empresas organizado pela *Junior Achievement Estonia* é um bom exemplo de utilização das competências empreendedoras.

Formação de professores e tipos de apoio

A Educação para o empreendedorismo está incluída em todos os programas de formação inicial de professores na Estónia. As universidades e outros prestadores – Fundação Innove, ONG *Junior Achievement Estonia* (JA) e Associação de Professores de Economia (ATE) – promoveram programas de DPC para todos os professores no ensino primário e no EFPI em meio escolar, mas apenas para professores de estudos sociais, economia e matemática no ensino secundário geral. O *JA Estonia* e a ATE também organizaram Jornadas de Observação (*Job Shadow*) para professores.

Os ministérios nacionais e a Fundação Innove apoiaram o desenvolvimento de materiais pedagógicos e de aprendizagem como manuais, vídeos e modelos de planos de trabalho para professores com uma ênfase na integração da EE ([185]). O Ministério da Educação e Investigação apoiou financeiramente o desenvolvimento de um instrumento de avaliação ([186]) para o tema transdisciplinar "Iniciativa Cívica e Empreendedorismo" no ensino secundário inferior, assim como *workshops*, escolas de verão e de inverno organizadas pela Associação de Professores de Estudos Sociais e a ATE. A Câmara de Comércio organiza encontros bienais de *think tank* sobre empreendedorismo para apoiar a colaboração entre escolas e partes interessadas. A iniciativa em rede, "Os Sonhos Tornam-se Realidade" ([187]), reúne organizações que contribuem para a promoção de uma atitude empreendedora, apoiando diferentes atividades a nível de escola.

Foi organizada pelo *JA Estonia* uma rede de professores do ensino primário e secundário que se reúne uma vez por ano para debater problemas e melhorar as suas competências e conhecimentos. Além disso, a ATE, que envolve principalmente professores do ensino secundário superior e professores do secundário inferior, trabalha em estreita colaboração com a *JA Estonia* em questões ligadas à educação para o empreendedorismo.

([185]) http://koolielu.ee/groups/profile/141733/ettevtluspe

([186]) Instrumento de avaliação para o tema transversal ao currículo 'Iniciativa cívica e empreendedorismo', ver Anexo 5, Estudos Sociais em https://www.hm.ee/en/national-curricula

([187]) http://unistusedellu.ee/content/entrepreneurship-education

Grécia

Definição de educação para o empreendedorismo

Ao invés de uma definição nacional, a Grécia refere-se à descrição de competência empreendedora ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([188]).

Estratégias relacionadas

Não existe uma estratégia nacional específica de educação para o empreendedorismo (EE) na Grécia.

A educação para o empreendedorismo faz parte da estratégia "Nova Escola" ([189]), que abrange os níveis CITE 1-3 e segue os objetivos educativos estratégicos comuns em toda a Europa. Salienta a importância de fomentar a inovação, a criatividade e o espírito empreendedor, mas não oferece quaisquer objetivos concretos ou ações ligadas à EE.

No currículo escolar

No nível CITE 1, os professores têm em conta as experiências dos alunos e utilizam os seus conhecimentos para implementar ações que visam desenvolver as competências ligadas à educação para o empreendedorismo.

No nível CITE 3, a EE é ensinada na disciplina autónoma obrigatória "Inovação e Empreendedorismo" aos alunos do 3º ano no ensino profissional inicial em meio escolar de nível ensino secundário superior que seguem a via de Gestão-Economia. Está também integrada na disciplina obrigatória "Formação Cívica" para alunos do 1º e 2º anos.

Em algumas escolas, a educação para o empreendedorismo é incluída na disciplina obrigatória "Projeto", que é ministrada no ensino geral e profissional. Nos casos relevantes, os alunos podem obter o Certificado Internacional de Competências Empreendedoras ([190]).

Resultados de aprendizagem

Não estão definidos resultados da aprendizagem para quaisquer cursos na Grécia, pois os programas de ensino são orientados para objetivos.

Formação de professores e tipos de apoio

Existe autonomia institucional para a integração do empreendedorismo na formação inicial de professores. Não está disponível informação relativa à eventual oferta de DPC a nível central.

As autoridades centrais não oferecem orientações sobre a educação para o empreendedorismo.

([188]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

([189]) http://www.minedu.gov.gr/home/neo-sxoleio?showall=1andlimitstart

([190]) http://entrepreneurialskillspass.eu/national-focus-groups/greece

Espanha

Definição de educação para o empreendedorismo

Em Espanha, a definição de educação para o empreendedorismo (EE) segue a descrição de competência empreendedora ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([191]).

Neste sentido, a Lei 8/2013 ([192]) para a Melhoria da Qualidade na Educação (LOMCE) determina que «esta competência implica a capacidade para transformar ideias em ações, o que exige a consciencialização da situação a resolver, assim como a capacidade para selecionar, planear e gerir os conhecimentos, competências, aptidões e atitudes necessárias para atingir as metas desejadas».

A Portaria ECD/65/2015 ([193]) inclui uma definição adicional de EE: «a educação para o empreendedorismo deve incluir os conhecimentos e competências relacionados com oportunidades de carreira e de emprego, juntamente com uma educação financeira, conhecimento da organização e processos empresariais, atitude e espírito empresariais, a capacidade para pensar de forma criativa e para gerir o risco e a incerteza». Também descreve as relações entre competências, conteúdos e critérios de avaliação do ensino primário, obrigatório e não obrigatório e (*Bachillerato*) ensino secundário (*Boletín Oficial del Estado* 29/1/2015).

Estratégias relacionadas

Não existe uma estratégia específica sobre a educação para o empreendedorismo a nível nacional, apesar de algumas Comunidades Autónomas desenvolverem estratégias de EE a nível regional.

A) Nível nacional

Existem algumas estratégias e de disposições legais interconectadas a nível nacional relativas à EE. No setor da educação, duas leis confirmam o empreendedorismo como uma competência básica. A primeira é a Lei da Educação de 2006 (LOE) que menciona a prioridade de desenvolver o empreendedorismo nos objetivos fixados para os níveis CITE 2-3 (não o nível primário). A segunda é a Lei 08/2013 para a Melhoria da Qualidade na Educação (LOMCE), uma lei recente que estabelece um quadro geral de referência e promove a EE no ensino não universitário. Há também a Lei 14/2013 para o Apoio a Empreendedores e a sua Internacionalização, que estipula que os programas para o ensino primário, ensino secundário obrigatório e não obrigatório (*Bachillerato*), e a formação profissional devem refletir a EE. Prevê a inclusão de objetivos, competências, conteúdos e critérios de avaliação para desenvolver e reforçar o espírito empreendedor, adquirir competências para iniciar uma empresa, ética empresarial e promoção da igualdade de oportunidades e respeito por empreendedores e empregadores ([194]).

No entanto, a mais relevante será porventura a "Estratégia para o Empreendedorismo e Emprego dos Jovens 2013-2016", uma estratégia nacional mais geral ligada ao desenvolvimento económico. Inclui 85 medidas a curto e longo prazo criadas para reduzir a taxa de desemprego jovem e lida com as suas causas estruturais.

([191]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

([192]) http://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2013-12886

([193]) http://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2015-738

([194]) https://www.boe.es/boe/dias/2013/09/28/pdfs/BOE-A-2013-10074.pdf

Objetivos principais

Os objetivos principais são a melhoria da empregabilidade dos jovens, o aumento da qualidade e estabilidade do emprego dos jovens, a promoção de oportunidades iguais e a promoção do empreendedorismo.

Ações concretas

Entre as 85 medidas no âmbito da estratégia, quatro são explicitamente relevantes para a EE:

1. desenvolver o conteúdo curricular associado ao empreendedorismo e a oportunidades de carreira, assim como ao conhecimento das relações laborais e do mercado de trabalho;

23. implementar programas de formação com financiamento diferencial específico para os jovens adquirirem competências em certas atividades e oportunidades de emprego que podem envolver a criação de emprego e oportunidades de empreendedorismo;

32. facilitar o empreendedorismo entre estudantes universitários e alunos de cursos de formação profissional através de incentivos para ajudá-los a realizar a sua formação em paralelo com o autoemprego;

47. encorajar os *media* a transmitir uma imagem positiva do empreendedorismo jovem.

Participação de ministérios e partes interessadas

A estratégia é conduzida pelo Ministério do Emprego e da Segurança Social e resulta da colaboração ([195]) com um largo número de ministérios e do diálogo com parceiros sociais. A estratégia inclui uma secção dedicada à construção de parcerias, com procedimentos claros para o envolvimento e contributo das partes interessadas.

Quadro de monitorização

Existe um quadro de monitorização no âmbito da estratégia que inclui medidas sobre a atividade empreendedora entre os jovens.

B) Nível das Comunidades Autónomas

A nível regional, estão em vigor as seguintes estratégias específicas e gerais.

- Estratégias específicas:
  - Andaluzia – "Plano para o Desenvolvimento de uma Cultura Empreendedora no Sistema de Ensino Público" ([196]) (2011-2015);
  - Cantábria – "Plano para o Desenvolvimento de um Espírito Empreendedor no Ensino e Formação Profissionais" ([197]) (2011-2015);
  - Galiza – "Plano para o Empreendedorismo no Sistema Educativo" ([198]) (a partir de 2010).
- Estratégias gerais:
  - Astúrias – "III Programa Integral para o Fomento da Cultura Empreendedora" ([199]) (2013-2015);

([195]) Para uma lista completa de agentes, ver http://www.empleo.gob.es/es/estrategia-empleo-joven/logos/index.htm
([196]) http://www.juntadeandalucia.es/boja/2011/137/1
([197]) http://educantabria.es/docs/fp/Emprendimiento/Fomento_del_esp%C3%ADritu_emprendedor_en_la_FP_Inicial_V03.pdf
([198]) https://www.edu.xunta.es/fp/webfm_send/1929
([199]) https://www.asturias.es/Asturias/descargas/PDF%20DE%20PARATI/emprendedores/Programa_cultura_emprendedora_2013.pdf

- Estremadura – "Plano Geral de Ação: Emprego, Empreendedores, Empresas" ([200]) (2012-2015).
- Navarra – "Plano de Empreendedorismo" ([201]) (2013-2015);
- País Basco – "Plano Institucional de Apoio à Atividade Empreendedora" ([202]) (2013-2016);
- Múrcia – "Plano de Empreendedorismo" ([203]) (2014-2017).

Existem variações substanciais entre as Comunidades quanto à estrutura, implementação e orçamento. Todos os níveis de ensino são abrangidos, apesar de algumas Comunidades se centrarem principalmente no EFP (como a Cantábria). Estas estratégias resultam da colaboração entre dois ou mais departamentos (geralmente entre Educação e Economia/Emprego), e na maioria dos casos, são inteiramente financiadas a nível regional. Outras partes interessadas incluem as câmaras de comércio, associações e prestadores privados. As ações regionais centram-se na integração do empreendedorismo no currículo em todos os níveis de ensino e na oferta de formação de professores, assim como na criação de redes e parcerias com agentes externos. Até ao momento presente, há poucos dados sobre a avaliação do impacto das estratégias regionais, que contam apenas com avaliações quantitativas ligadas à concretização dos objetivos fixados e à participação ([204]).

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

Através do LOMCE, a EE é explicitamente integrada como uma componente transversal ao currículo em todos os níveis. Foram também introduzidas disciplinas específicas de EE, que podem ser obrigatórias, como no caso do EFPI em meio escolar ("Empresas e Atividade Empresarial") ou opcionais, como acontece no ensino secundário inferior ("Introdução às Empresas e Atividade Empresarial") e no ensino secundário superior ("Economia Empresarial"). A EE também está incorporada em disciplinas como economia ou filosofia. A recente Portaria ECD/65/2015 descreveu a ligação entre competências, conteúdos e critérios de avaliação no ensino primário, secundário inferior e secundário superior geral. O Anexo II contém um conjunto de diretrizes destinadas a apoiar as estratégias em sala de aula para o desenvolvimento de competências; no entanto, não visam especificamente a competência empreendedora.

Resultados de aprendizagem

A Portaria EDC 65/2015 ([205]) estabelece que devem ser especificados para cada competência chave os resultados da aprendizagem ligados ao empreendedorismo, sendo a "Iniciativa Pessoal" um deles. Já foram definidas normas de aprendizagem. No ensino primário, é dada prioridade ao desenvolvimento de atitudes, como a iniciativa pessoal, enquanto nos níveis mais elevados, é destacada a consolidação de atitudes empreendedoras ou de ações ligadas às empresas.

([200]) http://extremaduratrabaja.gobex.es/webfm_send/1528

([201]) http://www.navarra.es/NR/rdonlyres/086EEE10-E162-4855-A0D8-5B96BB77EB3F/309913/PlandeEmprendimiento2013_2015.pdf

([202]) http://www.euskadi.eus/contenidos/noticia/xleg_plan_departamento/es_p_depart/adjuntos/plan%20apoyo%20actividad%20emprendedora%202014.pdf

([203]) http://www.institutofomentomurcia.es/web/emprende/plan-emprendemos-region-de-murcia1

([204]) Alguns artigos sobre o impacto de programas específicos foram aceites para publicação em revistas internacionais ou nacionais revistas por pares (por exemplo, a investigação realizada para avaliar o impacto do programa "Vitamina-E" (Castela e Leão). Referência: Sánchez, J. C. (2013). O impacto de um programa de educação para o empreendedorismo sobre competências e intenções empreendedoras. *Journal of Small Business Management*, *51*(3), 447-465.

([205]) Para mais informações sobre as reformas no sistema educativo: https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/eurydice/index.php/Espa%C3%B1a:Reformas_en_Educaci%C3%B3n_Primaria_y_secundaria#Relaci.C3.B3n_entre_las_competencias_clave_en_el_Sistema_educativo_espa.C3.B1ol.2C_los_contenidos_y_los_criterios_de_evaluaci.C3.B3n_de_la_educaci.C3.B3n_obligatoria_y_el_Bachillerato

Formação de professores e tipos de apoio

A) Nível nacional

A Lei 14/2013 ([206]) (sobre o apoio a empreendedores) dá prioridade à EE para professores. Antes de mais, através da formação inicial de professores (FIP) e do desenvolvimento profissional contínuo (DPC), em que «o pessoal docente deve adquirir aptidões e competências ligadas ao empreendedorismo, iniciativa empresarial, igualdade de oportunidades, criação e desenvolvimento de empresas». Por outro lado, o Ministério da Educação, Cultura e Desporto, em cooperação com as Comunidades Autónomas, deve promover a inclusão da EE no DPC dos professores.

Na prática, a FIP é da responsabilidade das diferentes universidades com autonomia para estabelecer os seus próprios programas com base no currículo central nacional. Nenhuma disciplina específica lida com abordagens metodológicas para a EE. No entanto, a Universidade de Sevilha publicou recentemente um estudo sobre o desenvolvimento da educação para o empreendedorismo na FIP ([207]).

Quanto ao DPC, há uma ampla gama de cursos sobre competências chave, mas poucos lidam exclusivamente com a EE. O Quadro Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Profissional dos Professores do INTEF ([208]) oferece cinco cursos *online* que referem explicitamente um "espírito de iniciativa e um espírito empresarial". Em 2014, o número de participantes foi de 3 602.

B) Nível das Comunidades Autónomas

Os planos de desenvolvimento profissional dos professores são estabelecidos a nível regional e muitos referem explicitamente a EE (Andaluzia, Cantábria, Catalunha, Castilla La Mancha, Estremadura, Galiza e Madrid). Por exemplo:

- Na Galiza, "EduEmprende" inclui o objetivo «permitir aos professores obter qualificações de modo a favorecer a aquisição de competências empreendedoras pelos alunos».
- Em Cantábria, o "Plano Regional para o Desenvolvimento Profissional dos Professores 2014-2015" especifica o objetivo: «promover a empregabilidade e as competências de empreendedorismo entre os alunos».

As oportunidades de formação em cursos de DPC encontram-se disponíveis na maioria das regiões, quer mencionem explicitamente ou não a EE. Alguns cursos centram-se numa definição restrita de educação para o empreendedorismo (criação de empresas, programas de mini-empresas). Outros têm uma perspetiva mais ampla, incluindo abordagens transversais ao currículo, aspetos metodológicos e, sobretudo, equipar os professores com as competências necessárias para planear, criar e implementar os seus próprios projetos de empreendedorismo.

Algumas Comunidades Autónomas criaram redes de professores. Por exemplo, na Estremadura, as escolas podem aderir à "Rede de Escolas Empreendedoras da Estremadura" (*Red Extremeña de Escuelas Emprendedoras*), criada em 2011, na condição de submeterem um plano de desenvolvimento trienal que descreva objetivos, ações a empreender, partes interessadas e metodologia de avaliação. As escolas e os professores participantes passam por um processo de acreditação.

([206]) https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2013-10074
([207]) http://www.octaedro.com/OCTart.asp?libro=16080andid=esandtxt=Educaci%F3n%20emprendedora
([208]) http://formacion.educalab.es/

França

Definição de educação para o empreendedorismo

Em França, mais do que uma definição comummente aceite, há um entendimento comum sobre a educação para o empreendedorismo (EE). É entendida no âmbito do conceito lato de ensino geral, visando desenvolver nos alunos a noção de responsabilidade, autonomia, criatividade, curiosidade e sentido de iniciativa. O espírito empreendedor é definido como a capacidade para «transformar ideias em ações, o desejo de tomar a iniciativa, antecipar, ser independente e criativo na vida privada, na vida pública e mais tarde no trabalho». Esta capacidade pode apoiar os jovens a «conceber, implementar e realizar projetos individuais ou em grupo nos domínios da arte, desporto, património e no plano socioeconómico» ([209]).

Estratégias relacionadas

Não existe uma estratégia nacional específica para a educação para o empreendedorismo em França. No entanto, estratégias e leis mais genéricas fazem referência ao desenvolvimento da EE:

- "Orientação e Planeamento para a Reconstrução da Escola na República" ([210]) – a Lei nº 2013-595 de 8 de julho de 2013 afirma que compete à escola promover um espírito de iniciativa e encorajar o envolvimento com parceiros externos através de iniciativas como visitas a empresas, estágios e descoberta da empresa, e projetos que incentivam o desenvolvimento de competências.
- Base Comum de Conhecimentos e Competências (*Socle commun*) ([211]) – Decreto nº 2015-372 de 31 de março de 2015. Esta lei identifica a ligação com a competência "Autonomia e Espírito de iniciativa", que requer que os alunos aprendam a tomar a iniciativa, a ser empreendedores e a implementar projetos após avaliar os resultados possíveis das suas ações.

No entanto, a mais relevante é a estratégia nacional de inovação "Um Novo Pacto para a Inovação", lançada em 2013. A coordenação desta estratégia compete ao Comissário Geral para a Inovação, sob a autoridade do Primeiro-Ministro, em cooperação com o Ministério da Educação Nacional, Ensino Superior e Investigação e o Ministério da Economia.

Objetivos

Distinguem-se quatro áreas de ação:

- organizar e avaliar as políticas públicas que favorecem a inovação;
- desenvolver uma cultura de empreendedorismo e inovação;
- reforçar o impacto económico da transferência de investigação pública;
- apoiar o crescimento empresarial através da inovação.

Ações concretas

Na segunda área de ação, há compromissos para:

([209]) http://www.education.gouv.fr/cid2770/le-socle-commun-de-connaissances-et-de-competences.html
([210]) http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000027677984andcategorieLien=id
([211]) http://www.education.gouv.fr/pid25535/bulletin_officiel.html?cid_bo=87834

- lançar uma iniciativa de financiamento (através do *Programme d'Investissement d'Avenir*) para projetos que visam desenvolver uma cultura de empreendedorismo e inovação (20 milhões de euros durante cinco anos);
- encorajar o pessoal docente no ensino secundário a desenvolver um espírito empreendedor;
- reforçar a interação entre escolas e laboratórios públicos de investigação para o desenvolvimento de uma cultura científica e tecnológica;
- apoiar o empreendedorismo dos alunos através da criação de centros de alunos para inovação, transferência de conhecimentos e empreendedorismo;
- estabelecer um Fim de Semana Nacional de Inovação;
- mobilizar os *media* para promover uma cultura de empreendedorismo e inovação.

Conseguiram-se progressos significativos graças a ações específicas atualmente em implementação:

- *Programme d'Investissement d'Avenir*, parcialmente financiado e monitorizado anualmente pela *Caisse des Dépôts et Consignations*: os projetos visam um aumento significativo do número de alunos que experienciam a EE e são apoiados durante três a cinco anos a partir de julho de 2015.
- Foram criados polos de estudantes para a inovação, transferência de conhecimentos e empreendedorismo (PEPITE) com o objetivo de apoiar o empreendedorismo dos estudantes. Estes polos apoiam iniciativas nacionais como a criação de um estatuto e diploma de estudante empreendedor, prémios nacionais de empreendedorismo e consultores de empreendedorismo em instituições de ensino superior.
- O Ministério da Educação Nacional, Ensino Superior e Investigação lançou em dezembro de 2015, doze medidas para reforçar a relação entre escolas e empresas. Muitas destas medidas são relevantes para a educação para o empreendedorismo:
  - fomentar estágios no nível CITE 2 de maneira a reforçar o curso *Parcours Avenir*;
  - criar um curso de desenvolvimento profissional contínuo para professores em EE;
  - encorajar cidadãos ativos a envolverem-se na "*Réserve citoyenne*" da Educação Nacional para transmitir as suas experiências aos jovens;
  - implementar uma comissão coordenadora a nível nacional sobre as relações entre escola-empresa.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

Em França, a educação para o empreendedorismo faz parte da sétima competência chave "Autonomia e Iniciativa", que constitui a base comum para todos os alunos.

No CITE 1, a aquisição de autonomia e espírito de iniciativa nas escolas primárias é transversal ao currículo.

No CITE 2, uma nova base comum prevê trabalhos práticos interdisciplinares e a realização de dois projetos por ano. Esta base envolve o princípio de "medidas ativas", para desenvolver a autonomia, iniciativa e colaboração. Exemplos incluem visitas a empresas ou a criação de uma microempresa.

São desenvolvidas atividades específicas relevantes para a EE, incluindo trabalhos de projeto (usados nos níveis CITE 1-3 e no EFPI em meio escolar), sessões de três horas de "descoberta profissional" – uma opção no CITE 2, uma semana de empreendedorismo, uma semana de sensibilização das mulheres em relação ao empreendedorismo, uma semana Escola-Empresa, jornadas nacionais de inovação e abordagens pedagógicas experimentais. O curso *Parcours Avenir* é implementado em setembro de 2015 e destina-se a organizar um programa para «desenvolver nos

alunos o espírito de iniciativa e competências empreendedoras, e ajudá-los a familiarizarem-se com o processo criativo»; destina-se ao ensino secundário inferior e superior.

Resultados de aprendizagem

Em França, a "Base Comum de Conhecimentos e Competências" define as competências que devem ser adquiridas até ao final da escolaridade obrigatória. No domínio das atitudes, estas competências incluem: autoconfiança, espírito de iniciativa, responsabilidade e autonomia. Quanto às competências empreendedoras, inclui a criatividade, gestão de tempo, planeamento do trabalho, gestão do risco/incerteza, trabalho de equipa e literacia financeira.

Estas atitudes e competências são implementadas por via de um ensino baseado em projetos em todos os níveis de ensino (apoio educativo nos níveis CITE 1-3 e EFPI em meio escolar, Descoberta Profissional no CITE 2, ensino exploratório ou trabalho pessoal supervisionado no CITE 3, projeto profissional pluridisciplinar (PPCP) no EFPI em meio escolar). Esta pedagogia envolve competências empreendedoras: iniciativa, trabalho de equipa, planeamento e organização do trabalho e desenvolvimento de um produto ou serviço em resposta a um estudo de mercado.

Formação de professores e tipos de apoio

A formação inicial de professores baseia-se num referencial de competências profissionais para pessoal docente. O professor deve ser capaz de promover a integração de competências transversais (criatividade, responsabilidade e cooperação) e a transferência de saberes através de abordagens pedagógicas adequadas. A introdução da EE no currículo da formação inicial de professores (FIP) depende a autonomia das instituições.

A oferta de DPC em EE é atualmente objeto de revisão para professores do ensino secundário. Em setembro de 2015 entrou em vigor um novo programa em todas as academias e ficará brevemente disponível na plataforma *online* de formação de professores, "M@gistères" ([212]).

O Centro de Estudos e de Investigação sobre Parcerias com Empresas e Profissões (CERPEP – *Centre d'Études et de Recherches sur les Partenariats avec les Entreprises et les Professions*) ([213]) oferece um leque de oportunidades para a formação de professores baseada em ligações entre ensino-empresa. Prevê-se o desenvolvimento do seu papel. Algumas academias oferecem formação a professores envolvidos em mini-empresas. Outros projetos são financiados pela estratégia nacional para a EE com o fim de apoiar atividades destinadas à formação de líderes ou de professores:

- o Observatório das Práticas Pedagógicas em Empreendedorismo (OPPE – *Observatoire des pratiques pédagogiques en entreprenariat*) ([214]) é um instrumento de partilha, promoção e intercâmbio de pedagogias empreendedoras.
- A rede RESPIRE ([215]) (Rede de Intercâmbio de Saberes Profissionais em Inovação, Investigação e Experimentação – *Réseau d'échange de savoirs professionnels en innovation, en recherche et en expérimentation*) incentiva a colaboração com redes de partilha entre pares e peritos em torno do tema "Empreendedorismo nas Escolas".

([212]) https://magistere.education.fr
([213]) http://eduscol.education.fr/pid31668/l-offre-stages-courts-cerpep.html
([214]) http://www.apce.com/pid11493/qu-est-ce-que-l-oppe.htmlC=173andespace=5
([215]) http://eduscol.education.fr/cid60290/respire-le-reseau-social-de-l-innovation.html

Croácia

Definição nacional

Na Croácia, usa-se como definição nacional a descrição de competência chave de empreendedorismo ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([216]).

Estratégias relacionadas

Não existe atualmente uma estratégia nacional de educação para o empreendedorismo (EE) na Croácia. A estratégia nacional prévia dirigida concretamente à educação para o empreendedorismo vigorou entre 2010-2014, e não se prevê qualquer plano para desenvolver uma nova estratégia.

A educação para o empreendedorismo é abordada na Matriz Curricular Nacional (NFC), desenvolvida pelo Ministério da Ciência, Educação e Desporto e adotada em 2010. Este trabalho é apoiado pelo SEECEL - Centro da Europa do Sudeste para a Aprendizagem do Empreendedorismo ([217]) sediado em Zagreb. O SEECEL apoia a colaboração estratégica entre oito países nos Balcãs ocidentais e na Turquia, a nível da aprendizagem empreendedora e áreas afins. É financiado pela União Europeia, agências doadoras e contributos de países membros do SEECEL.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

A Matriz Curricular Nacional (NFC) estipula que a EE deve ser incorporada nos currículos dos níveis CITE 0-3 como um tema transversal ao currículo. Este requisito do NFC ainda não foi completado na íntegra, estando atualmente a ser desenvolvidos novos programas escolares neste sentido.

No entanto, algumas escolas têm vindo a desenvolver e implementar nos seus currículos atuais uma série de atividades educativas experimentais ou não obrigatórias, que podem ser consideradas como uma educação para o empreendedorismo plenamente formada. Estas escolas estão envolvidas em programas piloto de educação para o empreendedorismo conduzidos e apoiados pelo SEECEL.

Resultados de aprendizagem

Os objetivos da EE encontram-se definidos na Matriz Curricular Nacional, e indicam que os alunos devem:

- ser formados para estabelecer, avaliar e alcançar objetivos pessoais;
- saber como elaborar e implementar planos;
- desenvolver o sentido de iniciativa e de perseverança;
- ser formados para se adaptarem a novas situações, ideias e tecnologias;
- desenvolver uma abordagem criativa em relação aos desafios, mudanças, problemas, conflitos e competição;
- desenvolver competências para a autoavaliação e para avaliar os outros, e criticar de forma construtiva o seu próprio sucesso ou falta de sucesso;

([216]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

([217]) www.seecel.hr

- desenvolver a independência, autoconfiança e integridade pessoal;
- conhecer o panorama profissional da comunidade e da sociedade em geral;
- adquirir conhecimentos básicos em relação à economia e administração de empresas;
- consciencializar-se da importância e de oportunidades para autoemprego.

Como o NFC ainda não foi implementado nos programas de estudos, não existem exemplos concretos.

Em 2015, o Ministério da Educação anunciou a formação de um Grupo de Trabalho aprovado pelo Parlamento para desenvolver resultados da aprendizagem em matéria de empreendedorismo para os níveis CITE 0-3, incluindo o EFPI em meio escolar ([218]). Os peritos para este grupo foram recrutados no verão de 2015 com a incumbência de desenvolver resultados da aprendizagem até finais de 2015. Estes resultados serão testados em setembro de 2016 e prevê-se a sua implementação em setembro de 2017. Os resultados da aprendizagem serão divididos em três domínios: pensar de forma empreendedora, agir de forma empreendedora e literacia económica e financeira.

Formação de professores e tipos de apoio

A introdução da educação para o empreendedorismo no currículo da formação inicial de professores é uma questão de autonomia institucional. O desenvolvimento profissional contínuo (DPC) está disponível para todos os professores do ensino primário até ao ensino secundário, incluindo o ensino e formação profissionais iniciais (EFPI) em meio escolar. A partir do ano letivo de 2014/15, a Agência de Educação e Formação de Professores (ETTA) iniciou uma série de seminários e *workshops* de DPC para pessoal escolar (diretores de escolas, professores e outros) com foco na EE. Estas atividades são financiadas a partir dos fundos regulares destinados a atividades gerais de DPC conduzidas pela ETTA.

Não existem orientações centrais sobre a educação para o empreendedorismo. O Ministério da Educação colabora com o SEECEL, que atua como um centro de especialização, através da ETTA. A Croácia está atualmente a liderar um projeto-piloto transnacional que apoia o DPC, coordenado pelo SEECEL em cooperação com a autoridade nacional de formação de professores. Este projeto diz respeito a oito escolas primárias e quatro escolas secundárias. Inclui financiamento direto, apoio curricular (incluindo experiências práticas de empreendedorismo), formação de professores e criação de redes, juntamente com mecanismos de tutoria de professores entre escolas que já implementaram a EE e as novas escolas que aderem ao projeto-piloto do SEECEL.

([218]) http://www.kurikulum.hr/wp-content/uploads/2015/05/Poduzetništvo.pdf

Itália

Definição de educação para o empreendedorismo

Ao invés de uma definição nacional, a Itália refere-se à descrição de competência empreendedora ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([219]). Esta definição tem sido usada nas Orientações Curriculares Nacionais para a educação pré-escolar, ensino primário e secundário inferior, na Secção dedicada aos perfis dos alunos no final do ensino secundários inferior.

Estratégias relacionadas

Não existe uma estratégia nacional atual de educação para o empreendedorismo (EE) na Itália.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

Nos níveis CITE 1 e 2, a EE (definida como "espírito de iniciativa e de empreendedorismo") é uma competência transversal ao currículo. É introduzida através do Certificado Experimental de Competências ([220]) emitido no final do 5º ano do ensino primário e no final do 3º ano do ensino secundário inferior.

No CITE 3 e no EFPI, o "espírito de iniciativa e de empreendedorismo" encontra-se incluído nos conteúdos específicos da disciplina "Lei e Economia" e na *alternanza scuola-lavoro* ([221]) (experiências alternadas de escola e prática, seja através de cursos de aprendizagem ou estágios, ou de atividades na sala de aula com o apoio de especialistas externos como a *Junior Achievement* ([222])).

A alternância escola/trabalho é um meio para introduzir elementos de aprendizagem baseada no trabalho em programas de ensino (aprendizagem dual). Foi introduzido oficialmente em 2005 e encontra-se em todas as vias do secundário superior, bem como em percursos formativos técnicos pós-secundários e no ensino superior técnico universitário e não universitário. A forma que esta alternância assume pode variar significativamente em função da autonomia da escola na elaboração dos seus programas. Por exemplo, pode assumir a forma de uma simulação de uma empresa de formação na escola, gerida pelos alunos, particularmente em escolas técnicas, com a finalidade de apoiar a economia e as finanças. Também pode assumir a forma de aprendizagem baseada em contrato (numa empresa). Nestes casos, a parte do programa desenvolvida na empresa vai até 50% no ensino secundário superior e em percursos formativos. Cada percurso é planeado, implementado e avaliado pelo estabelecimento de ensino, com base num acordo específico (protocolo de entendimento) assinado com a empresa parceira ou associação empresarial, câmaras de comércio, organismos públicos.

([219]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

([220]) Diretrizes Nacionais para o Currículo na Educação Pré-escolar, Ensino Primário e Secundário Inferior, emitidas pelo Decreto Ministerial nº 254/2012 http://www.indicazioninazionali.it/documenti_Indicazioni_nazionali/indicazioni_nazionali_infanzia_primo_ciclo.pdf

([221]) Introduzido em 2003 através do Decreto nº 2005/77, no 4º e 5º anos nos institutos técnicos e profissionais e nas escolas de ensino secundário superior geral. A reforma da escola de 2010/11 (Decreto nº 87/2010) reconhece especificamente a formação em alternância como uma metodologia de ensino para os percursos de aprendizagem em todas as escolas técnicas, profissionais e de ensino secundário superior geral. http://www.istruzione.it/allegati/2015/Guida_Operativa.pdf

([222]) http://www.jaitalia.org

Uma nova lei ([223]) veio definir a norma mínima para o programa *alternanza scuola-lavoro* nos últimos três anos do ensino secundário superior: um mínimo de 200 horas na escola e um mínimo de 400 horas em escolas técnicas e profissionais. Estas normas são obrigatórias, embora se preveja um período de transição.

Resultados de aprendizagem

Nos níveis CITE 1 e 2, os resultados da aprendizagem não são definidos como tal, mas existe uma competência interdisciplinar. A nível da escola primária, o aluno deve ser capaz de demonstrar originalidade e sentido de iniciativa e realizar projetos simples. No nível secundário inferior, o aluno deve ser capaz de demonstrar originalidade e um sentido de iniciativa, assumir a responsabilidade, pedir ajuda quando está em dificuldades e ajudar os colegas que pedem ajuda. O aluno deve ser capaz de fazer uma autoanálise e lidar com novos desenvolvimentos e eventos inesperados.

No nível CITE 3, a disciplina "Direito e Economia" prevê uma competência referente à EE. Nos dois primeiros anos da escola técnica (setores de economia e tecnologia), a aquisição de competências empreendedoras também é fomentada através da gestão de projetos, gestão de processos de produção relacionados com funções empresariais e da aplicação das regulamentações nacionais e europeias, nomeadamente no domínio da segurança e proteção do ambiente. Uma das competências que os alunos devem adquirir é "reconhecer os aspetos jurídicos e económicos que caracterizam a atividade empreendedora".

Formação de professores e tipos de apoio

Em 2016, o Ministério da Educação prevê lançar projetos de desenvolvimento profissional para aumentar as competências dos professores de escolas secundárias gerais e profissionais e institutos técnicos que trabalham em percursos de formação *alternanza scuola-lavoro*. Cada escola e cada rede escolar pode iniciar percursos de desenvolvimento profissional para professores de todas as disciplinas, incluindo a educação para o empreendedorismo; não existem, porém, informações disponíveis sobre o número de escolas que o fazem no domínio da EE.

([223]) http://www.federalismi.it/nv14/articolo-documento.cfm?Artid=30033

Chipre

Definição de educação para o empreendedorismo

Está em desenvolvimento uma definição nacional baseada na Recomendação do Parlamento Europeu de 2006 e no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([224]).

Estratégias relacionadas

Não existe atualmente uma estratégia nacional relativa ao empreendedorismo em Chipre.

Está em curso uma iniciativa para desenvolver uma estratégia de empreendedorismo, que fará parte no novo quadro estratégico do Ministério da Educação e Cultura.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

A educação para o empreendedorismo (EE) não é explicitamente reconhecida nos documentos de orientação e nas diretrizes relativas à implementação dos currículos. No entanto, a partir de 2010, foram desenvolvidos e implementados novos currículos para o ensino primário e secundário que se centram em competências chave, incluindo a criatividade e a inovação. Como parte da inovação educativa iniciada em 2004, verifica-se que estes novos currículos colocam uma ênfase no desenvolvimento de competências relacionadas com o empreendedorismo, inovação e criatividade.

Níveis CITE 1-3: nos novos programas para estes níveis, implementados no ano letivo de 2011/12, entre os objetivos transversais ao currículo, salientam-se os atributos, competências e métodos de trabalho que estimulam o comportamento empreendedor.

Nível CITE 3 (EFP): entre 90% e 100% dos alunos de EFP em Chipre participam em programas de empreendedorismo em algum momento durante o seu percurso escolar.

Resultados de aprendizagem

Não há resultados da aprendizagem ligados à educação para o empreendedorismo.

Formação de professores e tipos de apoio

Chipre está atualmente a organizar seminários facultativos, mas orientados durante todo o ano, em cooperação com o Instituto Pedagógico de Chipre. Estes seminários obedecem o modelo de formação em serviço para os professores do ensino primário, secundário e técnico, diretores de escolas e decisores políticos. Os seminários serão organizados em cooperação com o Ministério da Educação e Cultura e o setor industrial.

([224]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

Letónia

Definição de educação para o empreendedorismo

Na Letónia, é utilizada como definição nacional a descrição de competência chave de empreendedorismo ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([225]).

Estratégias relacionadas

A estratégia relevante de educação para o empreendedorismo (EE) para o ensino escolar geral e o EFPI em meio escolar está contida nas "Orientações para o Desenvolvimento da Educação", publicadas pelo Ministério da Educação e Ciência. Abrange o período 2014-2020 e refere-se a todos os níveis de ensino e de formação.

Existe também uma estratégia de ensino superior, "Quadro Nacional para o Desenvolvimento do Ensino Superior e das Instituições de Ensino Superior", relacionado com a EE, que visa criar um sistema de ensino superior competitivo a nível da UE. A estratégia apresenta quatro prioridades sendo a EE a primeira prioridade na modernização do ensino superior.

Objetivos principais

Um dos objetivos das "Orientações para o Desenvolvimento da Educação" é promover o desenvolvimento das competências profissionais e sociais dos indivíduos com base em valores para a vida e a empregabilidade. Os objetivos específicos relacionados com a educação para o empreendedorismo são:

- continuar a desenvolver a EE como uma das competências a reforçar através da melhoria dos conteúdos educativos para os níveis CITE 1 a 3;
- desenvolver programas modulares no âmbito do ensino e formação profissionais, incluindo um programa sobre "iniciativa e empreendedorismo";
- desenvolver as competências profissionais dos professores, incluindo o empreendedorismo;
- desenvolver a oferta de educação não formal e extracurricular em diversos domínios, incluindo o empreendedorismo.

Ações concretas

- Desenvolver a educação, conteúdos e ferramentas de aprendizagem inovadores, incluindo a avaliação dos resultados da aprendizagem, para apoiar novas competências, incluindo o espírito empreendedor e as competências empreendedoras;
- desenvolver as competências profissionais dos professores (incluindo o empreendedorismo, as competências financeiras, de liderança, TIC e línguas estrangeiras) atingindo 50% das pessoas envolvidas em atividades de desenvolvimento profissional contínuo até 2017 e 80% até 2020;
- aumentar a informação sobre profissões empresariais/empreendedoras desenvolvendo um recurso (*Profesiju pasaule*).

([225]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

Participação de ministérios e partes interessadas

Na Letónia, o envolvimento e o impacto das instituições governamentais na educação para o empreendedorismo encontram-se descentralizados. Distinguem-se três instituições governamentais com responsabilidade no domínio da EE:

- Ministério da Economia, nomeadamente a Agência Letã de Investimento e Desenvolvimento (LIDA);
- Ministério da Educação e Ciência (MoES);
- Ministério da Previdência Social (MoW).

O MoES trabalha em cooperação com as partes interessadas, incluindo os ministérios e agências estatais da Letónia, organizações nacionais da sociedade civil, a Confederação de Empregadores da Letónia, a Associação de Estudantes da Letónia, a Câmara de Comércio e Indústria da Letónia e a Comissão do Mercado Financeiro e de Capitais.

Quadro de monitorização

É fornecido pelo Ministério da Educação e Ciência um quadro de monitorização. Em relação às "Orientações para o Desenvolvimento da Educação 2014-2020", o Ministério deverá apresentar um relatório intercalar ao Gabinete em 30 de setembro de 2017. O relatório final deverá ser entregue em 30 de setembro de 2021.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

Nos níveis CITE 1-2, a educação para o empreendedorismo encontra-se essencialmente integrada na disciplina obrigatória de ciências sociais. No entanto, a temática também pode estar presente noutras disciplinas como, por exemplo, economia doméstica e tecnologia", matemática, física, química, biologia e artes visuais. No quadro da escolaridade obrigatória, é organizada pelo professor da turma uma aula por semana - conhecida como "aula da turma" ou "aula informal" -, dedicada à discussão de vários temas como a orientação de carreira, EE, participação civil, etc.

As disciplinas não obrigatórias também podem ser abordar o empreendedorismo. Por exemplo, no nível 3 da CITE, a EE é uma das questões centrais na disciplina de economia entre o 10º e o 12º anos.

Além disso, as instituições de ensino geral podem desenvolver e, após a acreditação, implementar os seus próprios parâmetros em áreas relacionadas com a EE, por exemplo, Essencial sobre Negócios, Empreendedorismo, etc.

Resultados de aprendizagem

Nos níveis CITE 1-2, os resultados da aprendizagem de EE estão geralmente ligados à sensibilização para o empreendedorismo. Os principais resultados são o reconhecimento do papel dos empreendedores na sociedade e das qualidades necessárias para se ser um bom empreendedor. Os resultados incluem a capacidade de adquirir competências necessárias para o empreendedorismo, como trabalhar em equipa, cooperação, implementar planos simples, etc.

No nível 3 da CITE e no EFPI em meio escolar, os resultados da aprendizagem estão ligados aos conhecimentos económicos e comerciais e à capacidade para aplicar algumas competências necessárias ao empreendedorismo eficiente.

A disciplina de ciências sociais (entre o 1º ano e o 9º ano) integra o empreendedorismo e todos os debates e temas de aprendizagem são coerentes e expõem os progressos entre cada nível de ensino.

Os requisitos para ingressar no módulo de EFPI "Iniciativa e Empreendedorismo" incluem a conclusão dos níveis CITE 1-2, incluindo a disciplina obrigatória de ciências sociais, que incorpora temas de empreendedorismo. Há também o requisito de prosseguir os estudos no nível CITE 3, onde a economia faz parte das disciplinas ministradas.

Formação de professores e tipos de apoio

A educação para o empreendedorismo é um tema obrigatório na formação inicial dos futuros professores do ensino primário e geral. Quanto à oferta de DPC, é disponibilizada aos docentes de todos os níveis de ensino.

O desenvolvimento das competências profissionais dos professores é apoiado por várias instituições nacionais e organismos privados, incluindo o Ministério da Educação e Ciência, os Conselhos Regionais de Educação, a Agência Estatal de Desenvolvimento Educativo, a Agência de Investimento e Desenvolvimento, instituições de ensino superior, a *Junior Achievement Latvia*, etc., que oferecem apoio em conformidade com sua missão e as suas tarefas.

O financiamento europeu para atividades de EE destinadas a professores e alunos nos níveis CITE 2 e 3 é administrado pela Agência Letã de Investimento e Desenvolvimento (2009-2015). Esta Agência organiza seminários e *workshops* sobre questões de empreendedorismo para alunos nos níveis CITE 2 e 3 e respetivos professores.

Até ao presente, tem-se assistido a ações fragmentadas, mas as "Orientações para o Desenvolvimento da Educação 2014-2020" estabelecem objetivos para o DPC no domínio da educação para o empreendedorismo, literacia financeira, liderança, TIC e línguas estrangeiras. Existem objetivos específicos para aumentar a proporção de professores formados, de modo a atingir 50% em 2017 e 80% em 2020.

Lituânia

Definição de educação para o empreendedorismo

Ao invés de uma definição nacional, a Lituânia refere-se à descrição de competência empreendedora ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([226]).

Estratégias relacionadas

A Lituânia não possui uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo (EE); no entanto, esta é explicitamente incluída no "Plano de Ação Nacional para o Empreendedorismo 2014-2020" ([227]). Esta estratégia cobre todos os níveis de ensino, incluindo o pré-escolar, primário, básico, secundário, profissional, pós-secundário, superior e educação de adultos e decorre da anterior "Estratégia de Literacia Económica e Educação para o Empreendedorismo" ([228]) que decorreu entre 2004 e 2012.

Objetivos principais

A principal meta é aumentar o nível de empreendedorismo e reflete especificamente os objetivos do "Plano de Ação Empreendedorismo 2020" da Comissão Europeia ([229]), com três subobjetivos:

- criar um sistema coerente e contínuo de educação para o empreendedorismo;
- criar um ambiente propício à criação e desenvolvimento de empresas;
- promover o empreendedorismo, garantir a disponibilidade de serviços públicos para as empresas, identificar os grupos-alvo (jovens, mulheres), incentivar a criação de *start-ups* e o empreendedorismo social, apoiar o empreendedorismo nas regiões e promover uma imagem positiva dos empreendedores.

Ações concretas

Ao abrigo do ponto 1.1. "criar um sistema coerente e contínuo de educação para o empreendedorismo", são identificadas as seguintes ações concretas:

1.1.1. assegurar que o empreendedorismo e a literacia financeira são integrados no currículo de educação pré-escolar e do ensino primário;

1.1.2. proporcionar pelo menos uma oportunidade para que, antes do final do ensino obrigatório, os alunos adquiram uma experiência prática em empreendedorismo, por exemplo, através da gestão de uma empresa educativa estudantil, de uma experiência de trabalho numa empresa de formação comercial ou responsabilizando-se por um projeto numa empresa comercial ou social;

1.1.3. para reforçar a experiência prática dos alunos que seguem a via profissional, para além da componente prática obrigatória no curso, os alunos podem ter cursos práticos suplementares e assinar um protocolo de formação bilateral (entre o estudante e a instituição);

([226]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

([227]) http://www.ukmin.lt/uploads/documents/Verslumo_veiksmu_planas_2014-2020_1.pdf

([228]) http://www3.lrs.lt/pls/inter3/dokpaieska.showdoc_l?p_id=235714andp_query=andp_tr2=

([229]) http://ec.europa.eu/growth/smes/promoting-entrepreneurship/action-plan/index_en.htm

1.1.4. desenvolver trabalhos práticos em função da profissão; reforçar a parceria com os parceiros sociais;

1.1.5. implementar medidas para incentivar a cooperação entre escolas de ensino geral e organizações não-governamentais a fim de apoiar a promoção do empreendedorismo e a participação dos alunos em atividades de voluntariado;

1.1.6. melhorar as competências de EE dos professores nas escolas de ensino geral e profissional e dos supervisores de escolas superiores;

1.1.7. encorajar iniciativas criativas de crianças e jovens.

Participação de ministérios e partes interessadas

- Governo: Ministério da Economia, Ministério da Educação e Ciência, Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Ministério da Cultura, Ministério da Agricultura, Ministério do Transporte;
- Outro: empresas, ONGs;
- Educação, por exemplo, instituições de EFP.

Quadro de monitorização

O “Plano de Ação Nacional para o Empreendedorismo” contém um quadro de monitorização.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

O empreendedorismo é uma das competências-chave a adquirir na educação formal. A educação para o empreendedorismo é um objetivo transversal a todos os níveis de ensino através do "Programa Nacional de Economia e Empreendedorismo" para o ensino básico. Este programa baseia-se em competências-chave (incluindo o empreendedorismo, a comunicação, o aprender a aprender e a cidadania) e prevê possibilidades de ensino e aprendizagem de diferentes tipos, por exemplo, empresas de estudantes e concursos de empresas.

No nível secundário (do 1º ao 12º ano), a EE é abordada em diferentes áreas através de um programa integrado que visa introduzir conhecimentos, competências e capacidades que podem ser expandidos em várias atividades extraescolares. No nível CITE 2, trata-se de uma disciplina obrigatória separada, "Economia e EE", no programa de educação formal (34 horas no 9º-10º anos). No nível CITE 3 nos 11º-12º anos, a economia não é um tema obrigatório e as escolas propõem programas opcionais para os alunos, como "Empresas de Estudantes", "Economia e Negócios", "Negócios e Gestão” e outros.

Resultados de aprendizagem

O "Programa Nacional de Economia e Empreendedorismo" contém indicadores a nível de conhecimentos, compreensão e competências dos alunos, que ajudam o professor a observar, generalizar, identificar as realizações individuais dos alunos e a distinguir as tarefas. São definidos e descritos os seguintes níveis: básico, médio e superior. Os indicadores de nível não são quantitativos, mas qualitativos, e visam não só avaliar os níveis de desempenho dos alunos (baseados em pontos), mas também ajudar os professores a avaliar as competências de cada aluno e planear formas de as desenvolver a fim de melhorar os resultados do ensino.

Por exemplo, no final do programa obrigatório do nível CITE 2 ([230]), os alunos que atingem o nível básico dever ser capazes de:

- avaliar o seu papel no mundo empresarial e explicar o significado de empreendedorismo;
- ser responsáveis, tomar a iniciativa, fixar metas e avaliar os esforços de outras pessoas.

Formação de professores e tipos de apoio

Em 2010, a Lituânia aprovou o "Regulamento de Formação de Professores" ([231]), no qual a educação para o empreendedorismo não é enfatizada. Contudo, na Universidade de Ciências da Educação da Lituânia, a formação inicial de professores inclui uma opção de módulos relacionados com a economia e o empreendedorismo.

Esta universidade oferece oportunidades de DPC para professores responsáveis por cursos de economia e de empreendedorismo no ensino geral e secundário e no EFPI em meio escolar.

([230]) Resultados da aprendizagem do programa de ensino básico de estudos sociais: http://www.smm.lt/uploads/documents/svietimas/ugdymo-programos/6_Socialinis-ugdymas.pdf; Resultados da aprendizagem do programa de ensino secundário geral: http://www.upc.smm.lt/suzinokime/bp/2011/Socialinis_ugdymas_5_priedas.pdf

([231]) http://www3.lrs.lt/pls/inter3/dokpaieska.showdoc_l?p_id=425048

Luxemburgo

Definição de educação para o empreendedorismo

Não existe uma definição nacional de educação para o empreendedorismo (EE). No Luxemburgo, o empreendedorismo é reconhecido como uma competência transversal a ser desenvolvida.

Estratégias relacionadas

Não existe atualmente uma estratégia nacional de educação para o empreendedorismo no Luxemburgo.

Junior Achievement – Young Enterprise (*Jonk Entrepreneuren*) ([232]) é parcialmente financiado pelo Governo do Luxemburgo para apoiar a EE nas escolas. São representados no conselho de diretores o Ministério da Economia; o Ministério da Educação, da Infância e Juventude e o Ministério do Estado (do Primeiro Ministro do Luxemburgo).

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

O Ministério da Educação, da Infância e Juventude do Governo do Luxemburgo participa na importante iniciativa política europeia financiada pelo Erasmus + "Youth Start - Entrepreneurial Challenges" ([233]), que apoia a introdução de experiências práticas de empreendedorismo no ensino obrigatório. A educação para o empreendedorismo pode ser incluída no ensino das línguas no nível CITE 1 e em várias disciplinas do nível CITE 2. Tudo depende se os professores estão ou não dispostos a integrar conteúdos de EE no seu tempo letivo. No nível CITE 3, a EE é obrigatória para os alunos de economia e comércio das escolas secundárias técnicas e é facultativa para todos os outros alunos das escolas técnicas e do ensino secundário geral. No EFPI em meio escolar a EE é obrigatória para os alunos de economia, comércio e administração e opcional para todos os outros.

Resultados de aprendizagem

Alguns resultados da aprendizagem de EE, como o planeamento ou a literacia financeira são integrados em diferentes programas de estudo no ensino secundário superior. No entanto, não são definidos como resultados da aprendizagem de EE. O trabalho de equipa é o método de ensino mais privilegiado, enquanto a literacia financeira é quase sempre ensinada em disciplinas específicas.

Formação de professores e tipos de apoio

Atualmente, o desenvolvimento das competências profissionais em EE é essencialmente uma questão de motivação dos professores. A educação para o empreendedorismo não é uma disciplina obrigatória na formação de professores em qualquer nível. Só existem cursos de DPC para professores de economia e comunicação em cursos de EFPI em meio escolar.

([232]) http://jonk-entrepreneuren.lu/
([233]) www.youthstartproject.eu

Hungria

Definição de educação para o empreendedorismo

Ao invés de uma definição nacional, o Currículo Nuclear nacional na Hungria ([234]) refere-se à descrição de competência empreendedora ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([235]). É descrita da seguinte forma: «Os conhecimentos relacionados incluem o reconhecimento e a compreensão das oportunidades e desafios ligados à vida pessoal e profissional ou a atividades comerciais, bem como a compreensão geral sobre como funciona a economia e uma abordagem autoconfiante em relação às finanças. O indivíduo deve estar ciente dos termos financeiros e legais e das condições de funcionamento das empresas. Inclui competências como o planeamento, gestão, liderança, delegação de tarefas, análise, comunicação, raciocínio, avaliação de experiências, avaliação e tomada de riscos, trabalho individual e em equipa e comportamento ético. Uma atitude positiva caracteriza-se pela independência, criatividade e inovação, motivação para alcançar objetivos e resiliência na vida pessoal e social, bem como no trabalho».

Estratégias relacionadas

Não existe atualmente uma estratégia nacional de educação para o empreendedorismo (EE). Três estratégias gerais incluem referências à EE: em primeiro lugar, a "Estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida para a Hungria 2014-2020" ([236]); em segundo lugar, a "Estratégia Nacional para a Juventude 2009-2024" ([237]); e por último, a "Estratégia Nacional para a Investigação, Desenvolvimento e Inovação 2013-2020" ([238]).

Entre estas três estratégias, a "Estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida para a Hungria" é a mais relevante, apelando explicitamente ao desenvolvimento de competências empreendedoras a todos os níveis.

Objetivos principais

- reforçar o ensino das competências básicas e das competências-chave, incluindo a EE;
- enfatizar as competências mais amplas no âmbito da reintegração dos jovens (abandono escolar) na educação (ligações com as competências empreendedoras, em concreto, a resolução de problemas e negociação);
- evidenciar as competências horizontais, a fim de assegurar a relevância da educação de adultos no mercado de trabalho;
- utilizar os resultados da aprendizagem baseados na competência.

Ações concretas

Está em curso a elaboração de um Plano de Ação para a estratégia referida.

([234]) https://www.ofi.hu/sites/default/files/attachments/mk_nat_20121.pdf
([235]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312
([236]) http://www.kormany.hu/download/7/fe/20000/Egész%20életen%20át%20tartó%20tanulás.pdf
([237]) http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Youth/Hungary/Hungary_National_Youth_Strategy.pdf
([238]) http://www.kormany.hu/download/5/ef/e0000/Nemzeti_KFI_strat%C3%A9gia.pdf

A "Estratégia Nacional para a Juventude 2009-2024" ([239]) faz referência à EE para os jovens em geral, e não se foca em níveis de ensino específicos. A aspiração é que os jovens «se tornem autossuficientes, tenham uma abordagem flexível da vida, iniciem uma carreira, apliquem ideias inovadoras e assim contribuam para o desenvolvimento económico e social da sociedade e se tornem empreendedores». Além disso, «aproveitando as oportunidades de educação e de aprendizagem informal, deve ser promovida entre os jovens uma mentalidade empreendedora». São monitorizados indicadores gerais, como o desemprego jovem e a participação em atividades comunitárias. Há um indicador específico para a criação de empresas, designadamente: melhorar a «proporção de jovens empreendedores em comparação com todos os jovens que não são estudantes ou reformados».

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

A educação para o empreendedorismo é transversal ao currículo para os níveis CITE 1-3 incluindo o EFPI em meio escolar.

A EE é representada de uma forma relativamente complexa no Currículo Nuclear nacional e nos respetivos programas de estudo nacionais. Trata-se de uma competência-chave que deve ser abordada em todas as áreas disciplinares. O Currículo Nuclear também define doze objetivos transversais, dos quais três estão relacionados com a educação para o empreendedorismo:

• assumir responsabilidade pelos outros, voluntarismo;

• orientação profissional;

• desenvolvimento da literacia financeira e monetária.

Os objetivos e as perspetivas variam em função dos grupos etários e áreas de estudo; nas disciplinas científicas e técnicas, por exemplo, é colocada mais ênfase na criatividade, planeamento, análise, avaliação de risco e de tendências e gestão do trabalho de projeto. No entanto, em geografia ou história, há maior incidência na compreensão da terminologia e contextos financeiros e jurídicos, o funcionamento geral do mundo dos negócios e questões de ética. Além disso, é obrigatória a prática voluntária como parte do currículo.

Resultados de aprendizagem

Não há resultados da aprendizagem definidos para o empreendedorismo.

Formação de professores e tipos de apoio

A educação para o empreendedorismo é abordada como um objetivo educativo abrangente e uma tarefa de desenvolvimento no Curricular Nuclear nacional, que recomenda abordagens pedagógicas gerais (tais como o desenvolvimento individual e a aprendizagem ativa), mas não fornece orientações diretas para qualquer competência-chave ou tarefas de desenvolvimento.

A integração da EE na formação inicial de professores é uma questão de autonomia institucional.

O Instituto Nacional de Ensino Profissional e Educação de Adultos (NSZI) oferece um curso de DPC sobre o ensino do empreendedorismo, aberto a todos os professores de EFPI em meio escolar.

([239]) http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Youth/Hungary/Hungary_National_Youth_Strategy.pdf

Malta

Definição de educação para o empreendedorismo

Em Malta, a definição de educação para o empreendedorismo (EE) partilhada pela maioria das partes interessadas é a mesma que consta na Matriz Curricular Nacional:

«O empreendedorismo permite que crianças e jovens desenvolvam competências para a vida, permite-lhes lidar com a incerteza, responder às mudanças e ser criativo. As competências transversais de empreendedorismo incluem competências sociais e atitudes empreendedoras; as competências técnicas empreendedoras centram-se mais no desenvolvimento de competências para os negócios, como a elaboração de um plano de negócios. Os elementos de um comportamento empreendedor (curiosidade, autonomia, criatividade, iniciativa e espírito de equipa) são incorporados e reforçados através da integração de programas, projetos e atividades de empreendedorismo no currículo escolar estabelecido» ([240]).

Estratégias relacionadas

Não existe uma estratégia nacional de educação para o empreendedorismo (EE) em Malta, nem este tema é abordado em qualquer estratégia governamental mais geral. No entanto, a EE é incluída na Matriz Curricular Nacional.

A Matriz Curricular Nacional foi lançada em 2012 e abrange o ensino primário e secundário (CITE 1-3). O ministério responsável é o Ministério da Educação e do Emprego, mas o desenvolvimento desta matriz envolveu uma vasta consulta ([241]) com outras entidades, entre as quais sindicatos, pessoas jurídicas, partidos políticos, professores, estudantes e pais.

Objetivos principais

A Matriz Curricular Nacional propõe uma abordagem pedagógica holística que deve favorecer um clima de criatividade que desenvolve a «comunicação, o pensamento lateral, a originalidade, o desenvolvimento afetivo, a liderança, o questionamento, a intuição, o pensamento crítico, a resolução de problemas, o estímulo de um espírito empreendedor, a abertura à diversidade cultural e a capacidade para se exprimir» ([242]). A implementação desta abordagem está ligada ao Perfil e ao Certificado do Ensino Secundário ([243]) que atesta a aprendizagem formal e não formal seguida pelos alunos.

A partir de 2016/17, os resultados da aprendizagem relativos à educação para o empreendedorismo serão explicitamente referidos nos programas de estudos de todas as disciplinas obrigatórias e opcionais nos níveis CITE 1, 2 e 3, incluindo o EFPI em meio escolar. Esta intenção adota a forma de uma recomendação central publicada através destes documentos oficiais e a sua implementação será realizada por vários anos para que a EE seja integrada progressivamente em cada nível de ensino.

([240]) https://curriculum.gov.mt/en/Resources/The-NCF/Pages/default.aspx (ver p. 38)

([241]) Para mais informação sobre o processo de consulta: http://curriculum.gov.mt/en/Resources/The-NCF/Pages/default.aspx#Consultation e http://curriculum.gov.mt/en/Resources/The-NCF/Documents/Consult_Docs/Analysis%20of%20Feedback_Entities.pdf

([242]) https://curriculum.gov.mt/en/Resources/The-NCF/Pages/default.aspx (ver p. 38)

([243]) http://skola.edu.mt/wp-content/uploads/2012/11/handbookweb.pdf http://weavefx.com/smcboys/wp-content/uploads/2015/06/SSCP-circular-to-parents.pdf

Ações concretas

- Fornecer orientação sobre o tema transversal "Educação para o empreendedorismo, criatividade e inovação";
- Objetivos da EE para o nível CITE 1 – os alunos devem valorizar os processos que levam à criação e implementação de novas ideias; compreender e desenvolver a capacidade de pensar, criar e valorizar novos produtos que os ajudam e aos outros a adaptarem-se às mudanças na sociedade; experienciar a tomada de riscos, planear, mostrar perseverança e imaginação para criar produtos; acreditar em si próprio e ser capaz de ser útil e produtivo para si próprio, para um grupo de amigos, a turma e a escola ([244]);
- Objetivos da EE para os níveis CITE 2-3 - os alunos devem estar equipados para antecipar, iniciar e lidar com a mudança; desenvolver capacidades organizacionais; desenvolver capacidades necessárias para a dinâmica de grupo, avaliação dos riscos e resolução de conflitos ([245]).

Quadro de monitorização

A integração da EE como tema transversal ao currículo não foi monitorizada ou avaliada durante o ano letivo de 2014/15, mas está planeada uma avaliação em inícios do ano letivo de 2016/17 com a implementação de um Quadro de Resultados de Aprendizagem e de Programas de Aprendizagem e de Avaliação.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

A educação para o empreendedorismo é recomendada a nível central e será explicitamente referida nos currículos do ano letivo de 2016/17. A EE é um dos temas interdisciplinares definidos na Matriz Curricular Nacional, relevante para todas as escolas primárias e secundárias (CITE 1-3). O Quadro de Resultados de Aprendizagem está atualmente a ser desenvolvido e segue as sugestões da Matriz Curricular Nacional, desenvolvendo a EE como um tema transversal de forma mais aprofundada, definindo resultados de aprendizagem específicos. Em simultâneo, estão a ser desenvolvidos Programas de Aprendizagem e de Avaliação para cada disciplina lecionada nos níveis CITE 1, 2 e 3. Estes Programas integram explicitamente os objetivos específicos de EE definidos no Quadro de Resultados de Aprendizagem para todas as disciplinas em todos os níveis.

Os objetivos gerais da EE como tema transversal consistem em transmitir aos alunos as atitudes, conhecimentos e capacidades para agir de forma empreendedora e adquirir as competências que irão promover a sua empregabilidade ao longo da vida num ambiente social, económico e comercial em rápida mutação. Isso inclui tornarem-se cidadãos empreendedores noutras esferas para além da indústria ou do emprego. Esses objetivos exigem o desenvolvimento de capacidades pessoais e interpessoais genéricas e transversais, fundamentais para os alunos se tornarem empreendedores, e para fomentar o conhecimento e a compreensão necessários para prosseguir projetos empreendedores e ter um espírito empreendedor que seja criativo e inovador.

Resultados de aprendizagem

Está atualmente a ser desenvolvido um Quadro de Resultados de Aprendizagem. Estão igualmente a ser desenvolvidos Programas de Aprendizagem e de Avaliação para cada uma das 48 disciplinas

([244]) NCF, 2012, p. 52.
([245]) NCF, 2012, p. 59.

específicas ensinadas nos níveis CITE 1, 2 e 3. Estes programas especificam os resultados da aprendizagem de EE a atingir em cada disciplina e nível de ensino. Os Programas de Aprendizagem e de Avaliação asseguram o desenvolvimento gradual de resultados da aprendizagem universais de EE, ao longo de toda a escolaridade obrigatória e no âmbito de cada disciplina.

Formação de professores e tipos de apoio

Embora não existam recomendações ou diretrizes atuais a nível central para a formação e apoio aos professores em matéria de educação para o empreendedorismo, aquelas estão a ser desenvolvidas no âmbito do Quadro de Resultados de Aprendizagem e serão lançadas durante o ano letivo de 2016/17.

Não existe qualquer atividade de DPC em educação para o empreendedorismo nos cursos oficiais de graduação ou pós-graduação ministrados pela Universidade de Malta, que é o único portal para a certificação de professores qualificados neste nível. No entanto, *Junior Achievement - Young Enterprise* (JA - YE) Malta pode ser convidado a organizar atividades de DPC para docentes com o fim de estes se familiarizarem com os programas educativos de JA - YE Malta e com metodologias usadas para implementar atividades de EE em sala de aula.

Países Baixos

Definição de educação para o empreendedorismo

Os Países Baixos, foi adotada a definição de Grupo de Trabalho Temático [europeu] para a Educação para o Empreendedorismo (EE):

«A educação para o empreendedorismo diz respeito ao desenvolvimento das competências dos alunos e da sua capacidade para transformar ideias criativas em ação empreendedora. É uma competência chave para todos os alunos, que contribui para o desenvolvimento pessoal, a cidadania ativa, a inclusão social e a empregabilidade. É relevante em todo o processo de aprendizagem ao longo da vida, em todas as disciplinas e formas de educação e de formação (formal, não formal e informal) que contribuam para um espírito ou comportamento empreendedores, com ou sem fins comerciais» ([246]).

De acordo com os peritos no Ministério da Educação:

«Empreendedorismo refere-se à capacidade de um indivíduo para passar das ideias à ação. Inclui a criatividade, a inovação e a tomada de riscos, bem como a capacidade de atingir os objetivos. Empreendedorismo tem que ver com a capacidade para identificar oportunidades e usá-las, mostrando iniciativa, ser proativo e criativo, e resolver problemas; Também envolve perseverança, trabalho em equipa e comunicação, bem como sensibilidade cultural e moral».

Estratégias relacionadas

Não existe ainda uma estratégia nacional de educação para o empreendedorismo nos Países Baixos.

Existiu, até 2012, um apoio estratégico para a EE, liderado pelos ministérios neerlandeses da Economia, Educação, Cultura e Ciência e da Agricultura, Natureza e Qualidade Alimentar. Em 2005, os ministérios lançaram, em parceria, o programa *Leren Ondernemen* (“Aprender a Empreender”) para promover a EE, que foi seguido em 2007-2012 pelo "Programa de Ação para a Educação e o Empreendedorismo" ([247]). Este programa consistiu num mecanismo nacional para subsidiar os estabelecimentos de ensino que introduzissem a EE nas sua política de ensino e organização, com o objetivo de reforçar nos alunos um espírito e comportamento empreendedores. Como resultado do Plano de Ação, observa-se uma clara mudança no campo da educação, traduzindo-se num maior protagonismo do empreendedorismo. O empreendedorismo também conquistou um lugar mais consolidado na organização do ensino num número crescente de estabelecimentos, que é um dos objetivos do programa.

Os Países Baixos contam com uma estratégia geral relacionada com o espírito empreendedor e a inovação ([248]), em que a necessidade de melhorar a educação e a formação é explicitamente salientada, bem como o aumento da colaboração entre as escolas e as empresas, associando atividades de EE anteriores e presentes.

([246]) http://ec.europa.eu/education/policy/strategic-framework/archive/documents/entrepreneurship-report-2014_en.pdf
([247]) http://www.onderwijsonderneemt.nl/english/action_programme_education_and_entrepreneurship
([248]) https://www.government.nl/topics/entrepreneurship-and-innovation/contents/investing-in-top-sectors

No currículo escolar

Nos Países Baixos, as escolas são autónomas. Assim, apesar de não haver uma estratégia a nível nacional, muitas escolas focam-se na educação para o empreendedorismo e são livres para decidir se integram esta matéria na sua oferta educativa.

Integração explícita no currículo

A educação para o empreendedorismo não é explicitamente mencionada nos currículos para o ensino primário e secundário. No entanto, as escolas podem usar programas de empreendedorismo como *Jong Ondernemen* ([249]), financiado pelo Governo neerlandês para elaborar programas para os níveis primário, secundário, EFPI e ensino superior ([250]). No ensino primário, é essencialmente focado o "comportamento empreendedor": encorajando valores como a coragem ou "garra", criatividade, reflexão orientada para as soluções (resolução de problemas), a reflexão e a ação comercial/económica, o desenvolvimento das competências sociais. As crianças são encorajadas a desenvolver um sentido de iniciativa própria através de projetos de curta duração (algumas semanas ou meses).

No ensino secundário geral (HAVO e VWO), são incluídas componentes de empreendedorismo no currículo, especialmente no perfil "Economia e Sociedade". Algumas escolas especializam-se em empreendedorismo no âmbito de uma rede de "Entreprenasiums" ([251]) – em que professores e alunos em conjunto gerem a escola -, ou de um "Technasium" ([252]), em que as ciências (técnicas) são muitas vezes combinadas com um empreendedorismo inovador, por exemplo, trabalhando com clientes externos.

No VMBO, foi lançado um projeto-piloto em 2015 para um novo programa de exames designado como "Economia e Gestão" (empreendedorismo), com uma ênfase mais forte nas competências empreendedoras do que anteriormente. Adicionalmente, há uma cooperação entre várias escolas com departamentos de EFP (ROC) e departamentos de EFP agrícolas (AOC), para aplicar a aprendizagem contínua no campo do empreendedorismo.

No EFPI em meio escolar, o "Certificado de Empreendedorismo" evidenciou qualidades empreendedoras incluindo os conhecimentos e as competências necessárias para criar e gerir uma empresa. O certificado destina-se a alunos do ensino secundário profissional (MBO) em todos os setores, e dá-lhes a oportunidade de desenvolver as competências de empreendedorismo e dá-lhes uma boa preparação para se tornarem empreendedores. No EFPI em meio escolar, certas qualificações focam-se no empreendedorismo, como por exemplo, a formação de "empreendedores no setor comercial" e "empreendedores na indústria de restauração/padaria". Trata-se de uma formação específica que prepara os jovens para se tornarem empreendedores. A formação no EFP consiste em qualificações e um ou mais módulos facultativos (*keuzedelen*). Com a introdução destes módulos facultativos, quase todos os alunos no EFP podem escolher uma opção de EE durante o seu percurso formativo.

([249]) www.jongondernemen.nl
([250]) http://www.rijksoverheid.nl/nieuws/2013/06/10/ondernemen-kun-je-niet-vroeg-genoeg-leren.html
([251]) www.entreprenasium.nl
([252]) www.technasium.nl

Resultados de aprendizagem

Os resultados da aprendizagem não são mencionados explicitamente porque não existe uma estratégia nacional para o ensino primário e secundário. Os conhecimentos que os alunos devem adquirir no EFPI em meio escolar são mencionados nos perfis de qualificação.

Na estrutura neerlandesa de qualificações, os representantes dos empregadores, trabalhadores e estabelecimentos de ensino trabalham em conjunto para definir os Dossiês de Qualificação ([253]).Estes dossiês indicam o que um futuro profissional deve saber ou ser capaz de demonstrar após o seu exame. A estrutura nacional de qualificações para o EFP faz referência ao Quadro Europeu de Qualificações. É uma garantia de que, após a sua graduação, os alunos terão as mesmas capacidades em todo o país.

Formação de professores e tipos de apoio

Nos Países Baixos, as instituições de formação de professores são autónomas e não têm a obrigação de abordar o empreendedorismo nos seus programas.

O "Professor Empreendedor" (*De ondernemende docent*) – um projeto de dois anos organizado pela Agência Neerlandesa de Empreendedores (*Rijksdienst voor Ondernemend Nederland*) – destinava-se a incentivar os PABO (Centros de formação de professores do ensino primário) a sensibilizarem os seus estudantes e professores para comportamentos empreendedores. O projeto terminou em dezembro de 2015 e levou a que alguns PABO optassem por continuar a trabalhar na implementação da educação para o empreendedorismo nos seus currículos e no seio da sua organização.

O projeto “Edison” ([254]), cofinanciado desde 2013 pelo Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida da UE, visa integrar o espírito empreendedor nos percursos de aprendizagem dos alunos em programas de EFP. Reúne parceiros de seis países (Holanda, Irlanda, Espanha, Itália, Áustria e Reino Unido). Foi igualmente desenvolvido um programa de apoio aos professores de EFP para reforçar as suas competências empreendedoras. A Associação Holandesa de Escolas de Formação Profissional (MBO Raad), juntamente com o Alfa-College, oferece este programa aos professores holandeses de EFP.

([253]) Os Dossiês de Qualificação baseiam-se no Suplemento ao Diploma do Europass. Pode consultar-se mais informação em http://en.europass.nl/node/91 e os certificados podem ser consultados em http://cs.s-bb.nl/?SES_LANG=6

([254]) http://www.edisonentrepreneurship.eu/

Áustria

Definição de educação para o empreendedorismo

Ao invés de uma definição nacional, a Áustria refere-se à descrição de competência empreendedora ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([255]).

No entanto, existe um modelo de educação para o empreendedorismo (EE) claramente definido no "Modelo TRIO" para a EE ([256]). Este modelo defende uma incorporação precoce da EE em todo o currículo educativo:

- nível 1: Formação de base em Empreendedorismo;
- nível 2: Cultura Empreendedora;
- nível 3: Educação Cívica para o Empreendedorismo.

Estratégias relacionadas

Não existe uma estratégia específica para a EE; mas esta está integrada em três estratégias gerais:

- "Estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida (LLL: 2020)" ([257]) – mais relevante para a educação para o empreendedorismo;
- "*Gründerland Osterreich*" ([258]);
- "Estratégia Austríaca para a Juventude" ([259]).

A) "Estratégia sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida (LLL: 2020)"

Decorre entre 2011-2020, cobre os níveis CITE 1-8, e constitui a estratégia mais relevante de educação para o empreendedorismo.

Objetivos principais da LLL: 2020

O objetivo básico da estratégia é encorajar uma aprendizagem que apresenta desafios aos alunos e promove percursos de aprendizagem individualizados. Articula-se em torno de dez linhas de ação.

Ações concretas da LLL: 2020

A estratégia define a EE como um tema transversal – uma das oito competências essenciais europeias –, regido por um quadro nacional. A Linha de Ação 2 refere-se ao empreendedorismo como uma das oito competências essenciais, e descreve como uma medida concreta «Desenvolver novos currículos (para todos os tipos de escolas) direcionados para resultados de aprendizagem, sustentabilidade e modelos de ensino interdisciplinar orientados para as competências-chave». A Linha de Ação 8 centra-se especificamente no empreendedorismo, com a seguinte perspetiva: «O conceito de aprendizagem ao longo da vida é um elemento importante da política económica e do mercado de trabalho e promove a competitividade das empresas, bem como as oportunidades dos trabalhadores no mercado de trabalho».

([255]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

([256]) Este modelo foi desenvolvido pelo Centro EESI-*Impulse* (Empreendedorismo para a Inovação Escolar), (http://www.eesi-impulszentrum.at) e financiado pelo Ministério para aplicação nas escolas (especialmente escolas de EFP).

([257]) https://www.bmbf.gv.at/ministerium/vp/2011/lllarbeitspapier_ebook_gross_20916.pdf?4dtiae

([258]) http://www.bmwfw.gv.at/Presse/Documents/BMWFW_Land_der_Gruender_NEU.pdf

([259]) http://www.youthpolicy.org/national/Austria_2013_Youth_Strategy.pdf

Participação de ministérios e partes interessadas na LLL: 2020

Os ministérios envolvidos incluem o Ministério Federal da Educação, Artes e Cultura; o Ministério Federal da Ciência e Investigação; o Ministério Federal do Trabalho, Assuntos Sociais e Defesa do Consumidor; e o Ministério Federal da Economia, Família e Juventude.

Quadro de monitorização da LLL: 2020

A estratégia é controlada por um Grupo de Missão formado por representantes dos ministérios e uma Plataforma Nacional de parceiros externos. Para além dos relatórios anuais, o Grupo de Missão deverá apresentar em 2020 um relatório final sobre as metas alcançadas, que incluirá mais recomendações. Os objetivos estratégicos são medidos em relação a indicadores de referência, que se baseiam em projetos nacionais e à escala da UE e são expressos em rácios específicos.

B) "*Gründerland Osterreich*"

"Áustria, País Fundador" é uma estratégia cujo objetivo principal é fomentar o ecossistema do empreendedorismo. Inclui as seguintes ações ligadas à EE sob o tema "Promover a Sensibilização": Ação 17 sobre a melhoria da literacia financeira; Ação 20 sobre o desenvolvimento de um espírito empreendedor nas crianças e a comunicação do pensamento empreendedor por todo o sistema educativo; e a Ação 21 sobre o reforço do papel do empreendedorismo na sociedade.

C) "Estratégia Austríaca para a Juventude"

A educação para o empreendedorismo também faz parte da "Estratégia Austríaca para a Juventude", que está em linha com a "Estratégia da UE para a Juventude 2010-2018". Apresenta objetivos estratégicos mensuráveis para medidas concretas, incluindo uma aprendizagem mais desenvolvida no domínio do empreendedorismo, uma utilização maior de empresas simuladas e um incremento de jovens a participar em projetos e envolvidos em trabalho voluntário.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

A educação para o empreendedorismo é um objetivo interdisciplinar para o nível CITE 3 (incluindo o EFPI em meio escolar) e visa dar aos alunos uma noção do pensamento empreendedor (espírito empresarial) e de ação empreendedora. Através da EE, ficam capacitados para iniciar o seu próprio negócio ou trabalhar para benefício próprio, para o benefício da sociedade ou como intraempreendedores (*intrapreneurs*), ou seja, trabalhadores por conta de outrem.

A educação para o empreendedorismo é integrada em disciplinas obrigatórias nos níveis CITE 1 a 3 (incluindo o EFPI em meio escolar). O foco principal é a aprendizagem experiencial em empreendedorismo. As normas nacionais contemplam competências específicas de empreendedorismo. A EE também está integrada como disciplina obrigatória nos estudos gerais no nível CITE 1, em geografia e economia no CITE 2-3 e em estudos de negócios dentro do sistema de EFPI em meio escolar.

Além disso, através do objetivo "Escolas abertas", as escolas podem chegar ao mundo exterior, proporcionando aos alunos uma aprendizagem em contextos fora das instalações escolares e complementando a sua educação com eventos na escola. As empresas, instituições públicas, etc., podem constituir cenários úteis para o ensino e/ou aprendizagem, dando uma oportunidade para a aprendizagem prática em situações da vida real.

Resultados de aprendizagem

Inúmeros programas de estudo têm sido adaptados no sentido de serem orientados para as competências, baseando-se principalmente no "Modelo TRIO" ([260]), e incluem o empreendedorismo, particularmente no EFPI em meio escolar. Os resultados da aprendizagem também refletem o "Modelo TRIO", enquanto o "Quadro de Referência Nacional para a Competência Empreendedora" ([261]) foi desenvolvido como um guia orientador.

Formação de professores e tipos de apoio

Atualmente, a EE é um tópico obrigatório apenas para a formação inicial dos futuros professores de economia e geografia no ensino secundário (incluindo o EFPI em meio escolar). No entanto, a FIP está a ser objeto de uma reforma na Áustria, e a maior parte dos novos programas de FIP para o ensino secundário (a partir de 2016/17) ainda não foram emitidos. A oferta de DPC limita-se também aos professores do ensino secundário de economia e geografia.

O Centro *EESI-Impulse* (Empreendedorismo para a Inovação Escolar), apoiado pelo Ministério da Educação e dos Assuntos das Mulheres, é o centro nacional de especialização em educação para o empreendedorismo. Fornece acesso a materiais didáticos *online* desenvolvidos em cooperação com a "Iniciativa para o Ensino do Empreendedorismo" (IFTE) e outras partes interessadas. Desde 2011, também conduz o programa "Certificação EESI em Empreendedorismo para as Escolas". Os coordenadores do EESI estão disponíveis a nível regional para coordenar e gerir grupos de projetos sobre empreendedorismo.

([260]) É disponibilizada mais informação sobre esta abordagem na Secção 3.3.3 do relatório.

([261]) http://www.eesi-impulszentrum.at/wp-content/uploads/2014/01/PosterReferenzrahmen-092014.pdf

Polónia

Definição de educação para o empreendedorismo

A educação para o empreendedorismo (EE) visa desenvolver as competências e atitudes dos alunos na preparação para uma vida ativa, aberta ao mundo; procura também dar-lhes os conhecimentos necessários para ajudá-los a adaptarem-se às mudanças. O empreendedorismo é o desenvolvimento de competências como espírito de iniciativa, planeamento de projetos, concretização de objetivos, autorrealização, assumir riscos, trabalhar em equipa e capacidade de enfrentar adversidades e retirar conclusões significativas. Ajuda a moldar atitudes em relação à criatividade, responsabilidade e motivação para tomar a iniciativa ([262]).

Estratégias relacionadas

Não existe atualmente uma estratégia nacional de educação para o empreendedorismo na Polónia; em contrapartida, este tema é abordado em várias estratégias gerais, sendo a mais relevante a "Estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida (LLP)" ([263]) que estabelece o quadro estratégico nacional para a educação e formação ao longo da vida. Cobre o período de 2013-2020 e dirige-se a todos os níveis de ensino.

Objetivos principais

A estratégia contempla cinco objetivos:

- encorajar a criatividade e a inovação;
- criar um sistema nacional de qualificações claro e coerente;
- oferecer um leque diversificado e acessível de acolhimento e educação desde uma etapa precoce;
- adaptar o ensino e a formação às necessidades de uma economia sustentável e à evolução do mercado de trabalho;
- melhorar o ambiente de trabalho e promover o envolvimento da comunidade, a educação de adultos e a satisfação das necessidades sociais.

Ações concretas

Dois objetivos fazem uma referência geral à educação para o empreendedorismo:

- **Objetivo 1** – enfatiza a necessidade de desenvolver nos jovens a criatividade, o espírito empreendedor e inovação para os ajudar a enfrentar desafios sociais e pessoais ao longo da sua vida;
- **Objetivo 4** - aponta para a necessidade de desenvolver competências práticas e de empreendedorismo no ensino geral a fim de preparar os jovens para ingressar no mercado de trabalho e aceitar oportunidades de emprego.

A estratégia também faz referência a áreas que são uma parte integrante da EE, por exemplo, o enfoque na criatividade no Objetivo 1 e a importância de envolver empresas e especialistas de instituições industriais/cívicas na educação e formação no Objetivo 4.

([262]) http://men.gov.pl/wp-content/uploads/2014/01/plll_2013_09_10zal_do_uchwaly_rm.pdf

([263]) http://men.gov.pl/jakosc-edukacji/planowanie-strategiczne-i-uczenie-sie-przez-cale-zycie/perspektywa-uczenia-sie-przez-cale-zycie.html

Participação de ministérios e partes interessadas

Governo: Chancelaria do Primeiro Ministro, Ministério da Educação Nacional, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento, Ministério da Família, Trabalho e Política Social.

Partes Interessadas: Agência Polaca para o Desenvolvimento Empresarial, comunidade científica, empreendedores, trabalhadores, sociedade civil e bancos.

Destes, o Ministério da Economia e a Agência Polaca para o Desenvolvimento Empresarial (PARP) são particularmente importantes no apoio ao empreendedorismo a nível estratégico. Ambas as organizações participam ativamente na criação e implementação efetiva da estratégia em torno do empreendedorismo e da inovação. Além disso, o Banco Nacional da Polónia (*Narodowy Bank Polski*) está há vários anos envolvido na promoção da educação económica e financeira entre os jovens ([264]).

Quadro de monitorização

A coordenação e monitorização são asseguradas pela Equipa Interministerial para a Aprendizagem ao Longo da Vida, constituída pelos ministérios das partes interessadas acima. Esta equipa analisa o desenvolvimento das competências-chave, incluindo o empreendedorismo, a implementação de ações de monitorização e assegura a avaliação das medidas para o desenvolvimento de competências e qualificações.

Serão utilizados os critérios de referência europeus e nacionais das estratégias Europa 2020 e ET 2020. A elaboração de estratégias regionais de aprendizagem ao longo da vida no âmbito das estratégias regionais gerais é um fator chave na implementação da estratégia de educação e formação ao longo da vida a nível nacional. Concluída a implementação, haverá ainda uma avaliação *ex-post* da estratégia.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

A EE encontra-se explicitamente integrada nos programas escolares.

Nos níveis CITE 2 e 3, a disciplina obrigatória “Conhecimento da Sociedade” exige aos alunos a participação num projeto educativo (20 % do curso no CITE 2 e 10 % no CITE 3).

No nível CITE 3, a disciplina obrigatória “Introdução ao Empreendedorismo” envolve os alunos em atividades sociais/cívicas e desenvolve as suas competências criativas e espírito de iniciativa. Na disciplina opcional “Economia Prática”, os alunos implementam um projeto educativo individual.

(264) http://www.nbp.pl/home.aspx?f=/o_nbp/informacje/dzialalnosc_edukacyjna.html

Resultados de aprendizagem

Os currículos centrais para o ensino geral definem inúmeros resultados de aprendizagem para a EE em diferentes níveis CITE e para diferentes disciplinas (obrigatórias e opcionais). Os resultados da aprendizagem estão ligados e progridem em cada nível CITE. Os exemplos incluem:

- "Conhecimento da Sociedade" (CITE 2-3):
    - reconhecimento e resolução de problemas (CITE 3)
- "Introdução ao espírito empreendedor (CITE 3):"
    - comunicação e tomada de decisão
    - economia e empresa
    - planeamento e desenvolvimento de carreira
    - regras éticas
- "Economia prática" (CITE 3):
    - capacidade de planear e implementar um projeto e analisar os seus resultados.

Formação de professores e tipos de apoio

Não existe uma oferta específica para a EE como parte da FIP, uma vez que as instituições de ensino superior têm autonomia na conceção do seu programa, com base nas Normas Nacionais de Formação de Professores.

Em geral, o DPC não é obrigatório, mas é necessário para fins de promoção. O DPC é oferecido tanto pelas instituições de nível central (ORE – Centro para o Desenvolvimento da Educação – *Ośrodek Rozwoju Edukacji*) como pelos centros regionais e distritais de DPC. O ORE fornece uma oferta de DPC em empreendedorismo para todos os professores no ensino secundário inferior e superior geral. *Junior Achievement Poland* também oferece atividades de DPC sobre EE para todos os professores do ensino primário e secundário, incluindo o EFPI em meio escolar.

É possível encontrar cursos de formação opcionais de DPC, *workshops* ou conferências gratuitas que proporcionam apoio ao ensino de tópicos relacionados com o empreendedorismo, como seja o curso "Para ser empreendedor" ou "Economia na escola" (que abrangem o empreendedorismo e tópicos mais gerais) ministrados pelos centros de formação de professores de Poznan e Lublin. Os professores também são encorajados a inscrever-se em projetos e concursos com os seus alunos, por exemplo, *Finansoaktywn*i ([265]) – um programa sobre literacia para professores e alunos do ensino secundário inferior organizado pelo Ministério das Finanças.

Alguns recursos são disponibilizados através de redes de bibliotecas pedagógicas públicas a nível regional e *online* a nível nacional ([266]).O Centro de Educação Cívica ([267]) também coordena alguns projetos em EE e fornece materiais de ensino sobre este tópico.

O Ministério da Economia organiza *clusters* educativos ([268]),com o objetivo de incentivar a colaboração a nível regional entre educação e formação (em concreto, a formação profissional) e as empresas.

([265]) http://men.gov.pl/ministerstwo/informacje/finansoaktywni-program-edukacyjny-dla-uczniow-i-nauczycieli-szkol-gimnazjalnych.html

([266]) http://www.ore.edu.pl/wydzialy/rozwoju-kompetencji-spolecznych-i-obywatelskich

([267]) http://www.ceo.org.pl/pl/biblioteka-materialow/przedsiebiorczosc-i-ekonomia

([268]) http://www.mg.gov.pl/Wspieranie+przedsiebiorczosci/Szkolnictwo+zawodowe/Klastry+edukacyjne

Portugal

Definição de educação para o empreendedorismo

A definição nacional encontra-se especificada pela Direção-Geral da Educação no documento *Educação para a Cidadania – Orientações* ([269]), datado de dezembro de 2012, que declara:

«A educação para o empreendedorismo (EE) (…)visa promover a aquisição de conhecimentos, capacidades e atitudes que incentivem e proporcionem o desenvolvimento de ideias, de iniciativas e de projetos, no sentido de criar, inovar ou proceder a mudanças na área de atuação de cada um perante os desafios que a sociedade coloca.

A educação para o empreendedorismo é um contributo transversal às diferentes disciplinas e áreas não disciplinares que se consubstancia em atividades ou projetos, desenvolvidos de forma participada pelos alunos, concorrendo para a mudança na sua área de atuação enquanto cidadãos».

Estratégias relacionadas

Em Portugal não existe atualmente uma estratégia nacional de educação para o empreendedorismo.

As estratégias regionais de apoio ao empreendedorismo regional são de grande importância. Têm como objetivo consolidar o empreendedorismo como base para uma economia regional sólida e sustentável. As regiões têm um papel crucial uma vez que são os principais parceiros institucionais das universidades, de vários organismos de ensino e investigação e de empresas de pequena e média dimensão. Algumas ideias chave para a implementação de estratégias de especialização inteligentes, como a aprendizagem ao longo da vida no domínio da investigação e inovação, ajudam a promover a investigação, a incentivar uma abordagem empreendedora entre os alunos e a cooperar com empresas regionais ativas no setor da inovação, consolidando, desta forma a sua participação no desenvolvimento da economia regional.

Nesta área de intervenção, verifica-se a existência de uma rede bem estabelecida de departamentos governamentais e de organizações externas que trabalham em conjunto.

Portugal participa em diferentes projetos europeus que têm como finalidade testar abordagens à EE. Um destes projetos é o “Youth Start – Entrepreneurial Challenges” ([270]), financiado pelo programa Europeu Erasmus+ e coordenado pela Plataforma para a Educação do Empreendedorismo (PEEP) ([271]) em parceria com o Ministério da Educação e Ciência. Trata-se de uma importante iniciativa da UE, transversal a seis países, que procura apoiar a introdução de programas de aprendizagem experiencial e prática no ensino obrigatório.

Outra iniciativa, esta liderada pelo governo e denominada 'Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação' ([272]), tem como objetivo «promover a criatividade, a literacia digital, a cultura tecnológica e científica e o empreendedorismo» em todos os níveis de ensino. É possível identificar na legislação ([273]) que sustenta este programa duas medidas específicas:

([269]) http://dge.mec.pt/educacao-para-cidadania-linhas-orientadoras-0; http://dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/citizenship_education_guidelines.pdf
([270]) www.youthstartproject.eu
([271]) http://www.peep.pt
([272]) http://www.ei.gov.pt/index/
([273]) http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=7992

4.1.1. Promover uma componente experimental no ensino básico e secundário – destinado a fomentar a aprendizagem prática na ciência e introduzir requisitos otimizados para a atividade laboratorial. Esta ação visa ainda estimular a criatividade, o trabalho colaborativo e atividades de desenvolvimento e, por último, reduzir a aversão ao risco, contribuindo desta forma para uma cultura organizacional e prestação de contas desde os primeiros anos do ensino básico.

4.1.2 Iniciativa "INOVA! – Empresa de aprendizagem", que visa motivar os jovens para o desenvolvimento de propostas que contribuam para a resolução de problemas nas comunidades em que vivem, podendo envolver competições (regionais/nacionais).

No currículo

Integração explícita no currículo

Em termos legislativos, a educação para o empreendedorismo está incluída no Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho, atualizado pelo Decreto-Lei nº 91/2013, de 10 de julho de 2013 ([274]), relativo à organização e gestão dos currículos para o ensino primário e secundário. Encontra-se integrada na área curricular 'Educação para a Cidadania'.

Nos níveis CITE 1 e 2, a EE é incluída na 'Educação para a Cidadania', uma área disciplinar transversal ao currículo, definida no programa e nas orientações curriculares, e que diz respeito a todas as áreas disciplinares e não disciplinares. Porém, não é obrigatória e dependendo de cada escola, a oferta educativa pode incluir diversas atividades culturais e disciplinas opcionais. Cada escola decide o género de ações que podem ajudar os alunos a desenvolver capacidades que lhes permitirão adotar de uma forma progressiva atitudes pró-ativas perante diferentes situações.

A inserção no currículo das diferentes dimensões da "Educação para a cidadania", sendo a EE uma destas dimensões, requer uma abordagem interdisciplinar desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário superior, tanto nas áreas disciplinares e nas disciplinas, quer nas atividades e projetos. Uma vez que educação para a cidadania não é uma disciplina obrigatória, as escolas podem optar por disponibilizá-la como uma disciplina autónoma ou não, no segundo e terceiro ciclos do ensino básico (CITE 1-2). O seu desenvolvimento pode processar-se segundo as necessidades e os problemas específicos da comunidade educativa, em conjunto e em resposta aos objetivos definidos por cada agrupamento de escolas ou escola privada, no âmbito dos seus próprios projetos educativos.

Nos cursos de EFPI em meio escolar (CITE 3 e 4), o empreendedorismo não é ministrado como uma disciplina autónoma, mas surge integrado ou abordado como um tema ou conteúdo de um módulo, de uma unidade de formação ou de uma disciplina. Os conteúdos de empreendedorismo são desenvolvidos através de objetivos e competências.

([274]) http://www.dge.mec.pt/educacao-para-a-cidadania/documentos-de-referencia
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Legislacao/dl_139_2012.pdf

Resultados de aprendizagem

Estão a ser desenvolvidas orientações curriculares para a EE, que incluem descritores de desempenho sobre conhecimentos, competências e atitudes empreendedoras, desde o nível pré-escolar até ao ensino secundário superior. Este desenvolvimento está a ser coordenado por um grupo de trabalho intergovernamental que inclui direções gerais do Ministério da Educação e do Ministério da Economia. Com publicação prevista para o primeiro semestre de 2016, será um documento de referência no que diz respeito à EE a ser usado por todas as escolas, e prevê que tenha algum impacto na forma como os currículos são concebidos, não só em termos interdisciplinares mas também no âmbito de cada disciplina.

Formação de professores e tipos de apoio

A educação para o empreendedorismo não é um tópico obrigatório na formação inicial de professores, nem sequer uma das áreas identificadas na legislação associadas ao desenvolvimento profissional contínuo (DPC). No entanto, existem vários programas de formação nesta área criados sob a égide de instituições de ensino superior. O DPC é planeado, articulado com o desenvolvimento do documento de orientação curricular para a EE, e inclui ações de formação para o grupo-alvo de professores do ensino primário e do secundário geral.

Para os professores de EFPI em meio escolar, as orientações para o ensino do empreendedorismo são flexíveis e os professores dispõem de autonomia para a escolha de materiais didáticos e outros recursos, adequando a sua metodologia em função da aula/grupo. Programas curriculares e qualificações fornecem algumas recomendações sobre estratégias e recursos pedagógicos e podem incluir uma bibliografia.

Roménia

Definição de educação para o empreendedorismo

Ao invés de uma definição nacional, a Roménia adota a descrição de competência empreendedora ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([275]).

Estratégias relacionadas

Na Roménia, não existe atualmente uma estratégia nacional no que respeita à educação para o empreendedorismo (EE).

A estratégia nacional de maior relevo é a "Estratégia para o Desenvolvimento do Setor de Pequenas e Médias Empresas" e o "Plano de Melhoria do Ambiente Empresarial Romeno no Horizonte 2020" ([276]). Isto abrange o período de 2014-2020 e abarca todos os níveis de ensino desde o CITE 1 ao CITE 8. A atual estratégia também está relacionada com outros programas, estratégias e projetos promovidos por instituições governamentais romenas.

Objetivos principais

O objetivo geral da Estratégia prende-se com a criação de um ambiente favorável aos negócios, iniciativas privadas e um espírito empreendedor. Pretende estimular o arranque e desenvolvimento de PMEs; reforçar a todos os níveis o aumento da competitividade no ambiente empresarial local através de um aumento significativo do número de PMEs economicamente ativas; encorajar o desenvolvimento de empresas existentes e criar novos postos de trabalho até ao final de 2020.

As medidas 2 e 9 da Estratégia referem-se aos principais objetivos relacionados com a EE. A medida 2 visa reforçar a EE em todos os níveis de ensino e estimular o empreendedorismo social, enquanto a medida 9 menciona a necessidade de aumentar o número de empresas simuladas e de programas de simulação de empresas.

Ações concretas

Verifica-se a existência de iniciativas relevantes coordenadas pelo Departamento de Pequenas e Médias Empresas e do Turismo, com a colaboração de outros parceiros como o Ministério da Educação Nacional e da Investigação Científica:

- Apoio à implementação de programas de formação em empresas, envolvendo parcerias entre estabelecimentos de ensino tanto na Roménia como no exterior.
- A Autoridade Nacional de Qualificações, deve fazer corresponder as necessidades das empresas em termos de qualificações e competências e a oferta dos prestadores de educação e formação;
- Apoio de parcerias entre o setor privado e as escolas para a realização de cursos de formação prática para professores com o intuito de reforçar os seus conhecimentos profissionais em empreendedorismo;

([275]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

([276]) https://static.anaf.ro/static/10/Anaf/legislatie/HG_859_2014.pdf

- Desenvolvimento de um programa de apoio à criação de plataformas na internet que promovam oportunidades de ensino e formação para jovens (sobretudo empreendedorismo e educação para o empreendedorismo).

Participação de ministérios e partes interessadas

- Ministério da Energia, Pequenas e Médias Empresas e Ambiente Empresarial
- Ministério das Finanças Públicas
- Ministério da Educação Nacional e da Investigação Científica
- Ministério do trabalho, Família, Proteção Social e Idosos
- Ministério para a Sociedade de Informação
- Organizações patronais e associações

Quadro de monitorização

Não existe um quadro de monitorização.

No currículo

Integração explícita no currículo

Na Roménia, a EE faz parte do currículo de uma forma muito explícita, seja como disciplina transversal, disciplina autónoma obrigatória ou mesmo integrada num conjunto de outras disciplinas:

No caso dos níveis CITE 1-3, a EE é reconhecida de forma explícita como um objetivo transversal para todas as disciplinas ([277]). Para cada disciplina e ano de escolaridade existe uma nota de apresentação que refere as oito competências chave, incluindo o sentido de iniciativa e empreendedorismo,

No nível CITE 2, a EE é lecionada como disciplina autónoma obrigatória, "Educação para o Empreendedorismo" no 10º ano. No CITE 3, é lecionada como disciplina do 12º ano igualmente autónoma e obrigatória, mas com uma designação distinta, "Economia Aplicada". No EFPI em meio escolar de nível CITE 3, é ministrada como uma disciplina autónoma obrigatória ("Educação para o Empreendedorismo") no 11º ano, como parte de uma formação profissional de três anos.

Surge ainda integrada nas seguintes disciplinas obrigatórias:

- "Desenvolvimento Pessoal" no ano preparatório, primeiro e segundo anos;
- "Educação Cívica" no terceiro e quarto anos;
- "Educação Tecnológica" do quinto ao oitavo ano;
- "Cultura Cívica" no sétimo e oitavo ano;
- "Economia" no 11º ano;
- "Prática de empreendedorismo" (para a área de estudos dos serviços).

Existem recomendações das autoridades centrais relativas aos métodos de ensino para a EE, incluindo uma série de métodos pedagógicos que recorrem à prática. Os programas de estudos

([277]) Em 2009, os currículos foram revistos e os novos currículos foram aprovados pela Ordem 5097/ 2009 do Ministro da Educação.

também sugerem a aplicação de exercícios de simulação de problemas económicos através de programas informáticos, com o objetivo de aproximar o processo de aprendizagem da realidade económica.

Resultados de aprendizagem

Existem resultados da aprendizagem definidos:

- Atitudes empreendedoras – autoconfiança, sentido de iniciativa;
- Competências empreendedoras – planeamento, literacia financeira, gestão de recursos e de riscos;
- Conhecimento necessários a um empreendedor – avaliação de oportunidades.

Os programas específicos incluem referências explícitas à avaliação, incluindo as abordagens sumativa e formativa.

Formação de professores e tipos de apoio

As instituições de formação inicial de professores usufruem de autonomia institucional para a elaboração dos seus currículos e subsequente integração da EE.

A oferta de cursos de DPC provém principalmente de Centros de Recursos Pedagógicos (CCD), instituições de formação especializadas de nível regional. Porém, existem outras opções que resultam do apoio de serviços de inspeção regionais, universidades ou do Ministério da Educação Nacional e da Investigação Científica. Tais opções incluem programas nacionais ou outros, organizados em parceria com organismos como ONGs. Na Roménia, alguns professores participam em ações de formação disponibilizadas ou apoiadas por instituições internacionais ou organizações como o Conselho Europeu ou programas da União Europeia de âmbito mais vasto.

São disponibilizadas orientações para implementar a EE no currículo utilizando para esse fim o calendário letivo ([278]). Além disso, o Ministério da Educação Nacional e da Investigação Cientifica também oferece, no seu sítio de Internet ([279]), uma lista de instrumentos úteis relacionados com a EE.

Existe um programa de formação de professores de EFPI em meio escolar que visa promover "Empresas simuladas" (*Firma de exercitiu*) bem como atividades de apoio, um sítio de Internet e um manual metodológico de boas práticas sobre empresas simuladas ([280]). Este curso de DPC desenvolveu-se com base num projeto cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, e viabilizou a formação de 600 professores entre 2007 e 2013. No âmbito do projeto de continuidade "Formação de Professores no Ensino Profissional e Técnico – Área de Estudo de Serviços para a Extensão do Método Interativo Moderno da Empresa Simulada", foram constituídos 15 centros regionais com o propósito de disseminar as ferramentas pedagógicas e a metodologia que o projeto propõe. As autoridades centrais prestam o seu apoio às atividades desta rede regional organizando concursos sobre temáticas de empreendedorismo e monitorizando o modo como estas ações podem contribuir para o desenvolvimento de um espírito empreendedor.

([278]) http://www.edu.ro/index.php/articles/16038
([279]) http://www.edu.ro/index.php/articles/c152
([280]) http://firmaexercitiu.tvet.ro/index.php/achizitii

Eslovénia

Definição de educação para o empreendedorismo

Ao invés de uma definição nacional, a Eslovénia adota a descrição de competência de empreendedorismo ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([281]).

Estratégias relacionadas

Atualmente, não existe qualquer estratégia nacional relacionada com a educação para o empreendedorismo (EE) na Eslovénia, no entanto, preveem-se alterações a curto prazo já que foi criado um grupo de trabalho para lidar com a questão. Entretanto, a EE está integrada no "Programa Nacional para a Juventude 2013-2022" ([282]).

Este programa, que cobre os níveis CITE 3-8, é coordenado pelo Ministério da Educação, Ciência e Desporto (que também tutela a juventude) em colaboração com outros ministérios, e traça as linhas gerais das políticas nacionais direcionadas aos jovens entre 15 e 29 anos. O programa centra-se em seis áreas-chave: ensino, emprego e empreendedorismo; habitação; saúde e bem-estar; a sociedade e o setor jovem; cultura, criatividade, património e meios de comunicação.

Na área-chave "Emprego e Empreendedorismo", há uma prioridade associada de forma explícita com a EE: «Promover a inovação, a criatividade, a iniciativa, o empreendedorismo (incluindo o empreendedorismo social) e o autoemprego entre os jovens e sublinhar a importância crescente da necessidade de desenvolver conhecimentos e atitudes empreendedoras socialmente responsáveis».

O Programa menciona a importância de estimular estes atributos através dos currículos escolares e destaca o empreendedorismo social e o autoemprego dos jovens.

Quadro de monitorização

A cada três anos, o Governo submete à Assembleia Nacional um relatório sobre a implementação e os resultados do programa. Finda a estratégia, é elaborado um relatório final que deverá ser submetido à Assembleia Nacional.

Três indicadores estão diretamente associados à EE:

- percentagem de novos e potenciais empreendedores por escalão etário;
- percentagem de jovens empreendedores que contam pelo menos com um empregado;
- percentagem de jovens, por género, que recebem formação nas áreas da inovação, criatividade e empreendedorismo.

A articulação com estratégias mais abrangentes passa pela inclusão da Lei do Ensino Básico relativa ao CITE 1-2 ([283]), a qual foi revista em 2007 a fim de incluir o objetivo de «desenvolver o empreendedorismo em termos de desenvolvimento de atitudes pessoais direcionadas para uma ação eficaz, inovação e criatividade do aluno». A anterior "Estratégia Nacional de Desenvolvimento

([281]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

([282]) http://www.pisrs.si/Pis.web/pregledPredpisa?id=RESO93

([283]) http://www.uradni-list.si/1/objava.jsp?urlid=2007102&stevilka=5073

2005" ([284]), por seu lado, já deixava claro que era necessário reforçar as competências empreendedoras em todos os níveis de ensino, incentivar o espírito empreendedor dos jovens, preparar ações de formação destinadas à gestão de pequenas empresas e providenciar aos jovens conhecimento sobre o mundo do empreendedorismo.

No currículo

Integração explícita no currículo

A educação para o empreendedorismo é reconhecida explicitamente como um objetivo transversal a todas as disciplinas do CITE 1-3, incluindo o EFPI em meio escolar. Outras disciplinas obrigatórias e opcionais, de diferentes níveis, integram a EE.

Nos níveis CITE 1-2, a Lei do Ensino Básico inclui objetivos relacionados com a EE e os professores do ensino básico procuram atingi-los através das suas aulas. A implementação dos currículos disciplinares atualizados para o ensino básico teve início no ano letivo de 2011/12 e tem em consideração uma abordagem às competências (uma das quais é um sentido de iniciativa e de empreendedorismo).

Em determinados anos de escolaridade no nível CITE 1, a EE faz parte de disciplinas obrigatórias nas áreas de ciências naturais e ciências sociais: "Educação Ambiental", "Ciências Sociais", "Ciências Naturais e Tecnologia", mas também da disciplina "Economia Doméstica".

No CITE 2, a EE pode, em determinados anos, ser integrada em disciplinas como "Geografia", "Tecnologia" e "Cultura Doméstica, Cultura Cívica e Ética", e algumas disciplinas opcionais.

No nível CITE 3, foi feita em 2007 uma atualização dos programas de estudo, incluindo uma abordagem assente em competências sustentada pela adoção de linhas orientadoras. A implementação começou em 2008/09. Em paralelo, foram introduzidas certas orientações para a temática transversal "Estudos Ambientais", uma matéria que inclui EE ([285]). Além disso, a EE é obrigatória para alunos do nível secundário superior (geral e EFPI em meio escolar) que seguem a via de economia.

Resultados de aprendizagem

Nos níveis CITE 1-3, o empreendedorismo surge em documentos curriculares como uma das oito competências-chave. Currículos para diferentes disciplinas (como estudos sociais, ciências naturais, tecnologia, economia doméstica) incluem alguns resultados da aprendizagem associados ao desenvolvimento de competências e atitudes empreendedoras. Estes resultados compreendem os provenientes de áreas ligadas à economia, mundo do trabalho, direitos económicos, desenvolvimento sustentável e similares.

Até certo ponto, o empreendedorismo encontra-se especificado nos documentos curriculares: Contudo, a sua implementação é frequentemente limitada às suas dimensões individuais (tais como pensamento crítico ou criatividade), e normalmente na esfera dos trabalhos de projeto e atividades afins.

A Eslovénia pretende criar uma estratégia nacional abrangente para integrar o empreendedorismo no ensino. Para elaborar a sua estratégia, o país participa em diferentes projetos onde são testadas

([284]) http://www.arrs.gov.si/en/agencija/inc/ssd-new.pdf

([285]) http://eportal.mss.edus.si/msswww/programi2014/programi/media/pdf/un_gimnazija/k_okolj_vzgoja_gimn.pdf

várias metodologias. Um deles é o projeto "Youth Start – Entrepreneurial Challenges" ([286]) de experimentação de políticas públicas de EE, desenvolvido no âmbito do Programa Erasmus+, uma iniciativa importante de apoio à introdução de experiências práticas de empreendedorismo no ensino obrigatório.

Formação de professores e tipos de apoio

Foram criados vários cursos de DPC por organismos como o Instituto Público para o EFP e a Agência para a Promoção do Empreendedorismo, Inovação, Desenvolvimento, Investimento e Turismo, bem como pela *Junior Achievement Slovenia* para professores do ensino primário ao secundário, incluindo o EFPI em meio escolar.

A sala de aula virtual sobre auto iniciativa e empreendedorismo ([287]), dirigida pelo Instituto da República da Eslovénia para o Ensino e Formação Profissionais, disponibiliza alguns materiais e orientações que foram desenvolvidas no âmbito de diferentes projetos e que podem ser úteis para professores de EE no nível secundário superior (geral e EFPI em meio escolar). A Eslovénia continua envolvida em projetos que visam a melhoria dos currículos e dos métodos de ensino.

([286]) www.youthstartproject.eu

([287]) https://skupnost.sio.si/course/view.php?id=8668

Eslováquia

Definição de educação para o empreendedorismo

Ao invés de uma definição nacional, a Eslováquia adota a descrição de competência de empreendedorismo ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([288]).

Estratégias relacionadas

Na Eslováquia, não existe uma estratégia nacional específica no que concerne a EE. No entanto, a educação para o empreendedorismo é analisada ao detalhe na "Estratégia Nacional para a Juventude 2014-2020" ([289]). Seguem-se outras estratégias relacionadas com a EE:

- A "Estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida 2011" ([290]) – um das áreas principais prende-se com as competências chave incluindo a competência empreendedora;
- "Estratégia 2.0 Minerva" ([291]) – uma estratégia económica e de inovação que engloba tópicos relativos à EE, como o apoio à formação em empreendedorismo orientada para a prática;
- "Programa de Modernização Eslováquia 21" ([292]) – uma estratégia de longo prazo que incide sobre áreas essenciais da política nacional e que tem a particularidade de analisar a EE como uma medida que pode contribuir aumentar a empregabilidade dos diplomados. Entre as metas que se propõe alcançar estão o apoio ao desenvolvimento de competências empreendedoras e a obtenção de conhecimentos básicos sobre empreendedorismo e economia no ensino secundário superior;
- A "Estratégia Nacional para a Juventude" destaca a criatividade e o empreendedorismo como uma das nove prioridades, que se divide em quatro objetivos estratégicos que englobam 13 iniciativas de apoio. Segue-se uma síntese destas ações.

Ações concretas

- **Objetivo Estratégico 1 – Informação sobre oportunidades**: identificar projetos e programas eficazes e sustentáveis de alta qualidade:
    - Recorrer a um perito para gerir a agenda do empreendedorismo nos vários departamentos governamentais, de forma a incentivar a cooperação e focar nos resultados.
- **Objetivo Estratégico 2 – Literacia empresarial**: apoiar a educação para o empreendedorismo e a educação empresarial:
    - envolver a participação num projeto ou programa experimental direcionado para o empreendedorismo;
    - incentivar a introdução da educação empresarial em todos os níveis de ensino, incluindo o não formal;

([288]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312
([289]) http://www.youthpolicy.org/national/Slovakia_2014_Youth_Strategy.pdf
([290]) http://nuczv.sk/wp-content/uploads/lifelong-learning-strategy-2011.pdf
([291]) http://unctad.org/Sections/un_cstd/docs/cstd2011p01_Slovakia_EN.pdf
([292]) https://www.minedu.sk/data/att/2337.pdf

- definir claramente os resultados da aprendizagem em empreendedorismo para os professores de todos os níveis de ensino;
- adaptar à educação formal e não formal os métodos existentes, que sejam efetivos e eficazes para a educação no campo do empreendedorismo;
- introduzir o ensino de competências empreendedoras básicas através de cursos *online*.

- **Objetivo Estratégico 3 – Empreendedorismo para o futuro**: promover o conhecimento, através de informações positivas, da ação dos empreendedores e os benefícios que eles comportam para a sociedade, e as possibilidades de criação de *start-ups*:
  - criar uma rede de embaixadores da geração de futuros empresários para apresentar nas escolas e através dos meios de comunicação social públicos;
  - iniciar um *reality show* de TV/rádio que descreva novas empresas para jovens empreendedores
  - promover competições empresariais para jovens na comunicação social;
  - disseminar mais informação relacionada com o empreendedorismo, particularmente em universidades
  - fornecer informações sobre ferramentas inovadoras e de apoio para empresas criadas por jovens.
- **Objetivo Estratégico 4 – Cooperação com empreendedores**: mentoria destinada a jovens com ideias inovadoras:
  - mapear os programas de mentoria existentes e proporcionar acesso a informação sobre programas de orientação em curso ou programados no âmbito da educação formal e não formal;
  - criar um programa de mentoria específico para voluntários no âmbito da educação não formal em cooperação com empresas, empreendedores e câmaras de comércio com o objetivo de possibilitar a aprendizagem através da mentoria.

Participação de ministérios e partes interessadas

Ministério da Educação, Ciência, Investigação e Desporto em colaboração com outros ministérios e órgãos da administração pública, órgãos de assessoria do governo e comissões. É supervisionado por um grupo de trabalho interministerial para as políticas públicas na área da juventude.

Quadro de monitorização

O Ministro da Educação, Ciência, Investigação e Desporto da República da Eslováquia presta informações sobre a situação da preparação e implementação das iniciativas e projetos acima mencionados, através de um grupo de trabalho interministerial para as políticas públicas na área da juventude; os respetivos relatórios são elaborados anualmente.

No currículo

Integração explícita no currículo

A educação para o empreendedorismo faz parte dos currículos como um tópico integrado em determinadas disciplinas obrigatórias do ensino primário e secundário (incluindo o EFPI em meio escolar). No nível CITE 1, está integrada na “Educação para o trabalho”, enquanto no CITE 2 está integrada em “Tecnologia”, “Mundo do trabalho” e “Educação Cívica”. Por último, no CITE 3, a EE faz parte da “Educação Cívica”, enquanto no EFPI em meio escolar é incluída na educação cívica, exercícios experimentais e *workshops* práticos.

Resultados da aprendizagem

A EE está integrada na disciplina “Educação para o Trabalho” no nível CITE 1. O objetivo é procurar que os alunos estejam capacitados para:

- compreender o trabalho e as atividades relacionadas com o trabalho como uma oportunidade para a autorrealização, autodidática e desenvolvimento do pensamento empreendedor.

No CITE 2, a EE encontra-se integrada nas disciplinas “Educação Cívica, “Mundo do Trabalho” e “Tecnologia”. Os alunos devem:

- entender e explicar a atividade económica na sociedade e modelos básicos de empreendedorismo;
- ser capazes de realizar atividades essenciais para concretizar intenções empreendedoras, e perceber os benefícios e os riscos inerentes ao ato de iniciar uma empresa.

No CITE 3/EFPI em meio escolar está inserida na disciplina “Educação Cívica”, que determina que os alunos devem

- compreender os conceitos básicos de literacia económica.

Formação de professores e tipos de apoio

Em relação ao DPC em educação para o empreendedorismo, este somente se encontra disponível para professores do secundário inferior e superior de matemática, educação cívica, ética e informática. Os professores de disciplinas técnicas e profissionais do ensino secundário superior podem igualmente usufruir do DPC em EE.

O Centro Eslovaco de Empresas Simuladas, membro do EUROPEN-PENS International, uma rede de empresas virtuais, apoia o EFPI em meio escolar no desenvolvimento de empresas simuladas.

Finlândia

Definição de educação para o empreendedorismo

Na Finlândia verifica-se a existência de uma definição nacional quer para empreendedorismo quer para educação para o empreendedorismo retirara das "Orientações para a educação para o empreendedorismo" ([293]):

«O empreendedorismo é a capacidade do indivíduo para transformar ideias em ação. Abrange a criatividade, a inovação e a assunção de riscos, bem como a capacidade para planear e agir com a finalidade de atingir os objetivos pretendidos. Estas qualidades são úteis no quotidiano em termos de educação, trabalho, atividades lúdicas e outras atividades sociais. Estas virtudes, para além de serem necessárias ao empreendedorismo, também potenciam os conhecimentos dos trabalhadores face ao seu trabalho e ajudam-nos a aproveitar as oportunidades que surgem».

A educação para o empreendedorismo refere-se sobretudo ao amplo trabalho desenvolvido pela administração educativa com vista a melhorar o empreendedorismo. Mas a EE também é proporcionada e apoiada por múltiplos parceiros e organizações no mercado de trabalho. As medidas práticas destinam-se a inculcar atitudes positivas e a desenvolver o conhecimento e as competências relativas ao empreendedorismo, a criar novas empresas, atualizar as competências individuais dos empreendedores, e por último, a promover um espírito empreendedor no trabalho e em todas as outras atividades. A EE está radicada na aprendizagem ao longo da vida e num modo de funcionar em rede.

Estratégias relacionadas

Na Finlândia existe uma estratégia nacional específica para o empreendedorismo, as "Orientações para a educação para o empreendedorismo" liderada pelo Ministério da Educação e Cultura (MdEC) e que cobre o período de 2009-2015. As linhas orientadoras dirigem-se a todos os níveis: desde a educação e cuidados na primeira infância até à educação de adultos e ensino superior.

Objetivos principais

O objetivo das 'Orientações para a educação para o empreendedorismo' é fomentar o espírito empreendedor entre os finlandeses e fazer com que o empreendedorismo seja uma opção de carreira mais atrativa. As medidas são transversais a todo o sistema educativo e têm como metas desenvolver a cidadania ativa, potencializar a criatividade e a inovação no ensino e na formação, criar uma atitude e cultura empreendedoras positivas e promover a criação de empresas.

Advoga escolas empresariais com uma cultura operacional flexível, criativa e inovadora, com o apoio correspondente para desenvolver ambientes de aprendizagem focados nesse tema, e onde o professor é um orientador. A aprendizagem prática deve ser facultada e é importante que envolva a resolução de problemas e a interação com organizações externas.

Ações concretas

Resultados previstos para 2015:

([293]) http://www.minedu.fi/export/sites/default/OPM/Julkaisut/2009/liitteet/opm09.pdf?lang=en

- é intensificado o trabalho em rede entre os parceiros da EE aos níveis internacional, nacional e regional;
- as medidas para a EE procedem principalmente dos níveis regional e local;
- os centros regionais de especialização consolidaram a sua posição e abrangem todo o país;
- a EE tornou-se uma parte sólida dos currículos nucleares e uma parte ainda mais sólida dos currículos específicos das escolas;
- a EE encontra-se integrada de forma mais sólida nas estratégias empresariais e escolares e nos planos de desenvolvimento;
- os estudos para o empreendedorismo estão incluídos nos currículos do ensino profissional;
- as instituições de ensino superior incorporam o empreendedorismo nas suas estratégias gerais;
- a EE é parte integrante da formação inicial dos professores que lecionarão esta temática no futuro;
- aumento da disponibilização de DPC e de destacamentos relacionados com a EE;
- ambientes de aprendizagem que promovem o trabalho em rede para a FIP e DPC, como por exemplo, utilizando ambientes virtuais.

Participação de ministérios e partes interessadas

As diretrizes foram elaboradas através de uma ampla cooperação entre diferentes entidades da comunidade empresarial. A gama de parceiros incluiu agências nacionais e governamentais, organizações educativas, autoridades regionais e organizações empresariais.

Quadro de monitorização

O Ministério da Educação e Cultura encomendou um estudo de avaliação à Universidade de Tecnologia de Lappeenranta e, com base nessa avaliação, irá atualizar as Orientações. O MdEC não indicou um prazo para este processo.

No currículo

Integração explícita no currículo

A nível do CITE 1-2, a EE integra-se em temáticas transversais: “Crescimento Pessoal” e “Empreendedorismo e Cidadania Participativos”, abordados por intermédio de disciplinas nucleares e opcionais e em eventos conjuntos, tais como assembleias. Além disso, a disciplina “Estudos Sociais” (níveis 7-9) inclui aspetos da educação para o empreendedorismo.

No CITE 3, o currículo central nacional engloba os “Estudos Sociais”, que por sua vez incluem a EE.

No que concerne ao CITE 3 no EFPI em meio escolar, o módulo “Empreendedorismo e Atividade Empresarial” é obrigatório para todas as qualificações e a competência-chave é integrada em diferentes disciplinas.

Resultados de aprendizagem

Na Finlândia, a estrutura do currículo assegura uma continuidade dos resultados da aprendizagem desde o ensino básico ao secundário.

Nos níveis CITE 1-2, os principais resultados da disciplina de "Cidadania Participativa e Empreendedorismo" consistem no desenvolvimento das competências necessárias para um envolvimento cívico, e competências básicas de empreendedorismo, tais como a formulação de opiniões críticas, a capacidade para lidar com conflitos, ser empreendedor e atuar de forma inovadora. Na disciplina de "Estudos Sociais" (CITE 2-3), os alunos aprendem os conceitos básicos relativos ao empreendedorismo e compreendem a sua importância para o bem-estar da sociedade e para a economia.

No nível CITE 3, o currículo central nacional exige que as escolas criem um ambiente de estudo onde os alunos definem os seus próprios objetivos e aprendem a trabalhar tanto de forma independente como colaborativa. A área de economia, o conteúdo foca-se nas decisões económicas diárias e outras questões de um ponto de vista ético.

No nível CITE 3, EFPI em meio escolar, o módulo "Empreendedorismo e Atividade Empreendedora" é obrigatório para a generalidade dos certificados. Este tipo de formação permite aos alunos avaliar e reconhecer as suas próprias aptidões e potencial, elaborar os seus próprios planos de negócios e avaliar a importância de ser empreendedor.

Formação de professores e tipos de apoio

As recomendações a nível central encontram-se explicitadas na Estratégia.

Há autonomia institucional quanto à integração da educação para o empreendedorismo nos currículos de FIP, no entanto, o projeto "YVI – Serviço de Formação em Empreendedorismo para Professores 2010-2014" juntou mais de 30 organizações no sentido de desenvolverem um programa de empreendedorismo na formação de professores. Desse modo, os currículos para a FIP, os novos modelos e instrumentos pedagógicos foram concebidos em parceria.

Existe uma variedade assinalável de entidades que disponibilizam DPC incluindo a Direção Nacional de Educação e a Associação para Professores de História e Estudos Sociais.

A Direção Nacional de Educação mantém um sítio de Internet ([294]) onde disponibiliza material de apoio para professores ligados à EE. As instituições de formação de professores dispõem de autonomia para decidir sobre questões relativas aos seus currículos e podem oferecer cursos opcionais sobre EE. O "YES – Ambiente Virtual de Aprendizagem para o Empreendedorismo", um serviço de EE gratuito criado em 2011 com fundos do Fundo Social Europeu, atua como um centro de especialização para as regiões. A Direção Nacional de Educação contribuiu para o seu desenvolvimento inicial e continua a financiar as ações de formação deste centro. Os principais colaboradores nacionais (exceto no que respeita ao DPC) são atualmente os parceiros locais e regionais.

O conceito de aprendizagem de "Eu & a Minha Cidade" ([295]) engloba a formação de professores, materiais didáticos para 10 lições e a visita de um dia ao ambiente de aprendizagem de "Eu & a Minha Cidade". Na Finlândia, a maioria dos alunos do 6º ano com idades compreendidas ente os 12 e os 13 anos participam no conceito de aprendizagem mencionado supra, sob a direção do seu professor.

([294]) www.minedu.fi/export/sites/default/OPM/Julkaisut/2009/liitteet/opm09.pdf?lang=en
([295]) http://yrityskyla.fi/en/me-mycity/

Suécia

Definição de educação para o empreendedorismo

Na Suécia, existe uma definição nacional de educação para o empreendedorismo (EE) que figura na "Estratégia para o Empreendedorismo na Educação e na Formação" ([296]):

«A educação para o empreendedorismo prende-se com o desenvolvimento e incentivo de competências gerais como a iniciativa, responsabilidade e transformação de ideias em ação. Está relacionada com o desenvolvimento da curiosidade, da autonomia, da criatividade e da coragem para assumir riscos. A EE promove ainda competências como a capacidade para tomar decisões, comunicar e colaborar. O empreendedorismo é um processo dinâmico e social através do qual os indivíduos, sozinhos ou em cooperação, identificam oportunidades e transformam ideias em atividades práticas e específicas em contextos sociais, culturais ou económicos».

Estratégias relacionadas

Na Suécia há uma estratégia nacional específica para a EE, a 'Estratégia para o Empreendedorismo na Educação e na Formação', instituída em 2009. Não tem um calendário definido e abrange a totalidade dos níveis de ensino (CITE 1-8).

Objetivos principais

- O empreendedorismo deve fazer parte da educação em todos os níveis de ensino;
- Um maior número de pessoas deve optar por iniciar a sua própria empresa.

Ações concretas

- Sublinhar a importância de estimular as capacidades empreendedoras através dos currículos e em alguns programas de estudos no ensino primário e secundário geral e profissional;
- implementar um novo programa de estudos no secundário superior geral foca na economia;
- estabelecer uma colaboração mais próxima entre o ensino secundário superior profissional em meio escolar e empresas suecas;
- desenvolver um novo conceito de concursos profissionais no ensino secundário superior em meio escolar;
- apoiar escolas e instituições de ensino superior a estimular a EE;
- identificar e analisar a EE no ensino primário, secundário profissional e geral, pós-secundário não-superior e ensino superior a fim de destacar as boas práticas;
- elaborar programas de alta qualidade destinados ao ensino superior centrados no empreendedorismo e na inovação.

Participação de ministérios e partes interessadas

- Ministério da Educação e Investigação
- Ministério do Empreendedorismo e da Inovação

([296]) http://www.regeringen.se/contentassets/0f6c0164196e4071a9cb27eaada1cb41/strategi-for-entreprenorskap-inom-utbildningsomradet

Quadro de monitorização

Não existe um quadro de monitorização afeto à estratégia.

No currículo

Integração explícita no currículo

A educação para o empreendedorismo é um objetivo transversal no ensino primário e secundário superior. Neste último nível de ensino, são também ministrados cursos de empreendedorismo que podem ser obrigatórios e/ou opcionais. O curso "Empreendedorismo" é lecionado como uma disciplina autónoma obrigatória no âmbito de quatro programas de estudo do secundário superior (Trabalhos Manuais, Empresas e Administração, Recursos Naturais e Hotelaria e Turismo), e como uma disciplina autónoma opcional nos outros programas escolares do mesmo nível. "Empreendedorismo e Empresas" é lecionado como uma disciplina autónoma obrigatória na componente de estudos empresariais do Programa de Estudos Empresariais, e como uma disciplina autónoma opcional em 12 dos 18 programas nacionais.

Resultados de aprendizagem

Não existem resultados da aprendizagem transversais mas foram definidos resultados da aprendizagem para as disciplinas "Empreendedorismo" e "Empreendedorismo e Empresas".

A título de exemplo, o ensino da disciplina 'Empreendedorismo' deve proporcionar aos alunos a oportunidade para estes desenvolverem os seguintes aspetos:

- compreender o que significa empreendedorismo para indivíduos, organizações, empresas e sociedade;
- capacidade para transformar ideias em atividades práticas e orientadas para objetivos;
- capacidade para implementar um projeto ou uma empresa simulada;
- capacidade para completar e avaliar um projeto ou uma empresa simulada;
- conhecer a forma como as ideias e os produtos são protegidos por leis e outras regulações;
- capacidade para utilizar métodos económicos de empresas.

Para cada aspeto são especificados requisitos de conhecimentos utilizando a escala de A-E.

Formação de professores e tipos de apoio

As instituições de ensino superior (IES) dispõem de autonomia quanto à integração da educação para o empreendedorismo no currículo da formação inicial de professores.

Em consonância com a estratégia nacional, a Agência Nacional para a Educação (*Skolverket*) apoia e incentiva as escolas a desenvolve a EE. Em cooperação com IES providencia o curso de "Aprendizagem Empresarial" para professores de todos os níveis de ensino, e é suposto os professores participantes liderarem o processo de implementação da EE nas suas escolas. A Agência Nacional para a Educação presta ainda apoio financeiro às escolas para o desenvolvimento profissional contínuo de professores, e encontra-se numa fase de elaboração de materiais de apoio digitais.

Reino Unido – Inglaterra

Definição de educação para o empreendedorismo

Na Inglaterra, a educação para o empreendedorismo (EE) visa ajudar os «jovens a ser criativos e inovadores, a assumir riscos e a geri-los e a fazê-lo com determinação e dinamismo». A EE divide-se em três áreas ([297]):

- capacidade empreendedora - competências empreendedoras e atitude positiva;
- capacidade financeira – compreender e gerir as finanças básicas;
- compreensão da economia e empresa – compreender o contexto empresarial e comercial.

Esta definição foi incluída na "Análise da Educação para o Empreendedorismo" do Ministério da Educação em Inglaterra (*Review of Enterprise Education in England*) ([298]) e no documento "Mapa de Resultados: Educação para o Empreendedorismo e Empregabilidade" (*Outcomes map: Enterprise Education and Employability*) ([299]) publicado pela *Young Enterprise* em 2015.

Estratégias relacionadas

Não existe uma estratégia nacional relativa à educação para o empreendedorismo.

Uma das declarações estratégicas ([300]) do governo de coligação (de 2010 a 2015) dizia respeito a iniciativas comerciais. Afirmava que «as provas mostram que devemos envolver-nos com os jovens desde cedo ao longo do seu percurso educativo. Devemos proporcionar-lhes experiências práticas de empreendedorismo para incentivá-los a iniciar o seu próprio negócio como uma opção de carreira no futuro». As ações incluíam «Encorajar as pessoas e inculcar-lhes competências para criarem o seu próprio negócio» e «Envolver os jovens». Embora este compromisso político já não se encontre em vigor, algumas das suas ações concretas persistem e asseguram que o enfoque na criação de uma sociedade empreendedora se incute nas escolas:

- "Inspiring the Future" ([301]) recruta jovens empreendedores como voluntários para irem às escolas falar sobre como gerem o seu próprio negócio e como lá chegaram.
- "Enterprise Village" ([302]) fornece apoio às escolas para desenvolver e gerir os seus próprios negócios por seu intermédio.
- O programa "Tenner" ([303]) gerido pela *Young Enterprise*, fornece 10 libras aos alunos do ensino secundário para estes desenvolverem uma ideia de negócio.

Adicionalmente, o relatório de Lord Young (consultor empresarial do primeiro-ministro), *Enterprise for All: the relevance of enterprise in education*, apresenta um conjunto de recomendações sobre a maneira de criar uma experiência empreendedora duradoura em educação. Algumas destas recomendações estão a ser implementadas pelo recém-criado (fevereiro de 2015) *Careers and Enterprise Company* ([304]) que se destina a inspirar os jovens, a informar uma escolha independente e

([297]) http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20130123124929/https://www.education.gov.uk/publications/eOrderingDownload/00228-2010BKT-EN.pdf

([298]) https://www.education.gov.uk/publications/eOrderingDownload/DFE-RB015.pdf

([299]) http://www.young-enterprise.org.uk/wp-content/uploads/2015/01/Outcomes-map_Jan-2014.pdf

([300]) https://www.gov.uk/government/publications/2010-to-2015-government-policy-business-enterprise/2010-to-2015-government-policy-business-enterprise

([301]) http://www.inspiringthefuture.org/

([302]) http://www.enterprisevillage.org.uk/

([303]) http://www.tenner.org.uk/

([304]) https://www.careersandenterprise.co.uk/

ajudá-los a ir mais longe. Prevê a criação, no outono de 2015, de uma Rede de Assessoria Empresarial (*Enterprise Advisor Network*), o Passaporte de Empreendedor (*Enterprise Passport*) e gerir o Fundo de Carreiras e Empreendedorismo (*Careers and Enterprise Fund*) em 2016.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

A educação para o empreendedorismo não faz parte do currículo nacional.

O único elemento de EE que é obrigatório no currículo nacional reduzido a partir de setembro é a literacia financeira que faz parte do "Programa de Estudos para a Cidadania" de caráter obrigatório.

Até 2012, a EE fazia parte do currículo escolar ligado ao trabalho para alunos de 14-16 anos (CITE 2). As escolas são agora livres para determinar se e como a experiência de trabalho deve ser organizada.

Até setembro de 2014, um programa de estudos opcional de "Educação Pessoal, Social, Sanitária e Económica (PHSE)" cobriu a literacia financeira e a EE numa perspetiva de prosperidade económica. Não obstante este programa ter sido retirado, o PSHE continua a ser ministrado como uma disciplina opcional que se espera estar disponível em todas as escolas. O Governo oferece apoio através da Associação PSHE, que orienta as escolas em matéria de desenvolvimento curricular e melhoria da qualidade do ensino. A Associação PSHE publicou um Programa de Estudos que continha os seguintes elementos:

No CITE 1 (ensino primário, 5-11 anos), as crianças devem aprender acerca de dinheiro e obter conhecimentos básicos sobre empreendedorismo.

Nos níveis CITE 2 e 3 (ensino secundário, 11-16 anos), os alunos devem saber.

- como fazer escolhas informadas e serem empreendedores e ambicioso;
- sobre o ambiente económico e empresarial;
- como as escolhas financeiras pessoais podem afetar o indivíduo e os outros;
- sobre direitos e responsabilidades dos consumidores.

Resultados de aprendizagem

Como a educação para o empreendedorismo não faz parte do Currículo Nacional, não há resultados de aprendizagem associados. O "Programa de Estudos para a Cidadania" ([305]) contém os seguintes resultados de aprendizagem para a literacia financeira: «Os alunos devem ser equipados com as competências necessárias para gerir o seu dinheiro no dia-a-dia e planear as suas futuras necessidades financeiras». O Programa de Estudos da Associação PSHE ([306]) também se expressa em termos de resultados de aprendizagem.

Existem iniciativas regionais em todo o Reino Unido que promovem escolas empreendedoras e fornecem quadros de resultados de aprendizagem de EE, por exemplo, *ladder of entitlement* e matriz de resultados de competências das escolas empreendedoras desenvolvida pela *ReadyUnlimited* ([307]).

([305]) https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/239060/SECONDARY_national_curriculum_-_Citizenship.pdf

([306]) https://www.pshe-association.org.uk/content.aspx?CategoryID=1167

([307]) http://www.readyunlimited.com/wp-content/uploads/2015/10/Ready-Unlimited_Ladder-of-Entitlement_.pdf

Formação de professores e tipos de apoio

A educação para o empreendedorismo não é mencionada explicitamente nos *Teachers' Standards*, normas que definem o nível mínimo de prática que se espera dos professores formandos e dos professores a partir do momento em que lhes é atribuído o Estatuto de Professor Qualificado (*Qualified Teacher Status* (QTS)).

A responsabilidade pelo DPC é partilhada por várias organizações, incluindo escolas, autoridades locais, DfE e professores individuais. Os professores têm o dever profissional de rever os seus métodos de ensino e programas de trabalho e de participar em cursos de formação em serviço ou de DPC como professores durante a sua carreira docente. Os mecanismos de gestão do desempenho são planeados para identificar e agir de acordo com as necessidades de formação e desenvolvimento dos professores, com base nos níveis mínimos de prática que se espera dos professores ao longo das suas carreiras. Estes mecanismos não se referem ao empreendedorismo.

Não há obrigatoriedade de o DPC cobrir a educação para o empreendedorismo, mas as escolas podem optar por fazê-lo.

Reino Unido – País de Gales

Definição de educação para o empreendedorismo

A "Estratégia para o Empreendedorismo dos Jovens" (*Youth Entrepreneurship Strategy*) ([308]) utiliza dois termos, aceites por um amplo leque de intervenientes e consistente com a descrição europeia de empreendedorismo ([309]):

A educação para o empreendedorismo (EE) refere-se ao desenvolvimento das atitudes e competências dos jovens para ajudá-los a cumprir o seu potencial. Está igualmente associada ao impulso para transformar ideias e oportunidades em ações, permitindo aos jovens serem positivos, proativos e bem-sucedidos na sua abordagem perante a vida e o trabalho.

A educação empreendedora consiste em proporcionar aos jovens a oportunidade de aplicar as suas competências e desenvolver os seus conhecimentos de forma prática.

Estratégias relacionadas

O País de Gales Existe dispõe de uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo. A "Youth Enterprise Strategy (YES)" (Estratégia para o Empreendedorismo dos Jovens) foi inicialmente lançada em 2004. Em 2010 foi atualizada com um Plano de Ação, passando a designar-se como "Estratégia para o Empreendedorismo Juvenil: Plano de Ação 2010-2015 (YES)", abrangendo os jovens dos 5 aos 25 anos e aplica-se às escolas, o ensino pós-secundário, superior e para além do setor da educação.

Objetivos principais

A sua visão consiste em «desenvolver e incentivar jovens autossuficientes e empreendedores em todas as comunidades do País de Gales, a fim de contribuírem positivamente para o sucesso económico e social».

Ações concretas

O Plano de Ação articula-se em torno de três temas, cada qual acompanhado de ações concretas.

- Envolver - promover o valor do empreendedorismo para criar oportunidades e desenvolver os jovens:
    - lançar a campanha *Big Ideas Wales* para incentivar os jovens a serem mais empreendedores e ajudar os interessados a iniciar um negócio;
    - organizar atividades e eventos específicos para estimular o interesse e a participação no empreendedorismo, em especial os desempregados e/ou economicamente inativos;
    - encorajar as empresas a envolverem-se com jovens e com o mundo académico;
    - capacitar – proporcionando aos jovens oportunidades de aprendizagem empreendedora;
    - fornecer orientação *online* para escolas e instituições de ensino superior;
    - maximizar as oportunidades de aprendizagem experiencial disponíveis para jovens;
    - promover a excelência na aprendizagem e liderança em matéria de empreendedorismo, partilhando e comparando as boas práticas a nível local, nacional e internacional.

([308]) https://business.wales.gov.uk/bigideas/youth-entrepreneurship-strategy

([309]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

- Equipar – apoiar os jovens a criar e desenvolver negócios:
  - preparar os jovens para dar os passos necessários para criar um negócio;
  - apoiar os jovens para o autoemprego;
    - focar os serviços de apoio em *start-ups* de elevado potencial especialmente em setores chave prioritários, e entre diplomados;
  - aproveitar a experiência e os conhecimentos da comunidade empresarial para apoiar os jovens empreendedores.

Participação de ministérios e partes interessadas

O Ministério da Economia, Ciência e Transportes do Governo de Gales e o Ministério da Educação e Competências lideram a estratégia em conjunto. Outros participantes incluem instituições de ensino, *Careers Wales*, *Jobcentre plus*, prestadores de cursos de aprendizagem baseada em trabalho, organizações de jovens, organizações do terceiro setor e autoridades locais.

Quadro de monitorização

O Plano de Ação inclui um quadro de objetivos quantitativos para cinco anos, sendo o progresso monitorizado pelo Painel do Plano de Ação YES. Por outro lado, em 2013 a *Enterprise and Business Committee of the National Assembly for Wales* realizou um inquérito sobre Empreendedorismo Juvenil ([310]) com o objetivo de investigar a eficácia deste trabalho e os pontos a melhorar.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

Nos níveis CITE 1-3 (para alunos de 5 a 16 anos), a EE encontra-se integrada na disciplina obrigatória de "Educação Pessoal e Social" ([311]) (PSE) que abrange uma ampla área de estudos, incluindo a literacia financeira.

Durante o ensino secundário (CITE 2-3), a EE é também abrangida pelo quadro "Profissões e mundo do trabalho" ([312]) que faz parte do currículo básico obrigatório para os 11-16 anos e é um elemento do "currículo nuclear" para alunos de 16-19 anos de idade.

Nos níveis CITE 2-3 (entre 14-19 anos), a EE é incorporada no *Welsh Baccalaureate Qualification* ([313]) (WBQ), uma qualificação nacional que reúne as qualificações gerais e o *Skills Challenge Certificate* (que avalia as competências que os jovens devem ter para a faculdade, emprego e para a vida). Uma WBQ reformada, testada em 2014 e introduzida em 2015, inclui atualmente um *Skills Challenge Certificate* que é composto por um projeto de investigação e três desafios: (1) cidadania global, (2) comunidade e empresa e (3) empregabilidade. O WBQ não é obrigatório para alunos ou escolas/colégios, embora o Governo de Gales os encoraje fortemente a participar, propondo incentivos para escolas/colégios. Os alunos desenvolvem sete competências essenciais, incluindo competências empreendedoras, participando numa série de experiências práticas de empreendedorismo. O WBQ ([314]) está disponível em três níveis: nível básico (a partir dos 14 anos), intermédio (*GCSE level*/CITE 2) e avançado (*A level*/CITE 3), e apoia a oferta das disciplinas de PSE e CWW.

Numa perspetiva mais ampla, o documento "Aprendizagem e Progresso na EE" (*Learning and Progression in EE*) ([315]) oferece orientações nacionais para as escolas em matéria de planeamento da

([310]) http://www.senedd.assembly.wales/mgIssueHistoryHome.aspx?IId=6052

([311]) http://learning.gov.wales/resources/improvementareas/curriculum/programmes-of-study/personal-and-social-education/?lang=en

([312]) http://learning.gov.wales/resources/browse-all/careers-world-of-work/?lang=en

([313]) http://www.wjec.co.uk/qualifications/welsh-baccalaureate/welsh-bacc-from-2015/

([314]) http://www.wjec.co.uk/qualifications/welsh-baccalaureate/welsh-bacc-from-2015/

([315]) http://learning.gov.wales/docs/learningwales/publications/140626-careers-and-the-world-of-work-learning-and-progression-en.pdf

aprendizagem e progressão em todas as etapas da educação e em todo o currículo escolar. Define expectativas para a oferta integrada e propõe experiências de aprendizagem desafiadoras e empreendedoras.

Resultados de aprendizagem

Nos níveis CITE 1-3, a disciplina "Educação Pessoal e Social" (PSE) prepara os alunos para serem pessoal e socialmente eficazes, fornecendo experiências de aprendizagem em que podem desenvolver e aplicar competências, explorar atitudes e valores pessoais e adquirir conhecimentos e compreensão apropriados. Nos níveis CITE 2 e 3, como parte da disciplina "Profissões e mundo do trabalho" (CWW), os alunos devem ter oportunidades para explorar as atitudes e os valores necessários para a empregabilidade, a aprendizagem ao longo da vida e para serem empreendedores.

Os quadros para a CWW e a PSE foram desenvolvidos em paralelo e os resultados de aprendizagem para ambos são evolutivos e permitem aos alunos basear-se em experiências prévias à medida que avançam no sistema educativo. Nem a CWW nem a PSE conduzem a qualificações formais, mas ambas são apoiadas através da participação no WBQ.

O WBQ definiu os resultados de aprendizagem nos três níveis no CITE 2-3 ([316]), apoiando a transmissão de sete competências essenciais: comunicação, numeracia, alfabetização digital, pensamento crítico e resolução de problemas, planeamento e organização, criatividade e inovação e eficácia pessoal. Os documentos de apoio incluem orientações detalhadas sobre a avaliação dos resultados de aprendizagem em matéria de empreendedorismo.

Formação de professores e tipos de apoio

O "Plano de Ação YES 2010-2015" não faz referências à FIP. O currículo para a formação inicial de professores é determinado por cada instituição tendo em conta os requisitos do Governo de Gales e em conformidade com as "Normas para a Qualificação e Profissionalização dos Professores" (*Standards for the Award of Qualified Teacher Status*" (QTS)) ([317]), que não mencionam explicitamente o empreendedorismo. No entanto, os professores devem estar aptos a lecionar o currículo completo, que inclui o empreendedorismo como parte da PSE e da CWW, conforme indicado supra.

O relatório da Academia de Ensino Superior sobre "Melhorar a Empregabilidade através da Educação para o Empreendedorismo" (*Enhancing Employability through Enterprise Education*) ([318]) refere-se ao módulo opcional "Educadores Empreendedores" no curso PGCE/PCET da Universidade do País de Gales *Trinity Saint David* como um exemplo de boas práticas de inclusão da EE na FIP. Pode ser o único curso deste tipo em todo o Reino Unido.

O "Plano de Ação YES" apoia o DPC através da plataforma nacional de DPC *Youth Entrepreneurship National CPD hub* ([319]) liderada pela Universidade de *South Wales*. O objetivo desta plataforma é reforçar as competências e criar um centro pan-galês de educadores, com um foco primário no EFP e no ensino superior.

Há uma série de bibliotecas de recursos *online* com materiais didáticos e orientações no domínio da EE. *Hwb*, a biblioteca nacional de aprendizagem digital ([320]) fornece uma série de recursos pedagógicos para a EE. Consórcios regionais (financiados pelo Governo de Gales para padronizar e elevar a qualidade da prestação nas escolas e no EFP) e o WJEC (uma organização de certificação) desenvolvem e partilham recursos para o WBQ. O *WJEC's online Challenge Bank* contém recursos desenvolvidos por organizações empresariais e comunitárias.

[316] Como exemplo no nível avançado, ver http://www.wjec.co.uk/qualifications/welsh-baccalaureate/welsh-bacc-from-2015/Welsh%20Bacc%20Specification%20KS4%2028%2010%2014%20-%20Branded.pdf

([317]) http://wales.gov.uk/docs/dcells/publications/090915becomingateacheren.pdf

([318]) https://www.heacademy.ac.uk/resource/enhancing-employability-through-enterprise-education

([319]) http://www.yesnationalcpdhub.com

([320]) http://hwb.wales.gov.uk/Resources/resource/e7d3cdd0-a650-4c60-94d4-54af9816f1f0/en

Reino Unido – Irlanda do Norte

Definição de educação para o empreendedorismo

Existe uma definição nacional adotada na Irlanda do Norte. No “Plano de Ação de 2003 para o empreendedorismo e a educação" (*Action Plan for Entrepreneurship and Education*), os ministérios competentes (Empresas, Comércio e Investimento (DETI), Educação (DE) e Emprego e Aprendizagem (DEL)) acordaram em definir o empreendedorismo, na sua aceção mais ampla possível, como a «capacidade de um indivíduo que, possuindo uma gama de competências e de qualidades essenciais, dá um contributo único, inovador e criativo para o mundo do trabalho, seja no emprego ou no trabalho por conta própria».

Estratégias relacionadas

Na Irlanda do Norte, a educação para o empreendedorismo (EE) é abordada no âmbito de uma estratégia geral, a “Estratégia de Inovação para a Irlanda do Norte 2014-2025” ([321]), acompanhada por um Diretório de Práticas (*Action Directory*). A estratégia é relevante para todos os níveis de ensino (CITE 1-8).

Objetivos principais

Um dos objetivos principais consiste em “encorajar os nossos jovens a serem empreendedores”. A estratégia determina que a EE no nível primário, secundário e pós-secundário é um dos requisitos básicos, que devem ser cumpridos para facilitar o empreendedorismo em todas as áreas da vida. O aspeto da empregabilidade da educação para o empreendedorismo já faz parte do currículo nos níveis CITE 1-3.

Ações concretas

A “Estratégia de Inovação” contém um compromisso associado à educação, que determina que o Ministério da Educação irá analisar como pode ser reforçado o apoio oferecido aos jovens para um maior envolvimento em atividades empreendedoras. No entanto, este compromisso não é acompanhado de uma medida específica no âmbito do Diretório de Práticas (*Action Directory*) ([322]).

Participação de ministérios e partes interessadas

A "Estratégia de Inovação" é coordenada pelo Ministério das Empresas, Comércio e Investimento e envolve todos os ministérios e departamentos governamentais, incluindo o Ministério da Educação e o Ministério do Emprego e Aprendizagem.

Quadro de monitorização

A abordagem de monitorização adotada inclui um Relatório Anual de Inovação, que atualiza o desempenho em relação às metas e objetivos fixados. Inclui uma avaliação do desempenho em termos de inovação num leque abrangente de áreas afins, uma análise do grau de adequação das metas e dos objetivos à luz dos dados emergentes, o progresso das ações delineadas na estratégia e recomendações para ações futuras e orientação política.

([321]) http://www.detini.gov.uk/innovationstrategyni

([322]) http://www.detini.gov.uk/innovation_strategy_2014-2025_action_directory.pdf (p. 6)

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

No CITE 1 (ensino primário para alunos dos 4 aos 11 anos), a EE está integrada na disciplina obrigatória "Desenvolvimento Pessoal e Compreensão Mútua" ([323]) (*PDandMU*) que visa incentivar a criança a tornar-se mais eficiente do ponto de vista pessoal, emocional e social, a levar uma vida saudável, segura e plena e a tornar-se um cidadão confiante, independente e responsável, fazendo escolhas e decisões informadas e responsáveis ao longo da vida. Abrange uma introdução ao mundo do trabalho e literacia financeira.

Nos níveis CITE 2-3 (etapas 3-4 para alunos de 11-16 anos), a EE faz parte da disciplina "Aprender para a vida e para o trabalho" (LLW). Esta área de aprendizagem é central para ajudar os jovens a desenvolver as competências, conhecimentos, qualidades e disposições fundamentais que são pré-requisitos para a vida e para a vida profissional e inclui o contributo de componentes como a Empregabilidade, Economia Doméstica, Cidadania Local e Global e Desenvolvimento Pessoal. A LLW é também uma componente do Quadro de Elegibilidade (*Entitlement Framework*) para jovens de 14 a 19 anos, que oferece acesso a uma ampla gama de oportunidades de aprendizagem adequadas às necessidades, aptidões e interesses dos jovens, independentemente de onde moram ou da escola que frequentam.

Além disso, o Ministério da Educação fornece financiamento anual para a atividade de educação empresarial que é disponibilizada principalmente através de um número de parceiros externos, tais como *Young Enterprise*. São oferecidos programas que envolvem os alunos diretamente, e que estão correspondem ao currículo da Irlanda do Norte.

Resultados de aprendizagem

No CITE 1, os resultados de aprendizagem relativos à EE na disciplina de “Desenvolvimento Pessoal e Compreensão Mútua” são que as crianças devem desenvolver:

- autoconfiança e autoestima;
- a capacidade para trabalhar eficazmente com outros e tomar responsabilidade por si mesmos;
- consciência do imenso valor das competências pessoais e interpessoais na vida futura e em contextos profissionais;
- conhecimento e compreensão dos desafios e oportunidades que possam encontrar numa sociedade cada vez mais diversificada;
- tomada de decisão informada e ações responsáveis ao longo das suas vidas.

No CITE 2 – Em "Aprender para a vida e para o trabalho", os alunos devem estar aptos a:

- mostrar uma compreensão mais profunda através de um pensamento crítico e flexível, resolver problemas e tomar decisões informadas, usar a matemática e as TIC quando for apropriado;
- demonstrar empreendedorismo, criatividade e iniciativa ao desenvolver ideias e acompanhar o seu desenvolvimento;
- trabalhar com outros de forma eficiente;
- demonstrar capacidades de autogestão trabalhando sistematicamente, persistindo com tarefas, avaliando e melhorando a sua própria aprendizagem e desempenho;
- comunicar eficazmente de forma oral, visual, escrita, numérica e através das TIC, mostrando consciência clara do recetor e da finalidade do ato de comunicação.

([323]) http://www.nicurriculum.org.uk/docs/key_stages_1_and_2/areas_of_learning/pdmu/PD-Guidance.pdf

CITE 3 – Em “Aprender para a vida e para o trabalho”, os alunos devem estar aptos a:

- explorar o autoemprego e identificar fontes de apoio relevantes;
- investigar a crescente responsabilidade social das empresas na comunidade.

Estes resultados de aprendizagem são evolutivos e permitem aos alunos aprender a partir de experiências prévias à medida que progridem no sistema.

Formação de professores e tipos de apoio

Atualmente, não há referências à EE na formação inicial de professores (FIP), em que o currículo fica ao critério da entidade prestadora, no âmbito dos requisitos estabelecidos pelo Ministério da Educação. No entanto, espera-se que os professores das escolas primárias possam lecionar o currículo completo, no qual o empreendedorismo é incluído como parte da *PDandMU* e da *LLW*.

Como parte do compromisso com a aprendizagem empreendedora, o *St Mary's University College*, uma faculdade da *Queen's University*, desenvolveu um certificado em Aprendizagem Empreendedora para os seus programas de formação de professores ([324]).

A responsabilidade pelo DPC é partilhada por várias organizações, incluindo o Ministério da Educação, a Autoridade de Educação, as escolas, as autoridades locais e os professores individuais. Os professores têm o dever profissional de rever os seus métodos de ensino e programas de trabalho e de participar em programas para a sua formação em serviço ou DPC como professores ao longo das suas carreiras. Os programas de gestão de desempenho visam identificar e atuar sobre as necessidades de formação e desenvolvimento dos professores, com base em normas profissionais que definem o nível mínimo de desempenho esperado dos professores ao longo das suas carreiras. Não fazem referência ao empreendedorismo.

Não há informações específicas disponíveis sobre o DPC vinculado à educação para o empreendedorismo.

([324]) http://www.smucb.ac.uk/downloads/entrepreneurship/Certificate%20of%20Entrepreneurial%20Learning.pdf

Reino Unido – Escócia

Definição de educação para o empreendedorismo

O termo "empreendedorismo na educação" é usado na Escócia, sendo definido de um modo genérico como:

«A oportunidade para os jovens desenvolverem atitudes e competências empreendedoras através da aprendizagem e do ensino em todo o currículo; experienciarem e desenvolverem a compreensão do mundo do trabalho em toda a sua diversidade, incluindo a atividade empreendedora e o autoemprego; participarem plenamente em atividades empreendedoras, incluindo as que são explicitamente de natureza empreendedora, e em que o sucesso seja o resultado de uma participação prática; e desfrutarem de uma educação adequadamente focada na carreira» ([325]).

Estratégias relacionadas

Já não existe uma estratégia específica de educação para o empreendedorismo (EE) na Escócia. A abordagem nacional para a EE foi desenvolvida no âmbito da estratégia *Determined to Succeed: A Review of Enterprise in Education*, implementada em 2003-2011 ([326]). A EE tem sido integrada no ensino regular através da matriz curricular nacional, *Curriculum for Excellence* ([327]). A nível estratégico, a EE é presentemente abordada na estratégia nacional de inovação, *Scotland Can Do – Becoming a World-Leading, Entrepreneurial and Innovative Nation* ([328]) e *Developing the Young Workforce – Scotland's Youth Employment Strategy* ([329]).

A) "Escócia Can Do – Becoming a World-Leading, Entrepreneurial and Innovative Nation"

Este quadro de empreendedorismo e inovação, que cobre o período de 2013-2020, é relevante para todos os níveis de ensino (CITE 1-8). Sublinha a importância que o Governo escocês atribui ao empreendedorismo e à inovação, os valores que irão informar o trabalho nesta área e as futuras prioridades para a ação. A educação tem um papel central na estratégia. As partes interessadas envolvidas incluem: o Governo escocês, *Education Scotland, Association of Directors of Education in Scotland, Micro-Tyco, a Social Enterprise Academy, Young Enterprise Scotland, The Prince's Trust, Big Ideas, Curriculo Solutions e Co-operative Education Trust Scotland.*

Objetivos principais de *Scotland Can Do*

Uma das cinco ambições declaradas é conseguir «um sistema educativo que tenha no seu centro o empreendedorismo e a inovação, que beneficie das oportunidades apresentadas pelo *Curriculum for Excellence*, a reforma dos *colleges* e a força líder a nível mundial das nossas universidades».

Ações concretas de *Scotland Can Do*

As ações concretas relevantes para a educação na estratégia *Scotland Can Do* incluem: facilitar o desenvolvimento de recursos para melhor permitir a aprendizagem empreendedora nas salas de aula da Escócia; após uma pilotagem bem-sucedida, apoiar o lançamento da iniciativa "Bridge 2 Business" - um programa interativo e participativo que visa inspirar, interligar e apoiar alunos de *colleges* que se

([325]) Scottish Executive (2002) Determined to Succeed: A Review of Enterprise in Education: http://www.gov.scot/Resource/Doc/46932/0028821.pdf

([326]) Evaluation report of the strategy: http://www.gov.scot/resource/doc/920/0118640.pdf

([327]) http://www.educationscotland.gov.uk/learningandteaching/thecurriculum/whatiscurriculumforexcellence/keydocs/index.asp

([328]) http://www.gov.scot/Publications/2013/11/7675

([329]) http://www.gov.scot/Publications/2014/12/7750; see also Education Scotland's website http://www.educationscotland.gov.uk/learningandteaching/thecurriculum/dyw/index.asp

envolvam em empresas - noutros *colleges* escoceses e apoiar igualmente a oferta de um *Young Innovators Challenge* atualizado. Um quadro de ação subsequentemente desenvolvido ([330]) inclui mais detalhes sobre estas ações e outras mais amplas de apoio à criação *start-ups* de jovens.

Quadro de monitorização de *Scotland Can Do*

A implementação da estratégia *Scotland Can Do* tem sido associada a três dos Indicadores Nacionais da Escócia: aumentar o número de empresas, aumentar os gastos com investigação e desenvolvimento, melhorar o intercâmbio de conhecimento resultante da investigação académica.

B) "Curriculum for Excellence"

A partir de 2011, a estratégia "Determined to Succeed" foi incorporada no currículo escocês 3-18, *Curriculum for Excellence*. Este facto torna a aprendizagem e o ensino mais relevantes, participativos e interligados para equipar os jovens com as competências, conhecimentos e compreensão necessários para o século XXI. Inclui o desenvolvimento de competências empreendedoras, de empreendedorismo e de empregabilidade, bem como o empreendimento financeiro como parte da literacia financeira. Estas competências foram ressaltadas no âmbito do atual programa de trabalho e do programa "Developing the Young Workforce" ([331]), que constitui uma prioridade nacional fundamental. Consequentemente, as crianças e os jovens devem beneficiar de vínculos curriculares mais estreitos com o mundo do trabalho, o envolvimento alargado dos empregadores e experiências de estágios mais completas.

C) "Developing the Young Workforce – Escócia"s Youth Employment Strategy (DYW)"

Publicada em dezembro de 2014, esta estratégia visa reduzir o desemprego dos jovens em 40% até 2021, preparando-os melhor para o mundo do trabalho. Está em linha com o *Curriculum for Excellence*, que oferece a flexibilidade para uma abordagem mista da aprendizagem, ampliando o leque de vias e de opções disponíveis para todos os jovens nas escolas. Relaciona-se também com o objetivo de inspirar uma aprendizagem empreendedora e para o empreendedorismo através do currículo. No quadro das recomendações do programa DYW, foram publicadas em setembro de 2015 as orientações sobre parcerias entre escolas e empregadores (*Guidance on School/Employer Partnerships),* uma norma sobre estágios em empresas *(Work Placement Standard)* e uma nova norma sobre Educação para a Carreira (3-18 anos) *(Career Education Standard (3-18))*. Esses documentos serão revistos em março de 2017 à luz da experiência e da sua aplicação.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

Não há nenhum currículo obrigatório na Escócia. No âmbito do *Curriculum for Excellence*, o empreendimento é um tema transversal a toda a aprendizagem; outros temas incluem cidadania, desenvolvimento sustentável, educação internacional e criatividade. A estrutura curricular destaca que esses temas devem ser desenvolvidos numa variedade de contextos. A aprendizagem associada a esses temas é, portanto, incorporada nas Experiências e Resultados em todas as áreas do currículo. As Experiências e Resultados estabelecem normas e expectativas nacionais para a aprendizagem e progressão em todo o currículo. O *Curriculum for Excellence* destina-se a oferecer flexibilidade na forma como é gerido o ensino e a aprendizagem. Enquanto o quadro para o *Curriculum for Excellence* foi estabelecido a nível nacional, já as decisões sobre o detalhe da oferta, incluindo de educação para o empreendedorismo, repousam nas autoridades locais, escolas e professores.

([330]) http://www.gov.scot/Resource/0044/00449131.pdf

([331]) Scottish Government (2014) Education Working for All! Commission for Developing Scotland's Young Workforce Final Report: http://www.gov.scot/Publications/2014/06/4089

Resultados de aprendizagem

As Experiências e Resultados organizam-se em oito áreas curriculares: Artes Expressivas, Línguas e Literacia, Educação Religiosa e Moral, Estudos Sociais, Matemática e Numeracia, Ciências, Tecnologias, Saúde e Bem-Estar. São definidos em desenvolvimento linear, descrevendo o progresso da aprendizagem através dos níveis de ensino.

Por exemplo, na área de Estudos Sociais, um objetivo relevante para o empreendedorismo é "desenvolver uma compreensão dos conceitos que estimulam o empreendedorismo e influenciam os negócios". As declarações de experiências e resultados para os diferentes níveis são:

CITE 0	Nível inicial – Em situações da vida real e simuladas, exploro como as lojas e serviços locais nos fornecem o que precisamos nas nossas vidas diárias.
CITE 1	Primeiro nível – Compreendo a importância das organizações locais para responder às necessidades da minha comunidade local.
	Segundo nível – Através da exploração de comércio ético, sou capaz de entender como as necessidades básicas das pessoas são as mesmas no mundo inteiro, explicando por que algumas sociedades são mais capazes de satisfazer essas necessidades do que outras.
CITE 2-3	Terceiro nível – Ao participar numa atividade empreendedora, sou capaz de explorar questões éticas relacionadas com a prática empreendedora e compreender como as empresas ajudam a satisfazer as necessidades.
	Quarto nível – Sou capaz de analisar de forma crítica como alguns fatores económicos podem influenciar indivíduos, empresas ou comunidades.

Formação de professores e tipos de apoio

Foi formalmente lançada em setembro de 2015 uma nova iniciativa para o ano letivo 2014/15, o projeto *Enterprising Schools* ([332]) (Escolas Empreendedoras), que contou com o envolvimento de vários parceiros liderados pela *Young Enterprise Scotland*. O seu objetivo principal consiste em capacitar os educadores através da formação profissional contínua, reforçar o desenvolvimento de competências empreendedoras nas suas escolas e ensinar com vista a:

- reconhecer as escolas pelo seu trabalho nesta área e proporcionar uma plataforma para o intercâmbio e partilha de boas práticas;
- encorajar as escolas, desde o primeiro nível até a fase mais avançada, a desenvolver uma abordagem holística de empreendedorismo e de pensamento empreendedor;
- disponibilizar recursos ao pessoal docente para apoiar a atividade empreendedora e incentivar o pensamento empreendedor.

O *Education Scotland* trabalhou ainda em conjunto com parceiros do terceiro setor no projeto *Enterprising Schools* (*Big Idea, Cooperative Enterprise Trust Scotland, Curriculum Solutions, Social Enterprise Academy* e *Young Enterprise Scotland*) no sentido de produzir recursos para apoiar os profissionais de educação a tornar a aprendizagem mais empreendedora. As orientações fornecem estudos de caso escoceses que visam enfatizar o impacto positivo que o desenvolvimento de competências empreendedoras teve sobre a confiança e a autoestima dos jovens e demonstrar oportunidades existentes para desenvolver tais competências em todos os programas escolares.

Não há informações específicas sobre a inclusão da EE como um tema explícito na formação inicial de professores. No entanto, as normas que regem a atividade docente afirmam que todos os professores de ensino primário e secundário devem ter formação em todos os tópicos relevantes para o currículo, o que implica a inclusão da EE. Vários parceiros do terceiro setor envolvidos no projeto *Enterprising Schools* fornecem DPC relevante no domínio da EE, incluindo a *Social Enterprise Academy*. Não existem cursos principais propriamente ditos. Um programa apoiado a nível central, *Excellence in Education through Business Links* (EEBL) ([333]), organiza estágios para todos os professores do ensino primário e secundário durante um mínimo de 2 dias.

([332]) http://www.enterprisingschools.scot

([333]) http://www.educationscotland.gov.uk/resources/e/eebl.asp?strReferringChannel=educationscotland&strReferringPageID=tcm:4-615801-64&class=l1+d86716

Bósnia e Herzegovina

Definição de educação para o empreendedorismo

Ao invés de uma definição nacional, Bósnia e Herzegovina refere-se à descrição de competência empreendedora ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") que consta do Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([334]).

Estratégias relacionadas

A "Estratégia de Aprendizagem Empreendedora nos Sistemas Educativos da Bósnia e Herzegovina" ([335]) é uma estratégia nacional específica no domínio da educação para o empreendedorismo (EE) na Bósnia e Herzegovina. Cobre o período de 2012-2015 e dirige-se a todos os níveis de ensino.

Objetivos principais

O objetivo geral da estratégia é «fomentar e promover uma mentalidade empreendedora que tenha um impacto positivo no desenvolvimento social e económico da Bósnia e Herzegovina, em conformidade com os compromissos estratégicos existentes e tendo em conta o progresso económico mundial» ([336]). Os objetivos estratégicos específicos são:

- incentivar a aquisição de competências empreendedoras através do sistema educativo;
- aumentar o nível de consciencialização e de conhecimentos relativamente ao espírito empreendedor no processo educativo em todos os níveis de ensino;
- desenvolver o sentido de inovação e de empreendedorismo como competências essenciais no sistema educativo;
- promover o estabelecimento de ligações entre a educação e a comunidade (autoridades locais, ONGs, parceiros sociais, incluindo empresas);
- reforçar a cooperação entre o sistema educativo e a comunidade empresarial.

Ações concretas

- Estabelecer uma parceria para a aprendizagem empreendedora a nível estatal;
- estabelecer uma parceria de aprendizagem sobre o empreendedorismo em todos os níveis de ensino, promovendo a ligação entre a educação e os setores económicos e as comunidades;
- sensibilizar para a aprendizagem no domínio do empreendedorismo em todos os níveis;
- promover a aprendizagem empreendedora no ensino primário e secundário, incluindo as escolas secundárias profissionais (sistema de educação formal);
- integrar o empreendedorismo como uma competência chave nos currículos atuais;
- capacitar os professores e diretores de escolas;
- fomentar as ações de apoio entre pares, envolvendo instituições educativas, a fim de reforçar as boas práticas;
- promover a aprendizagem empreendedora no ensino superior;

([334]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

([335]) http://www.mcp.gov.ba/org_jedinice/sektor_obrazovanje/dokumenti/strateski_doc/Archive.aspx?langTag=en-US&template_id=108&pageIndex=1

([336]) *Strategy*, p. 11.

- promover as ligações entre a educação e os empregadores no ensino superior;
- recomendar a introdução da aprendizagem empreendedora no currículo do ensino superior, com especial incidência na formação inicial de professores;
- promover a aprendizagem empreendedora na educação não formal (educação de adultos e desenvolvimento de competências na formação no local de trabalho);
- promover a aprendizagem empreendedora na educação de adultos;
- desenvolver as competências empreendedoras através da análise das necessidades de formação, da garantia de qualidade e da formação de formadores.

Participação de ministérios e partes interessadas

Estão envolvidos vários ministérios e partes interessadas, a nível estatal e local, desde o governo, setor da educação, empresas e comunidade ([337]); foi estabelecida uma parceria estatal para a aprendizagem empreendedora que atua como um órgão consultivo para apoiar a estratégia.

Quadro de monitorização

Ainda não foi estabelecido um quadro de monitorização, mas está em curso um projeto da União Europeia que visa fornecer instrumentos de monitorização e mecanismos de avaliação.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

A integração da EE nos currículos está atualmente em implementação, com o apoio de *Entrepreneurial Learning Education Systems* (ELES) ([338]) e por via do projeto regional do SEECEL ([339]) em escolas piloto.

Resultados de aprendizagem

São definidos resultados de aprendizagem para os níveis CITE 2 e 3 ([340]), mas não estão oficialmente integrados nos programas escolares. Os resultados de aprendizagem para o CITE 1 são definidos através do projeto regional SEECEL e são usados em escolas piloto (4 escolas).

Formação de professores e tipos de apoio

A "Estratégia Nacional de Aprendizagem Empreendedora" contém recomendações para a formação inicial de professores (não obrigatória, a nível nacional) e o desenvolvimento profissional contínuo (DPC). As atividades de DPC em matéria de educação para o empreendedorismo são organizadas para todos os professores de todos os níveis de educação.

Existe também um projeto-piloto transnacional liderado pelo Centro da Europa do Sudeste para a Aprendizagem do Empreendedorismo (SEECEL), em cooperação com a autoridade nacional de formação de professores, que apoia a formação contínua de professores em oito escolas primárias e quatro escolas secundárias. Inclui financiamento direto, apoio curricular (incluindo experiências práticas de empreendedorismo), material de formação para professores, materiais didáticos e trabalho em rede, juntamente com sistemas de mentoria para professores entre escolas que implementaram a EE e novas escolas que aderem ao projeto-piloto do SEECEL.

Existem orientações para os professores. Bósnia e Herzegovina apoiou o projeto "ELES", cofinanciado pelo programa IPA da UE, que desenvolveu materiais didáticos.

([337]) A estratégia p. 2 contém uma lista de organizações envolvidas na autoria da estratégia, e a estratégia geral contém mais informações sobre a participação das partes interessadas e parcerias.

([338]) www.eles.ba

([339]) www.seecel.hr

([340]) http://eles.ba/images/Projekt/RG1/Programme_and_Guidelines.pdf (pp. 10 e 12)

Islândia

Definição de educação para o empreendedorismo

Não existe uma definição nacional de educação para o empreendedorismo (EE). Há uma definição que é referenciada em relação ao domínio da Inovação e Educação para o Empreendedorismo (IEE):

«IEE é uma área curricular que aborda o recurso à criatividade e ao conhecimento para resolver problemas que os aprendentes identificam e analisam. Visa desenvolver o pensamento crítico e criativo em termos de conceção, ciência, tecnologia, marketing e empresa. Na área da IEE, a ênfase principal recai no reforço das competências criativas e atualização das ideias do aprendente a partir da sua participação ativa. A pedagogia da IEE tem sido analisada como pedagogia emancipatória, em que o aprendente tem ampla autonomia e o professor dá o controle aos alunos relativamente aos seus projetos, de forma gradual e sistemática» ([341]).

Estratégias relacionadas

Não existe atualmente uma estratégia nacional de educação para o empreendedorismo na Islândia.

Os currículos islandeses introduzidos em 2011 incluem Guias Curriculares Nacionais separados para os três níveis de ensino – pré-escolar ([342]), obrigatório (6-16 anos) ([343]), e secundário superior (principalmente 16-20 anos) ([344]). A EE é explicitamente mencionada apenas como o tópico "Estudos Empreendedores" no guia para o ensino obrigatório.

Os Guias Curriculares Nacionais oferecem flexibilidade para trabalhar no espírito da EE, mas os seis pilares fundamentais dos currículos (literacia, sustentabilidade, igualdade, criatividade, saúde e proteção social, democracia e direitos humanos) não incluem explicitamente a inovação ou a EE. No entanto, a ênfase do currículo e a maioria dos pilares fundamentais estão bem alinhados com as abordagens de Educação para a Inovação (IE) e a EE, como sejam a inclusão da criatividade e de amplas competências empreendedoras, como o pensamento crítico.

As pesquisas efetuadas na Islândia revelam que a educação para a inovação (mais comum no nível obrigatório) e a educação para o empreendedorismo são irregulares e geralmente dependem de professores entusiastas e interessados. Estudos recentes ([345]) a nível do ensino secundário superior mostraram que os professores compreendem a área de EE e que há muitas áreas com potencial, mas a oferta formal de EE ainda é escassa. A principal característica da EE na Islândia é o facto de ser rara, não faz parte de um *continuum* ou progressão na educação e tende a ser associada aos professores específicos que a instigaram e ensinaram dentro das suas escolas ([346]).

([341]) Svanborg R. Jónsdóttir, Meyvant Þórólfsson, Gunnar E. Finnbogason, e Jóhanna Karlsdóttir. (2013). *Rætur nýsköpunar- og frumkvöðlamenntar í íslenskum námskrám og skólamálaumræðu. Netla - Veftímarit um uppeldi og menntun. Sérrit 201 – Fagið og fræðin*. Extraído de http://netla.hi.is/serrit/2013/fagid_og_fraedin/006.pdf.

([342]) http://www.dalvikurbyggd.is/resources/Files/krilakot/adskr_leiksk_ens_2012.pdf

([343]) http://brunnur.stjr.is/mrn/utgafuskra/utgafa.nsf/xsp/.ibmmodres/domino/OpenAttachment/mrn/utgafuskra/utgafa.nsf/C590D16CBC8439C500257A240030AE7F/Attachment/adskr_grsk_ens_2012.pdf

([344]) http://brunnur.stjr.is/mrn/utgafuskra/utgafa.nsf/RSSPage.xsp?documentId=2149C139F3FA145B00257A240035BA1B&action=openDocument

([345]) Jónsdóttir, S. R. (2007). *Analysis of entrepreneurship education in vocational education and training in Iceland*. Reykjavík: Leonardo National Agency, Iceland. Disponível em http://www.lme.is/doc/23?download=false Svanborg R. Jónsdóttir, e Allyson Macdonald. (2013). Settings and pedagogy in innovation education. In L. V. Shavinina (Ed.), *The Routledge international handbook of innovation education* (pp. 273-287). Londres: Routledge.

([346]) Interview Source: Svanborg R. Jónsdóttir, senior lecturer/associate Professor, School of Education at University of Iceland.

A única atividade financiada a nível nacional é o *Nýsköpunarkeppni grunnskólanemenda* ([347]) (NKG), um concurso em inovação para alunos entre os 10 e 12 anos. É financiado pelo Estado e ministrado por uma empresa privada que gere e supervisiona o concurso.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

Nos níveis CITE 1-3 (ensino obrigatório), a EE é um tema transversal explícito. A área interdisciplinar de "Inovação, Estudos Empreendedores e Novos *Media*" é explicitamente mencionada para o ensino obrigatório. A EE não é ensinada como disciplina autónoma, mas é mencionada em duas disciplinas ("Design e Tecnologia" e "Ciências Naturais"). É também incluída em duas das cinco categorias de critérios de competência (*Media* e da Informação e Criatividade e Pensamento Crítico ([348])).

Resultados de aprendizagem

Nos níveis CITE 1-2, o currículo considera que: «Deve ser enfatizado que os alunos adquirem um conhecimento profundo dos fenómenos com os quais se envolvem nos seus estudos. Isto pode obter-se, por exemplo, através de um foco no trabalho produtivo e criativo, na competência profissional, na inovação e estudos de empreendedorismo em que a iniciativa e a autossuficiência são encorajadas nos métodos de trabalho e utilizadas quer em atividades escolares quer na vida quotidiana».

Os critérios de competência são definidos na conclusão do 4º, 7º e 10º anos e cada um baseia-se no anterior. Os critérios de conclusão do 7º ano são mais exigentes do que os do 4º ano; isso significa que o grau de exigência aumenta de um ano para o seguinte e isso se reflete nos critérios de competência. Por exemplo, em relação a "Ciência Natural, Inovação e Uso Prático do Conhecimento":

• na conclusão do 7º ano, os alunos são capazes de: trabalhar em grupos sob supervisão de acordo com um cronograma, para a conceção de um ambiente, objeto ou sistema;

• na conclusão do 10º ano, os alunos são capazes de: participar na organização e trabalhar de acordo com um plano de grupo para a conceção de um ambiente, objeto ou sistema.

Formação de professores e tipos de apoio

Não existe formação ou apoio para professores a nível nacional na área da educação para o empreendedorismo. No entanto, estão disponíveis cursos de DPC para todos os professores em todos os níveis de educação. O Instituto de Investigação Pedagógica da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade da Islândia oferece cursos para professores em serviço na área da "Inovação e Educação para o Empreendedorismo", sob solicitação em todo o país. A mesma Faculdade também oferece cursos em colaboração com a FNF (Associação Islandesa de Professores de EE), INNOENT (centro independente) e Klifið (um centro educativo independente). Até agora, estes cursos só abrangeram uma pequena proporção de professores e escolas na Islândia, embora o número esteja a crescer a cada ano.

([347]) http://www.nkg.is

([348]) Para a descrição das competências desenvolvidas em *Creativity and critical thinking* no 4º, 7º e 10º anos, ver pp. 88-89. http://brunnur.stjr.is/mrn/utgafuskra/utgafa.nsf/xsp/.ibmmodres/domino/OpenAttachment/mrn/utgafuskra/utgafa.nsf/E7DE015E63AA2F2C00257CA2005296F7/Attachment/adalnrsk_greinask_ens_2014.pdf

Montenegro

Definição de educação para o empreendedorismo

Ao invés de uma definição nacional, Montenegro refere-se à descrição de competência chave de empreendedorismo ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([349]).

Estratégias relacionadas

Montenegro tem uma estratégia nacional específica de educação para o empreendedorismo (EE), a "Estratégia Nacional de Educação para o Empreendedorismo ao Longo da Vida", que cobre o período de 2015-2019 e se dirige aos níveis CITE 0-6 e EFPI. Os objetivos principais da estratégia são apoiar a aprendizagem empreendedora em todos os níveis de ensino, apoiar as escolas na implementação da EE, aumentar a relevância da educação para a economia, sensibilizar para o empreendedorismo social e da comunidade e construir um ecossistema empreendedor eficiente.

Ações concretas

São definidas ações para os diferentes níveis de ensino.

- Educação pré-escolar:
  - preparar as crianças para aprender de forma eficaz;
  - desenvolver competências empreendedoras tais como a criatividade, inovação e trabalho de equipa.
- Ensino primário:
  - sensibilizar para a cultura, atitudes e competências empreendedoras necessárias para a vida;
  - desenvolver competências empreendedoras básicas entre todos os alunos.
- Ensino secundário (geral e profissional):
  - preparar melhor os alunos para o mundo do trabalho e estudos futuros;
  - desenvolver competências empreendedoras e competências para apoiar um emprego de melhor qualidade.
- Ensino superior:
  - reforçar o papel das universidades para atingir competitividade e crescimento;
  - incluir a EE em todas as faculdades;
  - melhorar as oportunidades para a criação de empresas.
- Educação de adultos:
  - criar oportunidades de aprendizagem ao longo da vida e desenvolvimento pessoal disponíveis para todos;
  - modernizar as competências para o século XXI;
  - fomentar o envolvimento de novas empresas.

([349]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312

Participação de ministérios e partes interessadas

Há um amplo leque de partes interessadas envolvidas, incluindo ministérios, agências educativas governamentais de educação em todos os níveis, universidades, ONGs, empresas sociais, organizações profissionais e o centro de emprego.

Quadro de monitorização

O acompanhamento da estratégia é da responsabilidade da Parceria Nacional para a Aprendizagem Empreendedora, coordenada pela Direção Geral para o Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas. Este organismo apoia e monitoriza os objetivos estratégicos e apresenta um relatório anual ao Governo de Montenegro.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo:

No CITE 1 e CITE 2, a educação para o empreendedorismo é incluída como uma área transversal ao currículo específica através de todas as disciplinas obrigatórias estudadas nestes níveis. O empreendedorismo também é estudado como disciplina opcional no 8º ano do ensino primário com uma aula por semana.

Para apoiar isso, foi desenvolvido um programa de formação de professores para integrar a EE nas atividades letivas regulares. Foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação programas de formação que constam do Catálogo para o Desenvolvimento Profissional de Professores ([350]).

No CITE 3, o Conselho Nacional de Educação incluiu recentemente a EE como um dos oito temas transversais para este nível. Foram adotadas as seguintes medidas:

- Foi preparado e implementado a partir do ano letivo de 2014/15 o empreendedorismo como disciplina opcional para o 1º e 2º anos do ensino secundário superior;
- Foi testado em 2014/15 em quatro escolas, através do projeto do SEECEL, o EE como um tema transversal ao currículo no ensino secundário superior. A partir de 2015/16, todas as escolas deste nível de ensino em Montenegro iniciam a implementação da EE abrangendo todos os alunos.
- Foi preparado um programa para os professores do ensino secundário superior, e será conduzido em todas as escolas deste nível em junho e agosto de 2015.
- Exceto como disciplina opcional, a EE nas escolas de ensino secundário superior é ministrada através do trabalho de clubes de empreendedorismo e da organização de *workshops*, fóruns de discussão e mesas redondas que reúnem membros do setor do empreendedorismo.

Resultados de aprendizagem

No CITE 1 e no CITE 2, a educação para o empreendedorismo é uma área transversal ao currículo e o seu conteúdo foi harmonizado com o atual currículo das escolas primárias. Estão disponíveis instruções para a implementação da EE através de disciplinas obrigatórias na escola primária ([351]), com a descrição de um vasto conjunto de resultados de aprendizagem em matéria de empreendedorismo.

No ensino secundário superior, o currículo fornece orientações claras aos professores. Este nível inclui mais resultados de aprendizagem ([352]) relativos à literacia económica e financeira.

([350]) http://www.zzs.gov.me/naslovna/profesionalnirazvoj/programi/
([351]) http://www.zzs.gov.me/rubrike/preduzetnicko_ucenje/
([352]) http://www.zzs.gov.me/naslovna/programi/gimnazija/

Formação de professores e tipos de apoio

É oferecida formação inicial para professores de todos os níveis de ensino, desde o nível primário até ao EFPI em meio escolar, no entanto, é obrigatória apenas para professores de empreendedorismo no EFPI em meio escolar como uma disciplina separada.

O DPC é acreditado pela Agência de Serviços Educativos, e baseia-se na experiência do SEECEL. Para introduzir a EE no currículo, foram organizados seminários e formações pela Agência de Serviços Educativos e pelo Centro de Formação Profissional para todos os professores do ensino primário e secundário.

Existe um projeto-piloto transnacional dirigido pelo SEECEL ([353]) em cooperação com a autoridade nacional de formação de professores, que apoia a formação contínua de professores em oito escolas primárias e quatro escolas secundárias. Este apoio inclui financiamento direto, apoio curricular (incluindo experiências práticas de empreendedorismo), formação de professores e criação de redes, juntamente com esquemas de mentoria de professores entre as escolas que implementaram a educação para o empreendedorismo e novas escolas que aderem ao projeto-piloto do SEECEL.

Estão disponíveis materiais de ensino sobre a implementação da EE como uma competência chave, incluindo planificações anuais e planos de aula. Foram elaboradas diretrizes que fornecem objetivos e resultados de aprendizagem e propõem métodos a aplicar para apoiar a EE como uma competência transversal ao currículo.

O Centro Empreendedor (*Preduzetnički centar*) – criado em dezembro de 2013 em três cidades (Bijelo Polje, Berane, Mojkovac) e em outubro de 2015 em Bar – é apoiado pelas autoridades centrais. Fornece apoio especializado para o desenvolvimento de ideias inovadoras e organiza atividades de DPC.

([353]) http://www.seecel.hr/about-us

Antiga República Jugoslava da Macedónia

Definição de educação para o empreendedorismo

A definição nacional of educação para o empreendedorismo (EE), conforme mencionado na "Estratégia de Aprendizagem em Empreendedorismo da República da Macedónia" ([354]), é a seguinte:

«Um conceito de educação e formação que privilegia uma maneira de pensar empreendedora e que se baseia no desenvolvimento do indivíduo, englobando os princípios básicos de eficiência na vida quotidiana sem uma ênfase particular na criação de empresas – conduzindo a uma literacia empreendedora na sociedade como um todo».

Estratégias relacionadas

A "Estratégia de Aprendizagem em Empreendedorismo da República da Macedónia" é uma estratégia nacional específica que aborda a EE e que cobre o período de 2014-2020, dirigindo-se aos níveis CITE 1-8.

Objetivos principais

As cinco áreas prioritárias da estratégia abrangem o ensino primário, ensino secundário, ensino superior, aprendizagem informal e não formal e jovens empreendedores. Distinguem-se quatro instrumentos cruciais para a implementação da estratégia: melhores práticas, tecnologia, sensibilização e reforma e desenvolvimento profissional dos professores. Estes instrumentos serão apoiados por uma forte cooperação das instituições educativas a nível internacional, com um enfoque no desenvolvimento de instituições de ensino mais empreendedoras.

Ações concretas

A estratégia inclui um plano de ação detalhado e disponibiliza-se em seguida um resumo das áreas de ação.

- Objetivos a longo prazo:
  - sensibilizar todos os cidadãos para o significado e a importância da aprendizagem empreendedora em todos os níveis de ensino, no território nacional;
  - reforçar as competências dos professores em matéria de empreendedorismo em todos os níveis de ensino, a fim de permitir que cada docente seja formado em literacia empreendedora, sendo a aprendizagem empreendedora uma competência chave;
  - criar um ambiente favorável e colaborativo entre todos os estabelecimentos de ensino, comunidades locais, empresas e famílias para atividades de aprendizagem no domínio do empreendedorismo em todos os níveis no país;
  - equipar todos os estabelecimentos de ensino com tecnologias de ponta para atividades de aprendizagem empreendedora em todos os níveis de ensino no país.

• Objetivos a médio prazo:

  - desenvolver e implementar um currículo educativo que prepare melhor os empreendedores para criar PMEs capazes de competir no mercado mais vasto da UE;
  - criar mais negócios virtuais e apoiar a criação de empresas reais através de estabelecimentos de ensino em todo o país;
  - assegurar uma sólida rede de apoio aos jovens empreendedores.

([354]) http://www.mon.gov.mk/images/Artic-zDOC/Macedonian%20EL%20Strategy%202014-2020%20ENG%202.12.2014.pdf

- Objetivos a curto prazo:
  - integrar os resultados de aprendizagem em matéria de empreendedorismo como uma competência chave no currículo nacional em todos os níveis de ensino.

Participação de ministérios e partes interessadas

A nível nacional, há um número considerável de parceiros envolvidos:

- Governo: Ministério da Educação e Ciência, Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais, Ministério da Economia e Ministério das Finanças;
- Agências: Agência para o Desenvolvimento da Educação, Centro de Ensino e Formação Profissionais, Agência Nacional de Programas de Educação e Mobilidade, Centro de Educação de Adultos, Agência para a Promoção do Empreendedorismo na República da Macedónia, a Agência de Serviços de Emprego;
- Outros: Rede Nacional de Educadores de Empreendedorismo, Comité Nacional de Inovação e Empreendedorismo, organizações de estudantes e universidades;
- Internacional: Fundação Europeia para a Formação (EFT), Centro da Europa do Sudeste para a Aprendizagem do Empreendedorismo (SEECEL).

Quadro de monitorização

Os progressos na execução da estratégia serão acompanhados e medidos anualmente. O Ministério da Educação e Ciência, em coordenação com outros ministérios, será responsável por este processo, incluindo a recolha e análise de dados relacionados com indicadores-chave e para monitorizar e rever a progressão geral do processo de implementação. O Comité Diretivo de Aprendizagem Empreendedora também dependerá da avaliação de estratégias informadas pela pesquisa por uma organização externa e conduzirá pesquisas anuais de estudantes, professores, empresários e diferentes instituições educacionais não formais e informais.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

No nível CITE 2, a EE é introduzida na disciplina obrigatória “Inovação”. Neste tema, os alunos aprendem sobre exemplos práticos de empreendedorismo: como desenvolver um plano de negócios, escrever um currículo, etc. Noutras disciplinas (matemática, física, química, biologia, etc.) é obrigatório incorporar no currículo pelo menos um tópico dedicado ao empreendedorismo.

No nível CITE 3, a EE é integrada na disciplina “Inovação e Empreendedorismo” nos três primeiros anos, e faz parte da disciplina “Negócios e Empreendedorismo” no 4º ano.

No EFPI em meio escolar, uma quantidade significativa do conteúdo consagrado ao empreendedorismo é incorporado nas principais disciplinas do grupo de profissões na área da economia. Para outras profissões, há uma disciplina intitulada "Negócios e Empreendedorismo", que abrange temas de empreendedorismo.

Resultados de aprendizagem

Não existem atualmente resultados de aprendizagem definidos para a aprendizagem empreendedora. Entretanto, um dos objetivos a médio prazo da estratégia consiste em elaborar e implementar um programa de estudos baseado na abordagem completa das competências chave do SEECEL (meta 2016-2018).

Formação de professores e tipos de apoio

Embora não haja uma regulamentação central sobre a integração da EE nos currículos de FIP, as faculdades de ciências da educação tornaram obrigatória a educação para o empreendedorismo para futuros professores de matemática e de ciências no ensino secundário inferior. Da mesma forma, os futuros professores de economia e engenharia mecânica para o ensino secundário geral e EFPI em meio escolar são também obrigados pelas respetivas faculdades a estudar o tópico da educação para o empreendedorismo.

A Agência para o Desenvolvimento da Educação (BDE), o Centro de Ensino e Formação Profissionais e o Ministério da Educação e Ciência são responsáveis pelo desenvolvimento e fornecimento de materiais e recursos pedagógicos e pela formação de professores de EE em todos os níveis. Em 2013-2014, 3 800 professores do ensino secundário frequentaram cursos focados na implementação efetiva da EE. A formação de professores de EFPI em meio escolar na área da EE foi interrompida em 2014/15 devido à falta de recursos financeiros.

Atualmente, não existem políticas, diretrizes ou recomendações nacionais para determinar de que forma a aprendizagem empreendedora deve ser integrada na FIP. No entanto, algumas universidades integraram a educação para o empreendedorismo em programas de estudo para professores.

No âmbito da estratégia nacional de empreendedorismo, a Agência para o Desenvolvimento da Educação e o Centro de Ensino e Formação Profissionais encorajam as escolas e os professores a elaborar orientações através da formação de professores para desenvolverem diretrizes para o processo educativo no ensino primário e secundário e fornecer apoio financeiro às escolas.

Existe um projeto-piloto transnacional liderado pelo SEECEL ([355]) em cooperação com a autoridade nacional de formação de professores, que apoia a formação contínua de professores em oito escolas primárias e quatro escolas secundárias. Este apoio inclui financiamento direto, apoio curricular (incluindo experiências práticas de empreendedorismo), formação de professores e criação de redes, juntamente com esquemas de mentoria de professores entre escolas que estabeleceram EE e as escolas que aderem ao piloto do SEECEL.

([355]) http://www.seecel.hr/about-us

Noruega

Definição de educação para o empreendedorismo

Existe uma definição de educação para o empreendedorismo (EE) a nível nacional, adotada no "Plano de Ação para o Empreendedorismo na Educação e Formação 2009-14" ([356]):

«Empreendedorismo consiste em implementar novas atividades e ser capaz de identificar novas oportunidades e pô-las em prática em diversos domínios sociais. A competência empreendedora é relevante para todas as áreas da vida profissional e empresarial, tanto em atividades recentes como outras já consolidadas [...] O empreendedorismo na educação e na formação pode ter uma orientação teórica ou prática. A formação em empreendedorismo pode ser organizada como uma disciplina separada ou ser integrada como um método de trabalho noutras disciplinas. O empreendedorismo pode ser uma ferramenta e um método de trabalho para estimular a aprendizagem em diferentes disciplinas e nas competências básicas. O empreendedorismo na educação e na formação pode igualmente desenvolver características e atitudes pessoais. A formação pode centrar-se na transmissão de conhecimentos sobre como iniciar o próprio negócio e sobre processos inovadores e pioneiros nas empresas existentes».

Estratégias relacionadas

O "Plano de Ação para o Empreendedorismo na Educação e Formação 2009-14" é uma estratégia nacional específica para a EE na Noruega e resulta da colaboração entre o Ministério da Educação e Investigação, o Ministério da Administração Local e Desenvolvimento Regional e o Ministério do Comércio e Indústria. O diagrama infra ([357]) fornece uma visão geral dos objetivos da estratégia:



Apesar de a estratégia abordar os níveis CITE 1-8, a ênfase principal é no ensino superior. Foram formuladas orientações adicionais nos três relatórios apresentados ao *Storting* ([358]), e a estratégia afirma que «cabe às autoridades nacionais, regionais e locais e aos estabelecimentos de ensino acompanhar os esforços relativos ao empreendedorismo na educação e na formação, em conformidade com os princípios orientadores do sistema educativo e de acordo com os desafios e as necessidades locais, regionais e nacionais. Os estabelecimentos de ensino devem avaliar como

([356]) https://www.regjeringen.no/globalassets/documents/action-plan-for-entrepreneurship-in-education-and-training-2009.pdf

([357]) Idem, p. 8.

([358]) White Paper nº. 7 (2008-2009). *An Innovative and Sustainable Norway* em https://www.regjeringen.no/globalassets/upload/nhd/vedlegg/brosjyrer_2008/innomeld_kortv_eng.pdf

White Paper no. 25 (2008-2009). *Local Growth and Belief in the Future* em https://www.regjeringen.no/contentassets/4d1ec710cb0f4ca1831cd85171c11c9c/pdfs/stm200820090025000en_pdfs.pdf

White Paper no. 44 (2008-2009). *Education Strategy.* https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/report-no.-44-to-the-storting-2008-2009/id565231/

podem incluir nos seus planos e estratégias o trabalho sobre o empreendedorismo e como deve ser realizado o seu ensino e formação».

Objetivos principais

Os principais objetivos da estratégia são o reforço da qualidade e do alcance da educação e formação no domínio do empreendedorismo em todos os níveis e áreas do sistema educativo. A intenção é que a Noruega seja uma força líder em matéria de empreendedorismo na educação e na formação. Os principais grupos-alvo do Plano de Ação são líderes e os responsáveis por instituições de ensino, pessoal docente, bem como alunos e estudantes. O empreendedorismo na educação e na formação deve respeitar o princípio geral fundamental da política educativa norueguesa: deve figurar como uma prioridade, ser disponibilizado a todos, e adaptado às capacidades e necessidades de cada indivíduo.

Ações concretas

As ações concretas na estratégia que são relevantes para as escolas e/ou EFPI são:

- Medida 10 – Estabelecer um sítio de Internet para recursos digitais na área do empreendedorismo para o ensino primário, e ensino e formação de nível secundário;
- Medida 11 – Continuar a alocar fundos à *JA-YE Norway*;
- Medida 12 – Reforçar a investigação e iniciar a avaliação do empreendedorismo no ensino e na formação.

Ressalte-se que a estratégia prévia incluiu uma extensa gama de ações relativas às escolas e EFPI. •

Quadro de monitorização

Foi concluída uma avaliação formativa do "Plano de Ação". O Ministério da Educação e Investigação prevê liderar um grupo interministerial de referência responsável pelo acompanhamento do Plano de Ação, que incluirá referências a esta avaliação.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

A Educação para o empreendedorismo é ensinada como disciplina opcional separada nos níveis CITE 2 e 3.

Nos níveis CITE 1-3, a EE é integrada na disciplina obrigatória de “Estudos Sociais”.

No nível CITE 2, a EE é integrada na disciplina opcional de “Produção de Bens e Serviços”.

No nível CITE 3, a EE é ensinada como disciplina opcional separada: “Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial” e “Economia Empresarial”. É igualmente integrada em disciplinas opcionais.

As atividades relativas ao empreendedorismo estão incorporadas no Currículo Nacional para a Promoção do Conhecimento no Ensino Primário, Secundário e na Formação.

Resultados de aprendizagem

Os resultados de aprendizagem empreendedora são descritos individualmente no currículo. Embora sejam progressivos, não estão ligados uns aos outros durante o processo de aprendizagem. Seguem-se alguns exemplos de resultados de aprendizagem:

No nível CITE 2, na disciplina opcional de "Competências para a vida ativa":

- a disciplina irá reforçar a motivação e estimular os interesses dos alunos, a ética de trabalho e um sentimento de domínio através de atividades com serviços e produtos;
- através de atividades que envolvem vários serviços e produtos, a disciplina contribuirá para o desenvolvimento da autonomia, cooperação, noção de serviço, empreendedorismo e criatividade dos aprendentes;
- no âmbito da disciplina, os alunos realizarão atividades diferentes e variadas para a produção de um serviço ou produto.

No nível CITE 2, na disciplina opcional de "Produção de bens e serviços" os aprendentes devem:

- desenvolver um empreendimento/ideia e criam uma empresa;
- planificar e realizar uma tarefa e documentam o trabalho prático de acordo com critérios de qualidade, refletindo sobre os seus próprios processos de trabalho.

No nível CITE 3, o tema "Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial" inclui os seguintes resultados de aprendizagem:

- descrever métodos criativos para o desenvolvimento de negócios;
- descrever o processo de desenvolvimento para a criação de um produto.

No CITE 3, no tema "Economia Empresarial", os alunos são convidados a:

- explicar a forma como os recursos locais e regionais constituem a base para as atividades empresariais e avaliar os eventuais conflitos de interesse resultantes da utilização desses recursos;
- discutir o valor das redes de trabalho e da cooperação e explicar redes de apoio para pessoas que desejam criar um negócio;
- avaliar as oportunidades de atividade empresarial no âmbito dos recursos locais e regionais, definir as oportunidades de trabalho em rede e preparar um plano de trabalho em rede e cooperação.

Os estudos sociais cobrem os níveis CITE 1-3, e os seus resultados de aprendizagem relacionados com a EE são os seguintes:

- descrever como os rapazes e as raparigas gastam dinheiro e discutem assuntos que influenciam o consumo (4º ano);
- dar exemplos e discutir como as influências comerciais dos diferentes *media* podem afetar os hábitos de consumo e a economia pessoal (7º ano);
- avaliar as oportunidades e desafios para o estabelecimento de uma empresa e ilustrar algumas das principais características dos relatórios de lucros e perdas e dos balanços de contas (CITE 3).

Formação de professores e tipos de apoio

O empreendedorismo e/ou a prática inovadora são mencionados a nível geral na regulamentação relativa aos programas de formação de professores, no âmbito da descrição dos resultados de aprendizagem. Também é mencionado nas diretrizes nacionais para os programas, na secção sobre

os resultados de aprendizagem para determinadas disciplinas. No entanto, a integração da EE nos currículos da FIP é uma questão de autonomia institucional. Uma única Faculdade de formação de professores de formação profissional propõe cursos de DPC sobre o empreendedorismo como método pedagógico na formação profissional (nível CITE 3).

Desde 2006 que a Direção de Educação e Formação atribui cerca de 2 milhões de coroas norueguesas por ano, mediante submissão de candidaturas para financiamento, a escolas superiores e universidades com programas de formação de professores que se centram em:

• desenvolver cursos em que a formação em empreendedorismo esteja integrada no programa de formação de professores, com enfoque em princípios pedagógicos e ferramentas adequadas;

• oferecer cursos de formação contínua, programas de formação em serviço, intercâmbio de experiências ou outros tipos de desenvolvimento de competências para professores e líderes escolares no ensino primário e secundário e na formação.

O Ministério da Educação e Investigação pretende prosseguir esta medida e incentivar as instituições que proporcionam formação de professores para o ensino profissional.

Sérvia

Definição de educação para o empreendedorismo

Não existe uma definição nacional de educação para o empreendedorismo (EE) na Sérvia. No entanto, reconhece-se como sendo uma competência transversal ao currículo para todos os níveis de ensino.

Estratégias relacionadas

Não existe atualmente uma estratégia nacional de educação para o empreendedorismo. Em contrapartida, este tema é abordado no âmbito de três estratégias nacionais, sendo a mais relevante a "Estratégia Nacional para a Juventude".

A) "Estratégia Nacional para a Juventude 2015-2025" ([359])

A "Estratégia Nacional para a Juventude" descreve a política nacional para os jovens entre 15 e 30 anos e é liderada pelo Ministério da Juventude e Desportos (MoYS) em colaboração com o Grupo de Trabalho do Governo para a Implementação da Estratégia (envolvendo diferentes ministérios). Os objetivos relacionados com a EE parecem ser os mais detalhados e abrangentes. Os principais objetivos passam por estimular o empreendimento juvenil, apoiar o desenvolvimento da criatividade, inovação e espírito de iniciativa entre os jovens e a aquisição de competências num quadro de aprendizagem ao longo da vida. As ações concretas incluem:

- introduzir nos currículos de todos os níveis da educação formal competências em matéria de empreendedorismo, conhecimento e literacia financeira;
- desenvolver programas de competências empreendedoras, conhecimentos e literacia financeira;
- apoiar o desenvolvimento das empresas estudantis como a componente de experiência empreendedora da EE;
- apoio à introdução do Passaporte de Competências de Empreendedorismo ([360]) a nível nacional;
- melhoria das competências psicológicas, didáticas e metodológicas dos docentes;
- introduzir alterações legislativas para assegurar a acreditação de programas de DPC para professores através de associações que organizam atividades para a juventude;
- apoiar associações que organizam atividades para a juventude;
- incluir os empregadores numa participação ativa e permanente que apoie a criação e a concretização de uma aprendizagem ao longo da vida;
- melhoria dos mecanismos de estágio e experiência prática de trabalho.

O MoYS, o Grupo de Trabalho do Governo e o Conselho da Juventude são responsáveis por relatórios anuais de progresso baseados em indicadores definidos no âmbito da estratégia, submetidos ao governo e publicados no sítio de Internet do MoYS.

([359]) http://www.mos.gov.rs/mladisuzakon/attachments/article/389/nacionalna_strategija_za_mlade0101_cyr.pdf
([360]) http://entrepreneurialskillspass.eu

B) "Estratégia para o Desenvolvimento da Educação 2012-2020" ([361])

Esta estratégia aborda a política nacional em matéria de educação para os níveis CITE 1-8, incluindo o EFPI em meio escolar. É liderada pelo Ministério da Educação, Ciência e Desenvolvimento Tecnológico, com a participação do Ministério da Economia. Sublinha a importância da EE em todos os níveis de educação e formação, o desenvolvimento de uma cultura empreendedora nas escolas e universidades. Também incentiva atividades extracurriculares empreendedoras para escolas ligadas à comunidade local e promove a inclusão de métodos e técnicas de EE na formação de professores. Embora os objetivos da estratégia sejam vastos, só uma ação concreta relevante para as escolas / EFPI está incluída no Plano de Ação, designadamente o desenvolvimento de programas de EE no EFPI em meio escolar.

C) "Estratégia de Apoio ao Desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas, Empreendedorismo e Competitividade (SSDSMEEC) 2015-2020" ([362])

Esta estratégia inclui ações que abrangem todos os níveis de ensino e o EFPI (CITE 1-8). Os principais objetivos relevantes para a EE consistem em introduzir a EE em todos os níveis de ensino e garantir a oferta de formação inicial de professores de educação para o empreendedorismo. As ações concretas relevantes para as escolas e o EFPI incluem medidas relacionadas com os currículos, o espírito empreendedor nas escolas primárias, o desenvolvimento de mini-empresas estudantis e a utilização de programas de *Junior Achievement,* bem como DPC e FIP relacionados com a EE para professores.

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

A educação para o empreendedorismo é reconhecida como uma competência transversal ao currículo nos níveis CITE 1-3, incluindo o EFPI em meio escolar. A temática do "Empreendedorismo" também está disponível em algumas escolas secundárias de ensino profissional e é descrita nos currículos, incluindo em resultados de aprendizagem, planos de ensino e recomendações para métodos de ensino, como por exemplo, aprendizagem ativa, aprendizagem baseada em projetos ou atividades fora da sala de aula.

Resultados de aprendizagem

Foram definidos resultados de aprendizagem para a EE tanto para o ensino primário como para o ensino secundário (CITE 1-3, incluindo o EFPI em meio escolar). Os resultados de aprendizagem não estão interligados nem são progressivos.

No ensino primário, os alunos devem:

- adquirir competências para reconhecer as oportunidades na escola e na comunidade; ao implementar uma ideia, devem iniciar e aceitar a mudança;
- assumir responsabilidade;
- tomar consciência do seu próprio potencial e dos seus interesses;
- ficar mais capacitado para tomar decisões independentes e escolher futuros estudos e carreiras;
- mostrar prontidão para o voluntariado e iniciar atividades humanitárias.

No ensino secundário, os alunos devem:

([361]) Estratégia: http://www.mpn.gov.rs/wp-content/uploads/2015/08/strategija_obrazovanja_do_2020.pdf
Plano de Ação: http://www.mpn.gov.rs/wp-content/uploads/2015/08/Akcioni_plan.pdf

([362]) Estratégia: http://www.privreda.gov.rs/wp-content/uploads/2015/06/Strategija-mala-i-srednja-preduzeca.pdf
Plano de Ação: http://www.privreda.gov.rs/wp-content/uploads/2015/06/Akcioni-plan-mala-i-srednja-preduzeca.pdf

- adquirir competências organizacionais e interpessoais;
- aprender a gerir os acontecimentos, tempo e finanças;
- planear e tomar decisões complexas de acordo com os requisitos preestabelecidos;
- mostrar prontidão para o voluntariado e usar diferentes oportunidades para adquirir experiência de trabalho.

Formação de professores e tipos de apoio

A integração da EE nos currículos de FIP é uma questão de autonomia institucional. Contudo, o Plano de Ação recentemente adotado prevê a introdução da EE nos programas de FIP.

O DPC para professores é obrigatório e a Sérvia oferece cursos em EE para todos os professores do ensino primário ao ensino secundário superior, incluindo os professores de EFPI em meio escolar.

Há um projeto-piloto transnacional liderado pelo Centro da Europa do Sudeste para a Aprendizagem do Empreendedorismo (SEECEL) ([363]), em cooperação com a autoridade nacional de formação de professores, que apoia a formação contínua de professores e presta apoio aos professores em nove escolas primárias e quatro escolas secundárias. O apoio inclui financiamento direto, apoio curricular (incluindo experiências práticas de empreendedorismo), formação de professores e criação de redes, juntamente com esquemas de mentoria de professores entre escolas que estabeleceram a EE e as novas que aderiram ao projeto-piloto do SEECEL.

([363]) http://www.seecel.hr/about-us

Turquia

Definição de educação para o empreendedorismo

Ao invés de uma definição nacional, a Turquia refere-se à descrição de competência empreendedora ("espírito de iniciativa e espírito empresarial") definida no Quadro de Referência Europeu para as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida ([364]).

Estratégias relacionadas

Não existe atualmente uma estratégia nacional de educação para o empreendedorismo (EE) na Turquia. A educação para o empreendedorismo está incluída numa série de estratégias mais amplas, que incluem:

- o "Plano Estratégico do Ministério da Educação Nacional 2010-2014" ([365]) (a mais relevante);
- a "Estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida de 2009" ([366]), que salienta a importância da cultura empreendedora e das competências chave, incluindo o espírito de iniciativa e empreendedorismo;
- a "Estratégia e Plano de Ação para o Empreendedorismo 2014-2016" ([367]);
- o "Documento Estratégico e Plano de Ação do Ensino Profissional e Técnico 2014-2018" ([368]), que sublinha a necessidade de promover as competências empreendedoras individuais;
- o Guia para a Estandardização dos estabelecimentos de educação pré-escolar, ensino primário e secundário inferior ([369]).

Plano Estratégico do Ministério da Educação Nacional 2010-2014

A principal estratégia que aborda a EE é o "Plano Estratégico do Ministério da Educação Nacional 2010-2014", um plano de cinco anos que se dirige a todos os níveis de ensino desde o CITE 1 ao CITE 8, com um quadro de monitorização ainda a ser desenvolvido.

Objetivos principais

- organizar atividades para promover o empreendedorismo, desde os últimos anos do secundário inferior à sociedade no sentido mais lato, por via da aprendizagem ao longo da vida.

Ações concretas

- organizar a educação para o empreendedorismo com a participação de empreendedores bem-sucedidos.

([364]) http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=NC7807312
([365]) http://sgb.meb.gov.tr/Str_yon_planlama_V2/MEBStratejikPlan.pdf
([366]) http://mesbil.meb.gov.tr/genel/hayat%20boyu%20öğrenme%20dokuman.pdf
([367]) http://www.resmigazete.gov.tr/eskiler/2015/07/20150701-9-1.pdf
([368]) http://mtegm.meb.gov.tr/documents/strategy_eng/strateji_eng.pdf
([369]) http://mevzuat.meb.gov.tr/html/okulonc_1/okulonc_1.html

No currículo escolar

Integração explícita no currículo

A educação para o empreendedorismo é incluída como um curso opcional de uma hora no ensino secundário geral e no EFPI em meio escolar.

No ensino secundário superior geral, o curso de "Empreendedorismo" é opcional nas escolas secundárias. No EFPI em meio escolar, o módulo "Ideias Empreendedoras e Criação de Negócios" é estudado como parte do curso "Desenvolvimento da Carreira".

São oferecidos métodos de aprendizagem a nível central para as escolas secundárias e as escolas profissionais.

Resultados de aprendizagem

Os resultados de aprendizagem do curso de empreendedorismo são progressivos e incluem:

- utilização de conceitos básicos relacionados com o empreendedorismo;
- criação de ideias empreendedoras e avaliação dessas ideias;
- preparação de documentos necessários para iniciar uma empresa;
- desenvolvimento de atividades, competências e capacidades profissionais, tendo em conta o âmbito do negócio e as características das profissões.

Os resultados de aprendizagem dos currículos implementados tanto nas escolas secundárias como nas escolas profissionais estão associados à importância do empreendedorismo na vida social e económica. Além disso, mostram as características que um empreendedor deve ter, e destacam as vantagens e desvantagens de gerir o próprio negócio.

Formação de professores e tipos de apoio

Na FIP, a educação para o empreendedorismo é um tema obrigatório apenas para a formação de futuros professores através do Programa de Estudos da Licenciatura em Ciências Sociais.

As atividades de DPC só existem para sensibilizar os professores e desenvolver as suas capacidades empreendedoras. Estão disponíveis para todos os docentes do ensino primário e secundário, incluindo professores de EFPI em meio escolar. Não há diretrizes ou sugestões para desenvolver esta vertente.

Há um projeto transnacional dirigido pelo Centro da Europa do Sudeste para a Aprendizagem do Empreendedorismo (SEECEL) ([370]), em cooperação com a autoridade nacional de formação de professores, que apoia a formação contínua de professores em oito escolas primárias e quatro secundárias. Inclui o financiamento direto, apoio curricular (incluindo experiências práticas de empreendedorismo), formação de professores e criação de redes, juntamente com esquemas de mentoria de professores entre escolas que ministram a EE e novas escolas que aderem ao projeto-piloto do SEECEL.

([370]) http://www.seecel.hr/about-us

AGÊNCIA DE EXECUÇÃO RELATIVA À EDUCAÇÃO, AO AUDIOVISUAL E À CULTURA

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE JUVENTUDE

Avenue du Bourget 1 (BOU2)
B-1049 Brussels
(http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice)

Coordenação da Edição

Arlette Delhaxhe

Autores

Ania Bourgeois (coordenação),

Marie-Pascale Balcon, Jari Matti Riiheläinen,

Com o contributo de Aude Antoine, Sogol Noorani e Michele Zagordo

Perito externo

Elin McCallum (colaboração e consultoria)

Paginação e Gráficos

Patrice Brel

Coordenação da Produção

Gisèle De Lel

UNIDADES NACIONAIS DA REDE EURYDICE

ÁUSTRIA

Eurydice-Informationsstelle
Bundesministerium für Bildung und Frauen
Abt. Internationale multilaterale Angelegenheiten
Minoritenplatz 5
1014 Wien
Contribuição da Unidade: Johannes Lindner, Inge Koch-Polagnoli (peritos externos)

BÉLGICA

Unité Eurydice de la Fédération Wallonie-Bruxelles
Ministère de la Fédération Wallonie-Bruxelles
Direction des relations internationales
Boulevard Léopold II, 44 – Bureau 6A/008
1080 Bruxelles
Contribuição da Unidade: Bernadette Schreuer

Eurydice Vlaanderen
Departement Onderwijs en Vorming/
Afdeling Strategische Beleidsondersteuning
Hendrik Consciencegebouw
Koning Albert II-laan 15
1210 Brussel
Contribuição da Unidade: perito do Departamento de Educação e Formação: Isabelle Goudeseune; peritos da Agência de Ensino Superior, Educação de Adultos, Qualificações e Subsídios de Estudo: Willy Sleurs, Rita Cabus; coordenação: Eline De Ridder

Eurydice-Informationsstelle der Deutschsprachigen Gemeinschaft
Autonome Hochschule in der DG
Monschauer Strasse 57
4700 Eupen
Contribuição da Unidade: Thomas Ortmann e Stéphanie Nix

BÓSNIA E HERZEGOVINA

Ministério dos Assuntos Civis
Departamento de Educação B&H
Trg BiH 3
71000 Sarajevo
Contribuição da Unidade: Milijana Lale

BULGÁRIA

Unidade Eurydice
Centro de Desenvolvimento em Recursos Humanos
Unidade de Investigação Educacional e Planeamento
15, Graf Ignatiev Str.
1000 Sofia
Contribuição da Unidade: Silviya Kantcheva (perito)

CROÁCIA

Ministarstvo znanosti, obrazovanja i sporta
Donje Svetice 38
10000 Zagreb
Contribuição da Unidade: Duje Bonacci

CHIPRE

Unidade Eurydice
Ministério da Educação e Cultura
Kimonos e Thoukydidou
1434 Nicosia
Contribuição da Unidade: Christiana Haperi; perito: Constandinos Georgiou (Inspetor do Ensino Secundário Técnico e Profissional)

REPÚBLICA CHECA

Unidade Eurydice
Centro de Cooperação Internacional em Educação
Dům zahraniční spolupráce
Na Poříčí 1035/4
110 00 Praha 1
Contribuição da Unidade: Helena Pavlíková; Simona Pikálková; peritos: Lukáš Hula (Instituto Nacional de Educação)

DINAMARCA

Unidade Eurydice
Agência de Ensino Superior
Bredgade 43
1260 København K
Contribuição da Unidade: Ministério da Infância, Educação e Igualdade de Género, Fundação Dinamarquesa para o Empreendedorismo, Agência Dinamarquesa de Ensino Superior

ESTÓNIA

Unidade Eurydice
Departamento de Análise
Ministério da Educação e Investigação
Munga 18
50088 Tartu
Contribuição da Unidade: Kersti Kaldma (coordenação); peritos: Imbi Henno (Departamento do Ensino Geral, Ministério da Educação e Investigação); Epp Vodja (Junior Achievement Estonia)

FINLÂNDIA

Unidade Eurydice
Conselho Nacional de Educação
P.O. Box 380
00531 Helsinki
Contribuição da Unidade: Kristina Kaihari e Aapo Koukku

ANTIGA REPÚBLICA JUGOSLAVA DA MACEDÓNIA

Agência Nacional de Programas de Educação e Mobilidade
Porta Bunjakovec 2A-1
1000 Skopje
Contribuição da Unidade: Dejan Zlatkovski, Darko Dimitrov

FRANÇA

Unité française d"Eurydice
Ministère de l"Éducation nationale, de l"Enseignement supérieur et de la Recherche
Direction de l"évaluation, de la prospective et de la performance
Mission aux relations européennes et internationales
61-65, rue Dutot
75732 Paris Cedex 15
Contribuição da Unidade: peritos: Isabelle Buisson (perito em Educação para o Empreendedorismo, Lycée français de Brasilia, Brazil), Sylvain Starck (investigador e perito em Educação para o Empreendedorismo, Universidade de Lille), Patricia Remoussenard (investigadora e perita em Educação para o Empreendedorismo, Universidade de Lille)

ALEMANHA

Eurydice-Informationsstelle des Bundes
Deutsches Zentrum für Luft- und Raumfahrt e. V. (DLR)
Heinrich-Konen Str. 1
53227 Bonn
Contribuição da Unidade: Hannah Gebel

Eurydice-Informationsstelle der Länder im Sekretariat der Kultusministerkonferenz
Graurheindorfer Straße 157
53117 Bonn

GRÉCIA

Unidade Eurydice
Direção Geral de Assuntos Europeus e Internacionais
Ministério da Cultura, Educação e Assuntos Religiosos
37 Andrea Papandreou Str. (Office 2172)
15180 Maroussi (Attiki)
Contribuição da Unidade: Magda Trantallidi e Ismini Christofareizi

HUNGRIA

Unidade Nacional de Eurydice
Instituto Húngaro de Investigação Educacional e Desenvolvimento
Szobránc utca 6-8
1143 Budapest
Contribuição da Unidade: Monika Reti

ISLÂNDIA

Unidade Eurydice
Direção Geral de Educação
Víkurhvarfi 3
203 Kópavogur
Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta

IRLANDA

Eurydice Unit
Department of Education and Skills
International Section
Marlborough Street
Dublin 1

ITÁLIA

Unità italiana di Eurydice
Istituto Nazionale di Documentazione, Innovazione e Ricerca Educativa (INDIRE)
Agenzia Erasmus+
Via C. Lombroso 6/15
50134 Firenze
Contribuição da Unidade: Alessandra Mochi; peritos: Paola Castellucci (Direzione generale per lo studente, lo sviluppo e l'internazionalizzazione della formazione superiore – Ministero dell'Istruzione, dell'Università a della Ricerca); Federico Cinquepalmi (Dirigente dell'Ufficio per l'Internazionalizzazione della formazione superiore, Direzione generale per lo studente, lo sviluppo e l'internazionalizzazione della formazione superiore – Ministero dell'Istruzione, dell'Università a della Ricerca); Alfredo Menichelli (Dirigente scolastico, Direzione generale per gli ordinamenti scolastici e la valutazione del sistema nazionale di istruzione – Ministero dell'Istruzione, dell'Università a della Ricerca); Maria Antonietta Scalera (Direzione generale per lo studente, lo sviluppo e l'internazionalizzazione della formazione superiore - Ministero dell'Istruzione, dell'Università a della Ricerca); Maria Rosa Silvestro (Dirigente tecnico, Direzione generale per gli ordinamenti scolastici e la valutazione del sistema nazionale di istruzione – Ministero dell'Istruzione, dell'Università a della Ricerca).

LETÓNIA

Unidade Eurydice
Agência Estatal de Desenvolvimento da Educação
Vaļņu street 3
1050 Riga
Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta; peritos: Iveta Cīrule (Riga International School of Economics and Business Administration), Sandra Falka (Centro Nacional de Educação)

LISTENSTAINE

Informationsstelle Eurydice
Schulamt des Fürstentums Listenstaine
Austrasse 79
Postfach 684
9490 Vaduz

LITUÂNIA

Unidade Eurydice
Agência Nacional de Avaliação Escolar da República da Lituânia
Geležinio Vilko Street 12
03163 Vilnius
Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta

LUXEMBURGO

Unité nationale d'Eurydice
ANEFORE ASBL
58, boulevard Grande-Duchesse Charlotte
1330 Luxemburgo
Contribuição da Unidade: Tom Muller (MENJE Luxemburgo); Christine Pegel (Unidade Nacional Eurydice)

MALTA

Eurydice Unit
Research and Policy Development Department
Ministry for Education and Employment
Great Siege Road
Floriana VLT 2000
Contribuição da Unidade: Unidade Eurydice (Malta), Elaine Mizzi e Christopher Schembri.

MONTENEGRO

Unidade Eurydice
Vaka Djurovica bb
81000 Podgorica
Contribuição da Unidade: Nevena Cabrilo (Agência de Serviços Educativos), Zora Bogicevic (Direção Geral para o Ensino Secundário Superior Geral, Ensino Profissional e Educação de Adultos), Srdjan Obradovic (Centro de Ensino Profissional), Sandra Brkanovic (Centro de Ensino Profissional), Biljana Misovic (Direção Geral do Ensino Superior e Tamara Tovjanin, Direção Geral do Ensino Superior)

PAÍSES BAIXOS

Eurydice Nederland
Ministerie van Onderwijs, Cultuur en Wetenschap
Directie Internationaal Beleid
Etage 4 – Kamer 08.022
Rijnstraat 50
2500 BJ Den Haag
Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta

NORUEGA

Eurydice Unit
Ministério da Educação e Investigação
AIK-avd., Kunnskapsdepartementet
Kirkegata 18
P.O. Box 8119 Dep.
0032 Oslo
Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta

POLÓNIA

Unidade Eurydice
Fundação para o Desenvolvimento do Sistema Educativo
Mokotowska 43
00-551 Warsaw
Contribuição da Unidade: Joanna Dąbrowska, Magdalena Górowska-Fells; peritos nacionais: Danuta Pusek (Ministério da Educação Nacional), Grażyna Kurowska e Olga Kożuchowska (Centro para o Desenvolvimento da Educação)

PORTUGAL

Unidade Portuguesa da Rede Eurydice (UPRE)
Ministério da Educação e Ciência
Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)
Av. 24 de Julho, 134
1399-054 Lisboa
Contribuição da Unidade: Isabel Almeida
Colaborador externo à Unidade: Ilda Figueiredo

ROMÉNIA

Unidade Eurydice
Agência Nacional de Programas Comunitários no Campo do Ensino e Formação Profissionais
Universitatea Politehnică București
Biblioteca Centrală
Splaiul Independenței, nr. 313
Sector 6
060042 București
Contribuição da Unidade: Veronica – Gabriela Chirea; em cooperação com os peritos: Eugen Stoica (Ministério da Educação Nacional e da Investigação Científica); Laura Elena Căpiță e Angela Teșileanu (Instituto de Ciências da Educação); Zoica Elena Vlăduț e Mihaela Ștefănescu (Centro Nacional de Ensino Profissional e Técnico); Cristina Barna (Universidade de Bucareste)

SÉRVIA

Eurydice Unit Sérvia
Foundation Tempus
Terazije 36 – 1st floor
11000 Belgrade
Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta

ESLOVÁQUIA

Unidade Eurydice
Associação Académica de Cooperação Internacional da Eslováquia
Krížkova 9
811 04 Bratislava
Contribuição da Unidade: Marta Ivanova, Gabriela Aichova, Martina Račková

ESLOVÉNIA

Unidade Eurydice
Ministério da Educação, Ciência e Desporto
Secretaria de Desenvolvimento da Educação
Masarykova 16
1000 Ljubljana
Contribuição da Unidade: Barbara Kresal Sterniša; peritos: Maja Krušič Šega (Ministério da Educação, Ciência e Desporto)

ESPANHA

Eurydice España-REDIE
Centro Nacional de Innovación e Investigación Educativa (CNIIE)
Ministerio de Educación, Cultura y Deporte
c/ Torrelaguna, 58
28027 Madrid
Contribuição da Unidade: Elena Vázquez Aguilar, Mª Teresa Álvarez Ordoñez, Rocío Arias Bejarano e Mercedes Lucio-Villegas de La Cuadra; peritos externos. José Antonio Vega Serrano e Iván Diego Rodríguez (deValnalón Technological City)

SUÉCIA

Unidade Eurydice
Universitets- och högskolerådet/Conselho Sueco de Ensino Superior
Universitets- och högskolerådet
Box 45093
104 30 Stockholm
Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta

SUÍÇA

Unidade Eurydice
Conferência Conferência Suíça dos Diretores Cantonais de Educação (EDK)
Speichergasse 6
3000 Bern 7

TURQUIA

Unidade Eurydice
MEB, Strateji Geliştirme Başkanlığı (SGB)
Eurydice Türkiye Birimi, Merkez Bina 4. Kat
B-Blok Bakanlıklar
06648 Ankara
Contribuição da Unidade: Osman Yıldırım Ugur, Dilek Gülecyüz; perito: Associate Professor Dr. Cem Balkicanli

REINO UNIDO

Eurydice Unit for England, Wales and Northern Ireland
Centre for Information and Reviews
National Foundation for Educational Research (NFER)
The Mere, Upton Park
Slough, Berkshire, SL1 2DQ
Contribuição da Unidade: Claire Sargent e Sigrid Boyd

Eurydice Unit Scotland
c/o Learning Analysis
Education Analytical Services
Scottish Government
Area 2D South, Mail point 28
Victoria Quay
Edinburgh EH6 6QQ
Contribuição da Unidade: Catriona Rooke (Governo escocês); peritos: Klaus Mayer (Education Scotland) e James Muldoon (Entrepreneurship, Scottish Government)

EC-02-16-104-PT-N

Educação para o Empreendedorismo na Escolas Europeias

Este relatório abrange os vários níveis de ensino: primário, secundário inferior e superior geral assim como o ensino e a formação profissionais iniciais em meio escolar. Contém informações dos 33 países que participam na Rede Eurydice relativamente ao ano 2014/15 e apresenta também fichas de informação nacionais que permitem obter uma visão geral da educação para o empreendedorismo em cada país.

A Rede Eurydice tem como objetivo analisar e explicar a organização e o funcionamento dos diferentes sistemas educativos europeus. A Rede apresenta descrições dos sistemas educativos nacionais, estudos comparativos sobre temas específicos, indicadores e dados estatísticos. Todas as publicações da Rede Eurydice são disponibilizadas de forma gratuita no sítio oficial da Rede ou em formato impresso mediante pedido. Através da sua atuação, a Rede Eurydice pretende promover a compreensão, a cooperação, a confiança e a mobilidade aos níveis europeu e internacional. A Rede é constituída por unidades nacionais localizadas em países europeus e é coordenada pela Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura da União Europeia. Para mais informações consulte http://ec.europa.eu/eurydice.

Serviço das Publicações

ISBN 978-92-9492-216-8